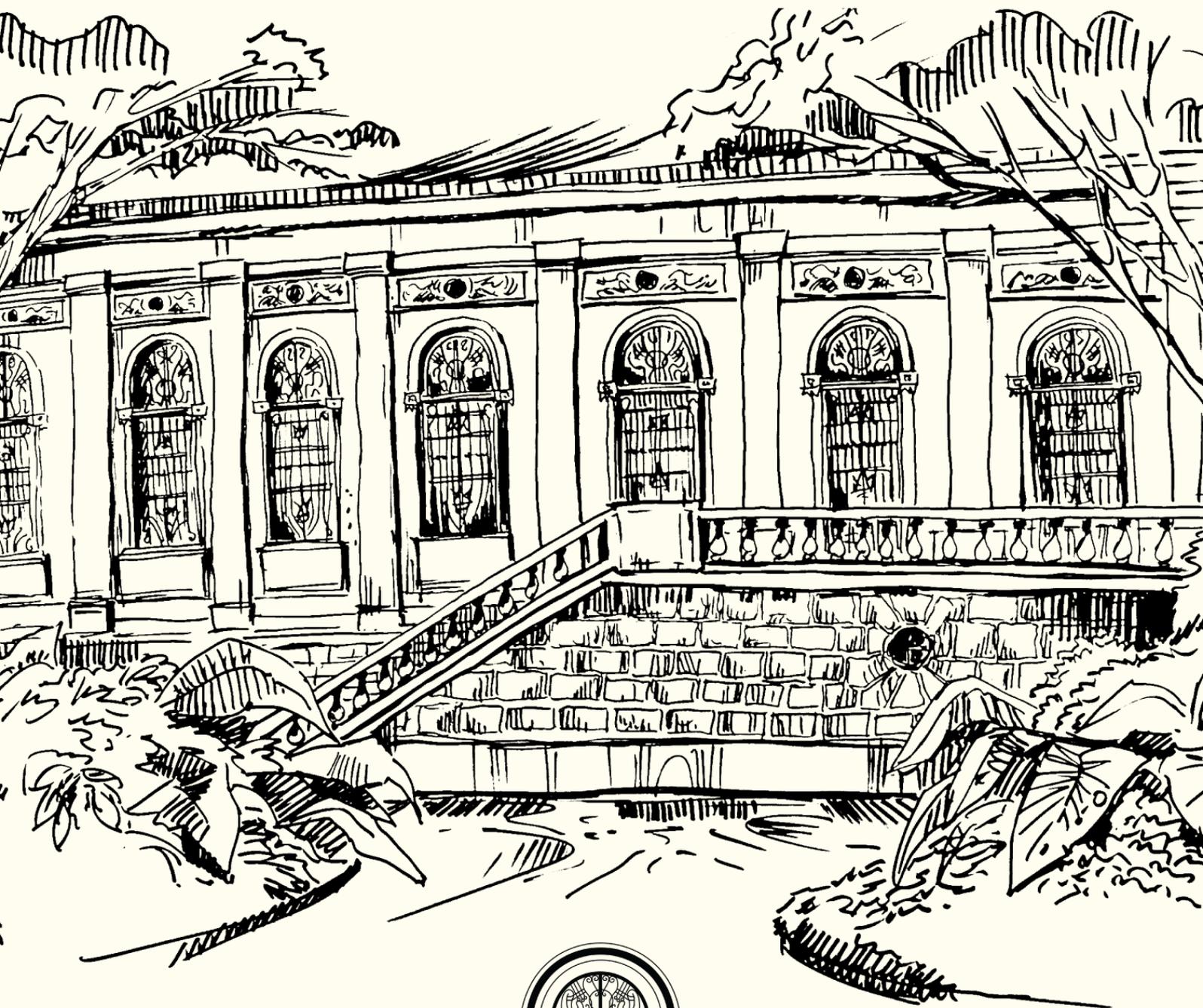


XV Mostra de Pesquisa

Produzindo **História** a partir de fontes primárias



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Organizadores desta edição
Denise Nauderer Hogetop
Rodrigo de Azevedo Weimer

XV MOSTRA DE PESQUISA

Produzindo história a partir de fontes primárias

1ª Edição

Porto Alegre
Rio Grande do Sul
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS
2020

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Governador Eduardo Leite

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretário Claudio Gastal

Departamento de Arquivo Público
Diretora Aerta Graziolli Moscon

Ficha técnica

Comissão de Seleção e Organização da XV Mostra de Pesquisa
- Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – AAAP-RS – Romilda Raeder
- Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul – AARS – Cristina Strohschoen
- Associação Nacional de História – ANPUH/RS – Éverton Quevedo
- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Alvaro Antonio Klafke, Clarissa de Lourdes Sommer Alves, Denise Nauderer Hogetop, Jonas Ferrigolo Melo, Juliano Silva Balbon, Nôva Marques Brando, Rodrigo de Azevedo Weimer

Organização do evento

Comissão de Seleção e Organização da XV Mostra de Pesquisas

Organização desta edição

Denise Nauderer Hogetop
Rodrigo de Azevedo Weimer

Capa

Denise Nauderer Hogetop

Ilustração da capa

Marcos Fallavena

Dados Internacionais de catalogação na Publicação:

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS

XV Mostra de pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias / Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS. Organização: Denise Nauderer Hogetop, Rodrigo de Azevedo Weimer. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, 2021.

186 p.: il.

ISBN: 978-65-87878-02-7

Disponível em: <https://www.apers.rs.gov.br/publicacoes>

1. Arquivística. 2. História. 3. Linguística. 4. Arquivos. 5. Registros públicos. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS. II. Título

Bibliotecária responsável: Irma Carina Brum Macolmes – CRB 10/1393

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Apresentação..... | 6 |
| Introdução..... | 7 |
| Memória Linguística e Social do Rio Grande do Sul do Século XIX..... | 10 |
| Paulo Ricardo Silveira Borges (UFPel)..... | 10 |
| Valéria Neto de Oliveira Monaretto (UFRGS) | 10 |
| Português Histórico do Rio Grande do Sul (PHRS): fontes para pesquisa linguística e sócio-histórica..... | 12 |
| Evellyne Patrícia F. de S. Costa (UFSM)..... | 12 |
| Tatiana Keller (UFSM) | 12 |
| Sociolinguística Histórica: a importância do arquivo..... | 14 |
| Evellyne Patrícia F. de S. Costa (UFSM)..... | 14 |
| Leici Landherr Moreira (AMF)..... | 14 |
| Indícios de Fenômenos Linguísticos Variáveis no Texto de João Curvo Semedo (1707) e em Fontes Documentais Médicas Escritas no Rio Grande do Sul no Século XIX..... | 17 |
| Paulo Ricardo Silveira Borges (UFPel)..... | 17 |
| Obras de Medicina em Português do Século XVIII: Terminologias, Conceitos e a Humanidades Digitais..... | 24 |
| Maria José Bocorny Finatto | 24 |
| Para uma Estratificação Sociolinguística Histórica de Redatores em Épocas Pretéritas..... | 40 |
| Valéria Neto de Oliveira Monaretto (UFRGS) | 40 |
| Varição Gráfica em Manuscritos de Santa Maria / RS do Século XIX..... | 49 |
| Tatiana Keller (UFSM) | 49 |
| Histórias e trajetórias individuais e coletivas..... | 60 |
| Racismo e República em Revista: As Abordagens de O Malho e Careta sobre a Trajetória de Manoel da Motta Monteiro Lopes (1903-1911)..... | 61 |
| Bruno Corrales Pereira (UFRGS)..... | 61 |
| Ser Brasileiro na África – O Contexto Africano de Custódio..... | 74 |
| Jovani de Souza Scherer (SMED- POA)..... | 74 |
| A Atuação Local Como Estratégia Política: Perfil Social dos Juizes de Paz Eleitos no 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande (Sul da Província de São Pedro do Rio Grande, 1848-1871)..... | 86 |
| Vitor Luiz Soares Figueiredo | 86 |
| Reflexões sobre história das mulheres no século XX..... | 96 |
| Mulheres Criminosas em Porto Alegre na Primeira República..... | 97 |
| Daniela Tonietto..... | 97 |

| | |
|---|------------|
| As Mulheres Vítimas da Ditadura Civil- Militar nas Páginas dos Processos de Indenização da Lei 11.042/97: Reflexões sobre Gênero, Reparação e Hierarquização do Trauma | 107 |
| Maria Eduarda Magro | 107 |
| Crime, lazer e loucura no Rio Grande do Sul das décadas de 1930 e 1940..... | 119 |
| Breves Considerações Sobre a Internação de Crianças / Jovens no Hospital Psiquiátrico São Pedro – Porto Alegre / RS (1932 – 1937) | 120 |
| Lisiane Ribas Cruz | 120 |
| Da Diversão ao Delito: O Lazer sob o Escrutínio da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Décadas de 1940 e 1950) | 132 |
| Érico Teixeira de Loyola (TJ-RS) | 132 |
| Sociabilidades, Disputas e Lazeres: os processos-crime na investigação do cotidiano da Docca das Frutas (Porto Alegre/RS – 1940-1950)..... | 143 |
| Vinícius Reis Furini..... | 143 |
| Arquivos como espaços de preservação e construção de narrativas | 153 |
| Arquivo de Histórias Insólitas: narrativas de memórias pouco difusas..... | 154 |
| Daniela Tonietto | 154 |
| Lucas Petry | 154 |
| Avaliação de Documentos na Prefeitura de Esteio – Um Processo em Construção | 167 |
| Francisco Weliton Oliveira Araújo Souza (Prefeitura de Esteio)..... | 167 |
| A Construção da Modernidade em Porto Alegre Através do Acervo Azevedo Moura & Gertum | 177 |
| Manuela Catafesta | 177 |
| Lucas Volpatto | 177 |

Apresentação

Caro leitor,

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers), órgão gestor do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS), conta com um acervo de 21 milhões de documentos. São dois séculos de fontes históricas custodiadas pelo Apers sobre a vida de autoridades, personalidades, anônimos e instituições que, juntas, guardam a memória do RS. Instituição pioneira, construída especificamente para guarda e conservação de documentos, o Apers está vinculado à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG).

Ciente de que a produção de conhecimento está na base das atribuições de uma instituição arquivística pública, desde 2003 o Arquivo Público promove a *Mostra de Pesquisa do APERS*, evento voltado à difusão do conhecimento produzido a partir da pesquisa em acervos históricos e seus processos de gestão e tratamento. São pesquisas científicas da área das Ciências Humanas que têm como fio condutor o uso de fontes primárias documentais arquivísticas salvas guardadas no Arquivo Público ou em outras instituições de memória.

Consolidado em torno da troca de saberes entre instituições públicas arquivísticas, meio acadêmico e comunidade em geral, o evento chegou a 2020 em sua XV edição como um projeto de referência, ainda que neste ano com o desafio de promover encontros e reflexões em ambiente virtual, seguido da publicação dos anais, que agora apresentamos.

Uma ótima leitura!

Claudio Gastal

Secretário de Planejamento, Governança e Gestão

Introdução

Em uma bem-sucedida XV edição, a Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul consolida-se como um espaço de trocas e divulgação de estudos nas áreas da História e da Arquivística. Além disso, temos a louvável participação de pesquisadores na área da Linguística e da Arquitetura, que se agregam e são muito bem-vindos em nossa Mostra. Isso demonstra o potencial dos acervos históricos como subsídios para a análise diacrônica da linguagem na área da sociolinguística histórica e para os estudos da história das edificações urbanas.

A Mostra confirma seu caráter de espaço democrático de intercâmbio de ideias e de formação de pesquisadores, ao congregar desde graduandos até pós-doutores. Em função das vicissitudes ocasionadas pela pandemia de 2020, o evento ocorreu remotamente, por meio de plataforma virtual. No entanto, isso não causou qualquer prejuízo ao desenvolvimento dos debates entre os participantes e, de certa forma permitiu um alcance diferenciado, atingindo expectadores que talvez não tivessem a oportunidade de comparecer pessoalmente.

Temos o orgulho de introduzir estes Anais, que reúne os resumos de três pôsteres, todos da área de Linguística, além de cinco artigos completos do mesmo campo de conhecimento, que durante o evento foram distribuídos nas mesas “Pesquisas Linguísticas em Fontes Documentais” e “Pesquisa em arquivos: a construção de uma sócio-história linguística do Rio Grande do Sul”. Nessas mesas tivemos a oportunidade de conhecer as pesquisas em fontes documentais médicas de Portugal do século XVIII e de obras da área, produzidas no Rio Grande do Sul, no século XIX; os estudos interdisciplinares na área de terminologia histórica, no âmbito das Humanidades Digitais e os resultados das investigações de vários integrantes do grupo de pesquisa *Português Histórico do Rio Grande do Sul* (PHRS), o qual tem como objetivo a organização de um banco de dados de registros escritos produzidos no Rio Grande do Sul.

Na área de História, ocorreram três sessões, totalizando oito trabalhos. A primeira, nomeada “Histórias e trajetórias individuais e coletivas”, trouxe estudos de caráter biográfico e prosopográfico. Os trabalhos da segunda, “Reflexões sobre história das mulheres no século XX”, ressaltaram o protagonismo feminino no século passado. A terceira, intitulada “Crime, lazer e loucura no Rio Grande do Sul das décadas de 1930 e 1940”, reuniu pesquisas na área da história social, evidenciando a construção social da loucura e da criminalidade.

Tivemos três trabalhos na área da Arquivística, na mesa denominada “Arquivos como espaço de preservação e construção de narrativas”, que propuseram iniciativas de avaliação

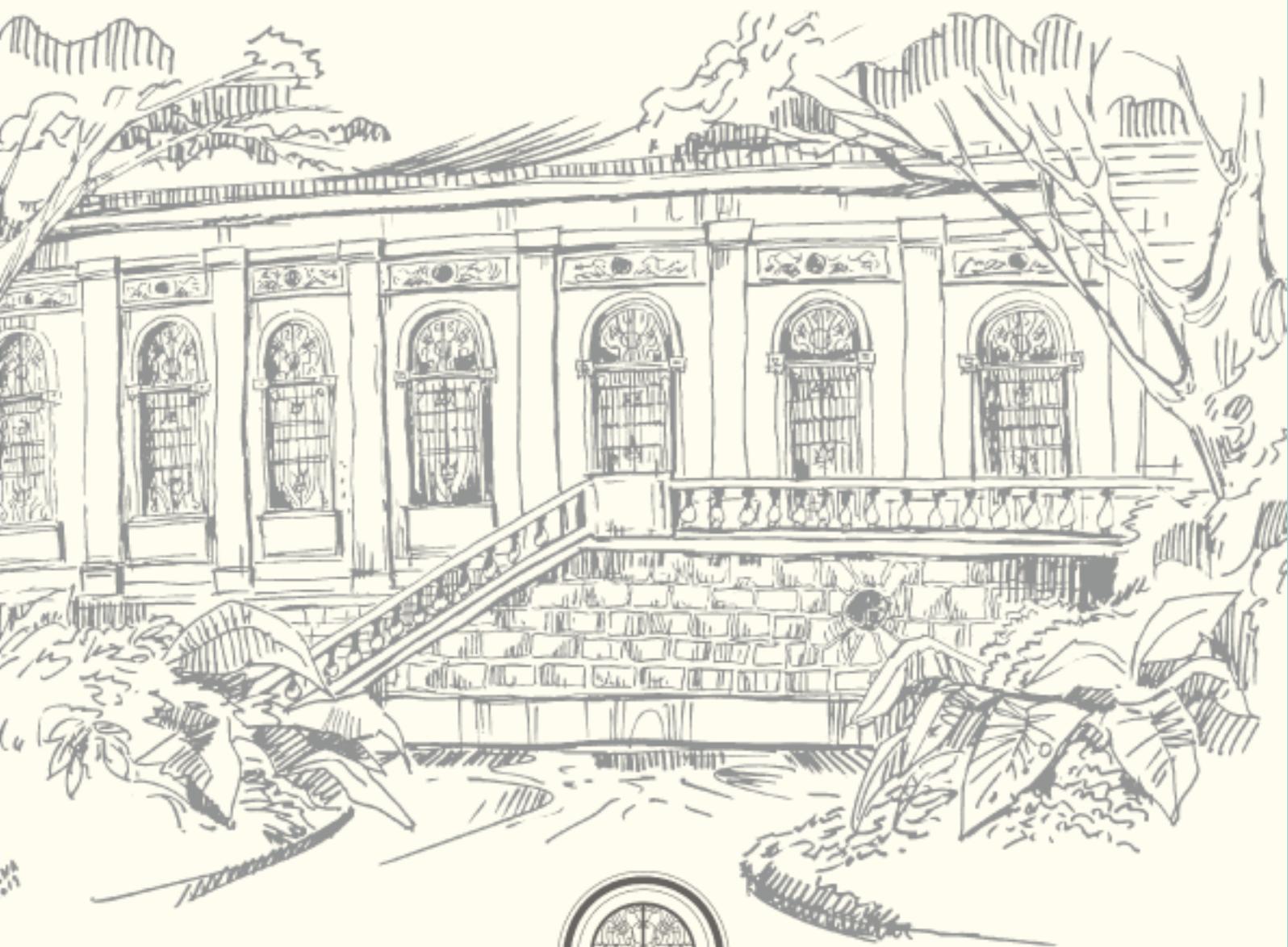
documental, preservação e difusão de acervos, valendo-se, inclusive, de recursos tecnológicos. Como indica o título da mesa, os arquivos são muito mais do que “palácios de papel”, mas espaços de construção do conhecimento, de disputas de narrativas e – por que não? – contribuição para a formação de pesquisadores.

Uma breve nota de esclarecimento faz-se necessária: uniformizamos a edição da obra de acordo com o estabelecido no regulamento do evento, porém mantivemos algumas distinções de formatação, respeitando a organização e composição dos textos definidas pelos seus respectivos autores.

Não poderíamos deixar de destacar que em tempos difíceis para todos, promover um encontro tão profícuo e trazer a público estes anais nos enche de alegria e esperança. O aparato crítico que as ciências humanas, duramente atacadas, têm a nos oferecer contribui sobremaneira para postular e constituir uma sociedade mais humana e fraterna.

Denise Nauderer Hogetop e Rodrigo de Azevedo Weimer
(Organizadores dos Anais)

Resumo de Pôsteres



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MEMÓRIA LINGUÍSTICA E SOCIAL DO RIO GRANDE DO SUL DO SÉCULO XIX

Paulo Ricardo Silveira Borges (UFPEL)
Valéria Neto de Oliveira Monaretto (UFRGS)

Resumo: Este Grupo de Pesquisa propõe reunir e levantar documentos, textos, registros e relatos com informações e dados para a constituição de um panorama sociolinguístico histórico do Rio Grande do Sul do século XIX. Como se sabe, esse Estado, do extremo sul do País, teve uma colonização tardia em relação as demais regiões brasileiras; foi berço de disputas territoriais do período colonial até o republicano por meio de várias guerras e conflitos armados de independência do Império. Hoje faz fronteira com países de língua espanhola, Uruguai e Argentina, e é formado por cidades desenvolvidas e fundadas por imigrantes italianos e alemães, principalmente. Todos esses aspectos contribuem para a construção da identidade social, cultural e linguística dessa região e são, portanto, imprescindíveis para os estudos e pesquisas sociolinguísticas. Diante desse quadro, as pesquisas desse Grupo objetivam traçar, a partir dos elementos encontrados, um percurso para um melhor entendimento do desenvolvimento de processos variáveis e de mudança linguística da comunidade sul-riograndense oitocentista, em face à constituição histórica cultural e linguística da época. O entrelaçamento de resultados descritivos e analíticos de pesquisas sociolinguísticas com dados obtidos em fontes do passado possibilitarão reflexões sobre a realidade social, cultural e linguística dessa variedade do português brasileiro. Para tanto, esse grupo de pesquisadores, pertencentes a diferentes universidades gaúchas (FURG, UFRGS, UFPEL, UFSM, UNIPAMPA) propõe, dentre outros aspectos, editar documentos manuscritos, particulares e públicos, com normas específicas de transcrição; levantar dados sobre o cotidiano e a vida de diferentes integrantes da sociedade urbana e rural; recuperar informações específicas sobre uso e impressões de “jeitos de falar a língua” da época e sobre as relações sociais interpessoais por meio de diferentes fontes, como peças de teatro, jornais, relatos de viagens, periódicos, dicionários e demais obras metalinguísticas e materiais descritivos, que forneçam pistas e rastros para uma interpretação e análise da complexidade da memória linguística e social do Rio Grande do Sul do Século XIX. Sob luz de preceitos da sociolinguística laboviana (Labov, 1972), da linguística histórica (Mattos e Silva, 2008) e da sociolinguística histórica (Romaine, 1982; Silvestre, 2012; Marquilhas, 2015), resultados de pesquisas sobre esse tema podem ser vistos em publicações e apresentações no Brasil e no exterior, contemplando aspectos identificados com a formação sócio-histórica e linguística das comunidades gaúchas.

Palavras-Chave: Memória social século XIX - Sociolinguística Histórica - Português do Brasil - variação e mudança linguística

Bibliografia:

LABOV, William. Sociolinguistic patterns. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MARQUILHAS, Rita. Non-anachronism in the historical sociolinguistic study of Portuguese. *Journal of Historical Sociolinguistics*, 1(2), p. 213- 242, 2015.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Teorias da mudança linguística e a sua relação com a(s) história(s) da língua(s). *Linguística - Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, Porto, v. 3, p. 39-53, 2008.

ROMAINE, Suzanne. Socio-historical linguistics: its status and methodology. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SILVESTRE, Juan Camilo Conde. Sociolingüística histórica. Madrid: Gredos, 2007.

PORTUGUÊS HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (PHRS): FONTES PARA PESQUISA LINGUÍSTICA E SÓCIO-HISTÓRICA

Evellyne Patrícia F. de S. Costa (UFSM)
Tatiana Keller (UFSM)

Resumo: Olhar para o passado pode ser de suma importância para explicar o comportamento das línguas modernamente, como postula Labov (1972, p. 275) por meio do *Princípio da Uniformidade*, segundo o qual “as forças que operam para produzir a mudança linguística hoje são do mesmo tipo e ordem de magnitude daquelas que operaram há cinco ou dez mil anos”. Romaine (1982) comenta também que não há razão para acreditar que uma língua não tenha variado do mesmo modo no passado como no presente.

Bancos de dados como o PHPB (Projeto para a História do Português Brasileiro), criado em 1997 por Ataliba Castilho (UFRJ), e coordenado atualmente por Sandro Marengo (UFS), e o PROHPOR (Programa para a História da Língua Portuguesa), criado em 1992 por Rosa Virgínia Mattos e Silva (UFBA), e coordenado atualmente por Tânia Lobo (UFBA), se configuram como importantes fontes do português escrito antigo e como *corpora* para estudos diacrônicos. Monaretto (2005) alude que os documentos mais antigos em português do Rio Grande do Sul se encontram em arquivos históricos em Porto Alegre e datam de 1764. Documentação de natureza notarial, cartas pessoais e cartas oficiais podem ser encontradas em museus e arquivos localizados em todo o estado. Contudo, a maioria desse material não está organizada, catalogada, ou ainda, disponível para a comunidade acadêmica. A autora afirma que não há, em todo o estado do Rio Grande do Sul, um arquivo ou banco de textos que dê conta de todas essas questões. Com o objetivo de preencher essa lacuna e de contribuir para a descrição do português diacrônico no Brasil, o projeto *Português Histórico do Rio Grande do Sul* (doravante, PHRS) organiza-se como um banco de dados de registros escritos produzidos no Rio Grande do Sul que busca reunir material representativo da produção escrita de vários períodos da língua portuguesa, bem como disponibilizar os documentos para a comunidade acadêmica. Desde 2011, coordenamos, na UFSM, o projeto *Português Histórico do Rio Grande do Sul* (PHRS) que reúne material da produção escrita de vários períodos e visa a selecionar, coletar e transcrever textos manuscritos de diversas tipologias redigidos no estado entre os séculos XVIII e XX. Trabalhamos com os pressupostos da Sociolinguística Histórica, teoria que propõe uma conjugação de aspectos sociais e linguísticos no estudo de sincronias passadas. Temos por objetivo fornecer fontes para análise linguística e descrição de aspectos sociais e culturais da escrita do período. Atualmente, já foram coletados documentos nas cidades de Santa Maria, Dom Pedrito, Santana do Livramento, Cachoeira do Sul e Rio Pardo.

Palavras-chave: manuscritos – Rio Grande do Sul – séculos XVIII a XX

Bibliografia:

ANDRADE, M. O.; LOSE, A. D. Edição digital: a filologia nos novos tempos. *Anais do XVI CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFil, 2012.

BASSETO, B. F. *Elementos de Filologia Românica*. Edusp. São Paulo, 2001.

BERLINCK, R.; BARBOSA, J.; MARINE, T. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. In: *Revista da Abralín*. v.7, nº 2. João Pessoa, 2008.

COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

COSTA, E. P. F. de S.; KELLER, T. Português Histórico do Rio Grande do Sul: fontes para pesquisa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 153, p. 37-51, 2017.

MAS, A. Historical sociolinguistics: an alternative to the analysis of linguistic change. *Noves SL. Revista de Sociolingüística*, 2003. Disponível em: <http://www.gencat.cat/llengua/noves>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Editora Contexto, 2006 [1991].

MEDINA MORALES, F. Problemas metodológicos de la sociolingüística histórica. *Forma y Función*, n. 18, p. 115-137, 2005.

POGGIO, Rosaura Maria Galvão Fagundes. *O processo de gramaticalização de preposições do latim ao português*. Edufba. Salvador, 2002.

SPINA, S. (Org). *História da língua portuguesa*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Parábola. São Paulo, 1968.

Entidades detentoras dos documentos:

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (Porto Alegre)

MUSEU DAVID CANABARRO (Santana do Livramento)

MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL BARÃO DE SANTO ANGELO (Rio Pardo)

MUSEU PAULO FIRPO (Dom Pedrito)

SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA: A IMPORTÂNCIA DO ARQUIVO

Evellyne Patrícia F. de S. Costa (UFMS)
Leici Landherr Moreira (AMF)

Resumo: Olhar para o passado - A concepção de língua que embasa a Teoria da Variação Linguística desenvolvida por Labov, assim como a aplicação de seus métodos aos estudos diacrônicos desenharam a Sociolinguística Histórica. Pesquisadores como Romaine (1982), Lass (2000), Menéndez (1995), Fernández (2005), Conde-Silvestre (2007) vem contribuindo para desenvolver os estudos na área. A teoria possibilita acessar as sincronias passadas no âmbito dos estudos de fenômenos linguísticos relacionados a fatores sociais. No entanto, lidar com as variáveis sociais, por vezes, não é tarefa fácil. É comum encontrarmos documentos antigos sem assinatura, sem data, sem menção à escolaridade ou idade do escrevente, por isso, muitas vezes, a definição das variáveis sociais se dá através de propostas metodológicas específicas para cada *corpus*. O ato de descrever e analisar documentos antigos produzidos no Rio Grande do Sul passa pela necessidade de definição das variáveis sociais pertinentes, mas como se aproximar do informante/redator/escrevente nos manuscritos antigos? A presente proposta pretende colocar em prática uma metodologia de estudo dos informantes nesses documentos. O *corpus* deste trabalho pertence ao projeto Português Histórico do Rio Grande do Sul. O PHRS dispõe de edições fac-similares e edições diplomáticas de manuscritos produzidos no séc. XIX no Rio Grande do Sul. Ressaltamos que a coleta inclui documentos da passagem do séc. XIX para o séc. XX, pois, como a primeira normatização ortográfica da língua portuguesa só acontece em 1911 em Portugal, os reflexos da escrita dos oitocentos alcançam o início dos novecentos aqui no Brasil; na verdade, acreditamos que só com o passar de uma geração a normatização ortográfica passa a influenciar a produção dos escreventes. Os documentos foram coletados em arquivos das cidades de Dom Pedrito, Santa Maria e Rio Pardo. A Sociolinguística Histórica desenvolve-se *pari passu* com a construção de arquivos de documentos antigos. Moreira (2019), ao analisar o fenômeno de hipossegmentação em documentos oitocentistas do Arquivo Histórico de Rio Pardo, propôs um “caminho arquivístico” para reconstruir o perfil sociocultural dos escreventes a partir de informações coletadas de documentação indireta. Com base em Esteban-Segura (2012) que defende a validade do documento oficial para a Sociolinguística Histórica, coletou informações em documentos no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana e no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Em nosso trabalho, aplicaremos tal metodologia de estudo das variáveis sociais para os escreventes Dom Pedrito, Santa Maria e Rio Pardo por meio da coleta de informações em arquivos do estado.

Palavras-chave: Sociolinguística histórica – Manuscritos – Edição de Textos

Bibliografia:

ALKMIM, Tânia. Os escravos e a língua: em busca de bases históricas para uma reflexão. Para uma história do português brasileiro. FALE/UFMG. Belo Horizonte, 2007.

CONDE-SILVESTRE, J. C. **Sociolinguística Histórica**. Madrid: Gredos, 2007.

ESTEBAN- SEGURA, L. Medical, Official, and Monastic Documents in Sociolinguistic. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE SILVESTRE, J. C. **The Handbook of Historical Sociolinguistics**. Oxford: Blackwell, 2012. p.140-155.

FERNÁNDEZ, F. M. **História Social de las Lenguas de Espana**. Barcelona: Ariel, 2005.

LASS, R. **Historical Linguistics and Language Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

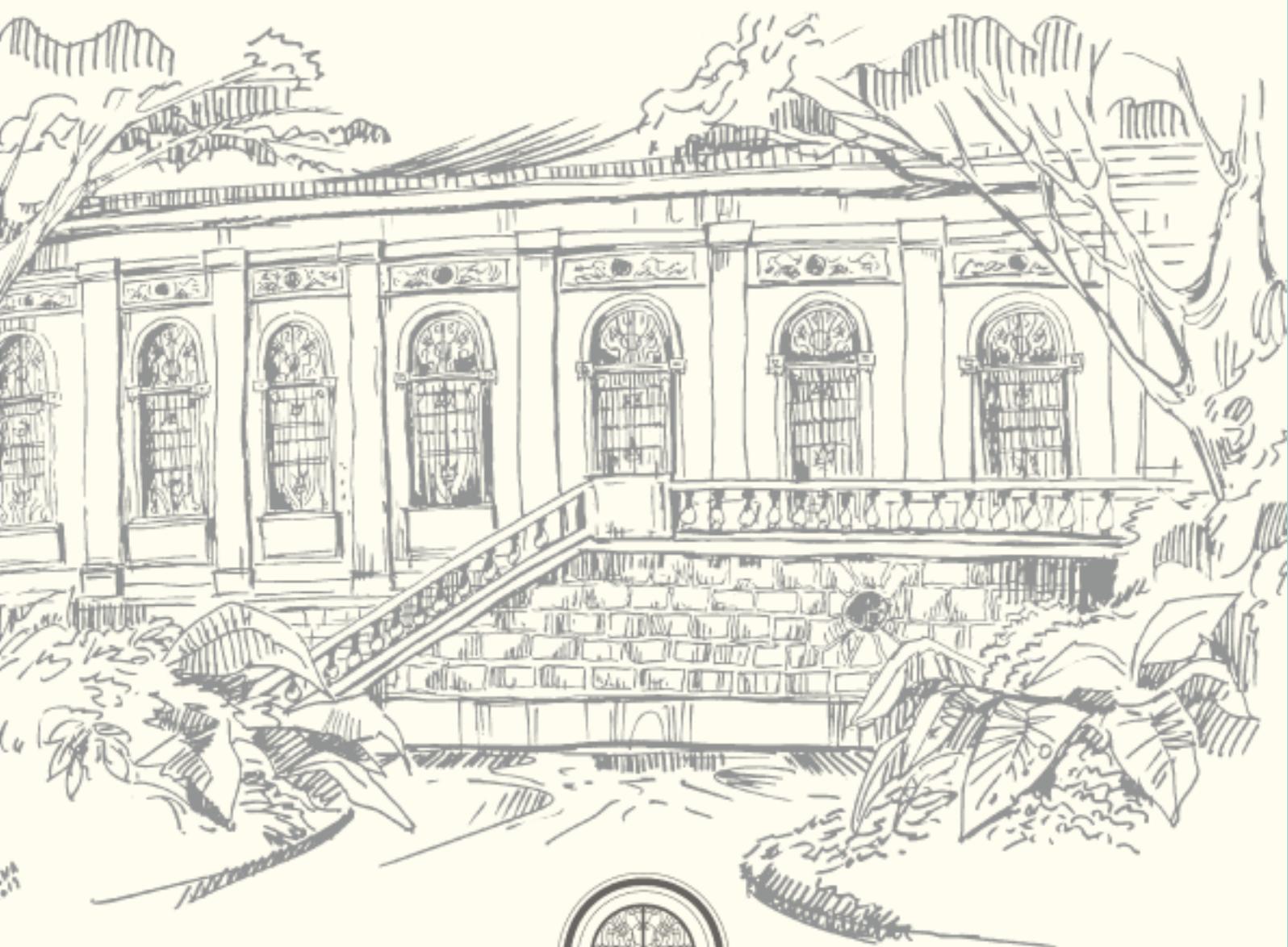
LOPES, Célia; DUARTE, Maria. Notícias sobre o tratamento em cartas escritas no Brasil dos séculos XVIII e XIX: Para uma história do português brasileiro. FALE/UFMG. Belo Horizonte, 2007.

MENÉNDEZ, F. G. **Sociolingüística Histórica (Siglos X-XII)**. Madrid: Visor Livros, 1995.

MOREIRA, L. L. **Hipossegmentações em manuscritos oitocentistas da Câmara Municipal de Rio Pardo (RS)**. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2019.

ROMAINE, S. **Socio-historical linguistics: its status and methodology**. Cambridge: Cambridge University Press, [1982] 2009.

Pesquisas Linguísticas em Fontes Documentais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

INDÍCIOS DE FENÔMENOS LINGUÍSTICOS VARIÁVEIS NO TEXTO DE JOÃO CURVO SEMEDO (1707) E EM FONTES DOCUMENTAIS MÉDICAS ESCRITAS NO RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO XIX

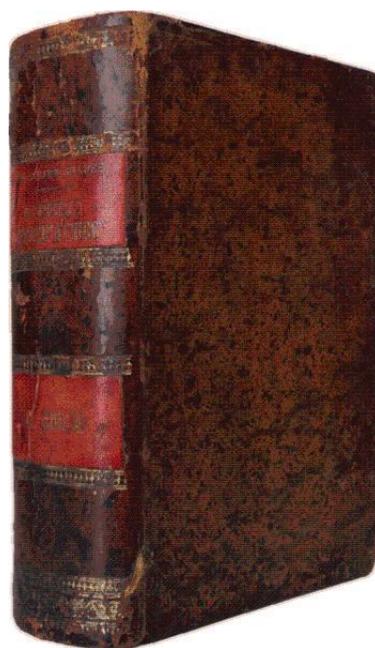
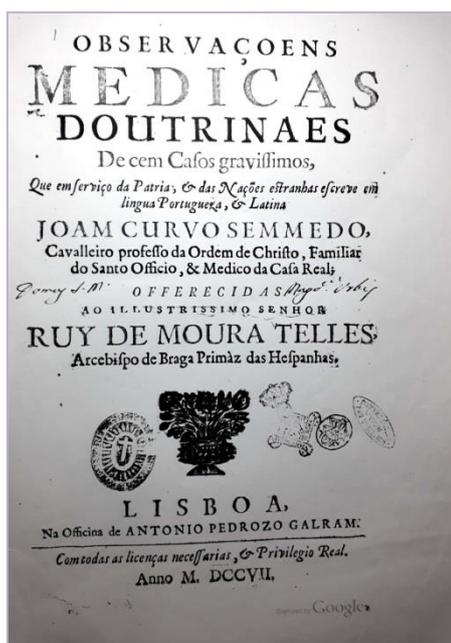
Paulo Ricardo Silveira Borges (UFPel)

Resumo: Este artigo apresenta uma análise de dados variáveis em textos históricos relacionados à área médica, levando-se em conta os preceitos da Sociolinguística Histórica. Os textos representam dois períodos distintos: século XVIII e século XIX. A análise pretende trazer uma reflexão sobre a importância dos condicionadores linguísticos e sociais para o entendimento dos processos históricos de variação e mudança linguística. Apresentaremos os resultados parciais dos processos variáveis encontrados no texto "Observações medicas doutrinaes de cem casos gravissimos", de 1707, escrita por João Curvo Semedo, e no texto "O Novo Medico ou A Medicina Simplificada ao Alcance de Toda a Gente", de 1897, escrita por Visconde de Souza Soares. Para tanto, especificaremos os fenômenos linguísticos encontrados nas seguintes categorias variáveis: elementos gráficos e lexicais, morfológicos, sintáticos, pronominais e regenciais. Como referencial utilizamos Romaine (1982) e Conde-Silvestre (2007), o que possibilita uma análise que permita o diálogo entre o passado e o presente.

Palavras-chave: textos médicos históricos - sociolinguística histórica - variação e mudança

1 Introdução

Propomos para este trabalho uma análise variacionista com o objetivo de identificar diferentes fenômenos variáveis encontrados nos textos históricos denominados (a) *Observações Medicas Doutrinaes de Cem Casos Gravissimos*, escrito por João Curvo Semedo, em Lisboa, em 1707, e (b) *O Novo Medico ou A Medicina Simplificada ao Alcance de Toda a Gente*, escrito por José Alvares de Souza Soares, em Pelotas, em 1887. As duas obras distam 180 anos uma da outra.



Labov (1994) destaca que um dos objetivos principais da utilização de dados do passado nos trabalhos sociolinguísticos é justamente a possibilidade de determinarmos o que ocorreu na história de uma língua ou de uma família linguística, levando-se em conta os aspectos sociais que contribuíram para o desenvolvimento de certas mudanças. As posições de Labov aproximam a sociolinguística da linguística histórica, pelo fato de valorizarem explicações relacionadas a aspectos histórico-sociais que possibilitam o melhor conhecimento dos fenômenos sociolinguísticos no tempo real e, conseqüentemente, a melhor compreensão dos fenômenos na atualidade.

Os trabalhos variacionistas em sociolinguística histórica devem possibilitar uma análise que permita o diálogo entre o passado e o presente, estabelecendo-se mecanismos que indiquem como ocorreu certa mudança motivada pelo uso variável de determinado aspecto linguístico pelos indivíduos no decorrer do tempo. Para tanto, acreditamos que uma das possibilidades para a verificação de processos de variação e mudança é a utilização de textos literários, de diferentes períodos históricos, textos esses típicos da cultura e da linguagem de uma determinada comunidade em um período histórico específico. Nesse aspecto, Conde-Silvestre (2007, p. 45) destaca que:

Sin duda, los textos más útiles para el investigador son aquellos que trasladan al medio escrito intercambios comunicativos que han ocurrido o podrían haber ocurrido en el medio oral pues, en principio, este tipo de textos debería manifestar un grado mayor de variación y, por otro lado, facilitar la correlación de las variables lingüísticas con las circunstancias personales de sus emisores y receptores (CONDE- SILVESTRE, 2007, p. 45).

Romaine (1982) comenta que o objetivo da Sociolinguística Histórica é fornecer um modo de dar conta de formas e de usos nos quais a variação pode se manifestar ao longo do tempo. Da mesma maneira, Marquilhas (2015, p. 214) enfatiza que o objetivo da Sociolinguística Histórica é estabelecer uma possível correlação entre dados linguísticos do passado e a realidade social do mesmo período. Os autores mencionam ainda que um dos feitos mais relevantes dessa disciplina é a possibilidade de diálogo na pesquisa linguística entre o passado e o presente. Desse modo, a Sociolinguística Histórica permite a superação da dicotomia entre sincronia e diacronia.

2 A importância dos textos históricos para os estudos em sociolinguística

Conforme Romaine (1982), é possível reconstruir determinadas variáveis sociais a partir do estudo dos estilos e registros encontrados em textos históricos e que denunciam contextos de fala associados a características sociais de grupos e/ou indivíduos de uma comunidade de fala. Para tanto, a compreensão dos fatores sociais que determinam as condições variáveis de uma língua, em qualquer período, torna-se importante para a verificação das correlações entre língua e sociedade e para a identificação das forças sociais que impulsionam as mudanças.

Maia (2012, p. 538) entende que determinados requisitos como autenticidade, confiabilidade e diversidade de tipologia de textos são necessários às fontes escritas históricas para uma pesquisa de caráter diacrônico. A autora ressalta que os *corpora* textuais devem “reflectir fielmente as características linguísticas dos manuscritos, uma vez que nelas se reflectem as marcas da variação da língua da época”. Sendo assim, é importante uma escolha criteriosa por parte do pesquisador sobre o tipo de texto a ser utilizado como *corpus* para a análise em sociolinguística histórica.

Reconstruir e entender a história social do passado, a partir dos componentes sociais presentes nos diálogos encontrados em textos de teatro, por exemplo, de diferentes períodos históricos, pode ser uma estratégia interessante para a verificação dos comportamentos sociais motivadores de determinadas variações e mudanças, como rastros indicativos do comportamento sócio-histórico e linguístico de uma comunidade.

Silva Neto (1960) já referira a importância da análise linguística na perspectiva sócio-histórica, ao destacar que os fatos do passado contribuem para a reconstrução da história social do português, haja vista que a língua é um instrumento social que caminha junto com a história social.

3 O texto de João Curvo Semedo: *Observações Medicas Doutrinaes de Cem Casos Gravissimos* (1707)

João Curvo Semedo (1635 - 1719] foi um médico extremamente ilustrado, sanitarista, observador das realidades sociais, conhecedor da medicina popular e de bibliografias médicas gregas e latinas. Medicou pacientes de diferentes estratos sociais: religiosos, nobres, escravo, criados, oficiais, mercador, marinheiro, toureiro, indefinidos. As suas 'Observações' tratam de homens, mulheres e crianças.

É importante ressaltar que o português dos séculos XVII e XVIII caracterizou-se pelo uso de latinismos ou latinização, aportuguesamento de formas importadas e readaptação de formas mais arcaicas. Outras características são o aprimoramento de grafismos e adaptações

fonéticas de formas populares para formas mais clássicas, usos morfológicos de sufixos, prefixos e radicais do latim, transposição de construções latinas para o vernáculo português. Havia, também, introdução de muitos vocabulários eruditos, como herança das contradições ortográficas do passado, e primazia pela cultura e estudos clássicos e pelo caráter arcaizante da língua.

3.1 Indícios de fenômenos variáveis linguísticos no texto de Semedo

3.1.1 Indícios sobre variações gráficas e lexicais: palavras, polimorfismos gráficos

reduções de palavras abrev.: *porque* ~ *porq* / *que* ~ *q*

acentuação [variação na utilização dos acentos agudo e grave]: *pés* ~ *pès* / *fórma* ~ *forma* / *póros* ~ *pòros*

arbitrariedades ortográficas: uso c ~ sc: *nacido* ~ *nascidos*; **uso de g ~ j:** *sugeitos* ~ *sujeitos* ~ *sojeitos*

variação utilização til: *pão* ~ *paõ*

variáveis lexicais (gráficas): *mez* ~ *mês*

variações lexicais: *inchaços* ~ *inchações* / *bebedice* ~ *bebedeira* / *vomito* ~ *vomitorio* / *febril* ~ *febricitante*

latinizações e arcaísmos lexicais: *enferrando* ~ *adoecendo* / *utero* ~ *madre*

3.1.2 Indícios sobre variações morfológicas

verbos - 3ª pessoa plural: Presente do Indicativo - *preparaõ* (preparam) - *vejaõ* (vejam); **Preterito Perfeito do Indicativo -** *escrevêraõ* (escreveram) - *comêraõ* (comeram)

verbo haver (variação com a inserção e ausência do h): *Há* ~ *ha*, *aver* ~ *haver*, *aviaõ* ~ *haviaõ*

verbo poder: metafonía: PrId: *pòde* Pt2Id: *pode*

3.1.3 Indícios sobre variações sintáticas e pronominais

ordem das palavras na frase - sujeitos pospostos

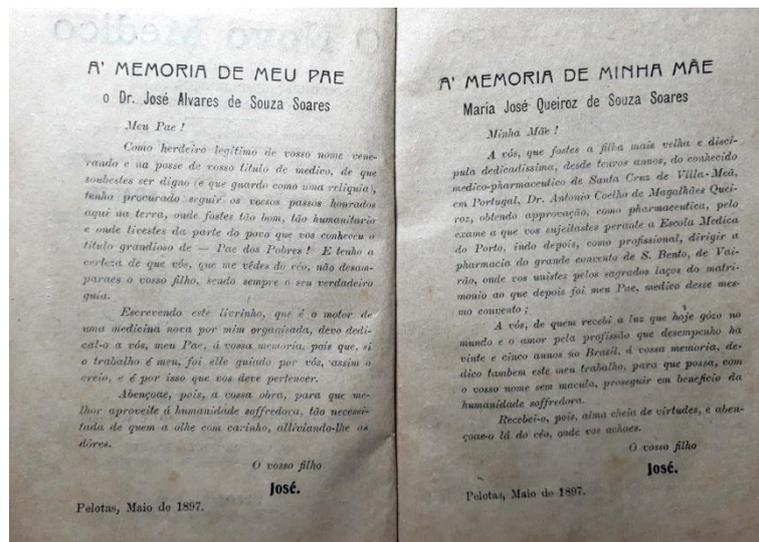
..., porque com qualquer destes remedios *tinha eu curado* semelhantes camaras;... (Obs XCVIII)

variação uso ênclise (adjunta ao verbo)

sangrallo [letra dupla]; *defenderme*, *metendolhe* [juntura]; *vendo-o*, *dar-lhas* [hifenizado]

4 O texto de José Alvares de Souza Soares: *O Novo Medico ou A Medicina Simplificada ao Alcance de Toda a Gente* (1887)

José Alvares de Souza Soares (1846-1911) veio para o Brasil aos 12 anos de idade. Em 1872, fixa-se no estado de Rio Grande do Sul, em Pelotas, e dedica-se aos estudos de botânica e de química. Torna-se farmacêutico e produz medicamentos como o "Peitoral de Cambará", que teve grande êxito junto dos meios médicos e do público, permitindo que o seu inventor fizesse avultada fortuna em poucos anos. Torna-se médico e o governo do Brasil reconheceu-lhe oficialmente a qualidade de industrial-farmacêutico-médico. Publicou várias obras sobre Medicina e homeopatia. Em 1887, publicou em Pelotas a 1ª edição do livro "O Novo Medico ou A Medicina Simplificada ao Alcance de Toda a Gente". Dedicou o livro aos seus pais, José Alvares de Souza Soares e Maria José Queiroz de Souza Soares. O pai, médico, ficou conhecido em Portugal como "Pae dos Pobres!"



4.1 Indícios de fenômenos variáveis linguísticos no texto de José Alvares de Souza Soares

4.1.1 Indícios sobre variações gráficas e lexicais

consoantes geminadas: repelle, accommettem, elle, soffredora, annos, delle, molles, axaggerado, secco, pannos...

palavras eruditas: transcripções, auctor, instrucção, prompts, machina (máquina), columna (coluna)

acentuação: territorio, possivel, titulo, medico, memoria, publico, molestias, toxicas sómente, gózo

s ~ z: paiz (país), paizes (p.12)

m ~ n: emfim ~ enfim

uso arbitrário h: ...muita gente que *ahi* vive, ... (p. 2); Nada, pois, mais simples e *comprehensivel!* (p. 13)

4.1.2 Indícios sobre variações fonológicas

aférese: ..., não cogite, no *conchego* do lar, ... (p. 2)

indícios de variação: ...; peço-vos sómente que *façaes* experiencias,... (p. 2); ..., *creada* no Brasil e na Europa para os laboratorios... (p. 3); A' memoria de meu *pae* (p. 4); ..., que me vêdes do *céo*, não desamparaes o vosso filho, ... (p. 4)

A nomenclatura *adoptada* pelo Auctor, nestes productos,... (p. 11)

vogais médias-baixas /ɛ/ e /ɔ/ acentuadas: *cérca* [de cercar]; *colhér, dóse*

4.1.3 Indícios sobre variações morfológicas

uso superlativos: ..., alias *facilima*, ... (p.2) ... discipliula *dedicadissima*,... (p. 5)

sufixos -oso(a): ...; estes são globos compostos de uma casca *membranosa* que encerra muitos humores mais ou menos liquido,...

uso pronomes enclíticos [hifenizados]: ..., devo *dedical-o* a vós, meu Pae,... (p. 4); Recebeio, pois, alma cheia de virtudes, e *abençoa-e-o* lá no céu, onde vos achaes.; ..., *curando-as* facilmente e no menor espaço... (p. 12); ..., Os ossos ... servem para *conserval-o* de pé e proteger outros órgãos. ...; as palpebras e pestanas, que cercam os olhos, servem para *defendel-os* da acção do ar e da luz. (p. 15)

verbo poder: PrId: *pòde* **Pt2Id:** *pode*

4.1.4 Outros indícios variáveis

uso de termos populares: ...em seguida aos olhos, no centro da face, tem duas cavidades tortuosas, separadas por um *tabique* (septo) mediano e que... (p. 15); Segue a face ou rosto (*cara*), tendo no alto... (p. 14); ... e suporta a caixa ossea do CRANEO ou *CABEÇA*, ... (p. 15); ...os 6 grandes molares que se chamam *queixaes*... (p.15); ..., destinana a impedir que os alimentos passem ás fossas nasaes (*buracos do nariz*), ... (p. 15); ...; tambem nos serve para dar o paladar (*o gosto*). (p. 15); ..., um pequeno corpo comprido chamado úvula (*campainha*), onde setimos...; ...acham-se duas glandulas da fórmula de amendoas, chamadas por isso amygdalas (*favos*). (p. 16); A larynge tem uma abertura situada atraz da lingua, chamada glotte e vulgarmente *gotto*. (p. 17); ... onde se une a uma parte do INTESTINO delgado (*tripa fina*), que recebe a sia digestão,... (p. 17); O pancreas ou *PASSARINHA* é uma glandula que se acha situada sobre a espinha dorsal,... (p. 18); O UTERO ou *madre* é um órgão destinado a receber o producto da concepção. (p. 18)

5 Concluindo

Todos os exemplos apresentados são potencialmente propícios para futuros estudos em particular ou comparativamente com outras obras de diferentes períodos da história do português. O trabalho buscou apresentar um amplo e diversificado panorama de aspectos gramaticais e linguísticos do português do século XVIII (Semedo) e do século XIX (Souza Soares), uma vez que a obra de Semedo é linguisticamente riquíssima e merecedora de futuras análises mais detalhadas dos diferentes aspectos variacionistas identificadores de um estágio importante da história diacrônica do português. A descrição apresentada levou em consideração dados referendados por importantes autores em diferentes obras referentes à história da língua portuguesa [cf. bibliografia]. Novas pesquisas sobre o médico português José Alvares de Souza (1796 – 1849), "O Pai dos pobres", são necessárias, assim como é importante também pesquisar a possibilidade da existência dos manuscritos da obra "O Novo Médico" de José Alvares de Souza Soares ou Visconde de Souza Soares e aprofundar as análises variacionistas nas obras de Semedo e Visconde de Souza Soares.

Por fim, torna-se importante e fundamental novas pesquisas e estudos sobre obras médicas escritas no Rio Grande do Sul no século XIX. Como sabemos, a primeira Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul foi fundada em 1898: Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Portanto, são raros os textos médicos escritos no século XIX e, por isso mesmo, esses textos são importantes e devem merecer atenção especial com relação aos estudos históricos e linguísticos.

Referências

- CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo. **Sociolingüística histórica**. Madrid: Gredos, 2007.
- LABOV, William. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994.
- MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In LOBO, Tânia [et al.]. **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, p. 533-542, 2012.
- MARQUILHAS, Rita. Non-anachronism in the historical sociolinguistic study of Portuguese. **Journal of Historical Sociolinguistics**, 1(2), p. 213- 242, 2015.
- ROMAINE, Suzanne. **Socio-historical linguistics: its status and methodology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- SILVA NETO, Serafim da. **Língua, cultura e civilização**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1960.

OBRAS DE MEDICINA EM PORTUGUÊS DO SÉCULO XVIII: TERMINOLOGIAS, CONCEITOS E A HUMANIDADES DIGITAIS¹

Maria José Bocorny Finatto²

Resumo: Com apoio da FAPERGS e do CNPq, iniciamos uma pesquisa para reforçar e ampliar a produção científica de área ainda pouco explorada no Brasil, a Terminologia Diacrônica. Este artigo relata as bases da pesquisa, caracteriza seus fundamentos teóricos, materiais sob estudo e apresenta um ensaio inicial sobre a terminologia empregada em obras sobre Medicina, impressas em português no século XVIII. A pesquisa centra-se nas obras do médico alentejano João Curvo Semedo (1635-1719), baseando-se na Teoria Sociocognitiva da Terminologia, na Linguística Histórica, Linguística de *Corpus* e no Processamento de Linguagem Natural. Conexo à pesquisa, está o campo das Humanidades Digitais, disciplina que se ocupa de reunir, conservar e estudar acervos históricos, de diferentes tipos e formatos, digitalizados e tratados com o apoio de recursos computacionais.

Palavras-chave: terminologia diacrônica – linguagem da Medicina – *corpora* históricos

1 Introdução

Iniciamos, em meados de 2019, com apoio da FAPERGS e do CNPq, uma investigação para reforçar e ampliar a produção científica em área ainda pouco explorada no Brasil, a Terminologia Diacrônica. Nela tratamos de um conjunto de obras de Medicina impressas, publicadas em português no século XVIII, as quais estarão reunidas em um *site* especialmente desenvolvido (<http://www.ufrgs.br/textecc/terminologia/>). Nessa pesquisa, centramo-nos nas obras do médico alentejano João Curvo Semedo (1635-1719), expandindo uma ideia apresentada em Finatto (2018).

Nossas principais referências teórico-metodológicas advêm da Linguística Aplicada, destacando-se a Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TEMMERMAN, 2000, 2001, 2004) e as perspectivas textuais e comunicativas da Terminologia (KRIEGER; FINATTO, 2004; KRIEGER, 2000, 2004). Além desses subsídios, apoiamo-nos em estudos de Linguística Histórica (FARACO, 1991; CASTRO, 2006), de Filologia Digital (SOUSA, 2013) e de Linguística de *Corpus* (BERBER SARDINHA, 2000, 2004). Igualmente, nos auxiliam trabalhos e colegas do Processamento de Linguagem Natural (PLN), área também chamada *Linguística Computacional* (VIEIRA; LIMA 2001).

Conexo à pesquisa, como pano de fundo, está o campo das Humanidades Digitais, (MARQUILHAS; HENDRICKX, 2016), entendido como uma “transdisciplina” que se ocupa da reunião, conservação e estudo de acervos históricos, de diferentes tipos e formatos, de objetos a textos – impressos ou manuscritos, com o diferencial que são digitalizados e tratados com o apoio de recursos computacionais. Essa aproximação dá-se pelo fato de que, no todo da investigação, buscamos organizar, oferecer e investigar, com apoio computacional e linguístico-filológico especializado, um *Corpus* Histórico da Linguagem da Medicina em Português.

Esse *corpus*, oferecido gratuitamente *on-line*, foi planejado para atividades de ensino, presenciais e a distância, como também para apoiar pesquisa e extensão universitárias. Embora ainda incompleto, com previsão de conclusão em 2023, esse material já está sendo aproveitado por estudantes dos cursos de Letras, alunos de Linguística História e Terminologia, e por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

O nosso *corpus* será temático e cronologicamente marcado, abrigando apenas obras impressas de Smedo sobre “Doenças e seus tratamentos”. Além de um conjunto de seis obras-fonte, adiante descrito, prevemos oferecer, junto ao *corpus*, uma série de conexões, com informação metatextual e representações de conteúdo.

J. C. Smedo (1635-1719) foi uma referência fundadora – e bastante polêmica - do conhecimento médico e farmacológico produzido e divulgado em língua portuguesa. Conforme Lourenço (2016), suas obras fornecem uma “moldura de significação” para a feição da circulação dos conhecimentos científicos do século XVIII. O papel desse autor pode ser deduzido pela grande quantidade de livros vendidos, que chegaram a vários países da Europa e às colônias portuguesas, como também pelas inúmeras citações e referências sobre seus escritos.

Smedo dirigia-se, especialmente, aos médicos iniciantes e aos cirurgiões-barbeiros que tinham dificuldades com o Latim. Daí serem objeto, ao longo da nossa pesquisa, também, de considerações sobre a sua Acessibilidade Textual e Terminológica (FINATTO; MOTTA, 2019), o que tem a ver com uma possível facilitação da linguagem empregada. Essa provável facilitação, por si só, renderia uma outra pesquisa, histórica e linguístico-terminológica.

As obras de Smedo no nosso *corpus* correspondem a um acervo com cerca de 2 mil páginas impressas. Esse material já foi coletado digitalizado, em diferentes plataformas, repositórios e bibliotecas *on-line*. Nosso objetivo é tratar as obras e oferecê-las, em novos formatos e suportes, incluindo transcrições filológicas. Nessas transcrições, buscamos respeitar a ortografia original e, quando possível, oferecer segmentos em ortografia atualizada. Junto a elas, prevemos descrições comentadas da linguagem e das terminologias empregadas, além de glossários e representações visuais do conteúdo geradas com apoio de ferramentas computacionais – adiante exemplificadas.

A intenção é ampliar um acervo digital, lançado inicialmente como um *corpus*-amostra (FINATTO, 2018), dedicado apenas a uma das obras de Smedo, publicada em 1707. Nela temos o relato de 101 casos de doenças tratados pelo médico. Partindo desse livro, com trechos ilustrados nas Figuras 1 e 2, a seguir, buscamos um acervo mais robusto. Isso se justifica porque

corpora digitais históricos temáticos em português, linguisticamente tratados, ainda são relativamente raros no panorama nacional e internacional.

Figura 1 – Capa da obra de Semedo (1707) – Observações Médicas doutriniais de cem casos gravíssimos. Fonte: *Google Books*

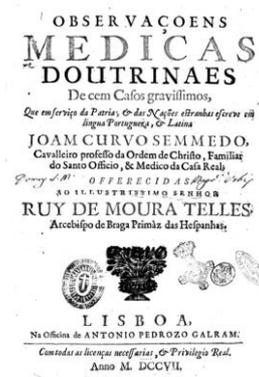


Figura 2 - Amostra do conteúdo da obra (Semedo, 1707) – com retrato do autor, já idoso, e da página 1, com a Observação I – sobre uma cólica nefrítica. Fonte: *Google Books*



Na sequência, trazemos uma brevíssima apresentação do nosso embasamento teórico-metodológico, com a Terminologia Diacrônica e a Filologia Digital. Depois, mais detalhes sobre o *corpus*. Por fim, alguns ensaios iniciais com apoio de ferramentas computacionais e algumas considerações sobre o prosseguimento da pesquisa.

2. Fundamentação teórico-metodológica

Nossa pesquisa, embora transdisciplinar, concentra-se nos estudos de Terminologia. A Terminologia pode ser entendida como um ramo da Linguística Aplicada que trata da descrição e da análise dos diferentes fenômenos associados à comunicação técnico-científica. Usamos *Terminologia* com inicial maiúscula, pois a entendemos como uma especialidade ou disciplina, na qual as terminologias assumem papel de destaque. Afinal, “pelo fato de o conhecimento ser necessariamente codificado por meio de termos, o tratamento e a sistematização terminológica são fundamentais” (BALESTRO; ALMEIDA; PIEROZZI, 2017).

No Brasil, o *modus operandi* de estudos e produtos de Terminologia tem sido mais descritivo e analítico do que normativo. Isto é, interessam não só designações padronizadas ou “corretas”. Um exemplo: embora o termo “sistema digestório” seja a forma atual padronizada na terminologia anatômica brasileira, também importa, em Terminologia, verificar outras designações, mesmo as populares. Assim, além da forma “padrão”, incluímos “sistema digestivo” e “aparelho digestivo” como suas variantes. A variação das terminologias, em diferentes cenários comunicativos, é nosso ponto de atenção primordial.

2.1 Terminologia Diacrônica (TD)

Para Krieger (2006), o vocabulário ou o léxico de uma língua, “longe de ser um bloco monolítico, constitui-se como um conjunto heterogêneo”, pois há diferentes matizes e elementos na sua composição. A heterogeneidade, a diversidade e a mutabilidade, assim, perfazem a língua e o léxico, planos que se combinam em um dinamismo natural. É “esse dinamismo que torna o léxico o pulmão das línguas, e, simultaneamente, um objeto multifacetado e em constante mobilidade” (KRIEGER, 2006, p. 163).

A TD trata, justamente, de recuperar e sistematizar essas transformações entre o presente e o passado no que tange às linguagens técnico-científicas. Assim, em tese, o estudo de um texto do passado, como, por exemplo, o *Traité élémentaire de Chimie* de Lavoisier, escrito em 1789, pode auxiliar a melhor entender várias motivações para a configuração da linguagem da Química em seus textos do presente.

Embora se reconheça, há bastante, o valor desse tipo de enfoque, Dury e Picton (2009, p. 31) já haviam situado e explicado alguns obstáculos para a (in)existência ou pouca produção desse tipo de pesquisa em Terminologia. Para uma boa contextualização e atualização dessas dificuldades, recomendamos o artigo de Macedo (2019).

Um empecilho segue sendo, infelizmente, a percepção de que esse tipo de estudo seria algo pouco relevante frente às necessidades prementes do trabalho com as linguagens e as

ciências do presente. Apesar disso, há também, desde bastante tempo, propostas para uma “reconciliação” com os estudos diacrônicos no cenário da Terminologia.

Tal reconciliação já havia sido colocada nos programas de pesquisa lançados por Rita Temmerman (TEMMERMAN, 2000, 2001, 2004). Neles, desenha-se a Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TSCT), que ainda carece de realizações no Brasil. Ao defender a importância de descrever o caráter evolutivo das unidades de compreensão – que na TSCT tomam o lugar dos “conceitos”, essa teoria, justamente, acolhe e estimula a diacronia.

Para concretizar a TSCT entre nós, entretanto, valeria ponderar sobre como contornar empecilhos para esse tipo de pesquisa. Nesse contexto, compilar *corpora* que cobrem apenas um período, como o século XVIII, parece empreitada onerosa frente às utilidades mais imediatas dos estudos com textos atuais sobre temas de Medicina. Esse aspecto, em tempos em de uma pandemia mundial de COVID-19, tornou-se bastante relativo. Afinal, nunca se voltou tanto ao tema de doenças do passado tentando dar conta do que nos assola no presente. Frente à pandemia, em 2020, nunca testemunhamos tantas buscas, feitas por diferentes cientistas, de diferentes especialidades, por registros escritos da época da Gripe Espanhola, por relatos de antigas epidemias e seus tratamentos. Sem contar buscas sobre como eram produzidas as primeiras vacinas nas colônias americanas.

No trabalho de organizar um *corpus* linguístico para compartilhamento, contar com dicionários e outros repertórios, especialmente as obras da mesma época, é fundamental. Recorrer a outros *corpora* históricos, de temática genérica, não especializada, também é uma necessidade, pois permitem contrastar o material sob exame com os usos comuns de língua do período em foco. Isso será exemplificado mais adiante.

Para Berber Sardinha (2004), a padronização dos usos de língua é uma regularidade expressa na recorrência sistemática de palavras que são frequentemente usadas combinadas ou conexas. Isto é, a padronização é passível de ser observada por combinatórias recorrentes de elementos, de palavras até construções frasais. Para definir padrões de uma palavra ou de uma expressão, também em textos antigos, é necessário examinar as outras palavras e estruturas usualmente associadas a ela que, de alguma forma, espelham o seu significado. Isso representa detectar “rotinas de uso”, algo que se aproxima ao princípio “diga-me com quem andas e te direi em és”, aplicável a palavras. Sobre essa propriedade distributiva, em Linguística de *Corpus*, valendo o mesmo também para a TD, postula-se que se conhecerá, realmente, uma palavra pelas companhias com as quais ela se juntar. Isso também estará nas representações de conteúdo conexas ao nosso *corpus*.

Além de padrões linguístico-terminológicos, buscamos, com auxílio de ferramentas informatizadas, obter descrições sobre relações expressas nesse domínio, conforme colocadas no *corpus*. Isso é feito usando, entre outras experiências, a proposta de Alves, Chishman e Quaresma (2007) para construção de *ontologias* ou de *estruturas conceituais*. Sobre o tema Ontologia & Terminologias, vale consultar os registros de uma série de eventos específicos em: <http://toth.condillac.org/proceedings>.

Nosso estudo, pela natureza do documento digitalizado a que temos acesso, é bastante feito com apoio computacional. Entretanto, conforme já alertou Freitas (2017), é importante não esquecer que o digital nunca será o original. No seu contexto, é dele mais uma representação do que qualquer outra coisa. Nesse sentido, ter uma obra já digitalizada, “fotografada no todo”, é apenas uma primeira etapa de uma série de outras tantas que são necessárias para que o seu conteúdo possa ser usufruído de modo *on-line*.

2.2 Humanidades Digitais e Filologia Digital

As Humanidades Digitais (HD) são definidas, por diversos centros de investigação formados desde 2010, em contexto nacional e internacional, como uma “transdisciplina”. Trata-se de um novo ponto de convergência e de sinergia de conhecimentos. Ele é algo como um ponto de atravessamento, que agrega métodos e dispositivos advindos das Ciências Humanas e Sociais (como as áreas de Letras e Linguística, Filologia, História, Museologia, Arquivologia, etc.) ao mesmo tempo em mobiliza ferramentas e abordagens da tecnologia digital, com contribuições das Ciências Exatas e da Computação, além de outras ciências.

Como destaques da pesquisa das HD, vemos acervos de valor histórico reunidos e explorados com apoio computacional. Além dos escritos, também se destacam *corpora* de dados de diferentes modalidades e naturezas, como reconstituições históricas de objetos físicos, (re)construções digitais tridimensionais de paisagens e de cidades antigas, atlas histórico-digitais, mapas de regiões, reproduções de monumentos e de artefatos, até reconstruções informatizadas – integradas a modelos de animação - de organismos.

Nesse contexto, produzida a digitalização de um texto - impresso ou manuscrito - será preciso tornar essa informação acessível também em outras formas. No caso do estudo linguístico (e terminológico), a partir do formato de imagem, será necessário poder distinguir unidades de palavras e existir condições para que os caracteres sejam opticamente reconhecíveis. Nesse ponto, entra em cena a Filologia Digital e o trabalho da edição do texto, que corresponde a um processo de rerepresentação do texto original (para mais detalhes, ver

PAIXÃO DE SOUSA, 2013). Isso é feito para que a leitura e a compreensão do texto sejam facilitadas, aproveitadas para diferentes finalidades.

Nesse processo, para haver um texto antigo disponível *on-line*, na sua grafia original e, se possível, também acompanhado da versão em ortografia atualizada, serão cumpridas várias etapas de um trabalho humano tão complexo quanto árduo. Assim, “camadas de dados” são acrescentadas ao documento-fonte.

Como descreveram Monte e Paixão de Sousa (2017), após a digitalização, cuja leitura o tempo, por si só, tornou difícil “desvendar”, atuarão os linguistas-filólogos (BANZA; GONÇALVES, 2018, p. 13.). Esses profissionais, associados aos terminólogos, fazem a transcrição cuidada do texto, conforme critérios linguísticos, para seu oferecê-lo em diferentes formatos. Essa transformação, gerada em diferentes formas, visa a tornar o documento compreensível para diferentes fins, incluindo o processamento por máquina.

3. Obras reunidas e fontes de apoio

A relevância Semedo e das suas obras para os estudos históricos sobre doenças e seus tratamentos em língua portuguesa presidiu o desenho do nosso *corpus*. Assim, estamos trabalhando com as seguintes obras e respectivas edições:

1. *Observações medicas doutrinaes de cem casos gravíssimos, que em serviço da pátria, & das nações estranhas escreve em língua portugueza, & latina*. Lisboa, **1707**. 616p. Disponível em *Google Books* e Biblioteca CESIMA da PUC-SP
2. *Atalaya da vida contra as hostilidades da morte; fortificada e guarnecida com tantos defensores, quanto são os remédios, que no decurso de cincoenta e oytto anos experimentou [...]*. Lisboa Occidental: na Officina Ferreyrenciana, **1720/1721**. 696p. Disponível em *Google Books* e Biblioteca CESIMA da PUC-SP
3. *Polyanthea Medicinal. Noticias galenicis e chymicas*. 2a Impressão. Lisboa: Officina de Antonio Pedroso Galram, **1704**. 990p. Disponível em *Google Books*
3a Impressão. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, **1716**. 879p.
4a Impressão. Lisboa: Officina de Antonio Predrozo Galram, **1727**. 879p.
4. *Manifesto que o Doutor [...], médico morador em Lisboa faz aos amantes da saúde, e attentos às suas consciências*. Lisboa: Valentim da Costa Deslandes, 1706. 11p. Disponível em *Google Books*
5. *Proposta que o Doutor Joam Curvo Semmedo, Medico, morador em Lisboa, faz aos amantes da saúde, & consciências*. 8p. s/l. s/d. Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal: <http://purl.pt/15026>
6. *Memorial de vários simplicis que da India Oriental, da América e de outras partes do mundo vem ao nosso Reyno para remédio de muitas doenças, no qual se acharão as virtudes de cada um, e o modo com que se devem usar*. 32p. s/l. s/d. Disponível em Biblioteca Digital Hispânica: <http://bdh.bne.es>

Como fontes de apoio, entre vários materiais, especialmente dissertações teses sobre a história da Medicina, recorremos a um conjunto de dicionários antigos e atuais, em diferentes edições. Os dicionários antigos do português produzidos nos séculos XVII e XVIII prestam auxílio inestimável à medida que incluem terminologias e informações sobre elas.

4. Alguns resultados iniciais

Imaginemos que precisássemos compreender o que se entendia pelo termo FEBRE no século XVIII, partindo, não de dicionários, mas do nosso *corpus*. Além de tentar recuperar um entendimento, conceitual, sobre FEBRE, vamos supor também que interrogássemos, a partir dessas obras, o seguinte: a que o elemento – ou termo(s) ou conceito(s) ou concepção(ões) - FEBRE se associa? Que escalas havia para medir FEBRE no século XVIII? Quais eram as suas causas? Que tipos de FEBRE havia na época? Como a FEBRE era tratada? Que ideias sobre fisiologia ou anatomia humanas estavam associadas ao termo?

Naturalmente, antes de mais nada, uma busca de estudos pré-existentes de historiadores da Medicina será indispensável. No caso de *febres*, vale retomar os diferentes trabalhos e estudos sobre o tema, por historiadores, como os do PPG em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (por exemplo, EDLER; FREITAS, 2013).

Vejamos agora que respostas nos ofereceria apenas uma das obras de Semedo. Vamos àquela intitulada – na ortografia original da época - “*Observações medicas doutrinaes de cem casos gravíssimos (...)*”. Conforme já citado, esse livro contém o relato de 101 casos de doenças de perfil bastante variado, e os tratamentos empregados – com sucesso ou não - pelo médico, que também produzia seus próprios “medicamentos”. Um trecho está na Figura 3.

Figura 3 – Trecho da Observação número 3, de Semedo (1707). Fonte: Google Books



Para enfrentar as perguntas acima, será importante contar com todo o texto do livro em um formato mais acessível, além da imagem, embora apenas a digitalização já permita uma série de aproveitamentos. No caso dessa obra apenas, a expressão FEBRE ocorre ao longo de

183 das suas 635 páginas, usada mais de 200 vezes. As notas laterais, em Latim, vistas na Figura 3, não estão sendo consideradas.

Como linguistas, podemos dizer que a transcrição do texto em português e a sua edição filológica, em diferentes formatos, tendem a oferecer ótimas alternativas para subsidiar diferentes pesquisas. Vejamos, a seguir, um segmento do original de Semedo (1707) e o respectivo trecho em transcrição filológica. Conforme citado, essa versão do texto busca preservar a ortografia original ao mesmo tempo que insere marcas-guia para a leitura e para o processamento computacional. A Figura 4, a seguir, traz parte da *Observação 89*, p. 515-520. Nela, Semedo, em relato de 1702, está às voltas com o tratamento de mais um caso de FEBRE. Os números entre colchetes sinalizam a divisão por linhas no original; os itens entre < > mostram as separações de sílabas no original; a cor vermelha é apenas para destacar o item de busca.

Figura 4 - Trecho original, Semedo (1707), *Observação 89*, com exemplo de transcrição filológica.

4. Em quatro de Outubro de 1702. adoeceo hum criado do Marquez de Arronches chamado Manoel Velho; tinha este sobre huma grande febre, ourinas muito vermelhas, grandes ancias de coração, faltio, & sobre tudo era mui robusto: por estes finaes me pareceo, que reynava nelle huma grande abundancia de sangue, & que feria necessario, & conveniente o sangrallo; porém vendo que quantas mais sangrias lhe dava, tanto mais a febre, & os symptomas crecsciaõ, & as ourinas se coravaõ, entendi que a colera era a que fazia a febre, & dava aquella cor, & tintura vermelha às ourinas, & que sendo isto assim, o mataria se o sangralle

[132] 4. Em quatro de Outubro de 1702. adoeceo hum
[133] criado do Marquez de Arronches chamado Manoel
[135] Velho; tinha este sobre huma grande febre, ourinas
[135] muito vermelhas, grandes ancias de coração, fastio,
[136] & sobre tudo era necessario, & os symptomas crecsciaõ, &
[137] as ourinas se coravaõ, entendi que a colera era a que fazia <fa-zia>
[138] a febre, & dava aquella cor, & tintura vermelha
[139] às ourinas, & que sendo isto assim, o mataria se o sangralle <san-grasse>

Naturalmente, é possível enfrentar a leitura do livro tal como está na imagem, apenas com o acesso em formato PDF. Com a digitalização, muita coisa pode ser feita. Mas, como estamos defendendo, será importante ir além dela. O arquivo, no todo, deveria poder ser “computacionalmente preparado” a partir do seu formato .TXT (somente texto).

Nessa direção, poderíamos aproveitar também experiências e expertise dos diferentes pesquisadores linguistas do Brasil e de Portugal que já têm trabalhado com *corpora* históricos do português, como os citados em Castilhos (2019). Pensando nisso, ao voltar para a Figura 4, vemos, na transcrição filológica – que pode ser executada de diferentes maneiras – outro tipo de representação do texto. Nela marcam-se as linhas na página e a separação de sílabas, enquanto alguns caracteres tipográficos antigos foram “atualizados”. Cada um desses

procedimentos justifica-se por um fim específico e visa permitir o processamento do texto. A ortografia antiga e irregular, a variação gramatical e tipografias diferenciadas, sem contar a significação de palavras e a semântica do texto como um todo, oferecem um desafio importante para o tratamento linguístico e computacional da informação.

Apesar das dificuldades, do passado dessas obras, descortinam-se conhecimentos para o presente, sobretudo se tivermos em mente o que significavam as doenças e os doentes de ontem e hoje. Perguntas dirigidas ao texto antigo podem ajudar a compreender melhor o que nos aflige nos dias de hoje. Aqui, vale mais um exemplo ilustrativo: o que era ser velho(a) ou ser gordo(a) em 1707? Como quem lidava com pessoas enfermas e com determinadas populações tinha que agir ou era obrigado a agir, dadas as limitações de conhecimento científico e de recursos materiais?

Para ampliar essa percepção, buscamos ocorrências de FEBRE em outros documentos produzidos na mesma época. No *corpus histórico Tycho Brahe*, desenvolvido no IEL na UNICAMP, por exemplo, acessa-se gratuitamente um acervo *on-line* com diferentes tipos de documentos antigos em português. Veja em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>. Do século XVIII, temos o material intitulado *Gazetas manuscritas da Biblioteca de Évora. Vol. I (1729-1731)*. Nele encontramos, por exemplo, 18 ocorrências para o termo FEBRE.

Essas *Gazetas* são um conjunto de jornais produzidos à mão, em Portugal, uma década após a morte de Semedo. O volume das *Gazetas*, nesse *corpus*, é composto por um conjunto de 56.771 palavras (*tokens*) e o material pode ser acessado em ortografia modernizada ou antiga. Combinatórias de palavras e buscas por classes gramaticais também são oferecidas.

O número de 18 ocorrências para FEBRE parece, à primeira vista, baixo nas *Gazetas* em relação à frequência da palavra na obra de Semedo. Entretanto, ampliando as buscas filtradas, será possível perceber todo um universo de palavras em torno de doenças nas *Gazetas*, além de FEBRE. Isso confirma, obviamente, que são dois gêneros e tipos textuais diferentes: um “pré-jornal”, manuscrito, e um “pré-manual” de Medicina.

Entretanto, em torno de FEBRE, nas *Gazetas*, há ocorrências da palavra **sezão (sezões)**, item aparentemente imbricado no campo semântico das enfermidades. São 04 ocorrências para **sezão** e 49 para **sezões**. O potencial enlace semântico com FEBRE é presumível pelos contextos frasais da palavra e por fontes de referência da época, como os dicionários.

Confirmada a associação entre FEBRE e SEZÃO(ÕES), um pesquisador linguista e/ou terminólogo, tratando desse caso, buscará informações sobre essas palavras ou expressões em dicionários e em outros *corpora* históricos disponíveis. Assim, descobrirá, por exemplo, que expressão **sezão** é definida no dicionário de Silva Pinto - *Diccionario da Lingua Brasileira*

publicado em Ouro Preto, Brasil, em 1832, como “**febre terçã ou quartã**”. Assim, desvelam-se variações e sinônimos para FEBRE na escrita da época e em outras obras sobre Medicina disponíveis no Brasil e em Portugal. Em torno de FEBRE, enfim, há muito mais.

Para finalizar esta parte ilustrativa, vejamos uma representação de conteúdo de uma outra das 101 *Observações* de Semedo, que também inclui o assunto FEBRE(S). Essa representação é gerada pelo sistema SOBEK (REATEGUI *et al*, 2018), um recurso computacional preparado para lidar com o português atual. Acessível gratuitamente em <<http://sobek.ufrgs.br>>, ele analisa as palavras recorrentes em um texto, sendo capaz de identificar termos/palavras relevantes e representá-los graficamente. A relevância nesse sistema, vale frisar, é de natureza estatística. É estabelecida a partir de diferentes cruzamentos entre o texto de entrada, frequência de palavras e suas conexões, e do contraste com uma base de padrões de distribuição de palavras de outros textos – que são também textos da atualidade.

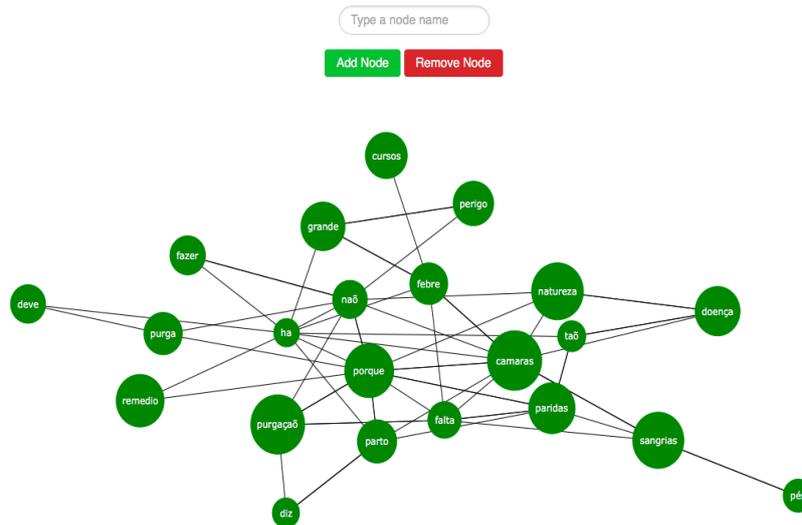
O texto que veremos sendo processado pelo SOBEK é a *Observação 92*, que tem 1.382 palavras e traz mais um caso de febre. A seguir, um trecho dessa *Observação*, em outro tipo de transcrição, sem marcas, sem separações de sílabas e sem as marcas de trocas de linhas, adaptada para o processamento dessa ferramenta:

OBSERVAÇAM XCII

De huma Senhora, a quem estando sobre parto faltou a evacuaçãõ do puerperio, & logo lhe deu febre acompanhada com muitos cursos, & de tudo a livre dando lhe oito sangrias nos pés.

1. Huma das cousas que faz grande embaraço aos Medicos principiantes, he como se hão de aver quando saõ chamados para alguma mulher parida, a quem achaõ com febre, camaras, & faltas de purgaçãõ lochial; porque como tem lido em varios lugares de Galeno, (1.) que avendo febre juntamente com camaras, naõ sangrem, porque se sangrarem, & as camaras continuarem, cahiráõ os doentes em tal fraqueza, que morrerão: à qual sentença definitiva se ajunta, que a natureza naõ poderá soportar duas evacuações juntas sem perigo da vida, isto os acovarda de maneira, que naõ ousaõ a sangrar; por outra parte estaõ vendo muitas vezes, que a febre he grande, & que para as grandes febres diz o mesmo Galeno, (2.) & a experiencia o mostra, que naõ ha remedio mais presentaneo, & efficaz que as sangrias; outra parte estaõ vendo a falta da purgaçãõ do puerperio, & que esta por nenhum caminho se pôde suprir melhor, que com as sangrias dos pés: daqui vem o embaraço, & perplexidade no que haõ de obrar; porque para naõ fazer remedio algum, sobre arguir ignoramcia, he impiedade, porque he deixar a natureza de desemparrada, & entregue nas mãos do inimigo; para applicar purga, he impropria sobre parto, aonde ha muitas camaras acompanhadas com febre; para sangrar, ha grande temor de perder forças sem alivio da doença, & com risco da vida: para que pois o Medico se naõ veja embaraçado, & confuso, direi nesta Observaçãõ o que tenho feito em casos semelhantes com prospera fortuna.

Figura 5 - Uma representação de conteúdo de toda a *Observação 92* de Semedo (1707). Fonte: sistema SOBEK



Aqui se encerram nossos exemplos ilustrativos do potencial do trabalho nos campos da Terminologia Diacrônica e das Humanidades Digitais. Esperamos que eles mostrem um pouco do que estamos fazendo durante a composição do *corpus*. Quisemos mostrar, com diferentes transcrições (ou camadas de dados), como é possível contornar algumas dificuldades técnicas e obter bons rendimentos de ferramentas computacionais, mesmo das que não foram produzidas para lidar com textos antigos. Vale ainda citar que há poucos recursos computacionais especialmente feitos para o tratamento do português antigo.

5. Considerações finais

A validade desse tipo de pesquisa vai além do âmbito dos Estudos da Linguagem, da Etimologia, da Linguística Histórica ou da Filologia ou da Terminologia. Afinal, é um tipo de estudo – teórico e aplicado - que enseja cooperações em pesquisa para além da área “das Letras”, conforme favorece o “espírito” da Humanidades Digitais. Fato confirmador é que são conduzidos hoje, no Brasil, por exemplo, pela FIOCRUZ, especialmente pelo PPG em História das Ciências e da Saúde (ver PIMENTA; GOMES, 2016) estudos com obras antigas que tratam sobre diferentes temas relacionados a doenças e seus tratamentos. Neles já temos buscado muita informação para situar fenômenos da linguísticos e os usos de terminologias.

Pelo lado dos Estudos da Linguagem, ao construir *corpora* históricos do Português, inspirados em trabalhos como o *corpus Tycho Brahe*, já nos conectamos a toda uma comunidade

de pesquisadores linguistas e terminólogos. Mas, sem dúvida, o potencial para outros e novos diálogos, com colegas de diferentes áreas, pode ser bem maior, especialmente quando imaginamos *corpora* conexos, organizados por (sub)temas e épocas específicos. Nesse ponto, colocamo-nos abertos e dispostos a novos encontros de cooperação em pesquisa, movidos pela Terminologia Diacrônica baseada em *corpus*, em meio ao instigante cenário das Humanidades Digitais.

Referências

- ALVES, I. M. da R; CHISHMAN, R. L. de O ; QUARESMA, P. (2007) Verbos do domínio jurídico: uma proposta de organização ontológica com vistas ao PLN. **Veredas** (UFJF. Impresso), Juiz de Fora – MG, v. 6, p. 55-65, 2007.
- BALESTERO, M. de S.; ALMEIDA, G. M. de B.; PIEROZZI JUNIOR, I. Quando o especialista de domínio e as novas tecnologias entram em cena: impactos na definição terminológica. **Revista Linguagem**, São Carlos, v.30, n.1, p. 1-27, jan./jul. 2019. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1108877> . Acesso em 05 agosto 2020.
- BANZA, A. P.; GONÇALVES, M. F. 2018. **Roteiro de História da Língua Portuguesa**. Évora: UNESCO/ Chair in Intangible Heritage and Traditional Know-How: Linking Heritage, 2018. https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/22196/1/Roteiro_de_História_da_L%C3%ADgua_Portuguesa.pdf
- BERBER SARDINHA, T. Linguística de Corpus: histórico e problemática. **DELTA**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 323-367, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502000000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Agosto 2020.
- BERBER SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**. São Paulo: Manole, 2004.
- CASTRO, I. **Introdução à história do Português**. 2ª ed. revista e ampliada. Lisboa: Edições Colibri, 2006.
- CASTILHOS, A. (Org.) **História do português brasileiro - vol. 2: Corpus diacrônico do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2019.
- DURY, Pascaline; PICTON, Aurélie Picton. Terminologie et diachronie: vers une réconciliation théorique et méthodologique? **Revue française de linguistique appliquée**, 2009/2, (XIV), p. 31- 41, 2009. Disponível : <https://www.cairn-int.info/revue-francaise-de-linguistique-appliquee-2009-2-page-31.htm> Acesso em 05 out.2020.
- EDLER, Flavio Coelho ; FREITAS, Ricardo Cabral de . O "imperscrutável vínculo": corpo e alma na medicina lusitana setecentista. **Varia Historia**, Belo Horizonte – MG - v. 29, p. 435-452, 2013.
- FARACO, C. A. **Linguística Histórica**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

FINATTO, M. J. B.; MOTTA, E. Terminologia e Acessibilidade. **Revista GTLex**, Uberlândia – MG, v. 2, n. 2, p. 316-356, 3 jan., 2019.

FINATTO, M. J. B. Corpus-amostra português do século XVIII. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia – MG, v. 12, n. 1, p. 435-464, 29 mar., 2018.

FREITAS, C. Estudos linguísticos e Humanidades digitais: corpus e descorporificação. **Gragoatá**, [S.l.], Niterói – RJ, v. 22, dez. 2017, n. 44, p. 1207-1227, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33556>>. Acesso em: 05 Out. 2020.

KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia**: Teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

KRIEGER, M. da G. Terminologia revisitada. **DELTA**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 209-228, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502000000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Out. 2020.

KRIEGER, M. da G. Do reconhecimento de terminologias: entre o linguístico e o textual. In: ISQUERDO, A.N & KRIEGER, M.G. (org.) **As ciências do léxico**. V.3 Campo Grande - MS, Ed. UFMS, 2004. p. 327- 340.

KRIEGER, Maria da Graça. Lexicografia: o léxico no dicionário. In: SEABRA, Maria Cândida T. C. de (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 157-172, 2006.

LOURENÇO, T. S. **O médico entre a tradição e a inovação: João Curvo Semedo**. 2016. 176p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Niterói-RJ, 2016. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2002.pdf>. Acesso em: 05 Out. 2020

MACEDO, C. A arte da Tradução: um breve exercício de Terminologia Diacrônica. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n.o 59, outubro. p. 255-270, 2019. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/92537/54508>. Acesso em: 05 Out. 2020

MARQUILHAS, R.; HENDRICKX, I. Avanços nas humanidades digitais. In: MARTINS, A. Maria, CARRILHO, Ernestina (Org.). **Manual de Linguística Portuguesa**. MRL: Berlin/Boston, De Gruyter 16, p. 252–277, 2016.

MONTE, Vanessa Martins do; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Por uma filologia virtual: o caso das atas da câmara de são paulo (1562-1596). **Revista da ABRALIN**, [S.l.], v. 16, n. 1, abril. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/51938>>. Acesso em: 05 Out. 2020

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. A Filologia Digital em Língua Portuguesa: Alguns caminhos. In: GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. (coord.). **Património textual e humanidades digitais: da antiga à nova Filologia**. Évora: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS)/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), p.

113-138, 2013. Disponível em <http://books.openedition.org/cidehus/1089> Acesso em: 05 Out. 2020

PIMENTA, T. S.; GOMES, F. (Org.). **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

REATEGUI, E; COSTA, A. M. P.; EPSTEIN, D.; CARNIATO, M. Learning Scientific Concepts with Text Mining Support. In: **International Conference in Methodologies and Intelligent Systems for Technology Enhanced Learning**, 2018, Toledo, Espanha. Berlin: Springer, 2018.

SOUSA, M. C. P. de. A Filologia Digital em Língua Portuguesa: Alguns caminhos. In: GONÇALVES, M. F; BANZA, A. P. (coord.), **Património textual e humanidades digitais: da antiga à nova Filologia**. Évora: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS)/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), p. 113-138, 2013. Disponível em: <http://books.openedition.org/cidehus/1091> Acesso em: 05 Out. 2020

TEMMERMAN, R. **Towards new ways of Terminology Description**. The Sociocognitive Approach. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000. 259p.

TEMMERMAN, R. Questioning the univocity ideal. The difference between socio-cognitive Terminology and traditional Terminology. **HERMES - Journal of Language and Communication in Business**, Aarhus - Dinamarca, 10, 51-90, 2001. Disponível em: < https://pdfs.semanticscholar.org/ae7a/c3bc8da20bee0ed19c98bc482d3f3b3f5d3e.pdf?_ga=2.154303160.1475587240.1596650070-536157208.1545423755> . Acesso em: 05 Out. 2020

TEMMERMAN, R. Teoria Sociocognitiva da Terminologia. **Cadernos de tradução**. Porto Alegre, n.17, p. 31-50. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

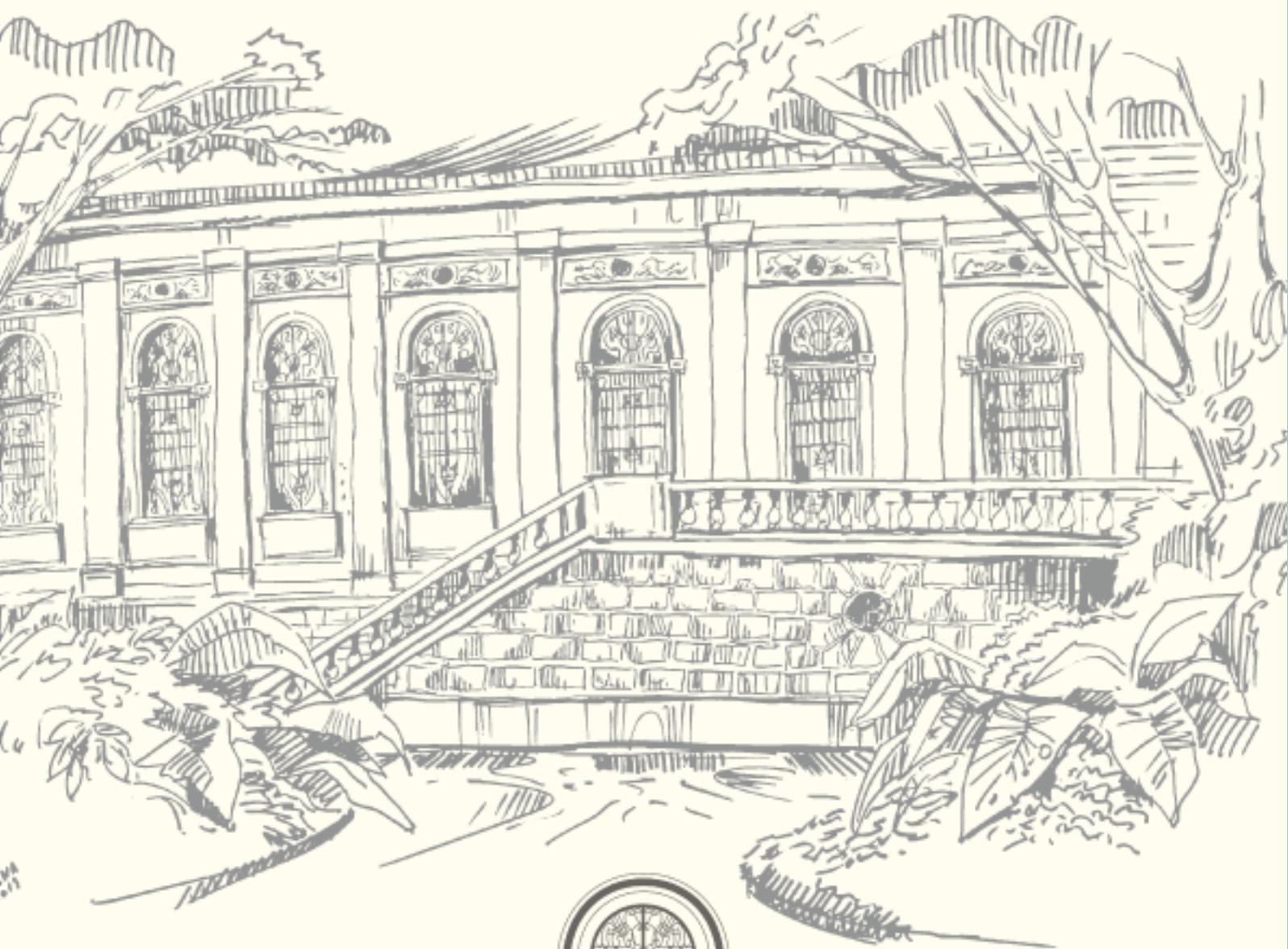
VIEIRA, R.; LIMA, V. L. S. de. JAIA/Linguística computacional: princípios e aplicações. In: MARTINS, Ana Teresa; BORGES, Díbio Leandro. (Org.). **As Tecnologias da informação e a questão social**: anais. 1 ed. Fortaleza: SBC, 2001, v. 3, p. 47-88. Disponível em: <https://www.inf.pucrs.br/linatural/Recursos/jaia-2001.pdf> . Acesso em: 05 Out. 2020.

Notas

1- Este texto, embora original, retoma alguns aspectos do nosso artigo “Corpus-amostra português do século XVIII: textos antigos de Medicina em atividades de ensino e pesquisa” (FINATTO, 2018), quando colocamos as bases para, quando fosse possível, chegar ao *corpus* ampliado aqui apresentado.

2- Docente do PPG-LETRAS-UFRGS, Pesquisadora PQ do CNPq, contemplada no Edital FAPERGS - CAPES - 06/2018 - INTERNACIONALIZAÇÃO. Proc.19/2551-0000718-3.

Pesquisa em arquivos: a construção de uma sócio-história linguística do RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARA UMA ESTRATIFICAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA HISTÓRICA DE REDADORES EM ÉPOCAS PRETÉRITAS

Valéria Neto de Oliveira Monaretto (UFRGS)

Resumo: Este artigo traz um resultado de um exercício de aplicação de um teste objetivo metodológico para estratificação de redatores em graus de cultura escrita, com base em Barbosa (2005), acrescido de um exame sociolinguístico. O *corpus* examinado é parte de um conjunto de correspondências manuscritas, trocadas entre membros da família Prestes de Castilhos nos anos oitocentos. Por meio de uma aferição de uso/acerto de palavras escritas de acordo com o étimo latino; do uso de *types/tokens* de palavras relatinizadas e da análise de algumas variáveis sociais como sexo e geração dos escreventes, procurar-se-á classificar os redatores dessa família em grau de cultura escrita. Ao examinarmos as cartas dessa família, espera-se contribuir para futuras pesquisas em Sociolinguística Histórica e áreas afins, com uma proposta de identificação do perfil sociocultural e linguístico de autores desconhecidos, cuja documentação é demasiada grande nos acervos públicos.

Palavras-Chave: estratificação sociolinguística-histórica de redatores brasileiros oitocentistas – cartas pessoais da família Julio de Castilhos – grau de cultura escrita oitocentista

“A busca de conhecimentos sobre o passado remoto da humanidade e sobre a origem de nossos ancestrais está presente, com diversas roupagens, em todas as épocas e é objeto de explicações da mais variada natureza, para vários povos (FRANCHETTO; LEITE, 2004, p.7).”

1 Introdução

A origem da linguagem sempre foi um tema instigante já que estaria associada à própria existência do homem. Diferentes explicações e teses são dadas até hoje, conforme a crença e cultura de povos e civilizações. Homem e linguagem estariam associados naturalmente. O interesse da Linguística sobre a linguagem restringe-se à língua do homem em termos de sua constituição, processamento, estrutura e mudança linguística, dentre outros aspectos.

O tema a origem do homem influenciou estudos sobre a relação histórica e linguística entre as milhares de variedades de línguas e de dialetos que existiam pelo mundo. Estudiosos, interessados na diversidade cultural e, por consequência, na multiplicidade de diferentes línguas, descobriram, no final do século XVII, que as línguas mortas e as atuais, mesmo muito distantes geográfica e temporalmente, teriam uma relação não-fortuita e talvez uma mãe em comum. Nasce então uma nova ciência, denominada Linguística, que procura, inicialmente, por correspondências sonoras sistemáticas entre línguas, supostamente relacionadas historicamente, e pela reconstrução hipotética de protolínguas.

A Linguística, com o passar dos anos, desenvolve-se por meio de teorias e metodologias próprias e rigorosas, procurando explicar e descrever diferentes questões relacionadas à linguagem humana. Uma dessas questões examinadas, bem antiga também, é o estudo da

variação e mudança das línguas, cuja área específica de estudo ganha espaço na ciência, na segunda metade do século XX.

Trata-se da Sociolinguística Histórica, que examina a relação da língua com a sociedade em sistemas de línguas situados historicamente. Os pressupostos e a metodologia de análise seguem os fundamentos de Weinreich; Labov; Herzog (2016 [1968]) de que a variação linguística é inerente em qualquer língua, pois é natural usar-se sons, expressões ou palavras diferentes para se “dizer a mesma coisa”. Assim, falar *quejo* ou *queijo*; *cousa* ou *coisa*; *joalharia* ou *joalheria*; *colherzinha* ou *colherinha*; *pipa* ou *pandorga*; *tu* ou *você*, por exemplo representam diferentes maneiras de se expressar algo, que fazem parte da natureza da língua.

A variação passa a ser um pressuposto para a mudança linguística, assim como o fato de que toda a língua natural se transforma com o passar do tempo. O que levaria os falantes a empregar uma forma linguística ou outra? Essa é uma das perguntas que a Sociolinguística tenta responder (LABOV, 1972). Alguns fatores, de ordem linguística e/ou sociais, podem agir, em uma certa comunidade de fala, de modo a condicionar o emprego de uma forma em detrimento de outra.

Dentre os desafios da Sociolinguística Histórica (ROMAINE, 1982), há a dificuldade de se controlar fatores externos com procedimentos similares aos aplicados a *corpora* da atualidade. A construção de variáveis sociolinguísticas em épocas passadas depende do que descobrimos sobre o que é visto como culto à época de cada material, por exemplo. Do mesmo modo, o reconhecimento da forma e de como se escreve no passado são fundamentais para se interpretar a variação linguística em dados históricos (MONTGOMERY, 2007).

É necessário informações do comportamento das pessoas e de suas relações no passado para se construir variáveis que podem relacionar a variação à mudança linguística (CONDE-SILVESTRE, 2007). Interessa, pois, conhecer a época em que se estuda a variação da língua e outros aspectos, tais como: papéis sociais de época; relações familiares; estrutura e movimento do poder; ideologias; circunstâncias sociais, econômicas e políticas, etc. Ao se buscar dados do passado, deve-se evitar transferir modelos sociais extraídos de situações atuais, o que é bem difícil para um pesquisador iniciante.

Com base nesses pressupostos, este trabalho traz um resultado de um exercício de aplicação de um teste objetivo metodológico para estratificação de redatores em graus de cultura escrita, com base em Barbosa (2005), acrescido de um exame sociolinguístico preliminar. O *corpus* examinado é parte de um conjunto de correspondências manuscritas, trocadas entre membros de uma mesma família da aristocracia gaúcha dos anos oitocentos.

Ao examinarmos as cartas da família Prates de Castilho, espera-se contribuir para futuras pesquisas em Sociolinguística Histórica e áreas afins, por meio de uma proposta de identificação do perfil sociocultural e linguístico de autores desconhecidos, cuja documentação é demasiada grande nos acervos públicos.

2 Aferição de Grau de Cultura Escrita de Redatores Oitocentistas

Uma língua “cultura” pode ser entendida como uma variedade linguística prestigiada, utilizada por certa classe dominante, como uma elite socioeconômica de classe e escolaridade altas, conforme cada época. Geralmente essa variedade é entendida como um modelo de norma linguística a ser seguida. Por isso uma modalidade de língua culta é desejada por muitos e possui certo poder.

No caso do português brasileiro de oitocentos, essa variedade de língua estava em construção. A classe letrada era diminuta. Poucos sabiam ler e escrever. No Rio Grande do Sul, o ensino formal em escolas só surge no início do século XX, mas de forma isolada, conforme o modelo imperial (GIL, 2020). O acesso a material escrito era difícil, e os grandes escritores literários da época do romantismo estavam em formação.

Havia uma crise em relação à norma linguística do português brasileiro. Quanto mais se discutia como deveria ser uma norma culta, mais se observavam as diferenças de vernáculo com o português prescrito em manuais de gramática. A popularização da literatura, com o advento do Romantismo, provocou a emergência da burguesia e, por consequência, refletiu-se na língua elementos próprios de um novo léxico e gramática (PAGOTTO, 1998, p.56).

A expressão escrita mais alta do País do século XIX pode ser vista em dois textos: a Constituição do Império de 1824, redação que espelha marcas linguísticas da época do português clássico, e a Constituição Republicana de 1892, em que se percebem uma sintaxe e ortografia já diferenciadas em favor de uma língua nacional brasileira (PAGOTTO, 1998).

No âmbito político, a polêmica em torno da redação do Código Civil ilustra a divergência de opiniões sobre usos linguísticos entre o senador Rui Barbosa, o jurista Clóvis, Beviláqua e o gramático Carneiro Ribeiro. Ideias sobre o conservadorismo na Língua e a rejeição de neologismos estrangeiros disputavam espaço com a busca de idealização de uma língua nacional na tentativa de se estabelecer uma norma linguística brasileira (PAGOTTO, 2011).

Não existia de forma clara e definida uma norma padrão em oitocentos, no Brasil. Um canal objetivo foi usado como uma forma modelar de cultura escrita por seu prestígio: os jornais impressos (BARBOSA, 2005). Havia um modelo subjetivo, ditado por gramáticos, ortógrafos

e dicionários, mas os jornais, que surgiram em profusão pelo Brasil nessa época, serviram de inspiração prática para uma grafia normatizada.

Como a língua escrita “reflete as condições gerais da língua comum nacional e acompanha sua evolução” (CAMARA Jr, 1975, p.20), muitos brasileiros achavam impossível termos uma língua original sem uma cultura e literaturas próprias (TEYSSIER, 1997, p. 95). Essa situação era agravada também pelo fato de que “as diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível, originários de duas regiões distantes uma das outra” (TEYSSIER, 1997, p. 98).

A diferença sociocultural entre os diferentes falares do português no Brasil motivava discussões e disputas sobre uma norma ortográfica que só veio a se consolidar, em termos de Acordo ortográfico entre Brasil e Portugal, avançando o século XX. Até lá, a prática de escrita de gramáticos e eruditos era a de usar formas greco-latinas na forma das palavras. Os textos-modelos da época “respondiam às tensões de normatização existentes, num momento de coexistência de princípios gráficos sem a justa medida” (LIMA, 2014, p.109).

Diante desse quadro de estudo, em uma tentativa de se identificar uma norma gráfica praticada nos anos oitocentos, Barbosa (2005) propõe um teste objetivo de aferição do grau de cultura escrita oitocentista pela *etimologização gráfica*. A utilização de grafemas da escrita greco-latina em palavras do português corresponderia a uma prática de grafia de prestígio na época.

Se o uso de grafias latinizadas como, por exemplo, *condemna-lo* (*condemno lat.*), *objeto* (*objectus lat.*), *catástrophe* (*catastropha lat.*), estiverem de acordo com a forma latina, mais qualificado seria o grau de conhecimento da norma culta escrita do escrevente. Caso o redator escreva em desacordo com a forma latina clássica, como *charo* por *carus lat.* ou *pillar* por *pilare lat.*, por exemplo, menos conhecimento ele teria. Essa aferição objetiva possibilitaria uma classificação em *graus de cultura* (proximidade à cultura escrita oitocentista) proposta por Barbosa (2005, p. 38): *erudito, culto, culto-mediano, semicultos e mãos inábeis*.

A correspondência com a forma latina era uma categoria importante e usual em redatores eruditos de folhetins de periódicos do século XIX (BARBOSA, 1999; LIMA, 2014). Para Barbosa, “quanto mais um redator mantiver um paralelo perfeito entre a forma latina clássica e o que escreve em português, mais qualificado será seu grau de conhecimento da norma culta escrita” (op. cit., p. 31). Assim, palavras grafadas com <ph> (farmácia); consoantes duplas, como <ll> (ele), com <ct> (objeto), dentre outros registros etimológicos, poderiam indicar um grau de conhecimento da norma culta da época.

A taxa de uso de formas relatinizadas, associada à taxa de acerto, possibilitaria avaliar matematicamente “(...) se um redator desconhecido, do qual não tivéssemos quaisquer informações sobre sua formação cultural, estaria mais distante ou mais próximo de um dos valores da norma culta escrita de sua sincronia (...)” (BARBOSA, 2005, p. 31).

Aplicaremos esse método de aferição de Barbosa (2005) em parte de um *corpus*¹ de cartas escritas pessoais entre familiares da família Julio Prestes de Castilhos, entre os anos 1802 a 1916. São 78 cartas de 22 signatários, distribuídos em cinco gerações de uma família formadora da classe dominante rural sul-rio-grandense (FRANCO, 1967, p.4), com papel de destaque na revolução farroupilha e na política do Rio Grande do Sul, principalmente.

A análise consistirá em um recorte dessa amostra por limitação de espaço², compreendendo autores com maior número de palavras escritas. Acrescentamos à proposta de Barbosa (2005), além da aferição da taxa de acerto do uso de formas etimológicas, a verificação da riqueza lexical, que consiste no cálculo entre o número de palavras repetidas diferentes (*types*) em um texto com o número total de palavras nele encontrado (*tokens*). Essa medida estatística possibilita, segundo Berber Sardinha (2004, p.94), calcular a riqueza e a variedade do vocabulário utilizado em um texto.

Para fins de análise comparativa, foram selecionados cinco membros da família Prestes de Castilhos, dois homens (Julio de Castilhos; Fidêncio Nepomuceno Prates) e três mulheres (Carolina de Carvalho Prates; Rita de Cássia Prates de Castilhos; Ana Martins França. Os resultados da aferição do uso de palavras relatinizadas, taxa de acerto, *types* e *tokens*, bem como o cálculo da riqueza lexical do texto podem ser observados no Quadro 1 a seguir.

| Remetente (grau de parentesco com JC) nascimento-morte ³ | | Uso de etimologização cf. número de palavras escritas | Taxa de Acerto | Types/Tokens | Riqueza Lexical |
|---|-----------------------------------|---|------------------|--------------|-----------------|
| Homem | Julio de Castilhos (JC) 1860-1903 | 4,49%(174/ 3877) | 92,53% (161/174) | 144/161 | 84,44% |
| | Fidêncio (tio materno) 1818 (?) | 1,92% (87/ 4526) | 96,55 (84/87) | 29/84 | 34,52% |
| Mulher | Carolina (mãe) 1827-1890 | 1,68% (18/ 1071) | 66,67% (12/18) | 8/12 | 66,66% |
| | Rita de Cassia (irmã) 1862-1904 | 2,9% (59/ 2034) | 89,83% (53/59) | 23/53 | 43,39% |
| | Ana Martins (sogra) (?) | 2,34 (37/ 1579) | 97,3% (36/37) | 8/36 | 22,22% |

Quadro 1 – Aferição do uso de etimologias e de Riqueza Lexical em alguns membros da Família Prates de Castilhos (Fonte: a autora)

Conforme o Quadro 1, Julio de Castilhos, dentre os cinco membros da família Prates de Castilhos, é o que mais faz uso da grafia com palavras etimologizadas (4,49%), seguido de sua irmã, Rita de Cássia (2,9%). Se a leitura dos dados for feita pela taxa de acerto dessas formas, Fidêncio lidera o ranking (96,55%).

Contudo, a análise dos resultados deve levar em conta os tipos (types) de palavras empregadas, o que representa a riqueza lexical que o texto apresenta. Nesse aspecto, Julio de Castilhos lidera os demais familiares com um número muito superior de palavras com formas etimologizadas (144 types). Seu tio Fidêncio aproxima-se de Julio em termos de quantidade de palavras escritas, revelando uma maior taxa de acerto no uso de formas relatinizadas, mas a riqueza lexical de seu texto é muito inferior a de Julio, que apresenta um grau de cultura escrita superior aos demais.

Julio de Castilhos (doravante JC) fez bem mais uso da pena em cartas para seus familiares. Segundo Martiny (2016, p. 76), o número de documentos escritos por JC, encontrados em acervos diversos em Porto Alegre, somam 176, seguido por Rita de Cássia (11); Fidêncio (9) e Carolina (6). “No mês de novembro do ano de 1883, escreveu 26 missivas,

uma média de quase uma ao dia” (MARTINY, 2016, p.81). Temas como negócios, notícias, saúde, situação dos familiares, dentre outros, ajudavam a encurtar distância entre os familiares, além da abordagem de questões políticas, explicável pelo papel político que teve. A sua habilidade escrita também se deve, possivelmente, por se sentir mais hábil na comunicação escrita do que o uso da língua falada pela questão de sua gagueira.

A prática de escrita não era exclusividade de homens da família Prestes de Castilhos. A mãe de JC, Carolina, também fazia uso da escrita para tratar de assuntos relacionados a negócios da família. A taxa de riqueza lexical de seu texto (66,66%) supera a de sua filha Rita de Cássia (43,39%). A grande diferença entre mãe e filha, talvez pelo acesso à educação conforme as gerações, é a taxa de acerto de formas etimologizadas. Enquanto Carolina acerta 66,66%, sua filha, Rita, alcança 89,83%.

Pode-se observar, pelo Quadro 1, que a sogra de JC, Ana Martins Costa, não tinha a mesma habilidade escrita que a mãe de seu genro, mesmo sendo, presumivelmente, da mesma geração. Os tipos de formas relatinizadas são bem inferiores aos de Carolina e, por consequência, seu texto tem uma baixa riqueza lexical.

Apesar de mulheres praticarem a escrita, não se aproximam da habilidade masculina na redação. Marcas em seus textos, como certos “desvios de grafia”, são características de inabilidades (MARQUILHAS, 2000). O caso de hipossegmentação (palavras escritas juntas), como, *aum* (a um); *aescola* (a escola), *aesforçarme* (a esforçar-me), *afirme* (a firme), *hade* (há de), *apresença* (a presença), por exemplo, é um caso recorrente nas grafias das mulheres da família. Também há, em seus escritos, casos de reflexo de oralidade, como os registros de elevação vocálica de /e/ e /o/ pretônicos (*custume*, *sirimonia*, *incontrei*, *iducar*, *iducção*, *imbarcação*); monotongação (*poco*, *criolinho*); epêntese (*iguinorante*); rotacismo (*perciso*), etc. Esses casos, porém, não as habilitariam como inábeis, nos termos de Marquilhas (2000), mas sim em um grau mais baixo de perícia na escrita, se comparadas a JC.

Além do sexo, a geração dos escreventes parece interferir na habilidade de escrita. Acreditamos que Carolina e Ana Martins têm um grau de cultura escrita hábil aos padrões de época, diferenciando-se em poucos aspectos. Já Rita de Cássia (irmã de JC), apresenta características semelhantes às de Carolina e Ana, em menor proporção.

Em relação aos redatores homens, Fidêncio (tio materno) e Julio, os dois têm perfil social semelhante. Ambos foram políticos e cursaram uma faculdade. Fidêncio era “Bacharel em Letras e em Ciências Físicas e Doutor em Medicina pela Faculdade de Paris, tendo ocupado espaço na política imperial como deputado provincial em São Paulo e Comendador da Ordem das Rosas” (MARTINY, 2018, p. 40). A diferença do grau de cultura escrita entre eles deve-se

pela diferença de geração, de ascendência familiar (Fidêncio foi irmão da mãe de Carolina), em princípio, e pela prática e frequência de escrita.

Por fim, as cartas pessoais dos cinco escreventes da família Prates de Castilhos, comparadas para fins de análise (cf. Quadro 1), possibilitaram uma classificação em termos graus de cultura escrita nos termos de Barbosa (2005), conforme o exame dos seguintes critérios: uso/acerto de etimologizações; riqueza lexical. Julio de Castilhos estaria no grau erudito de cultura escrita, seguido por seu tio materno, Fidêncio, no grau culto; Carolina (mãe), Rita de Cássia (irmã) e Ana Martins (sogra), em um grau culto mediano.

Nenhum membro dessa família estaria enquadrado nos níveis semi-culto ou na categoria inábil. Uma comparação desses escreventes com outras pessoas nas mesmas condições sociais (geração, idade, escolaridade) talvez pudesse refinar a classificação dos graus de cultura.

Referências

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio. *Tese de Doutorado*, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

_____. *Tratamento dos Corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos*. Rio de Janeiro: IN-FÓLIO, 2005.

BERBER SARDINHA, Tony. *Linguística de Corpus*. São Paulo: Manole, 2004.

CÂMARA Jr., Joaquim. M. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão - livraria editora LTDA., 1975.

FRANCHETTO, Bruna; LEITE, Yonne. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

FRANCO, Sergio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1967.

GIL, N. L. A escolarização na cidade de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX. In: SOUZA, José Edimar de (Org.). *Escola no Rio Grande do Sul: ensino, culturas e práticas escolares*. Caxias do Sul: EDUCS. (no prelo)

HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE-SILVESTRE. *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Oxford, Wiley-Blackwell, 2012.

LABOV, W.: *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1972.

LIMA, A. Descrição da ortografia portuguesa: a inserção do princípio etimológico na prescrição e na prática gráficas oitocentistas. *Tese de Doutorado*, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

MARQUILHAS, R. *A Faculdade de Letras: Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa, 2000.

MARTINY, Carina. Os usos do escrito no universo familiar: a prática da escrita no Brasil na segunda metade do século XIX. In: *História Unisinos*. v. 20, n.1. Unisinos: São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2016. p.73-83.

_____. “O Chefe Político dos mais Avançados Republicanos”: *Julio de Castilhos e o Processo de Construção da República (1882-1903)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2018. 384p.

MONTGOMERY, Michael. Variation and historical linguistics. In: BAYLEY, Robert; LUCAS, Ceil. (org). *Sociolinguistic Variation. Theories, Methods and Applications*. Cambridge, University Press, 2007. p. 70-89.

PAGOTTO, Emílio G. *Norma e Condescendência; Ciência e Pureza. Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Campinas: Pontes Editores/HIL, 1998, p. 49-68.

_____. Rui Barbosa e a Crise Normativa Brasileira. In: CALLOU, Dinah; BARBOSA, Afrânio (org.). *A Norma Brasileira em Construção: cartas a Rui Barbosa (1866 a 1889)*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2011, p.107-166.

PENNA, Rejane da Silva; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Arquivo particular Júlio de Castilhos: cartas, bilhetes e anotações pessoais como fontes históricas. *Patrimônio e Memória*. v. 4, n.2, UNESP, FCLAs – CEDAP. p. 55-73, jun. 2009.

ROMAINE, Suzane. *Socio-Historical Linguistics: its status and methodology*. Cambridge University Press. Inglaterra, 1982.

TEYSSIER, P. **História da Língua Portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos Empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno; revisão técnica de Carlos Alberto Faraco. São Paulo, Parábola, [1968] 2006.

Notas

¹ As cartas desse corpus foram obtidas no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, acervos localizados em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Esse material foi digitalizado e transcrito conforme normas do Projeto “Para uma História do Português Brasileiro” (<https://sites.google.com/site/corporaphpb/>).

² Análise completa dos 22 remetentes das cartas deste *corpus* encontra-se em capítulo de livro a ser publicado pela UFSC. Análise de aferição de etimologização, em parte desse material, pode ser vista no trabalho de Conclusão do Curso de Letras em GRIMM, Carolina Falck. “Uso de Formas Etimologizadas como Critério de Grau de Cultura de redatores Oitocentistas do Português Brasileiro”, UFRGS, 2018, 58p.

³ As datas de nascimento e de morte foram extraídas de <https://gw.geneanet.org/valdenei?lang=es&n=castilhos&oc=0&p=julio+prates+de>, acessado em 13/08/2020.

VARIAÇÃO GRÁFICA EM MANUSCRITOS DE SANTA MARIA / RS DO SÉCULO XIX

Tatiana Keller (UFSM)

Resumo: Documentos escritos auxiliam a preservação da memória de um povo e possibilitam que se tenha acesso a formas linguísticas de fases pretéritas da língua, as quais, se comparadas a estados modernos, podem apresentar indícios de variação ou de mudança. Neste trabalho, examinamos 48 manuscritos pertencentes ao Fundo Junta Intendencial, do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria/RS, redigidos no final do século XIX nesse município. Os documentos foram captados por meio de fotografia digital e transcritos segundo as normas de Cambraia (2005). Nossa análise baseia-se nos pressupostos da Sociolinguística Histórica (ROMAINE, 1982), que propõe uma correlação entre aspectos linguísticos e extralinguísticos na investigação de dados diacrônicos variáveis. Dessa forma, fizemos um levantamento de ocorrências de variação gráfica (em relação à escrita atual) e investigamos a influência de fatores linguísticos (tipo de variação gráfica e tipo de documento) e extralinguísticos (gênero e ocupação profissional do escrevente) nessas ocorrências. De modo geral, observamos mais casos de variação no sistema consonantal, em documentos do tipo carta, redigidos por indivíduos do sexo masculino que atuavam como professores. Além disso, tivemos por objetivo verificar reflexos dos períodos da ortografia portuguesa sobre as formas variantes. Pretendemos com essa pesquisa contribuir com a caracterização da língua portuguesa usada no Rio Grande do Sul no século XIX, bem como com sua sócio-história linguística.

Palavras-chave: variação gráfica – século XIX – sócio-história linguística do Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Este trabalho fundamenta-se no fato de que documentos antigos têm importância do ponto de vista histórico, uma vez que proporcionam o conhecimento de aspectos culturais e sociais de um determinado povo, mas também do ponto de vista linguístico, pois permitem reconstruir estágios anteriores de uma língua. Como Santiago e Carneiro (2016, p. 90) mencionam, os documentos escritos possibilitam “o estudo de sincronias passadas, considerando-se a impossibilidade de acesso à fala dos indivíduos dessas sincronias”. Nesse sentido, estudiosos como Poggio (2002) e Monaretto (2005), por exemplo, chamam a atenção para a importância das fontes escritas para a explicação de fenômenos que perduram até os dias atuais. Esse posicionamento é justificado pela atuação do *princípio da uniformidade*, segundo o qual mudanças ocorridas no passado podem vir a acontecer no presente (LABOV, 2008 [1972]).

Em 1982, Romaine propôs a possibilidade de utilizar a metodologia da Sociolinguística Variacionista, em que são considerados fatores linguísticos e sociais na análise de dados sincrônicos variáveis, para tratar também de dados diacrônicos. Tal proposta deu origem à área de estudos denominada de *Sociolinguística Histórica*. Seguindo essa linha, fazemos um levantamento de formas gráficas variáveis (em relação à escrita contemporânea) presentes em manuscritos do fim do século XIX a fim de observar se há, no registro de consoantes e de

vogais, influência das variáveis linguísticas *tipo de variação gráfica* e *tipo de documento* e das variáveis extralinguísticas *gênero* e *ocupação profissional*.

1. ASPECTOS TEÓRICOS

Nevalainen e Raumolin-Brunberg (2012) mencionam que o termo *Sociolinguística Histórica* surgiu nos últimos trinta anos e que uma das primeiras pesquisadoras a fazer referência a ele foi Romaine (1982), cujo estudo procurou avaliar de que forma o modelo quantitativo da sociolinguística variacionista poderia ser aplicado a dados históricos. A autora comenta que o objetivo desse campo de estudos é fornecer um modo de dar conta de formas e de usos nos quais a variação pode se manifestar ao longo do tempo.

Além de verificar o papel exercido pelos grupos de fatores linguísticos e sociais nos casos de variação gráfica, procuramos observar se o registro escrito preserva características etimológicas ou apresenta características da forma como as palavras são pronunciadas. Esse objetivo relaciona-se com a história da ortografia portuguesa que passou, conforme Coutinho (1976, p. 72), por três períodos: fonético, pseudoetimológico e simplificado.

O período *fonético*, que tem início com os primeiros documentos escritos em português (século XII) e vai até o século XVI, caracterizou-se por uma facilitação da leitura. Escrevia-se o mais proximamente possível da língua falada. Gonçalves (2003, p.40) comenta que nesse período busca-se “restabelecer a biunivocidade entre a oralidade e a escrita”.

No período *pseudoetimológico*, que se estende do século XVI até a publicação da *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana, em 1904, há uma tentativa de rastrear a origem das palavras. No entanto, o escriba nem sempre tinha esse conhecimento, assim muitas formas poderiam ser analogias com formas parecidas, mas sem relação com sua origem. Por isso, há muitos casos de poligrafia que dependiam do gosto e da ‘imaginação’ dos escreventes.

O período *simplificado*, que vigora até a atualidade, compôs-se por discussões em torno da normatização da ortografia por meio de acordos para que pudesse ser simplificada e unificada.

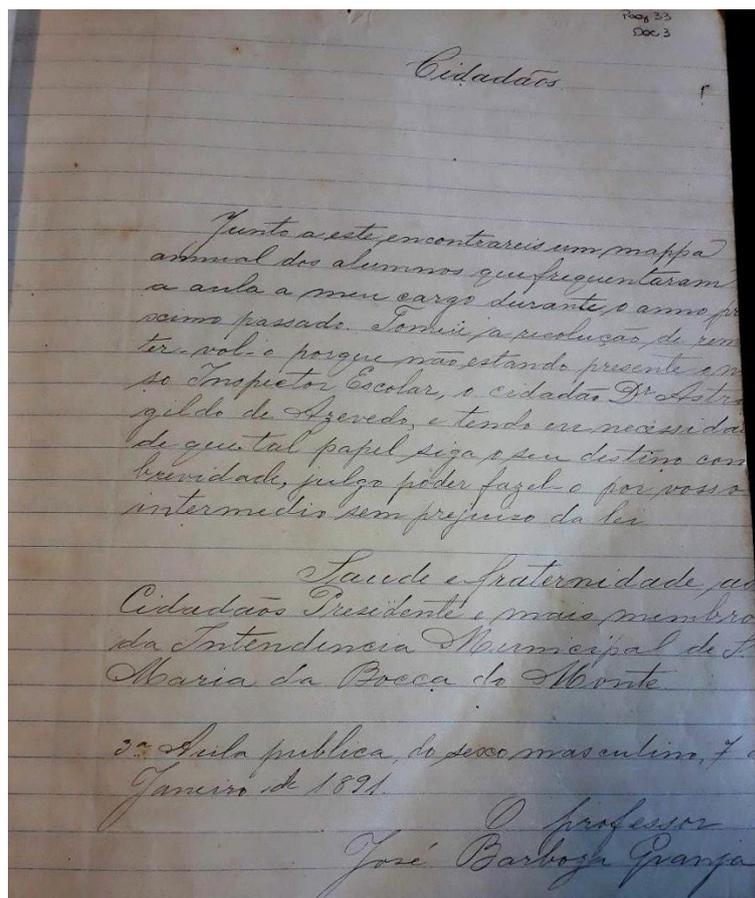
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Labov (1994) destaca que a utilização de dados do passado em estudos sociolinguísticos possibilita explicarmos o que ocorreu na história de uma língua. A fim de tentar identificar o quanto do passado ainda continua entre nós, neste trabalho, analisamos 48 manuscritos redigidos por 48 escreventes da cidade de Santa Maria, localizada no estado do Rio Grande do

Sul, entre os anos de 1889 e 1892. Os documentos pertencem ao acervo do Fundo Junta Intendencial do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Os dados de nosso *corpus* foram extraídos de 48 manuscritos registrados por meio de fotografia digital (como vemos na Figura 1) e transcritos de modo conservador, seguindo as normas de Cambraia (2005), em que se preservam as características do texto original, tais como paragrafação, translineação, acentuação, pontuação (como observamos no Quadro 1).

Figura 1 – fotografia digital de uma carta de 1891



FONTE: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

Quadro 1 – transcrição do manuscrito da Figura 1

Cidadãos

Junto a este encontrareis um mappa
annual dos alumnos que frequentaram
a aula a meu cargo durante o anno <pro>
5 ximo passado. Tomei a resolução de reme-
ter-vol-o porque não estando presente o <nos>
so Inspector Escolar, o cidadão D^r Astro
gildo de Azevedo, e tendo eu necessidade
de que tal papel siga o seu destino com
10 brevidade, julgo poder fazel-lo por vosso
intermedio sem prejuizo da lei.

Saude e fraternidade aos
Cidadãos Presidente e mais membros
da Intendencia Municipal de S
15 Maria da Bocca do Monte
3^a Aula publica do sexo masculino, 7
de Janeiro de 1891.

O professor
José Barboza Granja

FONTE: a autora.

Nesta pesquisa, selecionamos todas as formas que apresentavam divergência entre a grafia antiga e a atual de consoantes e de vogais e as analisamos levando em conta variáveis linguísticas e extralinguísticas. Tivemos por objetivo também observar se essas formas apresentam características dos períodos da ortografia portuguesa.

As variáveis linguísticas relacionam-se a questões internas e estruturais da língua. Neste grupo, são considerados o tipo de variação gráfica e o tipo de documento. As variáveis extralinguísticas dizem respeito ao que é externo à língua, ou seja, relaciona-se ao componente social da língua. Neste grupo, observamos o comportamento dos seguintes aspectos: gênero do escrevente e ocupação profissional do escrevente.

A seguir detalhamos cada um desses grupos.

2.1 Variáveis linguísticas

1) Tipo de variação gráfica: consonantal ou vocálica. Temos por objetivo verificar se há maior variação no sistema consonantal ou no vocálico.

2) Tipo de documento: carta, memorial, recibo. Belloto (2002, p. 51) conceitua *carta* como “uma forma de correspondência utilizada para transmitir informações, solicitar favores, fazer convites etc”. A autora define *memorial* (descritivo) como “reunião de relatórios de perícias ou diligências esclarecedoras de alguma investigação” (BELLOTO, 2002, p. 74); por fim,

caracteriza *recibo* como “reconhecimento escrito e assinado por pessoa(s) que tenha(m) recebido dinheiro ou objeto” (BELLOTO, 2002, p. 83).

Tencionamos observar se diferentes tipologias textuais podem apresentar graus diferentes de variação. Na Tabela 1, observamos a distribuição dos manuscritos do *corpus* devido a sua tipologia documental.

Tabela 1– tipo de documento

| Tipo de documento | Quantidade |
|-------------------|------------|
| Carta | 34 |
| Memorial | 04 |
| Recibo | 10 |
| TOTAL | 48 |

FONTE: a autora.

2.2 Variáveis extralinguísticas

1) Gênero do escrevente: homens e mulheres. Com essa variável, investigamos se há diferenças na escrita em função do gênero do escrevente. Na Tabela 2, descrevemos o número de pessoas do gênero feminino e do masculino que redigiram os manuscritos do *corpus*.

Tabela 2 – gênero do escrevente

| Gênero do escrevente | Quantidade |
|----------------------|------------|
| Homens | 30 |
| Mulheres | 18 |
| TOTAL | 48 |

FONTE: a autora.

2) Ocupação profissional do escrevente: professor, funcionário público e prestador de serviço. Pretendemos investigar se a atividade profissional influencia na variação gráfica. Na Tabela 3, observa-se a distribuição dos escreventes de acordo com sua ocupação.

Tabela 3 – ocupação profissional do escrevente

| Ocupação do escrevente | Quantidade |
|------------------------|------------|
| Funcionário público | 07 |
| Prestador de serviço | 07 |
| Professor (a) | 34 |
| TOTAL | 48 |

FONTE: a autora.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentamos e discutimos os resultados referentes à variação gráfica no que diz respeito às variáveis linguísticas e extralinguísticas descritas anteriormente. Começamos com as linguísticas.

3.1 Variáveis linguísticas

As variáveis linguísticas utilizadas neste trabalho são: tipo de variação gráfica e tipo de documento.

Por intermédio do grupo de fatores *tipo de variação gráfica* buscamos verificar qual tipo de grafema (consonantal ou vocálico) apresenta maior índice de variabilidade. Os resultados da Tabela 4 mostram que, dentre os 276 casos de variação, 241 (87%) dizem respeito a grafemas consonantais e 35 (23%) a grafemas vocálicos, ou seja, há prevalência de variação gráfica no sistema consonantal. Resultado semelhante foi encontrado por Felício e Xavier (2019), que examinaram um auto de partilha redigido em Goiás no século XIX com 340 ocorrências de variações gráficas, das quais 212 (62,5%) foram de consoantes e 128 (37,5%) de vogais.

Tabela 4– tipo de variação gráfica

| Variação de grafemas | Ocorrências | Porcentagem |
|----------------------|-------------|-------------|
| Consonantais | 241 | 87% |
| Vocálicos | 035 | 23% |
| Total | 276 | 100% |

Dentre os 241 casos de variação consonantal, conforme a Tabela 5, observamos que 94 (39%) são de substituições consonantais, 88 (36%) de uso de geminadas, 58 (24,5%) de encontro de consoantes (em que a primeira delas é ‘muda’) e 1 (0,5%) de uso de *h* etimológico. Novamente, os resultados de Felício e Xavier (2019) assemelham-se aos nossos. De 212 ocorrências de variação consonantal, as autoras verificaram: 74 substituições, 69 consoantes geminadas, 45 encontros consonantais e 14 usos de *h* etimológico.

Tabela 5 – tipos de variação consonantal

| Tipos de variação consonantal | Ocorrências | Porcentagem |
|--|-------------|-------------|
| Substituições | 94 | 39% |
| Consoantes geminadas (aquelle > aquele) | 88 | 36% |
| Encontro de consoantes (alumno > aluno) | 58 | 24,5% |
| Uso de <i>h</i> etimológico (paragrapho > parágrafo) | 01 | 0,5% |
| Total | 241 | 100% |

Para complementar a análise dos resultados da Tabela 5, é importante investigar também o tipo de palavra que apresenta variação, bem como sua frequência no *corpus*.

Em relação à variação no sistema vocálico, observamos na Tabela 6 que, das 35 ocorrências, 32 são casos de substituição: 19 (55%) de *i* por *e*, 8 (25%) de *e* por *i*, 5 (17%), 5 (17%) de *u* por *o* e 1 (1%) de *i* por *y*. Por fim, há 1 caso (1%) de epêntese vocálica e 1 caso (1%) de manutenção de hiato. Felício e Xavier (2019) encontraram resultados próximos aos nossos: dentre as 128 ocorrências de variação vocálica, 61 foram de ditongos nasais finais, 36 de substituições de *e* por *i*, 12 substituições de *o* por *u*, 8 usos de *y* no lugar de *i*, 4 substituições de *a* por *e*, 2 substituições de *u* por *i* e 6 grafemas ramistas.

Tabela 6 – Tipos de variação vocálica

| Tipos de variação vocálica | Ocorrências | Porcentagem |
|--|-------------|-------------|
| Substituição de <i>i</i> por <i>e</i> (annuaes > anuais) | 19 | 55% |
| Substituição de <i>e</i> por <i>i</i> (siquer > sequer) | 08 | 25% |
| Substituição de <i>u</i> por <i>o</i> (gráo > grau) | 05 | 17% |
| Substituição de <i>i</i> por <i>y</i> (mayor > maior) | 01 | 1% |
| Epêntese (adeministrador > administrador) | 01 | 1% |
| Manutenção do hiato (creedor > credor) | 01 | 1% |
| Total | 35 | 100% |

Na Tabela 7, estão ilustrados os casos de variação gráfica conforme o tipo de documento. As cartas apresentaram maior índice de variação, seguidas pelos memoriais e, por fim, os recibos. Contudo, para um melhor entendimento desses resultados, é necessário investigar o grau de formalidade, a estrutura (formulaica ou não) e a extensão de cada documento.

Tabela 7 – Tipo de documento

| Tipo de documento | Variações gráficas/ % | Quantidade de documentos |
|-------------------|-----------------------|--------------------------|
| Carta | 163/ 60% | 34 |
| Memorial | 71/ 26% | 04 |
| Recibo | 42/ 14% | 10 |
| Total | 276/ 100% | 48 |

De modo geral, observamos maior variação gráfica no sistema consonantal e em documentos do tipo *carta*.

A seguir, passamos aos resultados das variáveis extralinguísticas.

3.2 Variáveis extralinguísticas

As variáveis extralinguísticas utilizadas neste trabalho são: gênero do escrevente e ocupação profissional do escrevente.

Das 276 formas gráficas que apresentam variação, 178 (72%) foram verificadas na escrita de homens e 78 (28%) na escrita de mulheres. É importante observar ainda que o número de autores masculinos é quase o dobro do número de autoras femininas. Isso, possivelmente, deve-se ao fato de que as mulheres tinham muito menos acesso à educação do que os homens.

Tabela 8 – gênero do escrevente

| Gênero | Variações gráficas | Número de escreventes |
|--------------|--------------------|-----------------------|
| Homens | 198/ 72% | 30 |
| Mulheres | 78/ 28% | 18 |
| Total | 276/ 100% | 48 |

Na Tabela 9 verificamos maior variação gráfica na grafia de professores, depois de funcionários públicos e prestadores de serviço. É digno de nota o número desigual de escreventes em cada categoria. Para um melhor entendimento desse grupo de fatores, é preciso equilibrar essa distribuição.

Tabela 9 – ocupação profissional do escrevente

| Ocupação do escrevente | Variações gráficas/ % | Número de escreventes |
|------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Professor (a) | 170/ 62% | 34 |
| Funcionário público | 73/ 27% | 06 |
| Prestador de serviço | 33/ 11% | 08 |
| TOTAL | 276/ 100% | 48 |

De modo resumido, os maiores índices de variação gráfica apareceram na escrita de homens que ocupavam o cargo de professor. Por fim, examinamos a relação entre os casos de variação gráfica e os períodos da ortografia portuguesa.

A seguir, correlacionamos as ocorrências variáveis aos períodos da ortografia portuguesa.

3.3 Relação da variação gráfica com os períodos da ortografia portuguesa

Se tomarmos como base os marcos temporais de início e fim dos períodos da ortografia portuguesa, descritos na seção 1, todos os documentos de nosso *corpus*, produzidos entre 1889 e 1892, enquadram-se no período pseudoetimológico. Para além disso, se analisarmos a grafia

desses documentos, verificaremos que, de fato, eles apresentam características desse período. Essa afirmação é sustentada pelos resultados presentes nas Tabelas 5 e 6:

- a) os casos de substituição consonantal (39%) evidenciam a existência de poligrafia;
- b) o uso de consoantes geminadas e de encontros consonantais (com consoante muda, oriundos do latim e do grego), além do *h* etimológico, indica uma tentativa de resgatar a origem latina dos vocábulos;
- c) em relação às vogais, apenas os casos de substituição de *e* por *i* (25%) e de epêntese (1%) podem ser relacionados à língua falada. Todos os outros têm relação com a tradição de escrita. A troca de *i* por *e*, por exemplo, ocorre, em sua maioria, em formas, que antigamente faziam plural em *es*, tal como em *capital* – *capitales*, em que houve posteriormente a queda da lateral resultando em *capitaes*; nas formas atuais, a vogal *e* passa à semivogal *i* a qual constitui um ditongo com a vogal precedente, como em *capitais*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, desenvolvido sob o escopo teórico da Sociolinguística Histórica, buscamos analisar os casos de variação gráfica presentes em 48 manuscritos produzidos na cidade de Santa Maria no final do século XIX. Para tanto, levamos em conta características linguísticas e extralinguísticas presentes nos textos.

De modo geral, verificamos que há mais variabilidade no registro de grafemas consonantais do que no de grafemas vocálicos. Em relação à grafia das consoantes, observamos 39% de ocorrências de substituição (como por exemplo nas várias grafias do fonema /z/: *mez* (mês), *eziste* (existe), *prezidente* (presidente)), que indica possibilidade de poligrafia; além disso, há 36% de casos de consoantes geminadas (como em *illustre*), 24,5% de encontros consonantais (de origem latina ou grega, como em *assignar*, que vem do latim *signo*) e 0,5% de uso de *h* etimológico (como em *paragrapho*), os quais evidenciam uma tendência de resgate da etimologia dos vocábulos. No tocante às vogais, notamos que apenas os casos de substituição de *e* por *i*, chamada de alteamento vocálico (como em *siquer* ~ *sequer*) e epêntese vocálica (como em *adeministrador* ~ *administrador*) manifestam processos fonológicos comuns à fala. Os demais casos, substituições de *i* por *e*, de *u* por *o* e de *i* por *y*, mostram uma tendência à manutenção da tradição de escrita. Esses resultados evidenciam características do período ortográfico denominado de pseudoetimológico. Além disso, há mais casos de variação em documentos do tipo *carta*; contudo, para termos resultados mais robustos acerca do papel

da tipologia textual, é preciso levar em consideração também a estrutura, a formalidade e a extensão dos documentos.

Por fim, no que tange aos grupos de fatores extralinguísticos, percebemos maior variação na escrita de homens que exerciam a profissão de professor.

Com este trabalho, pretendemos contribuir para os estudos sobre a Língua Portuguesa em sincronias pretéritas a fim de caracterizá-la do ponto de vista linguístico e sócio-histórico.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Disponível em: [<http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/>]. Acesso em: 12 set. 2019.

BELLOTO, Helloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2002.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

FELÍCIO, Carolina Faleiros; XAVIER, Vanessa Regina Duarte. Cotejo entre variantes gráficas em manuscritos goianos dos séculos XVIII e XIX. *Filologia Linguística Portuguesa*, v.21, n.1, p.61-79, 2019.

GONÇALVES, Maria Filomena. *As ideias ortográficas em Portugal de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. S.l., Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, William. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

MONARETTO, Valéria. O estudo da mudança de som no registro escrito: fonte para o estudo da fonologia diacrônica. *Letras de Hoje*, v.40, n.º3. Porto Alegre, 2005.

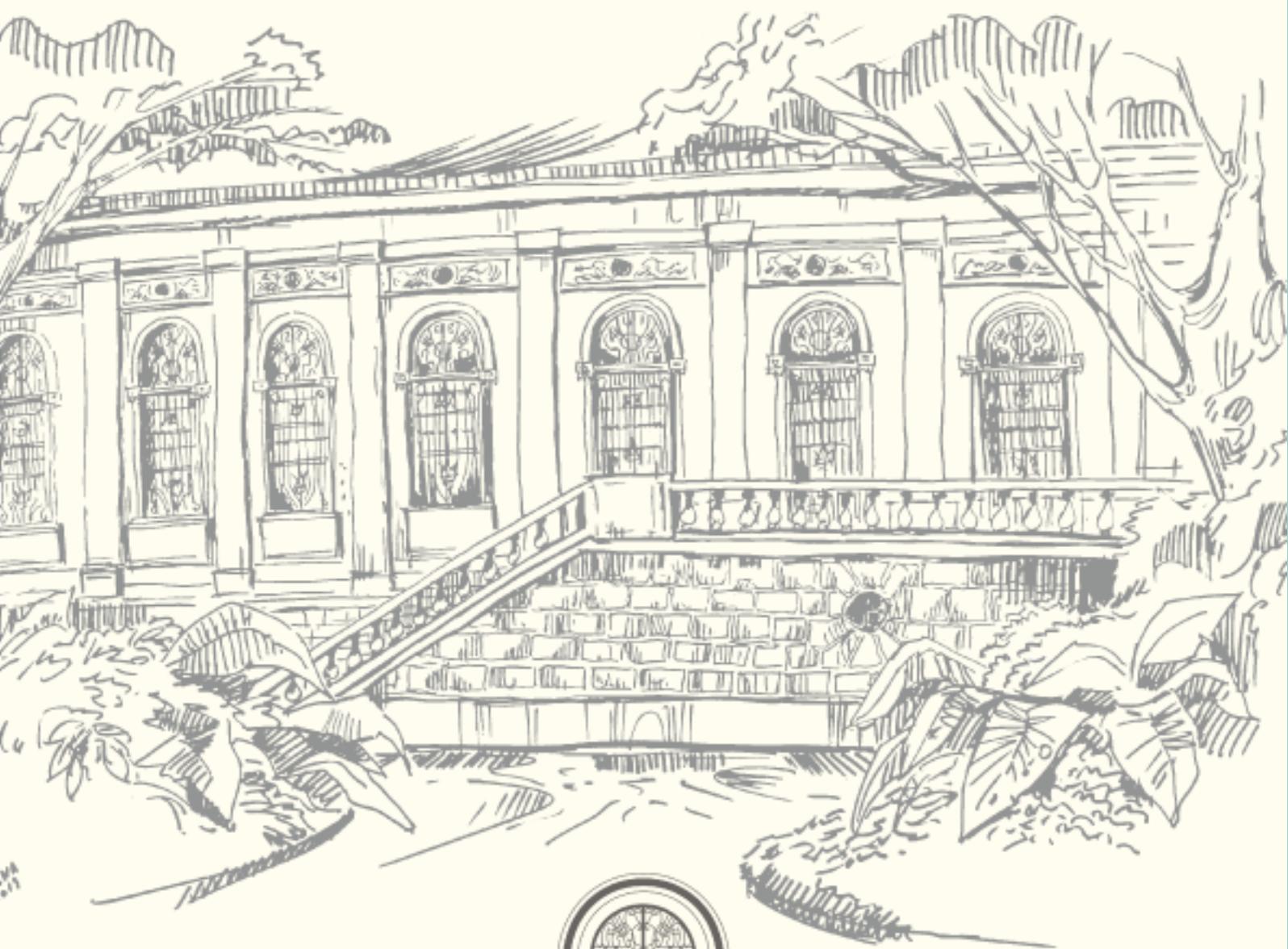
NEVALAINEN, Terttu; RAUMOLIN-BRUNBERG, Helena. Historical Sociolinguistics: origins, motivations, and paradigms. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan. Manuel; CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo Conde. (eds). *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. London: Blackwell, p. 22-40, 2012.

POGGIO, Rosaura. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português*. Salvador: Edufba, 2002.

ROMAINE, Suzanne. *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SANTIAGO, Huda da Silva; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. Fontes para uma sócio-história linguística do português popular: as cartas de *mãos inábeis* do sertão baiano. *A Cor das Letras*, v. 17, n.1, p. 90-98, 2016.

Histórias e trajetórias individuais e coletivas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RACISMO E REPÚBLICA EM REVISTA: AS ABORDAGENS DE O MALHO E CARETA SOBRE A TRAJETÓRIA DE MANOEL DA MOTTA MONTEIRO LOPES (1903-1911)

Bruno Corrales Pereira (UFRGS)

Resumo: As revistas humorísticas *Careta* e *O Malho* tiveram grande duração e tiragem durante a Primeira República. Partindo da noção de que a imprensa constitui um agente histórico, neste breve artigo discutimos sua participação no fazer eleitoral republicano, em mais um momento de disputa da comunidade negra por cidadania, agora através da eleição do primeiro deputado negro defensor da participação política negra. Visamos compreender a recepção de um político negro por parte desses periódicos, analisando os posicionamentos feitos pelas duas revistas frente à referida questão, além de problematizar os discursos apresentados pelas fontes sobre a participação negra na política institucional na Primeira República a partir do estudo de caso da figura de Monteiro Lopes. Para isso nos valem de edições de *O Malho* entre 1903-1911, e edições de *Careta* entre 1908-1912. Como principais referências bibliográficas usamos Petrônio Domingues, Carolina Vianna Dantas, Marcus Vinicius de Freitas Rosa, e Adilson José Moreira.

Palavras-chave: Monteiro Lopes - História da Imprensa - Racismo

Monteiro Lopes e a República

Manoel da Motta Monteiro Lopes nasceu em Recife, Pernambuco, em 25 de dezembro de 1867. Filho do operário Jerônimo da Motta Monteiro Lopes e de Maria Egípiaca de Paula Lopes, fez parte dos 4.245.428 de pessoas livres “de cor”, assim como seus quatro irmãos José Elias, João Clodoaldo, Maria Júlia e Taciana, que se tornaram, respectivamente, advogados e professoras. (DOMINGUES, 2013, p.62; CHALHOUB, 2010, p.34) Manoel se doutorou pela Faculdade de Direito de Recife, obtendo em 1889. Antes da vida política, as informações de sua carreira profissional são confusas. Teria viajado e conseguido emprego no Pará com o auxílio do irmão José Elias, que já era morador do Estado. Aqui as fontes divergem, colocando Monteiro Lopes ora no assento de juiz, ora nas posições de chefe de polícia ou promotor público. Ainda que seja confirmado que tenha se mudado posteriormente para capital da República junto da esposa e filho, também nisso as datas variam entre os anos de 1892 e 1894. (DOMINGUES, 2013, p.62)

Na capital republicana, Monteiro Lopes se deparou com um centro urbano em ebulição: só entre 1890 e 1906, 200 mil pessoas se somaram à cidade. Geralmente em busca de novas oportunidades de trabalho e melhores formas de subsistência, não raro os migrantes tinham as expectativas frustradas, já que o aumento populacional foi praticamente proporcional ao decréscimo nas condições de vida, em uma mistura de crise habitacional e doenças epidêmicas. (DOMINGUES, 2013, p.63) Neste espaço também marcado pelos conflitos trabalhistas é que Monteiro Lopes atuou como advogado até 1903, ano em que se candidatou ao posto de intendente municipal¹. Para além do respeito adquirido no cotidiano profissional, sua vitória

eleitoral foi possível devido ao seu histórico apoio ao republicanismo, e de sua também reconhecida participação nos movimentos abolicionistas. (DANTAS, 2010, p.7)

As tensões referentes a trabalho, saúde e moradia não perpassaram apenas o recorte de classe. Nas primeiras décadas do século XX, dando continuidade a ideias do final do século anterior, uma série de teorias raciais circularam entre os espaços científicos, intelectuais e de elite. Tais formas de pensamento buscaram pontuar uma hierarquia entre as diferentes “raças”², colocando a européia/branca como superior às demais – sua adesão no Brasil demonstrou que “pensar o mundo republicano e sem escravidão não queria dizer pensar uma sociedade de oportunidades iguais [...]”. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p.204-205) Nem todos os brasileiros conheciam as fundamentações das teorias raciais, mas isso não evitou seus comportamentos racistas, já que “trabalhadores provenientes dos círculos sociais mais baixos [...] também participavam do processo de construção de significados raciais.” (ROSA, 2014, p.157) Ainda segundo Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2014, p.70) para as autoridades públicas, os negros recém-saídos da escravidão eram “‘vagabundos’, ‘inaptos’, ‘algozes de si mesmos’ [...]” o que seria a justificativa para as ações policiais contra a comunidade negra e para a limitação do exercício pleno da cidadania mesmo dos negros que não passaram pela escravização. (ROSA, 2014, p.70, 114)

Apesar disso, engana-se quem afirmar a inexistência de agência negra durante este período. Uma delas, o associativismo, serviu como espaço de auxílio mútuo, educação, meio de confraternização e prestação de auxílios médicos ou funerários para indivíduos negros, muitos deles operários. Petrônio Domingues descreve que de 1887 a 1929 doze agremiações fizeram parte do cenário político carioca, sendo uma delas em homenagem póstuma a Monteiro Lopes. Em outros cantos do país, como em Porto Alegre, os números foram ainda mais expressivos: entre 1889 e 1920, 72 instituições do tipo teriam sido fundadas e frequentadas quase exclusivamente por negros. (ROSA, 2014, p.269-272; DOMINGUES, 2014, p.271) Para além do associativismo, observamos a participação negra em importantes protestos nas primeiras décadas do XX, e destacadas manifestações na imprensa, como o caso de *O Exemplo*, de Porto Alegre, ou *O Progresso*, de São Paulo. Monteiro Lopes, em nosso estudo, aparece como uma intersecção desses espaços, tendo circulado por associações, defendido na Câmara os revoltosos da Chibata (1910) e disputado as eleições com discursos afirmativos: mais do que em defesa de causa própria, lutou por cidadania coletiva. (DANTAS, 2008, p.15, 69; ROSA, 2014, p.283; PINTO, 2006, p.27)

O Malho, Careta e o papel da imprensa

Ressaltamos que “a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social” sendo, por isso, um agente histórico. (CAPELATO, 1988, p.21) Assim, analisamos nossas fontes junto das contradições de seu tempo, pensando em como foram influenciadas e como influenciaram tal conjuntura.

Nas primeiras décadas do séc. XX a imprensa passou por uma série de reformas, com uma maior profissionalização de seus membros e fragmentação de conteúdos. (LUCA, 2012, p.106) Neste processo, o foco das revistas seria uma mistura de cotidiano, lazer, cultura e política, e segundo Cohen (2012, p.73) “essas publicações atendiam a interesses diversos, não apenas como mercadorias, mas ainda como veículos de divulgação de valores, ideias e interesses”, ponto fundamental para nossa análise. Assim, *O Malho* e *Careta* tiveram posicionamentos ora explícitos, ora implícitos em suas piadas, charges ou matérias. Para entender melhor quais os aspectos vendidos como risíveis – em relação a Monteiro Lopes, inclusive – precisamos entender essa lógica interna e a estrutura das duas revistas.

O Malho foi fundada em 1902 pelo jornalista Luís Bartolomeu de Sousa e Silva e pelo caricaturista Crispim do Amaral. Dentre os significados presentes no termo “malho”, destacamos a função de sinônimo para “crítica”. A nomeação da revista, portanto, foi marcada pela intenção política, veiculando críticas principalmente voltadas às hipocrisias do modelo republicano. (TENÓRIO, 2009, p.44-45) A revista, talvez graças a isso, fez sucesso durante o início do século: com o preço mais baixo em relação a parte da concorrência, *O Malho* teve como público leitor (e público-alvo) os trabalhadores do centro urbano carioca, indo desde operários de fábrica até ambulantes. (TENÓRIO, 2009, p.49)

Em 1908, surgiu a *Careta*, fruto da experiência tipográfica de Jorge Schmidt e das caricaturas de J. Carlos. O nome da revista também teria relação com o humor crítico, visando desde seu primeiro editorial “arrancar” caretas do público. (GARCIA, 2005, p.31) Segundo Felipe B. Correa (2012, p.76-81), além de nascer para disputar espaço comercial com *O Malho* (possuindo também preço acessível), *Careta* serviu como substituta para a *Fon-Fon!*, revista editada por J. Schmidt até 1908, mas que sairia de suas mãos, e para a *Kósmos*, que não alcançou o sucesso esperado. (GARCIA, 2005, p.30) O surgimento e propósito da *Careta*, portanto, foram planejados estrategicamente diante do contexto editorial carioca, o que surtiu efeito positivo: já em 1908 a revista ganhou um prêmio nacional, “conquistando grande prestígio de público – formado tanto pela elite intelectual do país como pelos fregueses dos salões de engraxate, barbeiros e consultórios em geral.” (GARCIA, 2005, p.34)

Essas duas revistas, alcançando larga escala de vendas - algo entre 40.000 e 50.000 cópias nacionalmente (CORREA, 2012, p.93-94) - se tornaram sucessos comerciais, de público, e de crítica. Tendo em mente a participação dos meios de comunicação como mecanismo de manutenção do imaginário social sobre pessoas negras (ALMEIDA, 2019, p.66-68), precisamos entender como as revistas abordaram a ascensão política de um homem negro, e como elas encararam a participação negra como um todo no processo eleitoral republicano.

Monteiro Lopes nas revistas de humor

Observamos nas duas revistas a constante relação feita de Monteiro Lopes a termos e expressões que remetem à cor preta: escuridão, noite, tinta, sombra, etc. Através dessa linguagem, as revistas procuraram abordar a sua negritude de maneira vexatória, sendo frequentemente a única característica dada ao político. Em *O Malho* (19/09/1903, p.9), é criada uma narrativa jocosa de que como intendente, Monteiro Lopes queria fechar o comércio cedo “para ficar tudo escuro”. Em *Careta* (09/01/1909, p.12), na seção *Topicos*, lemos: “E por falar em Monteiro Lopes, as cousas com orçamento municipal, andavam mesmo pretas.” Tanto o fato de chamar uma situação complicada de “coisas pretas”, quanto o uso de Monteiro Lopes como sinônimo disso faz alusão à ideia racista de que “a ‘cor’ do político negro era associada a coisa ruim, a um ambiente de negatividade [...]”. (DOMINGUES, 2013, p.65) Outro elemento compartilhado no conteúdo de ambas as revistas é a oposição de Monteiro Lopes a tudo que é branco, claro, alvo, dentre outras expressões que representem o contrário daquelas listadas acima - “O Dr. Monteiro Lopes proporá [...] a elevação da taxa para os vinhos brancos e o abaixamento da dita para os tintos”. (CARETA, 25/09/1909, p.27)

Abordando a sua carreira política desde a época de intendência municipal, *O Malho* caracterizou Monteiro Lopes, de início, a partir de sua atuação prévia como advogado: “os desprotegidos e infelizes tem nelle um amigo dedicado e bom”, sendo um “symbolo de bondade e candura, no dizer de seus intimos”. (O MALHO, 25/07/1903, p.6; O MALHO, 24/03/1906, p.35) Ao mesmo tempo, parece tê-lo colocado com uma das mazelas do período ao veicular uma charge de Alfredo Storni que o qualifica como um “calor preto” em meio a uma enchente, e que deve ser suportado pela personagem Zé Povo: “É do livro que eu tenho que aguentar os raios do... Monteiro Lopes”, diz a personagem. (O MALHO, 13/02/1909, p.11) Em *O Malho*, Zé Povo “tinha a pretensão de tornar-se cidadão da República, embora usasse da irreverência para com os governantes que o alijavam da cidadania”, (TENÓRIO, 2009, p.23) e o seu uso nessa charge pode indicar uma referência à competitividade por cidadania entre ambas as figuras. A afirmação desta personagem é escrita de forma a criticar a má gestão da cidade, já

que este último aspecto não constava no livro (Constituição). A revista dá a entender, portanto, que Zé Povo “aturaria” a eleição do homem negro porque este estaria dentro das regras constitucionais.

Em sua edição nº 40, *Careta* também classifica a eleição de Monteiro Lopes como uma desgraça: “a terrível catastrophe é dessas calamidades que encham de tristeza uma nação; nós temos visto neste malfadado começo de seculo toda sorte de horrores [...] a fome do Norte, os terremotos do Chile, [...] e a eleição do Monteiro Lopes [...]” (CARETA, 06/03/1909, p.26) Dentre outras questões, essa revista buscou focalizar falsas realizações de Monteiro Lopes. Destacamos uma suposta entrevista com o pernambucano, em que além de caracterizá-lo como ignorante, o coloca de forma desonesta oferecendo uma vaga de emprego ao jornalista:

[ML]: Que é? *Um logar qualquer na repartição? Está prometido*, deixe estar que se eu for eleito... [RC]: [...] Quero saber de suas opiniões sobre o estado das cousas... [ML]: *As cousas andam pretas*, sabe? [...] (CARETA, 16/01/1909, p.8, grifo nosso)

As críticas políticas a Monteiro Lopes colocadas como humor jamais deixariam de fora a sua racialização⁴. Em uma crônica chamada “Espírito Negro”, a revista retrata Monteiro Lopes vagando à noite para abordar eleitores e convencê-los a votar nele: “Theobaldo começa a impacientar-se. Seria um espírito? Um espírito máo? [...] O vulto foi-se aproximando [...] Era o dr. Monteiro Lopes, em sua cavação eleitoral”. (CARETA, 13/02/1909, p.8) Mesmo depois da eleição de 1909, o deboche nesse sentido não terminaria: “Trevas. Monteiro Lopes aparece em toda parte. (CARETA, 19/03/1910, p.22) Tanto nessas últimas menções, quanto nas anteriores, percebemos como tais “associações da negritude com a escuridão, com a falta de caráter e com a degradação moral estruturam a atitude de desagrado que pessoas brancas sentem em relação a negros.” (MOREIRA, 2019, 1.415)⁵

As piadas contra Monteiro Lopes foram, eventualmente, criticadas por membros do público. Em uma correspondência, a *Careta* é criticada pela forma que retrata Monteiro Lopes, ao que responde: “Os eleitores que tiverem sua resolução tomada de votar no *sr. M. Lopes ou de votar em branco*, não o deixarão de fazer por causa da *Careta*.” (CARETA, 23/01/1909, p.27, grifo nosso) *O Malho* também recebeu questionamentos sobre as constantes retratações do político. A sua resposta foi um pouco mais longa e há, também, uma tentativa de se isentar diante da questão:

[...] salvo uma ou outra pilhéria inofensiva, nós nos limitamos a traduzir em bonecos as opiniões da camarilha que julga *um escandalo* a entrada d’esse

ilustre e luzidio *charuto* a Camara. A nossa crítica ficará para depois, quando se vir que o Monteiro Lopes, apesar de preto, não se distingue do rebanho que obedece calado ao cajado do Cattete, contra os interesses do povo... (O MALHO, 13/03/1909, p.16, grifo do original)

Mesmo marcadas pelo discurso de suposta isenção, as manifestações das duas revistas já dão indícios de suas visões frente à questão movimentada por Monteiro Lopes. As abordagens de *Careta* e *O Malho* apresentaram conexão direta com as pretensões do político dentro da política institucional do período, assim como com o simbolismo que ele representava para seu eleitorado. Procuremos, então, analisar brevemente essa confluência de elementos.

Monteiro Lopes e a participação negra na política institucional

Em 1909, M. Lopes foi candidato a deputado federal pela segunda vez. Sua primeira tentativa, assim como sua tentativa à reeleição a intendente tinham sido frustradas. Durante esse período, ser barrado no ato de posse não era tão incomum: o diploma de eleito precisava ser validado pela Comissão Verificadora de Poderes da Câmara que, por muitas vezes, era composta por opositores políticos dos eleitos, o que resultava em fraudes eleitorais de impedimento. (DOMINGUES, 2013, p.67-8) Logo, não é de se surpreender que em sua primeira tentativa para deputado, em 1907, “teria sido eleito, mas não reconhecido e diplomado.” (DANTAS, 2008, p.20)

Durante o processo eleitoral de 1909 surgiram rumores de que um grupo de políticos, fazendeiros e jornalistas trabalhava por sua derrota durante a diplomação - para tais, ter um deputado negro seria uma vergonha de nível internacional. (DOMINGUES, 2013, p.67; DANTAS, 2008, p.31) Com isso, Monteiro Lopes procurou validar sua candidatura - que resultaria em vitória - através de uma grande campanha nacional. O político buscou apoio principalmente na imprensa, no proletariado e na população negra. Nesse momento, o associativismo negro atuou de forma significativa, com manifestações a favor do candidato sendo enviadas a jornais Brasil afora, assim como cartas sendo expedidas a políticos para que apoiassem a causa. Algumas personalidades políticas e sociais da época de fato aderiram, como o caso do rábula Evaristo de Moraes, por exemplo. Ainda “foram fundados grêmios, associações e até mesmo um clube de futebol com o nome do deputado”, (DANTAS, 2008, p.35-39) atos públicos foram convocados e até mesmo uma ação judicial foi movida. (DOMINGUES, 2013, p.71)

O Malho reagiu aos boatos de exclusão de maneira a defender o candidato negro, publicando “várias notas e caricaturas nas quais insistiu na participação de Afonso Pena e do

Barão do Rio Branco na exclusão de Monteiro Lopes da Câmara”. (DANTAS, 2008, p.33) Sobre o mesmo boato, a *Careta* alegou que Afonso Pena não era deputado, mas os fazia através da política de fraudes eleitorais. Mais do que isso, a revista firmou posição contra Monteiro Lopes: “conforme a nossa opinião, o dr. Monteiro Lopes não foi absolutamente eleito. A eleição será em Maio. Dahi é que não saímos!” (CARETA, 06/03/1909, p.17)

Para além da crítica às possíveis ações discriminatórias de Afonso Pena, *O Malho* passou para a própria defesa das pessoas “de cor”: “o ser de côr não é motivo para merecer *dispreso* [...] e acrescentando que aqui a homens notaveis da sua côr, entre outros, o Dr. Monteiro Lopes.” (O MALHO, 10/08/1907, p.25, grifo do original) Em uma charge de Storni que se vale de estereótipos racistas tanto no traço de Monteiro Lopes, quanto em termos, a revista também faz defesa da candidatura de uma pessoa negra: “Nada tem que ver a côr com a utilidade [ou] valor do individuo ou objecto.” (O MALHO, 27/02/1909 , p.26)

Em outra edição, em charge de Augusto Rocha, três homens negros dizem que participarão das eleições presidenciais e municipais, a fim de seguir o exemplo de Monteiro Lopes: [...] eu vou me dimitti de cozinheiro, p’ra mi presentá p’ra intendentes!” (O MALHO, 06/02/1909, p. 12) Em consonância com o pensamento desenvolvido por Franz Fanon³, observamos que o tratamento dado aqui à palavra de pessoas negras se relaciona com a ideia de que “o preto deve sempre ser apresentado de certa maneira”, caracterizada como pobre, inculta, e limitada. (FANON, 2008, p.47) Seja de forma consciente ou não, “esta facilidade em enquadrá-lo, em aprisioná-lo, em primitivizá-lo, que é humilhante”, e colabora com sua subalternização. Isso se torna mais destacado quando observamos que não é assim que o português é escrito quando é o sujeito branco que faz críticas a Monteiro Lopes. Podemos encarar como uma reprodução da expressão “Você aí, fique no seu lugar!”. (FANON, 2008, p.45)

A *Careta*, por sua vez, usou linguagem abertamente ofensiva ao questionar a legitimidade das manifestações negras em prol de Monteiro Lopes: *E por fallar em macacos* os pretos agora entenderam de fundar em nosso paiz uma cousa que não existia: o preconceito da côr. [...] *Está ahi no que deu a intrighada feita em torno do caso Monteiro Lopes!* (CARETA, 03/04/1909, p.13, grifo nosso). O uso do termo “macacos”, por desumanizar os indivíduos negros, serviu como forma de naturalização da desigualdade social entre brancos e negros, o equivalente “a rebaixá-los a seres naturalmente inferiores, bárbaros, instintivos e incultos”. (ROSA, 2014, p.144) Além disso, as manifestações políticas da comunidade negra foram estabelecidas como negativas, mantendo uma perspectiva de que apenas as pessoas brancas

seriam aptas a atuar na esfera pública, e agindo, portanto, como uma expressa negação de cidadania às pessoas negras. (MOREIRA, 2019, l.481)

Monteiro Lopes foi legitimamente eleito em 1º de maio de 1909. (DOMINGUES, 2013, p.72) Em *O Malho*, lemos como título de uma charge “Reconhecimento fácil e justo: Synthese brincalhona.” (O MALHO, 15/05/1909, p.46) A *Careta* também noticiou a conquista: “foi reconhecido deputado debaixo de grande ovação das galerias pejudas de seus eleitores” (CARETA, 08/05/1909, p.28). Isso não anulou a manutenção das pilhérias após a eleição, já que continuaram.

Depois de julho, Monteiro Lopes viajou pelo país de modo a agradecer o apoio vindo de diversas cidades. (DANTAS, 2008, p.57) Na charge “Um dia ‘Pae João’ havia de ser feitor”, de Leonidas Freire, *O Malho* retrata o retorno da viagem, em que o eleito é criticado por Zé Povo: “V. Ex. Está fazendo obra de branco: passeiando, divertindo-se, ganhando o meu rico dinheirinho, sem ir à Camara, sem trabalhar.” Parte da resposta do deputado diz: “É justo que os preto se divirtam agora à custa dos branco”. (O MALHO, 03/09/1910, p.35) “Pai João” é uma figura estereotipada da escravização negra construída em cantos, contos e versos, e apresenta diversos significados⁶. Aqui, seu uso destaca a faceta de um negro “astuto, esperto, vingativo, crítico e irônico”, (ABREU, 2004, p.248) que se valeu da astúcia e da cor para se tornar “feitor”⁷. Visto que estereótipos “cumprem uma função ideológica porque permitem a reprodução de relações assimétricas de poder existentes em uma sociedade”, (MOREIRA, 2019, l.539), podemos dizer que a pilhéria frisou como M. Lopes saía de “seu lugar”, pois estaria viajando “a recreio” e usufruindo da inversão de papéis. (ABREU, 2004, p.255) Como vimos, a revista se comprometeu a criticar o deputado caso este agisse contra os interesses do povo. (O MALHO, 13/03/1909, p.16) Sob essa justificativa, o periódico tentou tirar sua autonomia a partir de argumentos específicos, validados pelo preconceito e por estereótipos raciais.

A carreira política de Monteiro Lopes, após a rápida e tumultuada ascensão, teve um fim em dezembro de 1910 quando ele veio a falecer. Ao contrário do que observamos em outras mortes (Afonso Pena e Prudente de Moraes, por exemplo), não houve homenagens para Monteiro Lopes. Em 1911, *O Malho* já mencionaria o falecido deputado da seguinte forma: abaixo de uma fotografia da banda do Colégio São Benedito, mantido pela Federação dos Homens de Cor (da qual Monteiro Lopes fez parte), é dito justamente como “gosava grande prestígio o *saudoso* deputado Dr. Monteiro Lopes.” (O MALHO, 14/01/1911, p. 19, grifo nosso) Vemos uma representação positiva do político também na *Careta*, em uma edição que foge de nosso recorte inicial de pesquisa, mas elogia Monteiro Lopes em sua desenvoltura em discursos.

(CARETA, 10/02/1912, p.35) No entanto, como vimos acima, essas abordagens póstumas não foram uma continuidade imediata das representações em vida do empossado Monteiro Lopes, já que tanto *Careta* quanto *O Malho* seguiriam com suas piadas de cunho racista.

Considerações Finais

As duas revistas estudadas manifestaram visões diferentes nos temas centrais da agência política de Monteiro Lopes, mas mantiveram intersecções de tipo racista ao pontuarem sempre a negritude do político como motivo de piada ou ojeriza. *O Malho* se colocou em defesa do “homem de cor” e da participação negra no espaço político, porém veiculou uma visão pautada por limitações racistas, tendo em vista que nem todas as práticas de pessoas negras poderiam ser encaradas como condizentes ao seu estatuto social. *Careta*, por outro lado, desde o início de suas abordagens se valeu da negritude do candidato como motivo para negar sua participação política, colocando-o, além disso, como um oportunista. Para a revista, o tema da desigualdade racial seria uma invenção da população negra a fim de realizar uma inversão social.

Infelizmente, as limitações deste estudo não nos permitem destrinchar todos os elementos citados de forma mais aprofundada. Por enquanto, optamos por abrir caminhos para a pesquisa de nossas fontes e a questão racial. Por exemplo, o fato de Monteiro Lopes ser um advogado reconhecido na defesa dos trabalhadores, bem como um membro ativo das associações operárias pode ter contribuído para o interesse d’*O Malho* em sua defesa, já esta que também circulava por estes espaços e defendia suas posições. (TENÓRIO, 2009, p.94-107) No caso da *Careta*, podemos pensar na multiplicidade de leitores que faziam parte de seu público alvo, e como isso deve ter influenciado as escolhas narrativas a fim de abarcar diversos nichos. A partir de quais recortes, escolhas e exclusões os escritos da revista se construíram? Em um empreendimento de (até então) vida curta, estaria o experiente editor J. Schmidt disposto a abrir mais espaço em defesa do político rechaçado pela opinião pública, do que o contrário?

Por fim, ressaltamos que em nosso conjunto de fontes é a partir do momento das eleições em si que o político seria mais representado, com destaque para 1909. Concordamos, portanto, com a afirmativa de Domingues (2013, p.67) de que a política neste período pode ser compreendida como um canal de agenciamento, servindo não como espaço limitante, e sim um horizonte de possibilidades. O esforço coletivo da comunidade negra é outro elemento a ser destacado: se a luta de Monteiro Lopes foi feita por uma cidadania coletiva, foi a coletividade que lhe deu forças para lutar.

Notas

¹O cargo de intendente municipal corresponde ao atual posto de vereador municipal, havendo também uma mudança de termos no referente à atual Câmara de Vereadores, que na época chamava-se Conselho Municipal. Para maiores informações, sugerimos a leitura do texto de Américo Freire (2015) que consta em nossa lista de referências.

²Como Marcus Rosa (2014, p.22) vemos raça “como uma construção cultural, e não como fato biológico atemporal e cientificamente comprovável, já que ela não pertence ao reino da natureza, e sim ao mundo social”. As teorias raciais citadas no texto fizeram parte dos critérios empregados na criação de uma diferença racial hierarquizante entre brancos, negros e indígenas no Brasil, sendo fruto, portanto, de construções socio-culturais que viam pessoas não-brancas de forma excludente e colonizadora. Não perdemos de vista as apropriações feitas da racialização por parte daqueles que eram os alvos do projeto de exclusão, já que “o negro faz-se humano com a negritude e com a consciência negra, que constituem a reação intelectual e política contra as condições impostas pelo racismo” (ALMEIDA, 2019, p.77) Para um melhor desenvolvimento do assunto, sugerimos a leitura da tese de Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2014) e da obra de Silvio Almeida (2019), as duas presentes em nossas referências.

³Fazemos aqui uma extensão do pensamento do autor martinicano ao falar dos impactos racistas do colonialismo sobre os falantes de francês. Fanon utiliza o termo *petit-nègre* (algo como ‘preto-pequeno’) para identificar a postura da metrópole européia sobre um modo antilhano de falar o francês, marcado por termos também africanos. (FANON, 2008, p.35) Ele próprio dá abrangência ao conceito para todos os colonizados, mas é evidente que optamos por reproduzi-lo tomando determinadas ressalvas. (FANON, 2008, p.40) O conceito gira ao redor da concepção da branquitude de que as pessoas negras não estariam aptas a entender o idioma de forma “cult”, então haveria necessidade de reduzir palavras e simplificar frases para que os “menos desenvolvidos” compreendessem. No quesito médico, por exemplo, não observamos uma equiparação cultural entre os casos citados por Fanon e a cultura brasileira. (FANON, 2008, p.46) Ainda assim, vimos como interessante o emprego das ideias do autor, que fazem muito sentido diante das experiências vividas por Monteiro Lopes e pela comunidade negra brasileira.

⁴De forma resumida, segundo Wlamyra Albuquerque (2010, p.104) racializar é “estabelecer distinções a partir de concepções de raça”. Marcus Vinicius (2014, p.21) diz que suas “fontes davam movimento à racialização através da forte tendência a identificar a cor nas pessoas de pele escura, atribuindo-lhes uma série de sentidos inferiorizantes.” Por fontes que ‘ressaltam sua racialização’, tomamos nesse artigo a noção de que nossas fontes também davam *movimento ao processo de racialização* ao pontuar em suas páginas a cor de Monteiro Lopes e de seu eleitorado como signos negativamente distintivos. Para melhor compreensão, sugerimos a leitura da nota nº 2 de nosso texto.

⁵A obra de Adilson José Moreira (2019) foi consultada via e-book adaptado diretamente para o aparelho eletrônico Kindle. Assim sendo, a paginação neste arquivo (que tem extensão própria para o sistema de leitura) não corresponde ao padrão comum da ABNT. Para facilitar a localização das referências, nos valem da normativa *location* (l), que segue o padrão próprio do documento e refere-se à localização da citação ou referência nos dispositivos Kindle.

⁶A figura de “Pai João” apresenta significados que variam de acordo com dois elementos: 1) quais são os seus usuários, e 2) em qual o período o seu uso está sendo feito. As intenções, características e formas do arquétipo variam conforme tais elementos. Esse conceito pode ser chamado, ainda, por outros nomes masculinos (“Pai Miguel”, “Pai José”, etc.) devido a sua variabilidade geográfica. (ABREU, 2004, p.248) Os traços desse estereótipo variam desde a vingança contra o branco, e da revolta escrava, até uma visão subalternizada, de um homem negro passivo e humilhado. Determinados usos dos versos sobre “Pai João” também podem ser considerados como forma de atacar o imaginário da comunidade negra, “moldando-o” para a sua exclusão social do pós-Abolição. (ABREU, 2004, p.255) No entanto, as apropriações da figura de “Pai João” por parte da própria comunidade negra demonstram as diferentes possibilidades de se encontrar sua imagem na história. (ABREU, 2004, p.252) Para melhor compreensão do conceito, recomendamos a leitura do texto de Martha Abreu (2004) listado em nossas referências.

⁷Funcionários dos senhores, os feitores fiscalizavam o trabalho dos escravizados tanto nos cafezais, quanto fora deles, e eram também os responsáveis pela punição dos escravizados. Sua posição seria contrária à imagem de submissão atribuída aos escravizados, assumindo caráter de privilegiado e capaz de infringir danos a outrem. A inversão de papéis surge com M. Lopes assumindo tal posição, em vez da resignação. (SCHWARCZ, GOMES, 2018, p.588; SALLES, 2018, p.128; MAC CORD, SOUZA, 2018, p.426)

Fontes

- CARETA. **09/01/1909**. Rio de Janeiro, n.32, Ano II, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/12>.
- CARETA. **16/01/1909**. Rio de Janeiro, n.33, Ano II, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/42>.
- CARETA. **23/01/1909**. Rio de Janeiro, n.34, Ano II, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/95>.
- CARETA. **13/02/1909**. Rio de Janeiro, n.37, Ano II, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/206>.
- CARETA. **06/03/1909**. Rio de Janeiro, n.40, Ano II, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/322>.
- CARETA. **03/04/1909**. Rio de Janeiro, n.44, Ano II, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/453>.
- CARETA. **08/05/1909**. Rio de Janeiro, n.49, Ano II, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/649>.
- CARETA. **25/09/1909**. Rio de Janeiro, n.69, Ano II, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/1358>.
- CARETA. **19/03/1910**. Rio de Janeiro, n.94, Ano III, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/2308>.
- CARETA. **10/02/1912**. Rio de Janeiro, n.193, Ano V, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/6107>.
- O MALHO. **25/07/1903**. Rio de Janeiro, n.45, Ano II, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/1244>.
- O MALHO. **19/09/1903**. Rio de Janeiro, n.53, Ano II, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/1501>.
- O MALHO. **24/03/1906**. Rio de Janeiro, n.184, Ano V, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/6982>.
- O MALHO. **10/08/1907**. Rio de Janeiro, n.256, Ano VI, Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://omalho.casarui Barbosa.gov.br/revista.asp?rev=256&ano=1907&pag=24>.
- O MALHO. **06/02/1909**. Rio de Janeiro, n.334, Ano VIII, Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://omalho.casarui Barbosa.gov.br/revista.asp?rev=334&ano=1909&pag=3>.
- O MALHO. **13/02/1909**. Rio de Janeiro, n.335, Ano VIII, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/13238>.
- O MALHO. **27/02/1909**. Rio de Janeiro, n.337, Ano VIII, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/13362>.
- O MALHO. **13/03/1909**. Rio de Janeiro, n.339, Ano VIII, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/13459>.
- O MALHO. **15/05/1909**. Rio de Janeiro, n.348, Ano VIII, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/13965>.
- O MALHO. **03/09/1910**. Rio de Janeiro, n.416, Ano IX, Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://omalho.casarui Barbosa.gov.br/revista.asp?rev=416&ano=1910&pag=34>.
- O MALHO. **14/01/1911**. Rio de Janeiro, n.435, Ano X, Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://omalho.casarui Barbosa.gov.br/revista.asp?rev=435&ano=1911>.

Referências

- ABREU, Martha. Outras histórias de Pai João: conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular 1880-1950. **Afro-Ásia**, Bahia, n. 31, p. 235-276, 2004.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História Social**, Campinas 19, p. 91-108, 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/317>.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto/EDUSP, 1988.
- CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, Campinas, n. 19, p. 33-62, 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315>.
- COHEN, Ilka S. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. (org.) **História da Imprensa no Brasil**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.
- CORREA, Felipe Botelho. The readership of caricatures in the Brazilian Belle Époque: the case of the Illustrated Magazine Careta (1908-1922). **Patrimônio e Memória**, n. 8, p.71-97, 2012.
- DANTAS, Carolina Vianna. **Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.
- DANTAS, Carolina Vianna. Manoel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910). Trajetória e itinerários de um político negro no pós-abolição. In: **Anais do I e II encontro de Pós-Doutores do programa de Pós-Graduação em História da UFF [recurso eletrônico]**. ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna (org). Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2010.
- DOMINGUES, Petrônio. "Vai ficar tudo preto": Monteiro Lopes e a cor na política. **Novos estud.** – **CEBRAP**, São Paulo, n.95, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000100004>. Acesso em 14 mai 2020.
- DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, nº 67, p. 251-281, 2014.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FREIRE, Américo. República, cidade e capital: o poder federal e as forças políticas do Rio de Janeiro no contexto da implantação republicana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Rio de Janeiro: uma cidade na história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

GARCIA, Sheila do Nascimento. **Revista Careta**: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2005. 239 f.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. *In*: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. (org.) **História da Imprensa no Brasil**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

MAC CORD, Marcelo; SOUZA, Robério S. Trabalhadores livres e escravos. *In*: SCHWARCZ, Lilia M. GOMES, Flávio.(org.) **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MOREIRA, Adilson José. **Racismo recreativo**. Ebook. São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta**: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). 2006. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014. 332 f.

SALLES, Ricardo. Café e escravidão. *In*: SCHWARCZ, Lilia M. GOMES, Flávio.(org.) **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia M. GOMES, Flávio.(org.) **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA JÚNIOR, Juarez. **História e mobilidade social negra**: A família Monteiro Lopes, 150 anos. *In*: 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564776963_ARQUIVO_FamiliaMonteiroLopes150anos-final.pdf. Acesso em: 08 mai 2020.

TENÓRIO, Guilherme. **Zé Povo cidadão**: humor e política nas páginas de O Malho. 2009. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SER BRASILEIRO NA ÁFRICA – O CONTEXTO AFRICANO DE CUSTÓDIO

Jovani de Souza Scherer (SMED- POA)

Resumo: Sabemos pouco sobre o passado na África de Custódio Joaquim de Almeida, o *príncipe africano* de Porto Alegre. Contudo, com as novas fontes encontradas sobre sua vida na capital dos gaúchos, é possível esboçar um contexto verossímil de como foi o início de sua vida no lado africano do Atlântico. O objetivo deste artigo é apresentar o contexto africano de Custódio, inserido nas experiências dos que regressaram do Brasil à África, em especial, na trajetória do seu pai, Joaquim de Almeida, um africano liberto que voltou da Bahia no século XIX, após o levante malê de 1835, e que se estabeleceu como próspero comerciante de escravos no litoral do Daomé.

Palavras-chave: Ajudá – Príncipe Custódio – africanos

Ajudá

Custódio nasceu em Ajudá¹. Foi nessa cidade portuária do atual Benim que, no início da década de 1850 - mais provavelmente 1853 - nasceu o homem que fez fama em Porto Alegre, a capital da província mais ao sul do então Império do Brasil. Em terras brasileiras, Custódio Joaquim de Almeida, era reconhecido, pelo menos desde 1885, como “Príncipe”, o príncipe africano de Porto Alegre.

Este texto é uma tentativa de contextualizar o lado africano de Custódio. Abordamos aqui as informações presentes na bibliografia africanista sobre a região na qual ele nasceu. Contextualizar, neste sentido, é procurar estabelecer minimamente elementos históricos que constituíram a comunidade da qual Custódio fez parte, provavelmente ainda quando criança, talvez como jovem adulto. Nos referimos aos africanos *retornados*, aqueles que voltaram ao continente onde foram capturados, sequestrados e vendidos como peças destinadas ao trabalho escravo nas cidades e plantações da América.

Com esta intenção falaremos sobre sua família, mais especificamente sobre passagens da trajetória de seu pai, o africano liberto Joaquim de Almeida. De origem *mahi*², Joqui, ou Zoki Azata, como mais tarde ficou conhecido em Aguê, viveu na Bahia e a partir das relações que estabeleceu com seu proprietário, o pardo Manuel Joaquim de Almeida, se tornou um dos mais importantes mercadores de escravos sediado na Costa dos Escravos, quando para lá retornou após 1835. Ele é visto como um dos precursores *deste* movimento de retorno de libertos que sucedeu o levante malê na Bahia³.

É possível que Joaquim de Almeida tenha primeiro se estabelecido em Ajudá, e não em Aguê, local onde faleceu em 1857. Segundo Robin Law, a tradição local atribui à quebra do “monopólio” do famoso traficante Francisco Felix de Souza⁴ a chegada de Joaquim de Almeida, pai de Custódio, a Ajudá, e sua entrada no negócio local do tráfico de escravos, recebendo

cativos através de Azanmado Houénou (Quénoum), em nome do então Rei do Daomé, Guezo. (Law, 2002, p. 46-47)

Ajudá era originalmente o nome de um reino homônimo, entretanto com o tempo a palavra passou a ser aplicada à cidade. A série de grafias em diferentes línguas – *Ajudá, Ajuda, Uidá, Juda, Judá, Ouidah, Whydah ou Fida*⁵ - demonstra quanto esta região era multicultural, desde uma perspectiva africana, mas também pelas várias nações europeias que se envolveram nos negócios desenvolvidos a partir do forte de São João Batista de Ajudá.

A história dos brasileiros retornados, nesta região, não começa no século XIX. Um dos casos mais antigos relatados é de João de Oliveira, segundo Costa e Silva (2004, p.22), um liberto que retornou do Brasil “por volta de 1733” para dedicar-se ao negócio negreiro. Neste *infame comércio* teve tal sucesso que é atribuído a ele a abertura de dois novos embarcadouros para o comércio transatlântico: Porto Novo e Lagos.⁶

Voltar para África e dedicar-se ao tráfico de escravo não era, portanto, um movimento novo. Entretanto, podemos dizer que o movimento geral foi muito mais amplo, ou seja, não foi apenas uma volta com a intenção de colocar-se no ramo do tráfico de pessoas. Os *retornados* assumiram desde atividades ligadas ao comércio *inocente* de azeite de dendê (óleo de palma) aos ofícios valorizados nas cidades – carpinteiro, mestre de obras, ferreiro, tanoeiro, etc -, bem como atividades ligadas ao plantio e produção de alimentos voltados a abastecer a população, atender o crescente mercado de óleo de palma e a logística envolvendo os embarques de escravizados. (Souza, 2008, p.17)

Os brasileiros retornados

Custódio foi tanoeiro em Porto Alegre⁷. Esta é a primeira ocupação desempenhada por ele já em terras gaúchas de que temos notícia, isso no final do século XIX. Entretanto, o fato de ser praticada *no lado de cá do Atlântico* não impede que a ocupação tenha sido aprendida *no lado de lá*, na África, entre os mestres de ofícios *brasileiros* instalados nas cidades da chamada Costa dos Escravos. Faz bastante sentido ele ter sido iniciado nos conhecimentos deste ofício em algum destes centros urbanos do Daomé, afinal eram neles que a comunidade brasileira estava instalada, e sabe-se que seu pai andava entre eles, principalmente entre Ajudá e Aguê⁸. Boa parte das mercadorias comercializadas eram transportadas em *barricas*, o material sobre o qual debruçavam-se os *tanoeiros*, concertando, reparando e construindo-os.

Em 1866, nas primeiras páginas do livro de batismos do Forte português de Ajudá⁹, encontramos o batismo de um tanoeiro adulto, chamado José. Não resisto a imaginar se

Custódio não teria cruzado por este homem em Ajudá. Segundo as fontes mais confiáveis, a data da entrada de Custódio no Brasil seria 1864, assim ambos poderiam ter convivido, caso o “príncipe” tivesse aprendido o seu primeiro ofício em terras africanas. Quem sabe não andaram pelas mesmas oficinas, pelos mesmos lugares, já que ambos compartilharam da mesma ocupação? Contudo, sabemos que não há nada que indique qualquer convivência entre os dois. Mas é significativo que um tanoeiro se encontre entre os primeiros batizados neste livro de Ajudá, dois anos após a data conhecida como da chegada de Custódio ao Brasil, o que aponta para a possibilidade do aprendizado do primeiro ofício desempenhado pelo príncipe em Porto Alegre ter ocorrido em terras africanas.

Outra questão comum levantada pelos que conviveram na época de Custódio diz respeito a sua etnia. Será que o príncipe era Mina? Segundo Alberto da Costa e Silva os:

“Seus contemporâneos gaúchos estavam convencidos de que provinha da Costa da Mina, o que não explica grande coisa, porquanto “Costa da Mina”, no Brasil dos séculos XVIII e XIX, incluía a Costa do Ouro e o golfo do Benim. Um negro da Mina podia ser um fante, gã, axante, gum, fom, evé, mahi, hauçá ou iorubá. em alguns lugares, como no Rio de Janeiro, qualquer africano que não fosse de Angola, dos Congos, do gabão ou de Moçambique podia ser chamado mina.” (Costa e Silva, 2003, p. 171)

Podemos *dialogar* com Costa e Silva e dizer que Custódio era um *agudá*, nascido na região chamada no Brasil de Costa da Mina (em Uidá, conforme o Mapa abaixo – *figura 1*).

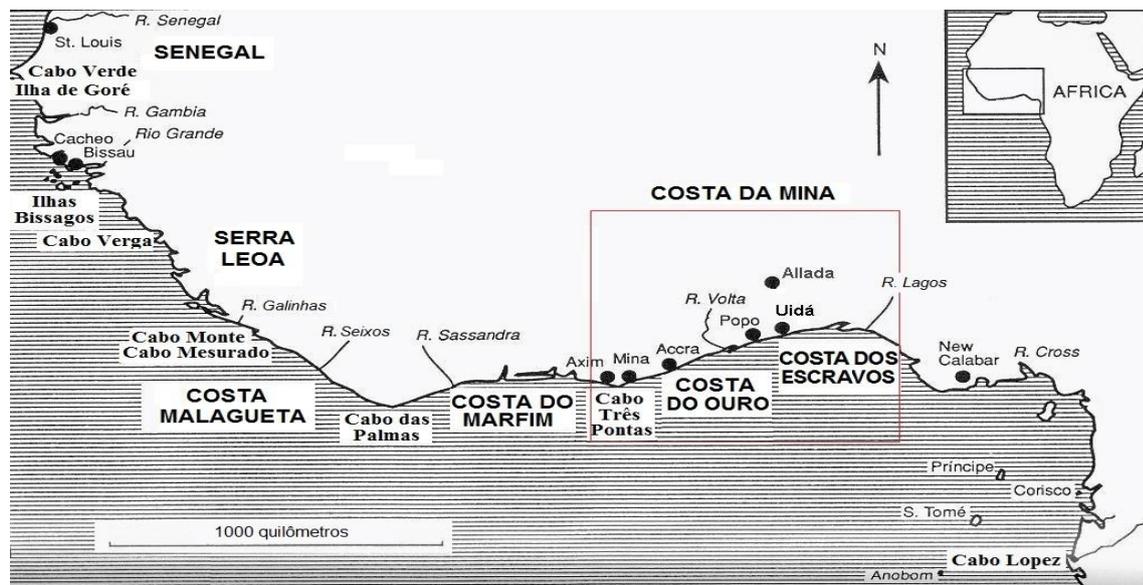


Figura 1: Costa da Guiné no século XVII [fonte adaptado de Barbot on Guiné]. Disponível em <http://www.costadamina.ufba.br/index.php?/conteudo/exibir/11>

De acordo como Mônica Lima e Souza, os agudás formavam uma comunidade que se enxergava como “súditos brasileiros”, apesar de terem sido quase expulsos do Brasil, onde eram tratados como estrangeiros. Na Costa dos Escravos¹⁰, por vezes recebiam tratamento como *criollos* em relatórios de militares, em outras ocasiões eram *negros do Brasil*, sobretudo eles eram na maioria das vezes percebidos como *brasileiros*. “Sua identidade os situava tanto num lugar intermediário entre os nativos e estrangeiros, ou como um tipo especial de estrangeiro – com laços locais, domínio de línguas nativas e mesmo origem de nascimento autóctone.” (Souza, 2008, p. 17).

Os Agudás, que segundo consta seria uma corruptela de Ajudá, constituíam apenas um dos grupos de africanos retornados, construindo uma nova identidade através do Atlântico, neste ir e vir entre as Américas, desde o Brasil, mas também de Cuba, de outras ilhas do Caribe e também dos Estados Unidos. Além dos Agudás, no Benim, havia os *tábom*, de Gana, ou *amarôs*, na Nigéria e no Togo. Havia também os Saros (Salôs) retornados de língua inglesa, com passagem por Serra Leoa, que “eram iorubás escravizados que haviam sido resgatados pelo esquadrão britânico já a caminho do Novo Mundo” (Cunha, 2012, p. 132). Segundo Mônica Lima e Souza (2008) ainda houve outros que retornaram para a região central-atlântica, principalmente para Cabinda e Luanda.

A maior parte dos retornados, sem dúvida, assentaram-se em terras africanas costeiras, mas também pelas maiores cidades da região Iorubá. Os saros fixaram-se, predominantemente, em Badagri, Abeokuta e Lagos, enquanto os *brasileiros* em Aguê, Anecho, Ajudá, Cotonu, Porto Novo, Badagri e Lagos. Já os *cubanos* se integraram à comunidade brasileira dos agudás, em razão da proximidade da religiosidade católica e linguística entre o espanhol e o português. A decisão de estabelecer-se em cidades e no litoral visava, certamente, às oportunidades comerciais, mas não somente a isso. Tentar estabelecer-se mais adentro dos territórios africanos era colocar-se ao alcance de sofrer nova escravização, além do que, no princípio do séc. XIX, populações inteiras das antigas cidades-estado do interior desapareceram tragadas pelas guerras que levaram a queda do outrora poderoso império de Oyó.¹¹ Assim, passadas algumas décadas, as comunidades originais das quais haviam sido retirados, os retornados, já não existiam como eram antes da escravização e das guerras. A África natal daqueles que retornaram já não era a mesma da qual haviam sido retirados à força, e os retornados também já não eram os mesmos após passar pela experiência do cativo em terras brasileiras.

Em alguma daquelas guerras, provavelmente, que Gbego Sokpa¹² foi escravizado na África por volta de 1814 (Parés, 2017), e em algum momento após a captura, talvez ainda em praias africanas, ele recebeu em batismo o nome português de seu proprietário e tornou-se o

nosso já conhecido Joaquim de Almeida, pai de Custódio. Ele manteve este nome após o retorno à África, como era costume entre os agudás.

Aqui, em um primeiro momento, Pierre Verger percebeu no pai de Custódio a assimilação da cultura dos *brasileiros*, principalmente através da conversão ao catolicismo como demonstrava o testamento de Joaquim de Almeida, escrito em 1844 na Bahia, onde constava sua devoção a irmandade católica ligada a africanos jejes. Entretanto, em um segundo momento, Verger entende que *Joqui* retornou para a África e para os valores africanos, quando passara a viver relações poligâmicas e elementos das religiões tradicionais dos *voduns* (?), pouco comuns a um católico fervoroso.

“percebemos em Joaquim d'Almeida o retorno aos valores africanos, seja no afã de procriar inúmeros filhos como no de ser enterrado em sua própria casa, com cerimônias que nada têm que ver com o catolicismo e que não concretizam a vontade expressa em seu testamento escrito na Bahia em 1844.”
(Verger, 1992, p.48)

E desse retorno aos valores africanos surgirá Custódio, um dos *inúmeros filhos* de Joaquim de Almeida retornado à Costa da África.

O pai de Custódio e seus Negócios

Joaquim de Almeida fez fortuna no tráfico de escravos. É possível dizer que fazia parte de uma minoria dentro de outra minoria. Após se tornar liberto (a primeira minoria), ele construiu uma fortuna significativa através do negócio de compra e venda de seres humanos (a segunda minoria). Neste comércio, no qual conseguiu sucesso devido às suas capacidades linguísticas, primeiramente, e depois pelas redes que estabeleceu em solo africano e brasileiro, fazia parte do grupo dos 10% dos homens mais ricos da Bahia. (Parés, 2017)

O pai de Custódio tornou-se capitão de navio negreiro na década de 1820, pelo menos a partir de 1824, ainda a serviço do seu proprietário e depois parceiro Manuel Joaquim de Almeida. A época quando Joaquim de Almeida tornou-se liberto (1830) coincide com o início do período da clandestinidade do tráfico transatlântico para o Brasil, entre 1831 e 1850. Segundo Luis Nicolau Parés, um grupo muito pequeno de *abastados capitalistas* concentravam a importação clandestina de cativos desde a Bahia, eram eles: Antônio Pedrozo de Albuquerque, Joaquim José de Oliveira e José Cerqueira de Lima, na década de 1830, enquanto José e Joaquim Alves da Cruz Rios e Joaquim Pereira Marinho, na década de 1840. Contudo, o período

da ilegalidade do tráfico trouxe um alargamento na base da pirâmide dos envolvidos com o tráfico.

Parés defende que a clandestinidade favoreceu os agentes africanos envolvidos no tráfico, dentre os mais notáveis estava Joaquim de Almeida. Com o aumento da repressão britânica ao tráfico, sobretudo após o *Equipament Act* de 1839, “o capitão de navio, no passado a principal figura na condução do negócio negreiro, perdeu importância em favor do pessoal que operava em terra, e isso em ambos os lados do Atlântico” (Pares, 2017, p.17). Com efeito, o caso de Joaquim de Almeida, e o fato dele se instalar definitivamente na África, ora em Ajudá, ora em Aguê entre os anos de 1839 e 1842, após o *Ato do Equipamento* demonstra a sua tese. As apreensões britânicas de qualquer embarcação equipada – daí o nome da lei: ato do equipamento – para o transporte de cativos levou a uma separação das responsabilidades das viagens, entre a carga e a descarga.

Custódio ainda não havia nascido quando Joaquim de Almeida se instalou na África. Há dúvidas sobre qual foi o primeiro paradeiro do pai de Custódio: em Aguê se fala que *Joqui* por lá chegou em torno de 1835 (Law, 2002), contudo há indícios de que realmente tenha se instalado, definitivamente, mais tarde na pequena cidade, e 1835, talvez seja a data do início das suas relações em Aguê, instalando um ponto de comércio e depois reformando uma capela católica em 1845. (Verger, 1992; Guran, 2000). De acordo com Parés (2015), Aguê, em 1843 possuía cerca de mil e seiscentos moradores. Em 1873, segundo Turner, Aguê já possuía cerca de seis mil habitantes¹³, e “era considerado pelos missionários franceses o centro mais importante da cristandade na costa daomeana” (Turner, 1970, p. 69).

Podemos inferir, pela leitura de Law (2001 e 2002) e Parés (2017 e 2018), que Joaquim de Almeida provavelmente começou suas relações em Aguê ainda como capitão, ou agente móvel do tráfico de escravos¹⁴. Indo e voltando de diversos portos atlânticos. Contudo, após o recrudescimento da repressão inglesa e a consequente mudança de contexto, tornou-se mais interessante a operação em terra, e Joaquim passou a atuar como agente do tráfico ou intermediário, fazendo as ligações entre as redes internas do tráfico com as malhas internacionais. Costa e Silva defende que parte de seu êxito nesta atividade foi devido a ser nomeado pelo rei de Glidji chefe da alfândega entre as praias de Aguê e Popô Pequeno, coletando as taxas dos navios que por ali faziam comércio (2004, p.120). Robin Law aponta que foi em 1845 que ele se fixou na África, mantendo como base Aguê, entretanto *Joqui* era considerado em 1849, o “mais rico morador de Ajudá” (Law, 2001, p.30).

Entre reis e comerciantes de escravos

Ajudá era um dos maiores centros para o comércio de escravos. Nos anos derradeiros do tráfico humano entre a Costa da África e a América, a cidade natal de Custódio, configurava-se em um dos últimos baluartes dos traficantes de escravos. Era de lá e de seus arredores, em Aguê para ser exato, base do pai de Custódio, que zarpavam alguns dos últimos navios negreiros com destino a Cuba, na década de 1860. (Law, 2002)

A história do nascimento de Custódio e a sua transferência para o Brasil se insere nos últimos momentos do tráfico transatlântico de escravizados. Ele nasce logo após a abolição definitiva do tráfico para o Brasil, em 1850 – Custódio nasceu em 1852/53 – e em 1864, um pouco antes do fim definitivo do tráfico com a América – Cuba parou de receber africanos escravizados em 1865 – ele transfere-se para o Brasil.

Para compreender melhor o contexto desta história precisamos ampliar a nossa perspectiva de análise e, de forma sucinta, falar sobre uma *identidade atlântica* construída na interação dos dois lados, entre as duas margens do Atlântico, em um tempo um pouco mais estendido, para no fim, voltarmos ao tempo e o lugar onde Custódio nasceu e cresceu, a cidade de Ajudá, e o reino do Daomé de meados do século XIX.

Primeiro a dimensão social. Como explicar que um liberto se envolveu com o tráfico do qual ele mesmo já fora vítima? Uma resposta a esta questão é apresentada, em parte, por Parés, em estudo sobre a trajetória de Joaquim de Almeida, o autor salienta que apesar do desconforto que desperta uma história como esta, “uma historiografia que privilegia os africanos enquanto sujeitos autônomos, com capacidade de ascensão social e ação política, não poderia negligenciar [...] o seu estudo” (Parés, 2017, p.15).

Mas ter que explicar o envolvimento de um homem de origem africana com o tráfico de seres humanos não seria um problema deslocado no tempo? Por assim dizer, anacrônico? Uma preocupação do nosso tempo, quando a escravização e o tráfico transatlântico são vistos como um crime contra a humanidade¹⁵. O caso do pai de Custódio, Zoki Azata, é emblemático da dificuldade de reconhecer quem são as vítimas e os algozes deste *crime*.

Apesar de não ser o principal objetivo deste texto, assim mesmo, indicaremos alguns elementos que permitam uma melhor compreensão da prática de escravizar e vender seres humanos a partir da África ao longo da história moderna, após o contato dos europeus com a América e o conseqüente uso de africanos escravizados nas colônias americanas.

Neste momento do texto, então, estamos falando de um contexto mais amplo, da África Atlântica e do comércio transatlântico de escravizados em geral. Para isso usamos

principalmente o estudo de Thornton (2004) que apresenta conclusões relevantes para entendermos este processo, sobretudo a ideia de que os africanos foram participantes ativos do mundo atlântico, protagonistas de sua história, e não apenas vítimas passivas dos europeus.

Primeiro as relações políticas e militares. Durante a maior parte do tempo, os “europeus não possuíam o poderio militar para forçar os africanos a participarem de nenhum tipo de comércio no qual seus líderes não desejassem se engajar”. Assim, o comércio ocorria de forma voluntária, aproveitando redes e práticas já existentes nas sociedades africanas. Incluindo a compra e venda de seres humanos. Como o comércio estava sob controle de uma elite, sob controle de estados, eles se protegiam do impacto demográfico e da transferência de estratos mais pobres da população para as Américas. (Thornton, 2004, p 49)

Os europeus entraram neste comércio como mais um grupo, como mais um participante do comércio. Eles estabeleceram contato exatamente com os *mais prováveis donos de escravos*: ricos mercadores de marfim, ouro, pimenta, pulseiras de cobre, esteiras, além de governantes e altos funcionários dos estados. Chegaram, portanto, fácil e rapidamente a suas fontes. Contudo, nas palavras de Thornton: “Esse fato não ocorreu porque os africanos eram comerciantes inveterados de escravos, mas em razão de a base legal da riqueza fazer na ideia de transferir propriedade de pessoas” (Thornton, 2004, p.149)

Segundo este autor, a escravidão era difundida na África Atlântica em razão de ser a única forma de “propriedade privada que produzia rendimentos [...] Nesse sentido, foi a ausência de propriedade privada de terras – ou para ser mais preciso, foi a propriedade corporativa da terra – que levou a servidão a ser tão difundida na sociedade africana”. Em outras palavras, na África Atlântica as pessoas que eram taxadas e não as terras. Isso se aplicaria, inclusive, para a região do atual Benim. (Thornton, 2004, 125-126)

O comércio, mas sobretudo a posse de escravos, eram formas de conseguir e demonstrar poder e riqueza nestas regiões tocadas e envolvidas diretamente com o tráfico transatlântico de homens e mulheres escravizados. No caso de Joaquim de Almeida, ainda vemos um homem que viveu parte da sua vida na Bahia, exatamente no contexto de repressão aos africanos. Tratados como estrangeiros, objetos de uma política pública que os desejava ou na posição de escravos ou longe dos centros urbanos, os libertos africanos após o levante dos Malês em 1835 estavam cada vez mais restritos em suas formas de acumular riquezas, sendo lhes proibido adquirir certos tipos de propriedade privada, restando para os que conseguiam amealhar os produtos de seu trabalho investir na aquisição de bens móveis, incluindo os cativos.

De acordo com Manoela Carneiro da Cunha, os africanos que viviam na Bahia após a insurreição de 1835 foram perseguidos por medidas discriminatórias que vigeriam até 1872. Segundo ela:

“A maioria das medidas era um convite nem sempre velado à emigração voluntária, dirigido a todos os libertos africanos que não estivessem sujeitos à estrita dependência dos grandes proprietários rurais. [...] Conseguir a transferência dos libertos para o campo unia a segurança às necessidades de mão de obra. Se não fosse possível, a medida alternativa era expulsá-los do Império.” (Cunha, 2012, p.101)

O pai de Custódio estava entre estes africanos que passaram a sofrer a pressão do governo baiano para retornar ao seu continente natal. O que ele, liderando um grupo de libertos africanos, realmente o fez. Na margem africana do atlântico, Joaquim de Almeida foi recebido por Francisco Félix de Souza, o famoso cháchá de Ajudá, mas também estabeleceu relações com o *dadá* Guezo, soberano do Daomé e, certamente, com mais uma porção de lideranças locais, como o já citado soberano de Glidji, entre outros nomes que desconhecemos, articulando uma poderosa rede de comércio da qual faziam parte reis e comerciantes da Costa dos Escravos.

Ladinização – a expressão de uma cultura atlântica

Não sabemos, ainda, o nome da mãe de Custódio Joaquim de Almeida. Contudo, levando em consideração como se desenvolviam as relações em uma família extensa africana, e que a do *príncipe* Custódio, segundo Verger (1992), era formada por oitenta e um irmãos, pelo menos, podemos inferir¹⁶ que boa parte da sua vivência seria a partir da casa da mãe, ainda que não exclusivamente. Portanto, este é um ponto importante a ser revelado por pesquisas futuras.

Ainda assim, podemos afirmar que Custódio nasceu *ladino*¹⁷. Querendo dizer que ele nasceu em uma comunidade de pessoas que desenvolviam uma cultura atlântica, marcada pela experiência da escravização e do tráfico transatlântico. Pessoas como o seu pai, e outros milhares de africanos que viveram e foram modificados pelo cativo e o tempo que viveram como libertos nas Américas. Ao regressarem desenvolveram uma nova maneira de ser africano, que dialogava com suas origens, ainda que a África natal não fosse mais a mesma, assim como eles todos tampouco o eram. Os agudás, em especial, eram agora herdeiros de uma memória brasileira em comum, uma lembrança do que era ser africano na margem de cá do Atlântico, que se tornou a base, pois, do que era, e ainda o é no Benim e no Togo, *ser brasileiro na África*.

Fontes

APERS, Comarca de Porto Alegre, Tribunal do Júri, Acondicionador 004.5955, processo judicial de sumária, documento 1542, 1885.

Slave Societies Digital Archive, Vanderbilt University. Baptemes du Fort Portugais de Ouidah, 1866-1883. Photocopies par Pierre Verger a Lisbonne, transmis par Le Pere Mathon a Salvador da Bahia, au pere Theophile Villaca. Don des photocopies a L' Association des Amis du Musee de Histoire de Ouidah. Disponível em: <https://slavesocieties.org/islandora/object/essss%3A387707> .

Referências Bibliográficas

ASIWAJU, A. I. Daomé, país iorubá, Borgu (Borgou) e Benim no século XIX. in: História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880 / editado por J. F. Ade Ajayi. – Brasília: UNESCO, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CASTILHOS, Lisa Earl. *Em busca dos Agudás da Bahia: trajetórias individuais e mudanças demográficas no século XIX*. Afro-Ásia, 55, p. 111-147, 2016.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Editora da UFRJ, 2003.

_____. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / EdUERJ, 2004.

DOPCKE, Wolfgang. Reflexões sobre a Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Intolerância Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 44, n. 2, p. 26-45, dez. 2001 .

ELTIS, David. A diáspora dos falantes de Iorubá, 1650-1865: dimensões e implicações, *TOPOI*, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006, pp. 271-299.

GURAN, Milton. *Agudás: os “brasileiros” do Benim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
LAW, Robin. A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos, 1850-66. *Afro-Ásia*, 27 (2002), 41-77

_____. A carreira de Francisco Félix de Souza na África Ocidental (1800-1849) *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 9-39.

PARÉS, Luis Nicolau. Afro-Catholic Baptism and The Articulation of a Merchant Community, Agoué 1840–1860. *History in Africa*, 42, pp 165-201, 2015.

_____. Entre a Bahia e a Costa da Mina, libertos africanos no tráfico ilegal. In: RAGGI, Giuseppina; FIGUEIRÔA-REGO, João; STUMPF, Roberta (ORGS.). *Salvador da Bahia: interações entre América e África (séculos XVI-XIX)* / – Salvador: EDUFBA, CHAM, 2017.

REIS, João José. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. De escravo a rico liberto: a história do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. rev. hist. (São Paulo), n. 174, p. 15-68, jan.-jun., 2016

SOUZA, Monica Lima e. Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870. Tese de Doutorado em História. UFF, Rio de Janeiro, 2008.

THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Trad. De Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TURNER, J. Michael. Escravos brasileiros no Daomé. Afro-Ásia (Revista do Centro de Estudos Afro-Orientais da Bahia), n. 10-11 (1970)

VERGER, Pierre. *Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1992.

_____. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. 4ª Edição, revista. Salvador: Corrupio, 2002.

Notas

¹Conforme qualificação a que foi submetido durante os tramites de um processo-crime no qual foi réu em Porto Alegre no ano de 1885. Fonte: APERS, *Comarca de Porto Alegre, Tribunal do Júri, Acondicionador 004.5955, processo judicial de sumária, documento 1542, 1885*. Para maiores detalhes a cerca deste evento ver Scherer e Weimer. No Refluxo dos Retornados: Custódio Joaquim de Almeida, o príncipe africano de Porto Alegre, 2020 (no prelo).

²“A expressão ‘mahi’ parece ter surgido no século XVIII como denominação utilizada pelos daomeanos para referir-se a uma pluralidade de povos localizados ao norte do rio Zou. Embora questionável, Bergé e Cornevin nos dão como etimologia de mahi a expressão *ma-hi-nou*, que significaria ‘as vítimas da fúria’, talvez uma alusão a esse passado de caça a escravos.” Parés, Luis Nicolau. *A formação do candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018, p.38

³Segundo João José Reis “Os ex-escravos que empreenderam a viagem de volta [...], sobretudo após o levante dos malês, em 1835, quando muitos foram expulsos do país e outros decidiram voltar pressionados pela perseguição sustentada pelo governo contra eles. Os retornados formaram verdadeiras colônias de ‘brasileiros’ – também chamados de *agudás* – em diversos portos do golfo do Benim nesse período, mas, antes disso, ainda no século XVIII, tem-se notícias de africanos que haviam percorrido a rota do retorno” (Reis, 2008, p. 53-54).

⁴Segundo Costa e Silva, o Chachá não possuía o monopólio, “mas, sim, o privilégio da primeira opção: os demais mercadores só podiam fazer suas transações depois que Francisco Félix tivesse vendido todos os escravos do rei e os dele próprio.” (2004, p. 90)

⁵Costa e Silva. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / EdUERJ, 2004, p.12

⁶Segundo Costa e Silva (2004) há “quem atribua a um português, Eucaristus de Campos, o haver iniciado, em 1752, o tráfico em Porto Novo e o ter dado nome à cidade [...]. Se Eucaristus foi quem abriu Porto Novo ao tráfico, a João de Oliveira se deveriam o aparelhamento e a expansão do embarcadouro” p. 35

⁷Conforme qualificação do processo-crime já citado. Anos depois Custódio passa a ser reconhecido como *turfman* nas publicações de jornais, onde aparece ao lado de seu cavalo Marimbondo, nos páreos dos Hipódromos de Porto Alegre. Já no século XX, acompanhado sempre do título de príncipe, Custódio Joaquim de Almeida passa a ser reconhecido como renomado *batuqueiro*, em diferentes tipos de publicações dos periódicos gaúchos.

⁸Robin Law (2001)

⁹Baptemes du Fort Portugais de Ouidah, 1866-1883. Photocopies par Pierre Verger a Lisbonne, transmis par Le Pere Mathon a Salvador da Bahia, au pere Theophile Villaca. Don des photocopies a L’ Association des Amis du Musee de Histoire de Ouidah. Disponível em: <https://slavesocieties.org/islandora/object/essss%3A387707> . Slave Societies Digital Archive, Vanderbilt University.

¹⁰Costa dos Escravos - “região do golfo do Benim assim denominada por ter sido importante entreposto de cativos para o tráfico transatlântico na África Ocidental. Nesse litoral se localizavam famosos portos negreiros, como Pequeno Popo (ou Mina Pequena, Agué), Grande Popo (Mina Grande), Uidá (ou Ajudá), Jakin, Porto Novo (ou Ajase), Badagri e Lagos” (Reis, 2008, p. 55).

¹¹Sobre este assunto ver M. Carneiro da Cunha (Cunha, 2012, p. 136). Em Ajavi vemos como o impacto da queda de Oyó foi um verdadeiro divisor de águas para toda a região: “A principal conclusão a derivar destas observações é que o império de Oyo esteve, a esta altura, no coração da história de toda a região, do Mono ao Níger, e que a sua queda, no terceiro decênio do século XIX, não poderia deixar de provocar um turbilhão no plano social e político, não exclusivamente em país iorubá, mas, além, no Daomé, no Borgu e na região do império do Benin. [...] Efetivamente, ela marcou na região o início de um período quase ininterrupto de guerras e insegurança generalizada. Os seus inevitáveis efeitos negativos sobre o comércio europeu, ao longo do litoral atlântico no golfo do Benin, criaram nesta região condições propícias às intervenções rivais da Grã-Bretanha, da França e, posteriormente, da Alemanha, nos assuntos políticos da região. (Ajavi, 2010, p. 821)

¹²Segundo Verger (1992)

¹³A População de Agué permanece com a mesma dimensão atualmente: 6.230 habitantes. Segundo o *INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DE L'ANALYSE ECONOMIQUE (INSAE)*. República do Benim, 2015.

Com dados referentes ao ano de 2013. Fonte disponível em:

<https://www.insaej.org/images/docs/insaestatistiques/demographiques/population/Resultats%20definitifs%20R-GPH4.pdf>.

¹⁴Principalmente através da leitura dos textos de Robin Law (2001 e 2002) e Parés (2015 e 2017).

¹⁵O texto de Dopecke (2001) mostra a complexidade da questão que envolve as possíveis reparações, quando o tráfico transatlântico passa a ser visto como crime contra a humanidade. “Argumenta-se que a historiografia da escravidão e do tráfico apresenta um quadro complexo de envolvimento que não permite uma simples projeção de responsabilidade exclusiva nesta tragédia humana. Quando apresentado como mais um projeto de transferência de recursos dos países ocidentais para a África, a reivindicação de pagamentos de reparações está apresentada como problemática e pouco viável. Quando se trata como um aspecto de políticas públicas de combater a discriminação da população negra em países multiétnicos, é considerada mais justificável e promissora.”

¹⁶Nos referimos ao caso de Francisco Félix de Souza, pai de numerosos filhos tal qual Joaquim de Almeida, e que Alberto da Costa e Silva comenta no livro sobre o famoso cháchá (2004).

¹⁷João José Reis usa o termo *ladinização*, e é neste sentido que entendemos a comunidade da qual fazia parte Custódio. No caso, analisado pelo autor, ele se refere ao africano Manoel Ricardo: “africano que aprendera a entender e manipular muitos dos símbolos culturais, protocolos sociais e circuitos mercantis do Brasil escravista, que se tornou perito nos costumes e valores do homem branco, sem abandonar muitos dos costumes e valores africanos, embora sobre estes os arquivos só nos ofereçam pistas quase apagadas. Ao mesmo tempo, sua ladinização percorreu, em larga escala, a trilha da pan-africanização, por assim dizer. Foi dentro da comunidade africana mais ampla – e não apenas do seu grupo étnico, insisto – que suas proezas puderam ser mais bem apreciadas e traduzidas em poder social e provavelmente político.” (Reis, 2016, p. 62)

A ATUAÇÃO LOCAL COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA: PERFIL SOCIAL DOS JUÍZES DE PAZ ELEITOS NO 1º DISTRITO DA FREGUESIA DO ARROIO GRANDE (SUL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE, 1848-1871)

Vitor Luiz Soares Figueiredo¹

Resumo: O presente trabalho busca construir um perfil social dos juizes de paz eleitos, entre 1848 e 1871, no 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande, Sul da Província de São Pedro do Rio Grande. A partir desse estudo de caso, pretendemos contribuir para o conhecimento histórico a respeito da magistratura eletiva no período posterior às contra-reformas que reduziram as suas atribuições. Nossa hipótese é de que a eleição para o juizado de paz continuou sendo do interesse das elites locais, para as quais a conquista do posto significou uma possibilidade de acesso a recursos materiais e imateriais.

Palavras-chave: juiz de paz – eleições locais – Brasil Império

Introdução

Magistrado leigo e eletivo previsto na Constituição de 1824, o juiz de paz foi uma autoridade ao nível local fundamental para os antagônicos projetos de governo do período anterior à consolidação do Império brasileiro. Conforme Thomas Flory, foi regulamentado e revestido de poder pelos liberais através das reformas descentralizadoras da administração judiciária empreendidas entre 1827-1837, chegando a ser o responsável por presidir as eleições nas freguesias a partir de 1828 (FLORY, 1986, p. 102). Após o Código de Processo Criminal de 1832, o juiz de paz também reuniu poderes policiais e judiciais para prender criminosos além de sua jurisdição e por determinar a formação da culpa em todos os procedimentos criminais, transformando-se no principal agente de controle social, sobre o qual se assentaram os alicerces do sistema judiciário liberal (FLORY, 1986, p. 104).

No entanto, a ascensão dos conservadores e de seu projeto contra-reformista, no bojo do movimento conhecido como Regresso, resultou na promulgação da Lei de Interpretação do Ato Adicional, a qual, segundo Flory, estabeleceu a nomeação como método de recrutamento da magistratura no Brasil, bem como a Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841, que reformou o Código de Processo Criminal, criando uma estrutura judiciária e policial, finalmente separada, mas diretamente ligada e politicamente dependente do governo Central (FLORY, 1986, p. 266). Assim, os poderes de investigação e julgamento foram retirados da justiça de paz e investidos na magistratura profissional e nos delegados de polícia. A partir de então, o juiz de paz teve as suas atribuições reduzidas até voltar à função original de conciliador, sendo a sua jurisdição virtualmente eliminada da estrutura judiciária imperial (FLORY, 1986, p. 267).

Para Flory, a centralização de poder, conjugada aos laços clientelistas na nomeação de funcionários da justiça e polícia, ampliou a interferência do governo central, que nunca saiu derrotado de uma eleição (FLORY, 1986, p. 278-281). Assim, buscando afastar essa ingerência,

a Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846, determinou que o juiz de paz fosse o responsável por presidir tanto o processo de qualificação dos votantes, como o da votação, propriamente dita, no nível local. De acordo com Richard Graham, essa mudança renovou o interesse nas eleições locais, realizadas em uma sociedade nitidamente hierarquizada na qual “o clientelismo constituía a trama de ligação da política no Brasil no século XIX, sustentando todo ato e condicionando a vitória eleitoral a partir de seu uso” (GRAHAM, 1997, p. 15).

Mas, o retorno desse poder à alçada do juiz de paz seria suficiente para que o cargo se tornasse interessante para as elites locais? Percebemos que há uma lacuna historiográfica sobre esse período específico da magistratura leiga e eletiva. É nesse sentido, portanto, que buscamos contribuir para a construção do conhecimento histórico a respeito dessa instituição. Assim, interessa-nos, além de conhecer melhor os homens que foram eleitos juízes, compreender por quais razões esse cargo pode ter sido interessante para eles.

Para tanto, realizaremos um estudo de caso do juizado de paz do 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande, termo do município de Jaguarão, no Sul da Província de São Pedro do Rio Grande. Através da construção de um perfil social dos juízes eleitos entre 1848 e 1871, buscamos conhecer melhor a composição social do grupo a partir das variáveis ocupação, estado matrimonial e alfabetização, bem como das estratégias e relações sociais construídas por alguns dos atores analisados. Nosso *corpus* documental é composto pelas atas das sete eleições para juízes de paz ocorridas durante o período, listas de qualificação dos votantes produzidas entre 1868-1871 e documentos cartoriais, como inventários *post mortem* e escrituras de compra e venda. O recorte temporal compreende a primeira eleição para o juizado de paz na Freguesia do Arroio Grande e encerra-se com o pleito de 1871, realizado no mesmo ano em que Lei nº 2.033 executou nova reforma da administração judiciária.

Um domínio dos criadores de gado: indícios do perfil social dos juízes de paz

Entre 1848 e 1871, 53 indivíduos concorreram ao cargo de juiz de paz no 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande. Destes, 17 foram eleitos para as quatro vagas que a cada quadriênio deviam ser preenchidas para o juizado. Nas fontes consultadas, encontramos dados para 14 (82,4%) do total de eleitos. Os suplentes não foram incluídos nesta pesquisa.

Comparando os juízes de paz com os eleitores de Arroio Grande constatamos que, dos 64 indivíduos votados entre 1847 e 1869, 23 (36%) foram eleitos, um número ligeiramente maior que os 17 (33,1%) entre os 53 candidatos a magistrados. Assim, embora tenha sido relativamente mais fácil eleger-se para o colégio eleitoral do que para o juizado de paz, também é possível dizer que o acesso a ambos estava circunscrito a poucas pessoas. Apenas para se ter

uma ideia do universo tratado, o maior número de votantes registrado na Freguesia do Arroio Grande durante o recorte desse trabalho foi de 370, segundo a lista de 1870.²

Dos dados obtidos nessa primeira etapa da pesquisa, o primeiro que nos chama a atenção diz respeito às idades. As fontes demonstraram que nenhum dos atores foi eleito juiz de paz com menos de trinta anos. As idades encontradas variaram entre os 32 e os 67 anos. Entretanto, as fontes utilizadas foram produzidas posteriormente à primeira eleição desses indivíduos, sendo as idades aqui citadas apenas uma aproximação da realidade.³

Com a exceção de Manoel Ignacio das Neves e Izidoro de Souza Leandro, atores para os quais não encontramos informações, os outros doze eleitos sabiam ler e escrever. Embora o artigo 3º da lei de regulamentação dos juízes de paz, de 1827, determinasse que somente pudesse ser juiz de paz aquele que reunisse as condições para ser eleitor, dentre elas saber ler e escrever, o fato de ser alfabetizado, segundo Richard Graham, distinguia aqueles homens do grosso da população, majoritariamente analfabeta (GRAHAM, 1997, p. 157-158).

No que concerne à situação dos indivíduos em relação ao matrimônio, todos os quatorze atores sobre os quais foi possível levantar dados eram casados ou haviam se casado antes de 1868. Esse dado, no entanto, padece do mesmo problema da variável idade. A partir dessa observação é pouco seguro compreender o casamento como um recurso valorizado para o recrutamento ao cargo. Mesmo assim, decidimos fazer referência a esse dado.

Por fim, voltemos nossa atenção para a variável ocupação. Onze juízes (78,6%) estavam vinculados ao mundo rural, destacando-se os criadores de gado, que somaram nove (64,3%), além de dois fazendeiros (14,3%). No referido grupo, inclui-se Felisberto Machado de Souza, único ator para o qual encontramos duas ocupações diferentes nos recortes delimitados para estudo, tendo o mesmo socialmente ascendido de criador de gado para fazendeiro. Essas informações dialogam com o contexto socioeconômico da Freguesia do Arroio Grande na segunda metade do século XIX, localidade situada entre a fronteira com o Uruguai e as cidades de Pelotas e Rio Grande (o centro econômico da província), cuja principal atividade econômica foi a pecuária associada à forte escravização da mão de obra.

Entretanto, o perfil social de três atores, destacando-se o comerciante José Maria Villas Boas e o proprietário Rogerio José de Freitas, parece distanciar-se do majoritário grupo pecuarista que dominou o juizado de paz, pois não possuíam bens rurais significativos ao fim da vida. Rogerio era dono de um pequeno campo, mas nenhum animal de criar foi arrolado em seu inventário. O referido perfil econômico mais “urbano” pode ser complementado com o fato de que sua escravaria era composta apenas por uma escravizada doméstica e seus dois filhos pequenos. Esse foi um dentre outros interessantes aspectos da vida de Rogerio reconstruídos no

estudo de sua trajetória que realizei (FIGUEIREDO, 2019), o qual resultou nos questionamentos acerca do juizado de paz que conduzem ao presente trabalho.

Riqueza, estratégias patrimoniais e relações sociais de alguns juízes

Agora, direcionemos a nossa pesquisa para uma análise qualitativa do perfil social dos atores, utilizando como fontes as escrituras de compra e venda cruzadas com inventários *post mortem*. Entre 1835 e 1873, o cartório do juizado de paz do 1º Distrito de Arroio Grande lavrou 307 dessas escrituras, das quais, 33 (10,8%) tiveram a participação direta de doze dos dezessete juízes de paz eleitos no 1º Distrito. Voltemo-nos para o estudo de alguns casos.

O fazendeiro Thomaz Bento da Silva parece ter sido um dos atores que aproveitou uma partilha de bens recentemente finda. Não foi uma transação em conjunto e simultânea, como as dos herdeiros de Antonio Vieira de Souza que venderam doze frações de campo, situadas próximo ao arroio das Pedras, para o criador de gado, e posteriormente juiz de paz, Francisco Soares Lima em 1858.⁴ Todavia, entre 1856 e 1859, Silva adquiriu dos herdeiros de Francisco Mauricio Mendes três campos localizadas no lado Oriental das Bretanhas, 1º Distrito de Arroio Grande, pelo valor de 1:450\$000.⁵ Thomaz Bento teve ganhos duplicados com esses negócios, pois não só ampliou como parece ter consolidado os seus domínios, uma vez que as suas propriedades já faziam limite com os campos de Francisco Mendes.

O caso de Thomaz Bento da Silva é singular entre os demais juízes de paz. Ao partir deste mundo deixou um patrimônio avaliado em 97:748\$950 réis⁶ (£ 10.767), composto, principalmente, por mais de uma légua de campo e 2.382 reses de criar que pastavam nas Bretanhas. Se tivesse vivido em Jaguarão ele teria entrado para a análise de Amanda Both, que encontrou apenas doze inventários em um universo de 456, cujos bens passaram das 10 mil libras, os quais concentraram 50% da riqueza naquela cidade entre 1860 e 1889 (BOTH, 2016, p. 41-44). Portanto, é extremamente significativo que um dos atores aqui analisados corresponda ao perfil de elite econômica em um recorte próximo daquele onde viveu.

Em 29 de abril de 1861, o criador de gado, e então juiz de paz titular, Hildebrando Soares Lima comprou de Joanna Maria de Jesus, por 1:060\$000, um pedaço de campo com benfeitoras, localizado na margem direita do arroio Grande. Surpreendentemente, Joanna era mãe do também criador, e futuro juiz de paz, Manoel José Ferreira, e este, em junho daquele ano – evidenciando a atuação de Hildebrando como seu “testa de ferro” –, pelos mesmos 1:060\$000 “quantia que n’este acto lhe foi entregue em moeda metallica” adquiriu de Soares Lima a propriedade⁷, que se somou a outra, herdada por sua irmã e localizada no mesmo lugar, mediante permuta com seu cunhado José Jacintho da Porciuncula.⁸

Um elemento em comum uniu os negócios aqui apresentados: todos foram realizados entre o fim da Guerra do Prata e o início da Guerra do Paraguai. Esse período foi o mais longo em que a fronteira do Rio Grande do Sul não se viu diretamente envolvida em conflitos bélicos. Além disso, o início da década de 1850 foi marcado por mudanças legais, como a introdução da Lei de Terras, por exemplo, que estruturou os negócios realizados naquela região, resultando no progressivo encarecimento do referido bem no mercado local.

Logo, é possível que esse momento de paz e de recentes transformações legais tenha sido propício para a articulação e o acionamento de estratégias de manutenção e ampliação patrimonial. Na acepção de Giovanni Levi, referindo-se ao Piemonte da Itália pré-industrial, estratégias seriam as ações de indivíduos e suas famílias no sentido de resistir aos efeitos normativos de contextos históricos (LEVI, 2000, p. 48). Segundo Levi, esse esforço não se consubstanciava numa racionalidade poderosa e ilimitada, capaz de modificar as estruturas sociais do período, mas sim de manejá-las a partir dos recursos e informações a disposição. Em resumo, o que os indivíduos buscavam, sobretudo, era a preservação biológica do grupo ao qual pertenciam e a conservação de seu status social geracional (LEVI, 2000, p. 104).

Contudo, o poder local não provinha apenas da posse de recursos materiais.

De acordo com Jonas Vargas, Manoel Luís Osório, embora não tenha ocupado um espaço formal de poder até o final da década de 1870, exerceu grande influência política na província, intensificada a partir do final da década de 1850, quando o general emprestou o seu apoio à criação da facção liberal que se opôs à liderança do Barão de Porto Alegre no grupo político denominado Contra-Liga (VARGAS, 2007, p. 48-55). Para Helga Piccolo, essa rearticulação partidária deve ser entendida dentro de uma específica conjuntura de indefinições políticas na província, na qual as dissidências entre os liberais levaram à criação, no início da década de 1860, do Partido Liberal Histórico, chefiado por Osório, e do Partido Liberal Progressista, chefiado por Porto Alegre. Com a reorganização dos conservadores em 1868, elementos dos históricos e dos progressistas formaram o Partido Liberal, parcialidade que então se tornou a principal força política regional (PICCOLO, 1998, p. 50-59). Em Jaguarão, o chefe dos liberais foi o bacharel em Direito Henrique d'Avila, compadre de Osório e futuro senador e ministro (VARGAS, 2007, p. 100), isto é, o topo da elite política.

De olho no controle e na instrumentalização dos poderes do juiz de paz na condução do processo eleitoral local, os liberais históricos apenas ampliaram as tensões políticas já existentes em Arroio Grande, conforme atesta a carta que Henrique d'Avila enviou a Osório, prestando contas da campanha eleitoral, em 1864: “em casa do Simplício tem-se feito as reuniões e já se distribuíram os votantes [...] Por fora, o José Maria, o Maximiano, o Thomaz Bento [...] têm já

feito muito” (OSÓRIO, 1894, p. 711-712). Assim, Thomaz Bento da Silva, a principal liderança na freguesia, além de atores menos expressivos que também se somaram à facção de Osório, como Hildebrando Soares Lima e Rogerio de Freitas, já haviam sido eleitos para o juizado de paz antes da rearticulação e continuaram sendo eleitos depois, acumulando, nas sete votações ocorridas em Arroio Grande, impressionantes onze vitórias.

Logo, a atuação como juiz de paz em favor da parcialidade liberal acabou trazendo forasteiros à Arroio Grande, os quais não tardaram a criar uma rede de relações. José Maria Villas Boas presidiu as eleições de 1868, que terminaram em vitória liberal, mas foram anuladas por suspeita de fraude. Ao falecer, deixou uma dívida de 14:269\$252. No entanto, segundo Jonas Vargas, é possível dizer que nas sociedades pré-industriais, como o Brasil do século XIX, as relações de lealdade entre credores e devedores eram tão importantes quanto a palavra empenhada para o acesso ao crédito (VARGAS, 2013, p. 172), e o credor de 1/3 da dívida de Villas Boas era o Banco Mauá, representado por Henrique d’Avila, seu chefe político e advogado de sua viúva.⁹ Assim, surge mais uma linha da complexa teia de relações que uniu esses atores e estabeleceu um fluxo de recursos: o banco era propriedade do deputado geral, e liberal, Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, aliado de Osório e sobrinho do fazendeiro Eleutério Jerônimo de Souza, sobre o qual falaremos mais adiante.

Thomaz Bento da Silva, que também aparece na missiva de Henrique d’Avila, cumpria a dupla função de cliente deste e patrão na relação clientelista com outros tantos. Em 1856, Silva deveria ser o presidente da mesa que dirigiu as eleições para juiz de paz em Arroio Grande, mas, por algum motivo que não sabemos, acabou sendo afastado do exercício da função. Rogerio de Freitas, que havia terminado a última eleição em quinto lugar, assumiu o comando do processo na ausência dos titulares e nomeou Silva como o secretário, além de outros liberais para compor a mesa eleitoral. Na apuração dos votos, ambos foram eleitos.

Nesse sentido, tal ação pode ter sido a contrapartida de Rogerio para a relação vertical que estabeleceu com Thomaz Bento. Há fortes indícios dessa ligação. Em 1877, o fazendeiro reuniu um grupo de homens influentes, incluindo o delegado de polícia José Maria de Souza, e tentou impedir a ordem de uma composição conservadora da Câmara Municipal de Arroio Grande para romper o contrato de aluguel do imóvel que sediava aquela administração, assinado durante uma gestão liberal sob o seu comando, com a viúva de Rogerio.¹⁰

Thomaz Bento, Rogerio, João Alberto Baptista e José Maria Baptista, não por acaso alguns dos juízes mais recorrentemente eleitos, tiveram vários elementos em comum. Além de pertencerem às facções liberais, também fizeram parte de uma rede de relações familiares, levando-se em conta o conceito de família ampla, a qual, segundo Graham, não se limitava ao

núcleo co-residente e aos laços consanguíneos, mas se estendia às ligações por meio de casamento e de parentesco ritual no agrário Brasil oitocentista (GRAHAM, 1997, p. 37). Para Graham “as famílias representavam importante fonte de capital político” e esses grupos buscaram ampliar e proteger os seus recursos geracionais através do domínio político local, geralmente opondo-se a outras famílias (GRAHAM, 1997, p. 35). Logo, foi a partir dessas coletividades, portanto, que as aludidas estratégias eram articuladas e executadas.

Embora cada um desses atores tivesse realizado leituras variadas do cargo de juiz de paz, os vínculos parentais entre eles reforçavam-se pelas ligações políticas. A explicação está nas alianças matrimoniais tecidas a partir do núcleo familiar do já referido Eleutério, cujas filhas casaram com Thomaz Bento e João Alberto Baptista. Dessa parentela fazia parte o também já citado José Maria de Souza, além do bacharel em direito Menandro Rodrigues Fontes, que havia se casado com uma filha do poderoso fazendeiro e prestamista Máximo Pereira, genro de Eleutério. Conforme demonstrou Jonas Vargas, o processo de centralização e burocratização do Estado imperial brasileiro tornou o advogado no profissional mais qualificado a integrar o topo da política rio-grandense, atraindo para si o interesse das famílias em formar os seus filhos em um curso de Direito e dos fazendeiros em tê-los como genros e aliados políticos (VARGAS, 2007, p. 88-89). Assim, Menandro estava apto para exercer, na acepção de José María Imízcoz, o privilegiado papel de interlocutor entre os interesses de sua família, parentes e aliados e o governo central (IMÍZCOZ, 2001, p. 250) a partir de sua eleição a deputado provincial, patrocinada por Osório e d’Avila em 1872. Parece-nos que todos os caminhos dessa rede de relações políticas e familiares levavam ao velho general.

Para um homem de médios recursos a exemplo de Rogerio, cujo patrimônio foi avaliado em 11:064\$820¹¹, a eleição para o juizado de paz deveria significar algumas possibilidades, como expandir a sua rede de contatos, adquirir prestígio local e manter o patrimônio da família através dos serviços prestados ao partido e a proteção dos seus chefes. É possível que Villas Boas tenha feito a mesma interpretação. Outros atores, como Thomaz Bento da Silva, José Maria Baptista, João Alberto Baptista, Vicente Ignacio Ferreira e Manoel José Ferreira, por exemplo, ascenderam a cargos eletivos locais relativamente mais importantes, tendo o primeiro sido eleito vereador em Jaguarão, em 1864, e os demais em Arroio Grande, após a elevação da antiga freguesia à condição de município, em 1873.

Mesmo para os atores em posição inferior nas relações clientelistas com os chefes políticos, havia possibilidades de agenciamento. Hildebrando era irmão do coronel da Guarda Nacional Maximiano Soares Lima, líder liberal que também desempenhou o papel de mediador entre o nível local e o provincial, pois em 1865 enviou um ofício ao presidente da província

contendo a lista dos oficiais que serviram “voluntaria e gratuitamente ao seu mando¹²” no início da Guerra do Paraguai, ato necessário para que essa clientela de guerreiros pudesse solicitar as boas graças do Império pelos serviços prestados.¹³ Rogerio, por sua vez, alinhavou o casamento de sua filha Deolinda com José, irmão do médico paulista, e também liberal, Agostinho da Silva Campos, com relações na Corte, bem como utilizou um título militar de capitão como símbolo de distinção social, uma vez que aparece antecedendo o seu nome em vários documentos públicos (FIGUEIREDO, 2019, p. 61-63 e 77-78).

Além do mais, esses atores mantiveram as suas próprias clientelas. Hildebrando, Villas Boas e Rogerio possuíam treinamento para a prestação de serviços burocráticos e atos cartoriais, pois atuaram como representantes de outras pessoas nos negócios locais, ação registrada nas escrituras de compra e venda, e que parece ter sido intensificada após assumirem o juizado de paz. Cruzando esses registros com as listas de qualificação dos votantes percebemos que, através dessa posição privilegiada, esses homens ampliaram o seu prestígio social e se tornavam requisitados por pessoas de hierarquias sociais diversas.

Considerações finais

O estudo de caso proporcionou tanto a observação de um contexto mais geral, qual seja da importância do cargo de juiz de paz nos recortes delimitados, bem como a reflexão sobre a conjuntura de rearticulação política na província, na qual a facção dos liberais históricos (posteriormente o Partido Liberal) parece ter buscado nos espaços eletivos, o poder que lhes fora vetado nos espaços providos por nomeação entre 1860-1878. Nesse sentido, a mobilização de recursos materiais e imateriais dos chefes políticos para os seus clientes em Arroio Grande é uma evidência da existência desse projeto. Assim, a conquista do juizado de paz parece ter atendido a uma dupla exigência, embora coerente e compatível: por um lado, das facções políticas liberais, e, por outro, dos atores que o disputavam e compreendiam o seu uso a partir de leituras diversas, com vistas à manutenção ou ampliação de seus cabedais. Portanto, apesar de reconhecermos os limites da coesão do grupo, bem como do uso dos poderes do juiz de paz, a ocorrência da reeleição de atores pertencentes a uma mesma rede familiar, que buscava intervir no mundo político para além dos limites de Arroio Grande, significou o domínio do posto durante o recorte analisado, afirmando esse grupo como uma elite, para a qual a atuação local no juizado de paz foi uma estratégia política.

Notas

- ¹ Graduando do Curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa.
- ² AMM. Livro de atas da qualificação dos votantes da Freguesia do Arroio Grande, 1870, fls.16-25v.
- ³ AMM. Livro de atas da qualificação dos votantes da Freguesia do Arroio Grande. Listas de 1868-1871, fls.2v-46v. Todas as informações citadas sobre os indícios do perfil social dos atores referem-se a esses documentos.
- ⁴ APERS. 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande, Transmissões e Notas, Livro nº 3, fls. 31-38v.
- ⁵ APERS. 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande, Transmissões e Notas, Livro nº 2, fls. 39-40v e Livro nº 3, fls. 40-41v e 56v-58.
- ⁶ APERS. Inventário de Thomaz Bento da Silva. Arroio Grande, 1889.
- ⁷ APERS. 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande, Transmissões e Notas, Livro nº 3, fls. 92v-94v.
- ⁸ APERS. 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande, Transmissões e Notas, Livro nº 3, fls. 103-104v.
- ⁹ APERS. Inventário de José Maria Villas Boas. Arroio Grande, 1871, fl. 3-3v.
- ¹⁰ AMM. Ata nº 23 da Câmara Municipal do Arroio Grande, sessão de 23/10/1877, Livro 1, fl. 121v.
- ¹¹ APERS. Inventário de Rogerio José de Freitas. Arroio Grande, 1875, fls.10-11v.
- ¹² BNDigital. *Jornal Correio Mercantil* (RJ), 06/05/1865, p.1.
- ¹³ Nosso entendimento de Maximiano Soares Lima como um mediador baseia-se na pesquisa de Luís Augusto Farinatti, que encontrou semelhante evento de interlocução protagonizado pelo chefe militar Bento Manuel Ribeiro, de Alegrete. Ver (FARINATTI, 2007, p. 177-178).

Fontes

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Acervo dos Tabelionatos, Jaguarão, 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande, Transmissões e Notas, Livro nº 2 (1850-1856).

Acervo dos Tabelionatos, Jaguarão, 1º Distrito da Freguesia do Arroio Grande, Transmissões e Notas, Livro nº 3 (1856-1864).

Inventário de José Maria Villas Boas Cartório de Orphãos e Ausentes. Processo nº 114. Arroio Grande, 1871.

Inventário de Rogerio José de Freitas. Cartório de Orphãos e Ausentes. Processo nº 142. Arroio Grande, 1875.

Inventário de Thomaz Bento da Silva. Cartório do Cível. Processo nº 263. Arroio Grande, 1889.

Acervo do Museu Municipal Visconde de Mauá, Arroio Grande-RS (AMM)

Livro de atas das eleições de eleitores da Paróquia do Arroio Grande (1847-1872).

Livro de atas das eleições de vereadores e juizes de paz na Freguesia do Arroio Grande e distrito anexo (1848-1873).

Livro de atas das juntas de qualificação e revisão das listas dos votantes nas eleições da Freguesia do Arroio Grande (1868-1873).

Livro nº 1 das atas da Câmara Municipal da Villa do Arroio Grande (1873-1881).

Hemeroteca Digital Brasileira (BNDigital)

Jornal Correio Mercantil (RJ), 06/05/1865, p.1.

Referências

BOTH, Amanda Chiamenti. **A trama que sustentava o Império**: mediação entre as elites locais e o Estado Imperial Brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX). Dissertação (Mestrado em História). PPGH da PUCRS, Porto Alegre, 2016.

FARINATTI, Luís Augusto. **Confinos Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na

Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História). PPGHIS da UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

FIGUEIREDO, Vitor Luiz Soares. **“De principios austeros [...] foi elle sempre garantia segura da fiel execução da lei, mesmo nas epocas tormentosas das eleições”**: a trajetória do capitão Rogerio José de Freitas (segunda metade do século XIX). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2019.

FLORY, Thomas. **El juez de paz e el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871**: control social y estabilidad política en el nuevo Estado. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

IMÍZCOZ, José María. Patronos y mediadores. Redes Familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonia de las elites baztanesas en el siglo XVIII. *In*: _____. **Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra em el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)**. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

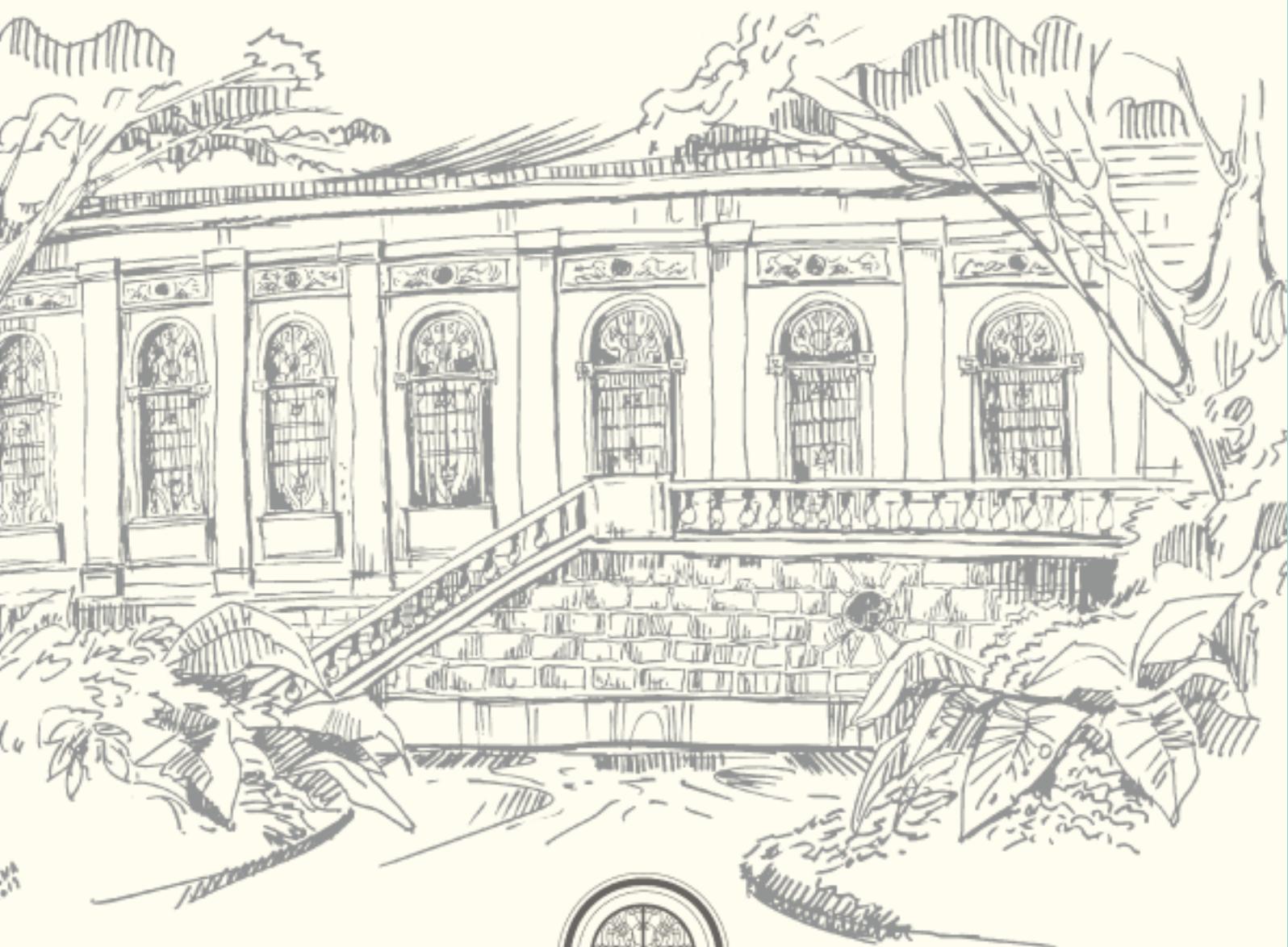
OSÓRIO, Fernando Luís. **História do General Osório**. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1.o volume, 1894.

PICCOLO, Helga. **Vida política no século 19**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte**: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). Dissertação (Mestrado em História). PPGH da UFRGS, Porto Alegre, 2007.

_____. Uma fonte, muitas possibilidades: as relações sociais por trás dos inventários post mortem. *In*: **Anais da XI Mostra de Pesquisa do APERS**. Porto Alegre: CORAG, 2013, p. 155-179.

Reflexões sobre história das mulheres no século XX



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MULHERES CRIMINOSAS EM PORTO ALEGRE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Daniela Tonietto¹

Resumo: A presente pesquisa busca analisar crimes femininos praticados por mulheres – brasileiras e imigrantes europeias – na capital Porto Alegre no final do século XIX e início do XX. Nosso ponto de partida são os delitos cometidos por Joanna Eiras, casada com o imigrante italiano Gaspar Massera. Nas fontes criminais, Eiras é chefe de um “bando”, contando com redes de apoio e proteção quando caía nas malhas da justiça. Nosso objetivo é procurar compreender de que maneira a personagem constituiu uma densa trama de relações, como entender os vínculos existentes entre Joanna e a população Porto Alegrense. Para isso, faremos uso de um processo-crime, que será nossa fonte de análise, para avaliar a trama criada por Eiras e como se davam as suas relações com a justiça, com os agentes da lei e com os populares.

Introdução

O presente artigo, é proveniente da parte inicial de uma pesquisa de iniciação científica, nela, se pretende analisar e compreender quem são as mulheres que compõe o cenário criminal de Porto Alegre, no final do século XIX e início do século XX. Período este, muito marcado por ideias do positivismo, da ciência como norteadora de padrões morais e de uma justiça, que fará uso dessas ferramentas em seus argumentos judiciais.

A Porto Alegre que encontramos ao final do século XIX e início do século XX, sem dúvidas é um cenário cheio de charmes, belezas e boas histórias a serem contadas. Apesar de ser a capital do estado do Rio Grande do Sul, durante determinado período, por mais que fosse considerada urbana, Porto Alegre ainda tinha muito de rural em sua essência. Podemos ver, muitos casos acerca de roubos de animais, problemas com as plantações e com a terra, diversas situações que deixam Porto Alegre um pouco mais ruralizada.

Estamos também, em um período marcado historicamente pela imigração de italianos e alemães para o Brasil, o que irá impactar também a forma se vive em Porto Alegre neste período, onde encontraremos, negros, brancos luso brasileiros, alemães, italianos e ainda outras etnias, demonstrando assim um pouco do impacto da imigração.

É neste cenário que vamos conhecer algumas mulheres, com suas histórias criminais muito interessantes, histórias de roubos, assassinatos, brigas e muitos mais. Dentre elas, uma mulher se destaca, tanto por seu posicionamento, como por sua ficha criminal, Joanna Eiras, sem dúvidas é uma mulher que merece a nossa atenção especial e é a partir da trajetória dela, que vamos buscar compreender as mulheres criminosas de Porto Alegre.

No presente artigo, buscamos ver através de um processo crime, como a fama de Joanna é pontuada enquanto celebre criminosa Porto-Alegrense, bem como as redes de apoio que ela

possuía, dentro da própria justiça, o que acarreta o fenômeno da celebre criminosa ter uma conduta atípica.

A fonte utilizada para a construção deste artigo é um processo crime, que está disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, bem como demais fontes em nome da ré Joanna Eiras que será analisada neste trabalho. Como ele sozinho, não foi suficiente para elucidar as analisar que nos propormos a fazer, nos utilizamos da bibliografia de outros autores.

A historiadora Sandra Pesavento, em sua obra “Os Sete Pecados da Capital”, é fundamental para que possamos compreender um pouco mais sobre o cenário no qual Joanna está inserida, bem com a mesma traz uma relação muito rica das diversas fontes que podem ser utilizadas para remontar a trajetória incrível de Eiras. Bem como o trabalho de conclusão de curso da historiadora Fernanda Ferreira Lima, “Joana Eiras e suas relações com o crime e o poder em Porto Alegre no final do século XIX” que remonta através dos processos crime de Eiras a sua trajetória criminal, nos dando um panorama de seus delitos e de sua complexidade.

A fim de compreender o papel da mulher em Porto Alegre no final do século XIX e início do século XX, fiz uso da historiadora Priscila Almaleh que em sua dissertação, “Ser Mulher: Cotidianos, Representações e Interseccionalidades da Mulher Popular (Porto Alegre 1889 – 1900)” onde ela busca analisar as mulheres populares em Porto Alegre em período concomitante ao analisado por nós e nos fazendo perceber algumas nuances interessantes entre as vidas das mulheres populares, como era o seu dia a dia e algumas das situações pelas quais elas passam.

O século XIX tão bem pautados no pensamento científico que dá subsídio ao sistema de dominação patriarcal, associando a mulher a natureza e a colocando sob jugo do homem, afirmando que ambos necessitam de controlo e que este controlo deve se dar através da dominação masculina, trouxemos Elizabete Davis Novaes, que no seu trabalho, “Entre o público e o privado: o papel da mulher nos movimentos sociais e a conquista de direitos no decorrer da história” vai nos trazer um pouco do pensamento científico do período que acaba por se refletir na justiça.

“Joanna era uma artista, amante dos efeitos, desejosa de impactar sempre, por palavras gestos e poses.”

Joanna Eiras fica conhecida no cenário criminal, popular e imaginário porto-alegrense por diversos fatores, era uma mulher popular, nascida provavelmente em Caçapava e marcada por sua personalidade engenhosa e persuasiva, foi mandatária e líder de um bando que cometia

diversos crimes na capital dos gaúchos, tendo a própria Joanna vindo morar nela em 1879. (ALMALEH, 2018, p. 233). Era conhecida também pela fama que carregava pela cidade, seja pela boca dos populares ou ainda pela forma como ela de portava em seus julgamentos, já que ela é ré em diversos processos crime. Seu posicionamento deixava todas as autoridades atônitas, como mostra a historiadora Pesavento em seu livro Os Sete Pecados da Capital “Joanna era uma artista, amante dos efeitos, desejosa de impactar sempre, por palavras gestos e poses” (PESAVENTO, 2008, p. 309). Nos mostra assim, um pouco dessa personagem que por ser mulher, tem um papel muito bem determinado nessa sociedade, papel esse que Joanna não faz uso, se mostrando uma mulher destoante do padrão esperado, tanto pelo fato de ser a mandante de diversos crimes, a líder de um bando de homens, por se impor perante autoridades e também por possuir diversas posses e imóveis, todos feitos muito incomuns para o período e para uma mulher.

“[...]em 1884, possuía duas casas, uma pronta e outra sendo construída, na Tristeza, no distrito de Belém; em 1885, tinha uma propriedade na Estrada Mato Grosso; em 1896, possuía uma casa na Rua Sete de Setembro, 81, uma pequena chácara no Caminho do Meio, na Colônia Africana e uma outra propriedade de esquina no cruzamento da Rua Bela Vista ou Boa Vista (atual Rua Cabral) com a Conselheiro Dantas, ambos na Colônia Africana, além de um outro imóvel na Avenida Brasil; em 1889 era proprietária da Av. Bahia no Passo da Areia e tinha um chalet em construção próximo deste lugar; em 1920 possuía uma Chácara da Estrada do Belém Novo, uma propriedade da rua Caiera, esquina com a rua Prof. Oscar Pereira, na Estrada da Cascata, em Águas Mortas, além de uma casa na rua Gomes Carneiro, 142, ambas na atual bairro Medianeira.” PESAVENTO, 2008, p. 262)

Apesar de uma vida de crimes e contravenções, indo ao contrário do que se poderia esperar de uma mulher no século XIX, Eiras, também era mãe, teve dois filhos, um deles o criminalista Álvaro Sérgio, que frequentou a escola de Direito junto com Getúlio Vargas, (PESAVENTO, 2008, p.263) fato este, que juntamente com tantos outros, nos deixam intrigado enquanto a popularidade de Joanna Eiras no meio político e como ela sempre se vê bem relacionada, o que acarreta também no fato da mesma nunca ter pago por seus crimes.

Seu último marido, fora o imigrante italiano José Massera, relação essa que rende muitos frutos, para com as relações que ela terá para com os imigrantes italianos na capital. Joanna possuía o apreço de poucas pessoas, dentre elas os negros com os quais a mesma trabalhava e abrigava em suas casas, ela sempre optava por eles como seus capangas, nos mostrando também um pouco do cotidiano dos negros recém-libertados e como os mesmos passam a entrar no mundo do crime.

“Saberá corromper testemunhas, ameaçar os que não se deixarem corromper, lançar mão de todos os artifícios do crime para iludir a ação da justiça.”

Dentre os poucos processos crime, onde as mulheres são réis em Porto Alegre, escolhemos um dos muitos processos crime onde a Joanna é ré. O que será contado está disposto no processo nº 1872, que chega delegacia do 2º distrito de Porto Alegre onde o delegado Cherubim da Costa, toma conhecimento do caso.²

A história de Joanna nos registros policiais da cidade há muito tempo já era a de uma criminosa celebre, (PESAVENTO, 2008, p. 290) sendo este, mais um caso que causará mais dor de cabeça as autoridades porto-alegrenses. No ano de 1886, torna-se conhecida a acusação contra Domingos da Silva Gonçalves e Joanna Eiras, por ferir José Garcia Nunes e de extorsão para com João Viegas seguiu-se então a abertura do caso, que precisava ser esclarecido.

Segundo o processo, Joanna havia se utilizado da violência para obrigar José Garcia Nunes a assinar um documento que declarava o mesmo devedor da quantia de trezentos mil reis.

João da Silva Viegas, boçal leiteiro, morador nos arredores desta Capital, foi, em dias do mês de Fevereiro findo, vítima de uma infame extorsão praticada pela célebre Joanna Eiras, com um desprazo tamanho que parece indicar ter a referida Joanna certeza pela de impunidade. Relações cordiais existiam entre a criminosa e o lesado; do negócio do leite nascera o conhecimento de Viegas com Joanna Eiras aquele fornecia o artigo se seu comércio.³

Neste trecho, é possível perceber muitas coisas, através da narrativa utilizada na acusação, o uso da palavra *celebre* nos dias muito sobre como as autoridades conheciam Joanna e como mesma era tratada pela sua vida de crimes. Também nos intriga, afinal, o que queria Joanna com o *boçal leiteiro*?

Perguntado um dia Joanna se Viegas não tinha um potreiro para alugar, respondeu este não ter, mas saber quem tivesse; incumbiu-o então Joanna de falar com o dono do tal potreiro para aceitar 4 ou 5 cavalos, e prestando-se Viegas, pediu-lhe Joanna que fizesse o favor de levar os animais e que podia ir ocupando esses animais com a condição de trazê-los os à cidade sempre que ela deles precisasse.⁴

Nos parece uma tarefa simples não? Que mal há em fazer um favor a uma vizinha, uma cliente como Joanna Eiras. Dado ao contexto em que temos a cidade de Porto Alegre, com

características rurais, pequena, é bem provável que João soubesse dos afazeres de Eiras, afinal, sua fama a precedia. Mas aparentemente, ele não se importava muito, certamente, uma cliente como ela merecia que o favor fosse feito. E como sabemos durou esta intimidade algum tempo, até que Viegas comprou uma carroça e Joanna Eiras, desejando retirar-se de Porto Alegre, julgou essa situação propícia para praticar mais uma de suas costumadas espertezas.⁵

Eiras promove um jogo de relações com as pessoas que conhece, este processo nos é muito rico em mostrar isso. Nos demais processos disponíveis no APERS e nas outras leituras utilizadas para este artigo, podemos ver todas ressaltam a boa oratória de Joanna, reforçando que ela é muito articulada em sua fala e capaz ganhar a atenção de seus expectadores. Certamente ela se utiliza disso para construir uma relação amigável com Viegas, sabendo o momento certo de pedir o favor e unindo futuramente o útil ao agradável. A compra dos leites, o favor solicitado, os cavalos, a carroça, a necessidade de sair da cidade, todas essas coisas, não são coincidência caros leitores são parte de um plano muito bem elaborado por Eiras⁶ e onde ele vai nos levar? Ainda podemos ver mais uma vez, o quanto as autoridades gostam de reforçar que ela já é uma grande conhecida por *mais uma de suas costumadas espertezas*, dado a recorrência que isso ocorria.

Sendo assim, Joanna então, mandou que Viegas lhe trouxesse os cavalos e depois de encher a casa com 5 ou 6 capangas, disse que achou os cavalos magros e feios e ainda ressaltou “Sabes, vais pagar 300\$000 reis pelos cavalos que estragaste.”⁷ e Viegas lhe diz que “Isso é impossível, visto nada dever a pessoa alguma.”⁸. Mas Joanna já tinha seu plano pronto e bem traçado, deu-lhe duas opções “Ou pagava ou ia para a cadeia e que escolhesse muito caladinho o que desejava!”⁹, o mesmo ainda insistiu que não tinha o valor que a ré pedia, então deu a sua cartada, “disse que aceitava em pagamento a carroça e arreios novos e um cavalo pertencente a Viegas”¹⁰ ele se utilizando das fraquezas e do “Aterrorizado este diante daquela capangada pronta a tudo, ignorante, crédulo e inexperiente a tudo acedeu. No dia seguinte era-lhe arrebatado de seu poder a carroça, cavalo e arreios e passam a pertencer a Joanna Eiras.”¹¹. Que além disso ainda coagiu a vítima com a ameaças a assinar um documento sobre a sua dívida, sendo essa inventada por Joanna, que não pagará pelo leite fornecido, que o ameaçou com 5 ou 6 capangas armados enquanto o mesmo seguia desarmado “o documento assinado é a maior prova do crime, pois devido a intimidade que tinham, não seria necessário isto para acertarem a dívida entre ambos se ela existisse.”¹²

Após está apresentação do fato ocorrido e pela forma como o Delegado Cherubim da Costa compõe e monta a sua narrativa, podemos perceber que ele tem interesse em conseguir mandar a Joanna para trás das grades, a frase que utilizamos para subtítulo do capítulo é dele e

nos mostra a sua intenção em condená-la por seus atos. Ele pede também nesse processo a prisão preventiva de Eiras, já prevendo que se ela ficasse solta, iria subornar testemunhas, ameaçar os envolvidos no processo e corromper quem fosse necessário para sair ilesa de mais uma causa, importante ressaltar que neste período o Desembargador Chefe de Polícia era Borges de Medeiros (PESAVENTO, 2008, p. 290)¹³ ainda chama o crime de revoltante, alegando que as provas dela são sem fundamento, ressaltando o carácter devedor que aparece em sua relação com o leiteiro.

As testemunhas são Vitallino e Afonso, ambos alegam terem visto os capangas de Joanna irem buscar os pertences de João, mas alegam que ele não tinha dívidas com Eiras. Aniceto, que é cunhado de Viegas, também vai como testemunha para seu cunhado e diz que foi forçado a entregar a carroça. José Garcia Nunes é testemunha para ser amigo Viegas e diz que foi forçado na presença de 5 ou 6 capangas a redigir o documento da dívida, documento esse que foi narrado por Massera e Eiras.

O relato das testemunhas nesta parte do processo é um tanto confuso, o juiz Andrade Neves Neto quem fez o interrogatório e é como se os relatos fossem divididos em 3 partes: José nós conta que redigiu o documento conforme Massera e Joanna queria e depois Viegas, que não sabia ler, pediu a Cabelleira para assinar por ele. A outra parte é sobre a busca dos bens que aparentemente se dá de forma pacífica.

Ainda outras testemunhas, no caso as de Joanna, tratam que o caso não teve violência, se deu de maneira pacífica e chamam o encontro dela com Viegas de reunião¹⁴, citando que não houve extorsão.

Joanna então é chamada para o interrogatório, a mesma traz ares de quem está ali por que quer estar, por ser casada com Massera, poderia muito bem ter pedido para que o marido a representasse, mas como diz o advogado de Eiras “O casamento não traz solidariedade no crime¹⁵”. No interrogatório ela diz se chamar Joanna de Oliveira Fonseca Massera, Brasileira, nascida em Pelotas, residente nesta cidade (Porto Alegre), profissão doméstica e filha do General Manoel Deodoro da Fonseca e sobre os fatos e provas, disse que falará no tempo certo.¹⁶

O advogado Thimóteo Pereira da Rosa está defendendo Eiras pela primeira vez (LIMA, 2018, p. 61) e com seu êxito a partir deste momento passa a defender ela em diversos outros casos, talvez com a finalidade de mostrar suas qualidades profissionais, pediu a sua cliente que não falasse nada sobre o caso, já que como sabemos, Joanna não é de poupar palavras e gosta de afrontar sempre que possível. Como certamente foi instruída por ele a não dizer nada, precisava impactar de outra forma e escolher revelar a justiça que era filha do General Manoel

Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente do Brasil. Seria verdade? Ou seria apenas mais uma das artimanhas de Joanna? Seria um deboche a justiça pela qual estava presente? Estas ainda são perguntas que pretendemos problematizar ao longo da pesquisa.

O advogado de Joanna então começa a sua defesa, ele abre seus trabalhos desmoralizando o leiteiro Viegas, o chamando de “desordeiro costumaz¹⁷”, como prova no relatório que solicitou ao subtenente Fernando Travassos¹⁸, onde ele que realmente, João era envolvido em diversos casos de desordem. O advogado ainda aponta que dentre as falar, as únicas que se referiram a violência foram o delegado e a vítima, que os cavalos se quer estão nome da ré, mas sim na do marido da mesma, chama o depoimento da 4ª testemunha, Anicetto de “flagrantemente falsa¹⁹” e que o grau de parentesco entre eles pode influenciar no depoimento, dizendo que o mesmo deve ser desconsiderado.

Thimóteo demonstra segurança na sua fala e traz argumentos muito bem embasados é sem dívidas um ótimo advogados e ótimos advogados, são artigos de luxo na época, demonstrando que dinheiro para gastar com sua defesa Joanna possuía.

Após então todas as partes do processo estarem compostas e sendo todas elas analisadas pelo Juiz Fausto Neves de Souza²⁰, a sentença é emitida:

Na sua defesa, alega, em resumo, a ré: (...) - que a pretensa vítima, João Viegas, como prova a doc. (...), é um desordeiro contumaz que, sendo inutilizado três cavalos do marido dela ré, servindo-se deles por longo tempo, (doc. da fls 51 e testemunha da fl 36), em reparação do dano e pagamento do aluguel, estimados em 300\$00 (...); - que é esse pagamento que se quer determinar extorsão com fundamento no art. 362 (parágrafo) 2 do código penal; (...) - que além do delegado, é a pretensa vítima a única pessoa a falar em tal violência, (...) - que a prova do sumário, em contrato, é a confirmação da lícita transação civil intervinda entre o marido da ré e a pretensa vítima; (...) se exime de qualquer forma da violência por não ter ela solicitado o documento e sim os peões; (...) - que o processo não tem, pois, base e se tivesse, não competiria contra a ré, porque passado o doc. a favor do marido desta e a pedido deste, sobre ele próprio deveria cair a acusação. Tudo visto e bem examinado. (...) Isso posto, considerando que as testemunhas do sumario não fazem certa que a ré houvesse, por meio de violência, ou ameaça, obrigado a João da Silva Viegas a aceitar o escrito (...); Sendo que, considerando as testemunhas 2º, 4º e 6º, repetem declarações do próprio ofendido a) (...) é suspeita, além de única informante (...) Por tudo isso, considerando que nem indiciariamente ficou constatada a existência do crime, imputada a ré, tendo em vista e considerando o preceito do artigo 145 do cód. do proc. criminal cit., que diz: “ quando o juiz não obtenha pleno conhecimento do delito, ou indícios (...) de quem seja o delinquente, (não se tratando de crimes políticos) declarará por seu despacho nos autos que não julga procedente a queixa ou denuncia” . Julgo improcedente a denúncia de fl 2 contra a ré e condeno nas custas o tesouro do estado.”²¹

E assim, chega ao fim, mais um dos processos de Joanna Eiras, mais um entre os tantos do qual ela sai impune e em liberdade, dado ao fato que de posteriormente a mesma se envolve em outros conflitos judiciais documentados, é possível afirmar que também está pronta para desafiar a justiça novamente.

Considerações Finais

Neste processo, podemos perceber diversos fatores que nos são de suma importância na trajetória de Joanna Eiras. No período em que ele ocorre, nossa personagem já tida como celebre e seus atos criminosos já são de grande fama na capital, como Sandra Pesavento nos aponta em sua obra *Os Sete Pecados da Capital*, que a mesma era corriqueiramente assuntos nos principais jornais da Capital Porto Alegre, como *Correio do Povo*, *A Gazetinha* e *Gazeta da Tarde*.

Sendo já tão conhecida por sua fama de criminosa, de mandante de diversos crimes, por não se ter evidências concretas de que ela tenha ido para a prisão, por todos perceberem que há algo errado na relação que Joanna constrói com a justiça ao longo de sua vida, buscamos compreender como se davam as suas relações com as autoridades.

Temos neste processo, o curioso caso de Fernando Travassos, subtenente que aparece diversas vezes nos processos de Joanna e sem dúvidas figura importante na capital Porto Alegre neste período. O caso do Juiz Fausto Neves de Souza que já havia participado de outro processo onde Joanna era ré e provavelmente tinha conhecimento da fama que a precedia. E até mesmo a forma como ela constrói a relação de amizade com o leiteiro Viegas, comprando seu leite²², depois lhe pedindo favores, por fim o acusando do mal trato aos animais e extorquindo do mesmo a quantidade que ela achasse justa. Tudo isso através da violência, como as testemunhas de Viegas nos dizem, o ameaçando com capangas e forçando a aceitar suas condições. Isso nos mostra muito da forma como costumava agir e por assim dizer como fazia a sua fama se espalhar.

Joanna é uma mulher muito intrigante do final do século XIX e início do XX, foi extremamente marcante em seu tempo e é uma lastima que sua história tenha se perdido do meio popular. O fato da mesma ser mulher e de não se encaixar nos padrões de feminilidade do período, traz ainda mais complexidade a sua trajetória. Principalmente quando pensamos nos discursos de dominação que a ciência nos apresenta neste período, que associa a mulher a natureza e que ambos são de dominação do homem:

a conduta cartesiana, a ciência tomou a natureza como objeto a ser dominado, ao mesmo tempo em que estendeu tal dominação à concepção que associa a natureza à mulher. Considerando-se que o saber científico cartesiano pressupõe uma postura de domínio e posse em relação à natureza, percebe-se que a ideologia da naturalização feminina vem apenas reforçar o subjugo da mulher no contexto da ciência. NOVAES (2015, p. 51)

Quando temos uma mulher como Eiras, indo na contramão das afirmações da ciência e da justiça do final do século XIX e início do século XX, é interessante que voltemos nossos olhos a ela a fim de compreender o que levou essa mulher e também outras mulheres a levarem uma vida de crimes.

A fonte criminal é de fato um objeto de pesquisa extremamente formidável para compreender quem fazia parte das redes de apoio de Eiras, quem ia a seu favor nos tribunais, com qual tipo de pessoas ela se relacionava e como funcionava o seu bando e a sua rede de criminalidade. É possível perceber também o dia a dia de pessoas comuns e como se dão as relações entre o que elas acreditam e como a justiça trata determinadas situações.

Sem dúvidas um grande objeto de pesquisa como Eiras, merece nossa atenção e através desse artigo, buscamos dar um pouco mais de complexidade a mesma, mostrando as suas redes de apoio dentro da justiça e a forma como construiu a sua fama. Futuramente, pretende-se para esta pesquisa que ainda está em fase inicial, analisar ainda mais fontes a fim de trazer mais dados sobre sua trajetória, suas redes e como mesma era percebida na capital Porto Alegre.

Referências

ALMALEH, Priscilla. **Ser mulher: Cotidianos, Representações e Interseccionalidades da Mulher Popular (Porto Alegre 1889 – 1900)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2018.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). **Processo-crime nº 1872**, Comarca de Porto Alegre, Maço 77, 1886.

LIMA, Fernanda Figueredo. **Joana Eiras e suas relações com o crime e o poder em Porto Alegre no final do século XIX**. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

NOVAES, Elizabete Davis. **Entre o público e o privado: o papel da mulher nos movimentos sociais e a conquista de direitos no decorrer da história**. História e Cultura, Franca, v. 4, n. 3, dez. 2015, p. 50 -66

PESAVENTO, Sandra. **Os Sete Pecados da Capital**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

Notas

¹ Graduanda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

² Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 1872, Comarca de Porto Alegre, Maço 77, 1886.

³ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 1872, Comarca de Porto Alegre, Maço 77, 1886.

⁴ Idem

⁵ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 1872, Comarca de Porto Alegre, Maço 77, 1886.

⁶ Que na ocasião, provavelmente queria se retirar da cidade em função da acusação de que ela seria a mandante do assassinato de seu genro. (LIMA, 2018, p. 55)

⁷ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 1872, Comarca de Porto Alegre, Maço 77, 1886.

⁸ Idem

⁹ Idem

¹⁰ Idem

¹¹ Idem

¹² Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 1872, Comarca de Porto Alegre, Maço 77, 1886.

¹³ Em sua obra *Pesavento* ressalta que havia um falatório de que Borges era apaixonado por Eiras e este seria um dos motivos pelo qual ela sempre saía ileso de seus processos.

¹⁴ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 1872, Comarca de Porto Alegre, Maço 77, 1886.

¹⁵ Idem

¹⁶ Idem

¹⁷ Idem

¹⁸ O subtenente Travassos aparece nos processos de Joanna diversas vezes, podemos perceber a partir disso que ele faz parte da sua rede de influências para fazer favores e driblar a justiça (LIMA, 2018, p. 62)

¹⁹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 1872, Comarca de Porto Alegre, Maço 77, 1886.

²⁰ “O que ressaltarei, portanto, é que o juiz Fausto Neves de Souza, além deste caso, também foi quem participou de várias etapas do processo do furto da cabra, acima citado; ora acatando as súplicas de Joana, ora impondo-lhe as penas cabíveis. Portanto, não é possível afirmar que o referido juiz fosse um aliado de Joana. Contudo, também não podemos esquecer que o furto da cabra se tratava do momento da queda da influência de Joana, onde a vigilância da opinião pública estava inflamada.” (LIMA, 2018, p. 63)

²¹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 1872, Comarca de Porto Alegre, Maço 77, 1886.

²² Interessante perceber que Joanna comprava fiado de Viegas. Ele possivelmente vendia o leite nestas condições por saber da fama de Eiras e talvez também pela relação que tinha enquanto moradores de uma mesma cidade que compartilhavam produtos de produções locais.

AS MULHERES VÍTIMAS DA DITADURA CIVIL- MILITAR NAS PÁGINAS DOS PROCESSOS DE INDENIZAÇÃO DA LEI 11.042/97: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, REPARAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DO TRAUMA

Maria Eduarda Magro¹

Resumo: Partindo do acervo de processos indenizatórios salvaguardados pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), oriundos dos trabalhos da Comissão Especial de Indenização a Ex-Presos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul, este artigo propõe reflexões em torno da construção da categoria “mulher vítima da ditadura civil-militar brasileira” no referido fundo documental. Desde uma perspectiva de gênero, busca-se evidenciar como a medida de reparação pecuniária, instituída pela Lei Estadual n. 11.042/97, operou na validação de determinadas experiências traumáticas em detrimento de outras, calcando uma narrativa limitada sobre as pessoas atingidas pelas ações terroristas do Estado. Para isso, mobilizamos as categorias de mulheres “indenizáveis” e “indeferidas”.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar brasileira – Mulheres – Reparação

“Atualmente, estou fazendo terapia com um médico psiquiatra para trabalhar as marcas que a vida me deixou. Teria muito mais a relatar, mas a dor é tamanha que supera a razão e me impede de fazê-lo”². Assim Ignez Serpa concluiu seu relato de prisão, escrito em agosto de 1998, destinado à Comissão Especial de Indenização a Ex-Presos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul, como parte do aparato documental reunido para comprovar os maus tratos aos quais foi submetida enquanto vítima da ditadura civil-militar brasileira. Esse processo de endereçamento de provas à avaliação da Comissão Especial foi repetido por, no mínimo, 1.704 pessoas (ALMEIDA, 2014, p. 7) que igualmente reivindicaram indenização pelas sevícias deferidas por órgãos do Estado entre os anos de exceção democrática, do início da década de 1960 até o fim dos anos de 1970. O embasamento jurídico para tanto veio da Lei Estadual n. 11.042, promulgada no Rio Grande do Sul em 1997. Sancionada pelo então governador Antonio Britto, à época eleito pelo PMDB, a lei previa indenização às pessoas que

presas ou detidas, legal ou ilegalmente, por motivos políticos entre os dias 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, que tenham sofrido sevícias ou maus tratos, que acarretaram danos físicos ou psicológicos, quando se encontravam sob guarda e responsabilidade ou sob poder de coação de órgãos ou agentes públicos estaduais. (RIO GRANDE DO SUL, 1997)

Tal indenização previa a reparação pecuniária dos requerentes (que poderiam ser as próprias pessoas atingidas ou, em caso de morte, seus descendentes, ascendentes ou cônjuges), em montante mínimo de cinco mil reais, e máximo de trinta mil reais. Para avaliar as solicitações, foi instituída Comissão Especial, que deveria fixar o valor a ser indenizado a partir da “extensão e gravidade das sequelas apresentadas pelo ex-presos ou ex-detido”, o que seria considerado a partir da “existência de danos físicos e psicológicos” e seu nexos com a detenção

sob âmbito das forças estaduais (art. 5º). A detenção e os danos físicos e psicológicos deveriam ser atestados, mediante documentação comprobatória, por aqueles e aquelas que solicitassem indenização.

Com a edição dessa lei, o Rio Grande do Sul oficialmente reconhecia sua responsabilidade pelas ações violentas cometidas por órgãos de segurança estatais contra opositores políticos, ao longo da ditadura que, no momento da promulgação, findara há pouco mais de uma década. Antes de ser uma novidade a nível estadual, a responsabilização do Estado já operava nacionalmente desde 1995, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu a Lei n. 9.140, que passou a ser conhecida como a “Lei dos Desaparecidos Políticos”. No mesmo molde que viria a ser seguido pelo governo do Rio Grande do Sul, a lei nacional propôs reparação por meio de indenizações financeiras às famílias de desaparecidos políticos, e igualmente exigiu que as provas fossem apresentadas pelas próprias pessoas atingidas.

Sem se inserirem em um contexto de políticas de memória, essas legislações são exemplos de medidas de reparação³, pautadas sobretudo em um caráter de compensação financeira. Ainda que pese a relevância da assunção oficial da responsabilidade estatal, as leis pouco avançaram em termos de direito à verdade, mantendo o paradigma conciliatório iniciado com a Lei de Anistia. É o que se percebe com a isenção do Estado na investigação dos fatos associados aos crimes cometidos pelos órgãos de segurança, uma vez que o requerimento da indenização e a apresentação de indícios ficou a cargo das próprias famílias. Pensando especialmente o caso do Rio Grande do Sul, em que o valor da indenização dependia da comprovação da *extensão* e *gravidade* das sequelas, compartilho as observações feitas pela historiadora Laura Scotte, que ressalta as problemáticas desse tipo de atribuição:

O primeiro aspecto [de considerar a extensão e gravidade das sequelas] ancora-se em um preceito absurdo, segundo o qual se poderia quantificar o grau de importância que um evento traumático assume no interior do indivíduo e organizá-lo dentro uma ordem que atenda a uma escala de sofrimentos decorrentes de sequelas físicas e, de maneira ainda mais incoerente, psicológicas. Mais do que atestar e comprovar o papel que assume objetiva e subjetivamente em alguém um evento afastado de seu contexto, a norma procura decidir a extensão e enquadrar a dor e o trauma das pessoas atingidas pela violência estatal ao colocá-las em confrontação aos de outrem – buscando, assim, comparar o incomparável. (SCOTTE, 2017, p. 21)

O trecho que abriu este texto deve ser agora retomado, para que possamos discutir de forma mais tangível as implicações dessa transferência da responsabilidade do *ônus da prova* às próprias pessoas atingidas. Ainda que, ao final, tenha registrado que “a dor é tamanha que impede a razão” de relatar o trauma vivido, Ignez já o havia feito nas treze páginas que

antecederam a conclusão de seu relato. Em texto autoral, preparado especificamente para compor o corpus documental de sua requisição de indenização, detalhou seu percurso desde a detenção, com especial descrição dos maus tratos aos quais foi submetida, com maior ênfase às sessões de tortura e, em menor grau, ao aprisionamento. Desse modo, ter sua dor situada pelo Estado nos enquadramentos do indenizável significava expor-se novamente a memórias sensíveis ainda em elaboração e, mais do que isso, ter o desafio de reconstituí-las com seus próprios esforços. Para além do relato de prisão, foram anexados ao requerimento de Ignez uma certidão da Justiça Militar, cópias de reportagens de jornais e um parecer psiquiátrico, levando à decisão unânime pelo valor de trinta mil reais: havia, enfim, conseguido comprovar a “extensão e gravidade” de suas sequelas.

O mesmo fez Mailde Cresqui, que elaborou relato de quase 40 páginas, redigido à próprio punho, o qual concluiu registrando que “até hoje tenho memória, pesadelos, estou sempre revivendo o horror que enfrentei dentro e fora da prisão com o passar dos anos” (CRESQUI, 1998, p. 39). Também Maria Celeste Martins relatou à Comissão Especial os desdobramentos das violações sofridas no período em que esteve aprisionada: “Os 3 anos de prisão (...) deixaram marcas físicas, psicológicas e morais de recuperação lenta e sofrida; ainda hoje algum resquício se manifesta em instantes de temores e inseguranças inexplicáveis” (MARTINS, 1999, p. 18). No entanto, os relatos não eram suficientes como comprovação dos abusos; foi necessário, ainda, que apresentassem vasta documentação comprobatória das detenções, muitas vezes oriundas dos próprios órgãos de informação do Estado. Foi o que fez Sonia Venancio Cruz, que incluiu em sua requisição documentos como a certidão da Justiça Militar Federal, fichas de consulta e de identificação do Sistema de Informações Policiais, guias de soltura e mandados de prisão e intimação. Algumas das requerentes, como Vera Stringhini, anexaram também documentações produzidas pelo próprio Departamento de Ordem Político e Social (DOPS). Apesar disso, Vera teve inicialmente a indenização deferida no valor de quinze mil reais, sob a justificativa de ausência de “maiores provas de maus tratos”, decisão a qual recorreu:

Quanto aos maus tratos, a única prova é a nossa declaração. O crime de tortura é um crime que deixa poucas pistas, especialmente depois de tantos anos. Se os ex-presos do regime militar não tem credibilidade, a lei que visa resgatar simbolicamente sua dignidade, deixa de ter sentido. Estou entrando com este Processo por razões ideológicas. Não quero que esta História fique sem registro, mas também não tenho condições de fazer um levantamento de “provas” que só poderão ser reunidas a partir de muitas histórias, cujo conjunto dará o retrato de uma época que, hoje ninguém mais duvida, foi

marcada pela dor de todos aqueles que ousaram se insurgir, como em todas as ditaduras. (STRINGHINI, 1998, p. 23)

Percebe-se, assim, como o reconhecimento do Estado de suas próprias ações repressivas dependeu de esforços despendidos por aquelas e aqueles que foram por ele atingidos. Com a inexistência de uma instância unificadora dos arquivos repressivos, era necessário transitar por diferentes fundos documentais à procura de provas que pudessem tecer a narrativa da violação. Fundos documentais, estes, produzidos pelo regime que se pautou na construção de uma imagem pública de negação das violências excessivas por ele perpetrado, e salvaguardados por instituições engajadas em preservar a inacessibilidade a essas verdades, seja desmentindo a existência dos materiais ou destruindo-os. Como apontou a antropóloga Valéria Aydos após entrevistas com pessoas que procederam à busca por esses documentos, “aqueles que os torturaram permanecem com o poder nas mãos e ao negarem ou ocultarem as provas do que fizeram, estes ‘inimigos’ continuam prejudicando-os” (AYDOS, 2002, p. 108). Antes de oferecer qualquer perspectiva reparatória, em termos de apaziguamento e justiça, a obrigação de proceder ao levantamento de comprovações do próprio trauma reproduz e mantém a exposição às violações.

*

Desde 2009, o acervo da Comissão Especial está sob salvaguarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), passando à consulta pública no ano de 2014 (BRANDO & IENSEN, 2014, p. 13). Foram os processos de indenização disponibilizados no APERS que constituíram o primeiro grupo documental que embasou minha pesquisa sobre o encarceramento de presas políticas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP), em Porto Alegre, durante a ditadura civil-militar brasileira. No mestrado, buscando o aprofundamento da pesquisa que vem sendo desenvolvida desde a iniciação científica, procedi ao mapeamento da totalidade de mulheres requerentes nos processos de indenização, a fim de averiguar outras possíveis presas políticas da Penitenciária que não a tivessem mencionado diretamente em seus processos. Para isso, me amparei nos verbetes do Catálogo Resistência em Arquivo, realizando uma busca, nome a nome, por indicações de mulheres solicitantes, e sistematizando os resultados encontrados. Concluído esse mapeamento inicial, planejava então seguir à análise individual e pormenorizada de cada um dos processos - o que, dados os entraves impostos pela pandemia que atravessamos, ainda não foi viabilizado. Compartilho estes apontamentos do meu percurso com a pesquisa do acervo para destacar a natureza do que será mobilizado no restante do texto, já que é a partir desses dados, ainda bastante preliminares, e

até mesmo incompletos – haja em vista que se trata de uma análise de verbetes, e não dos processos em si – e não absolutos – considerando as possíveis falhas humanas que podem decorrer da busca por nomes femininos em centenas de páginas -, que delineio notas para uma breve reflexão.

Como apontado por Enrique Padrós no prefácio do Catálogo, a disponibilização da documentação dos processos produz significados muito mais profundos do que aqueles que orientaram sua composição – qual seja, a reparação pecuniária -, uma vez que contribuem para o reconhecimento das estruturas repressivas e dos crimes cometidos por forças do Estado, opondo-se à história oficial marcada pelo esquecimento e pela indiferença (PADRÓS, 2014 p. 10). Ao abordar este acervo desde uma perspectiva de gênero, o combate aos apagamentos acentua-se ainda mais, uma vez que são trazidas para o centro do debate as figuras que dele foram historicamente marginalizadas. Falar em mulheres que foram atingidas pela ditadura implica um alargamento do olhar para captar as muitas nuances do se fazer resistir e, sobretudo, do se fazer violar. Visadas tanto por sua participação política – enquanto opositoras do regime – quanto por sua insurgência de gênero – por não se enquadrarem nas normatizações esperadas das mulheres (FERREIRA, 1996, p. 157; JOFFILY, 2010, p. 112), foram duplamente afetadas pelas ações repressivas, que, além de desqualificá-las politicamente, utilizavam-se de seus atributos de gênero para sofisticar as muitas formas de humilhação (JOFFILY, 2005, p. 127)

Foram localizados 86 processos cujas requerentes eram mulheres, o que se insere infimamente em um universo de 1.704 processos ao total. Dessas 86 requerentes, 53 tiveram suas indenizações concedidas, ao passo em que 33 foram indeferidas. Dentre as concedidas, os valores oscilaram: 37 mulheres foram reparadas com o valor máximo, de 30 mil reais, e 6 receberam o mínimo, de 5 mil, havendo ainda alguns poucos casos de 10, 15, 20 e 25 mil reais. Isso indica que o reconhecimento do trauma foi bastante circunscrito, contemplando, em sua representação máxima, somente 37 mulheres. Entender a definição das categorias passa também pela observação da construção de seus contrastes. Nos atentemos, pois, nas mulheres que não foram reconhecidas enquanto *indenizáveis*⁴.

Entre as mulheres que tiveram suas solicitações indeferidas, estão algumas que foram detidas por um breve período – como Iracema da Silva Cezar⁵, presa por 10 dias em 1964 na Delegacia de Polícia de Tuparendi, sob acusação de ser comunista e vinculada ao Grupo dos Onze; Hermeta Marli Coe Fagundes⁶, presa por período não informado em um navio ancorado no Cais do Porto, em Porto Alegre; e, entre outras, Nelsi Teixeira Peretto⁷, que após período de encarceramento no Presídio de Erechim, foi submetida à prisão domiciliar por dois meses, em 1964. Essas mulheres, ainda que aleguem terem sido expostas a maus-tratos e herdado

problemas psicológicos decorrentes do período de detenção, não foram enquadradas nas normatizações da Lei n. 11.042/97. No entanto, se buscamos pelos processos movidos por homens que mencionaram ser suas testemunhas ou companheiros.

Maria Luiza Jaeger⁸, presa durante um dia no ano de 1972 no DOPS/RS, e vítima de maus-tratos, foi mencionada como testemunha por outros cinco homens⁹ que, igualmente submetidos a violências, foram presos por períodos mais extensos e reparados com indenizações que variaram de vinte a trinta mil reais, ao passo em que a ela a solicitação foi indeferida. O mesmo ocorreu com Naira Vinhas Cechin¹⁰, detida por algumas horas em novembro de 1969 no DOPS/RS, que, além de ter sofrido maus-tratos, alegou como consequências da prisão “danos psicológicos, danos morais irreparáveis e constrangimentos familiares”. Sem ser contemplada pela indenização, Naira foi citada como companheira de prisão de Andre Luiz Vinhas¹¹ que, preso no mesmo dia que ela, recebeu o valor máximo atribuído pela Comissão Especial.

Estes casos evidenciam e reiteram a centralidade política atribuída à figura masculina. Historicamente, como apontou Mirian Goldenberg (1997), são os homens os responsáveis pelas decisões políticas e pelas ações práticas no mundo público, ao passo em que às mulheres se relega a sub-representação enquanto meras participantes acessórias. As exigências da militância – como o “domínio do discurso em grandes assembleias, a fala dura, impessoal, métodos de disputa extremamente agressivos, a distância das questões da vida familiar e doméstica” (GOLDENBERG, 1997, p. 6-7) – passam por representações que são atribuídas aos homens. Isso incorre em uma noção de *militância masculina*, que é antagonizada pela *participação feminina*. Essas valorações são calcadas nas próprias mulheres que, embora possam ter chegado ao desempenho de funções militantes equânimes às exercidas pelos homens, não reivindicam para si os papéis que tiveram e inferiorizam suas atuações (GOLDENBERG, 1997, p. 8). Sendo esta uma perspectiva fabricada e permeada pela sociedade, ainda que as mulheres tenham vivido as mesmas experiências políticas de militância e de violências, é aos homens – os *verdadeiros* atores das lutas políticas - que caberá a reparação.

Em outros casos recorrentes entre as mulheres requerentes, estão aquelas que não foram detidas, mas que alegaram terem sido ameaçadas ou perseguidas. Foi o que ocorreu com Gladis Maria Santos da Silva¹², que relatou sofrer ameaças “de um superintendente do IPE e do Cel. Waldemar, que prometiam chamar o Inspetor Biquinha do DOPS”; com Ilse Helena Bernardi do Vale¹³, que foi “perseguida pela Polícia Militar diversas vezes por motivos políticos”; assim como com Nelly Olga Spohr Sudbrack¹⁴, que “declarou ter ficado sob vigilância do DOPS e da 5º Zona Aérea de junho de 1971 a agosto de 1973”. A exposição à constante coação do Estado

por meio da vigilância não bastou para que fossem inseridas no espectro cabível de reparação. Com isso, desconsidera-se as ressonâncias das ações terroristas do Estado ditatorial, que não podem ser localizadas apenas nos ataques físicos diretos infligidos contra os opositores. Ao contrário, ambas violências *específicas* e *irradiadas* atuaram conjuntamente, visando a “submissão progressiva do conjunto da população e a internalização das ameaças vitais” (PADRÓS, 2005, p. 102). Como elaborou Enrique Padrós, as ditaduras do Cone Sul se alicerçaram em mecanismos que miraram a sociedade inteira, e não apenas seus alvos imediatos, conformando-a, a partir de uma “pedagogia do medo”, em um cenário de terror constante.

Vale ainda destacar outro traço recorrente entre *as indeferidas*. Algumas mulheres pleitearam a responsabilização do Estado pelos danos psicológicos, e algumas vezes até físicos, às quais foram submetidas devido a seus vínculos familiares. Nessa alçada estão as requisições de Elsa dos Santos Schmalz¹⁵, Marilene da Silva Lemos¹⁶, Marília Vitoria da Silva¹⁷, Olga Soares dos Santos¹⁸, Sueli Souza dos Santos¹⁹, Tabea Bar Kitzmann²⁰ e Maria Denise Lunardine do Amaral²¹. Elsa foi “ameaçada e espancada por ser irmã de um dos mentores da Operação Três Passos”; Marilene foi vigiada por seu marido ser um preso político, assim como Marília; Olga atribuiu o suicídio de seu marido como uma consequência da prisão; Sueli sofreu com a prisão de seu esposo, perdendo o filho recém-nascido e precisando arcar sozinha com a criação de cinco filhos; Tabea foi presa, agredida e perseguida quando estava grávida, pois buscavam informações de seu cônjuge; e Maria Denise, por fim, requereu indenização por ter sido atingida pelo sofrimento de ter seu pai preso. Nenhuma dessas solicitações foi acatada. Tal decisão desconsidera os abusos sofridos em decorrência de suas identidades familiares (SETEMY, 2020, p. 346) e circunscreve as dores das violações às suas vítimas diretas, desprezando os modos como um evento traumático pode impactar o núcleo familiar inteiro.

No outro extremo estão as que foram contempladas com o valor máximo da reparação pecuniária. Como já visto anteriormente, foi este o caso de Ignez, Mailde, Maria Celeste, Sonia e Vera, que procederam à minucioso levantamento de documentações comprobatórias de seus percursos nas malhas da repressão. Entre elas e as demais indenizadas, o encarceramento é unânime, com intensa circulação entre diferentes lugares de prisão e de tortura (BARETTA, p. 76-77) ao longo do país. As menções a esses árduos percursos de aprisionamento, assim como às sevícias e aos maus-tratos, constituem a tônica dos verbetes, nos quais, por vezes, são identificados os próprios algozes, figuras emblemáticas como Fleury²², Pedro Seelig²³ e Nilo Havelha²⁴. O mesmo ocorre com os processos que foram analisados, nos quais há destacado espaço para a descrição das violências físicas que contra elas foram infligidas. Na constituição de um discurso para pleiteio da responsabilização do Estado (SILVA, 2019, p. 39), a auto

representação das requerentes mobiliza elementos que conferem maior inteligibilidade às violações, no que ganha centralidade a experiência da tortura – prática massivamente utilizada pelos órgãos de repressão do Estado para, simbólica e efetivamente, destruir e desqualificar seus opositores (COLLING, 1997, p. 80).

As constatações sobre as mulheres indenizáveis apontam o quanto a responsabilização do Estado passa por corpos torturados, ao mesmo tempo em que descarta os corpos perseguidos e coagidos. Há uma escala de sofrimento que é arbitrariamente avaliada por noções subjetivas que atribuem o que é digno de reparação. Em uma perspectiva que dissocia o físico do psicológico (AYDOS, 2002, p. 106), as violações perpetradas contra o corpo são priorizadas àquelas que se enraizaram na mente das pessoas diretamente afetadas, assim como de seus familiares.

*

Como bem ressaltado por Glenda Mezarobba, a categoria vítima não é explicitamente mobilizada em nenhum momento pela Lei dos Desaparecidos Políticos e, tampouco, pela Lei 11.042/97, ou por outras leis indenizatórias que as sucederam (MEZAROBBA, 2007, p. 308). Ainda que não haja a utilização direta dessa categoria, o implícito dessas medidas reside justamente na construção da figura *sujeito-vítima* que, como ressalta Bauer (2014, p. 156), foi central para as ações de reparação no Brasil. Desse modo, os sujeitos são enquadrados em uma categoria que, por sua vez, se associa a uma série de experiências traumáticas, que irão conferir inteligibilidade social à dor, sendo reconhecidas como passíveis de pena e, por isso, autorizadas à compensação. Bauer pontua como essa perspectiva implica em um “processo de omissão em relação às responsabilidades políticas e sociais de reparação destinadas ao conjunto da cidadania”, uma vez que desconsidera os demais efeitos subjulgadores do terrorismo do Estado para além daqueles corpos que foram fisicamente infligidos. Prossegue:

Com o sujeito-vítima, e a ausência de um debate na sociedade sobre as medidas adotadas em relação ao passado ditatorial que estavam sendo instituídas, a discussão centrava-se nos benefícios, e não nos sentidos da reparação. Assim, os beneficiários das medidas de memória e reparação, no Brasil, seriam unicamente os atingidos diretamente pela repressão, seja através das torturas físicas ou psicológicas, seja através da perseguição política e suas consequências. (BAUER, 2014, p. 157)

Como observado ao longo do texto, foi sob esta égide que se constituíram os parâmetros de reparação da Lei 11.042/97. Ao conferir o reconhecimento oficial àquelas experiências que circunscrevem o que significa *ser atingido* pela ditadura, delimita quais trajetórias são passíveis

de serem socialmente tidas como emblemáticas para se produzir *uma leitura da dor* – e, assim, ajuda também a fabricar imagens do que se é uma vítima. Desde uma perspectiva que implica na *hierarquização do trauma*, atribuem-se avaliações subjetivas às experiências de violência e de sofrimento, alocando-as em gradações do mais brando – e indeferível, ao mais grave – e indenizável.

Focalizando as mulheres, buscou-se elucidar como as páginas dos processos de indenização ajudaram a tecê-las enquanto vítimas da ditadura, sobretudo a partir de suas interdições e não-ditos, na alçada das *indeferidas*. Embora o Estado tenha reconhecido sua responsabilidade pelas violações sofridas por no mínimo 53 mulheres, aplicaram-se concepções arbitrárias, que fizeram reparar o corpo detido, torturado e enclausurado, deixando de lado as reverberações que não se concentraram em dimensões físicas e tangíveis. A mulher vítima da ditadura torna-se aquela que foi presa por longos períodos e violentada em salas de tortura, mas não as que brevemente transitaram por lugares de detenção, que foram vigiadas e ameaçadas, que foram visadas devido a seus vínculos familiares, ou que tiveram seus entes assassinados. Selecionando traumas passíveis de serem indenizados, perpetuam-se outras formas de violações para aquelas que, embora atingidas, não são consideradas aptas para a reparação. Violações, estas, que não se encerram no momento do indeferimento. Afinal, como sinaliza Adrianna Setemy, “a violência contra a mulher, ontem e hoje, não se restringe ao ato em si, mas se prolonga através das narrativas que são dadas a essas experiências” (SETEMY, 2020, p. 356).

FONTES

Legislação

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.042, de 18 de novembro de 1997**. Reconhece a responsabilidade do estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabelece normas para que sejam indenizadas. Porto Alegre, RS: Governo do estado, 1997. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-11042-1997-rio-grande-do-sul-reconhece-a-responsabilidade-do-estado-do-rio-grande-do-sul-por-danos-fisicos-e-psicologicos-causados-a-pessoas-detidas-por-motivos-politicos-e-estabelece-normas-para-que-sejam-indenizadas>> Acesso em: 10.08.2020.

Processos de indenização – Fundo Comissão Especial de Indenização/APERS

Processo nº 6847-1200/98-0 (Ignez Maria Serpa Ramminger)

Processo nº 3127-1200/98-7 (Mailde Cresqui)

Processo nº 6700-1200/98-5 (Maria Celeste Martins)

Processo nº 0495-1200/98-7 (Sonia Venancio Cruz)

Processo nº 4990-1200/98-3 (Vera Lucia Stringhini)

Verbetes disponíveis no **Catálogo Resistência em Arquivo** (para referência completa, ver a seção “referências bibliográficas”).

REFERÊNCIAS

AYDOS, Valéria. **Vidas marcadas: experiências de tortura nas trajetórias de presos políticos no período da Ditadura Militar em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.** 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BARETTA, Jocyane Ricelly. **Arqueologia e construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1964-1985).** 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2015.

BAUER, Caroline Silveira. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. **Dimensões: Revista de História da UFES**, v. 32, p. 148-169, 2014.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militantes. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 2, 1997.

JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 111-135, jan./jun. 2010. p. 112.

JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985).** 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

MEZAROBBA, Glenda. **O Preço do Esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile).** 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tesis.museodelamemoria.cl/Tesis_PDF/tesis%20glendamezarobba.pdf> Acesso em: 07.07.2020

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tomo I.** 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SCOTTE, L. J. **Sobre exílios, silêncios e reparações: uma análise sobre as concepções de vítima da ditadura civil-militar brasileira.** 2017. Monografia (Graduação em História) - Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/179576>> Acesso em: 31.07.2020

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil.** (Coord.) Nôva Marques Brando [et al.]. Porto Alegre: CORAG, 2014.

SETEMY, Adrianna. **“Ato sem perdão”: justiça de transição, políticas de memória e reparação às mulheres vítimas de violência de gênero durante a ditadura militar brasileira.** Estudos Históricos, v. 33, p. 338, 2020. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/80979>> Acesso em: 26.06.2020

SILVA, Kelvin Emmanuel Pereira da. **Policiais militares do RS: a prática de oposição à ditadura militar e a formação de redes de experiência (1964-1979).** 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

NOTAS

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (LUPPA). E-mail para contato: dudamagro@hotmail.com

² RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. **Relato de minha prisão.** Agosto de 1998. In: Processo de indenização n. 6847-1200/98-0, Fundo Comissão Especial de Indenização, APERS, fl. 22.

³ Para diferença entre políticas de memória e medidas de reparação, ver BAUER, 2014.

⁴ Por não ter acesso à íntegra dos processos, e sim somente ao “resumo” individual que é apresentado no Catálogo, não tenho conhecimento dos meandros das tratativas entre requerente e Comissão, o que compromete a análise proposta.

⁵ Processo n. 2849-1200/02-1. In: RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil.** Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 283.

⁶ Processo n. 2490-1200/02-03. In: RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil.** Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 266.

⁷ Processo n. 5855-1200/98-9. In: RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil.** Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 437.

⁸ Processo n. 6546-1200/98-2. In: RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil.** Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, P. 417.

⁹ São eles: Juan Angel Nieves Fonseca, Luiz Goulart Filho, Flavio Gil Reis, Helio Goulart e Horácio Goulart.

¹⁰ Processo n. 8209-1200/98-3. In: RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil.** Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 433.

¹¹ Processo n. 6667-1200/98-7. In: RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil.** Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 72.

¹² Processo n. 2825-1200/02-7. In: RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil.** Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 249

¹³ Processo n. 2624-1200/98-2. In: RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil.** Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, P. 280.

¹⁴ Processo n. 2834-1200/02-6. In: RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil.** Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 437.

¹⁵ Processo n. 2589-1200/02-4. In: RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil**. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 198

¹⁶ Processo n. 2836-1200/02-1. In: RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil**. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 418.

¹⁷ Processo n. 4278-1200/98-4. In: RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil**. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 419.

¹⁸ Processo n. 2858-1200/02-0. In: RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil**. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 453.

¹⁹ Processo n. 2797-1200/02-7. In: RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil**. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 540.

²⁰ Processo n. 2445-1200/02-8. In: RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil**. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 541

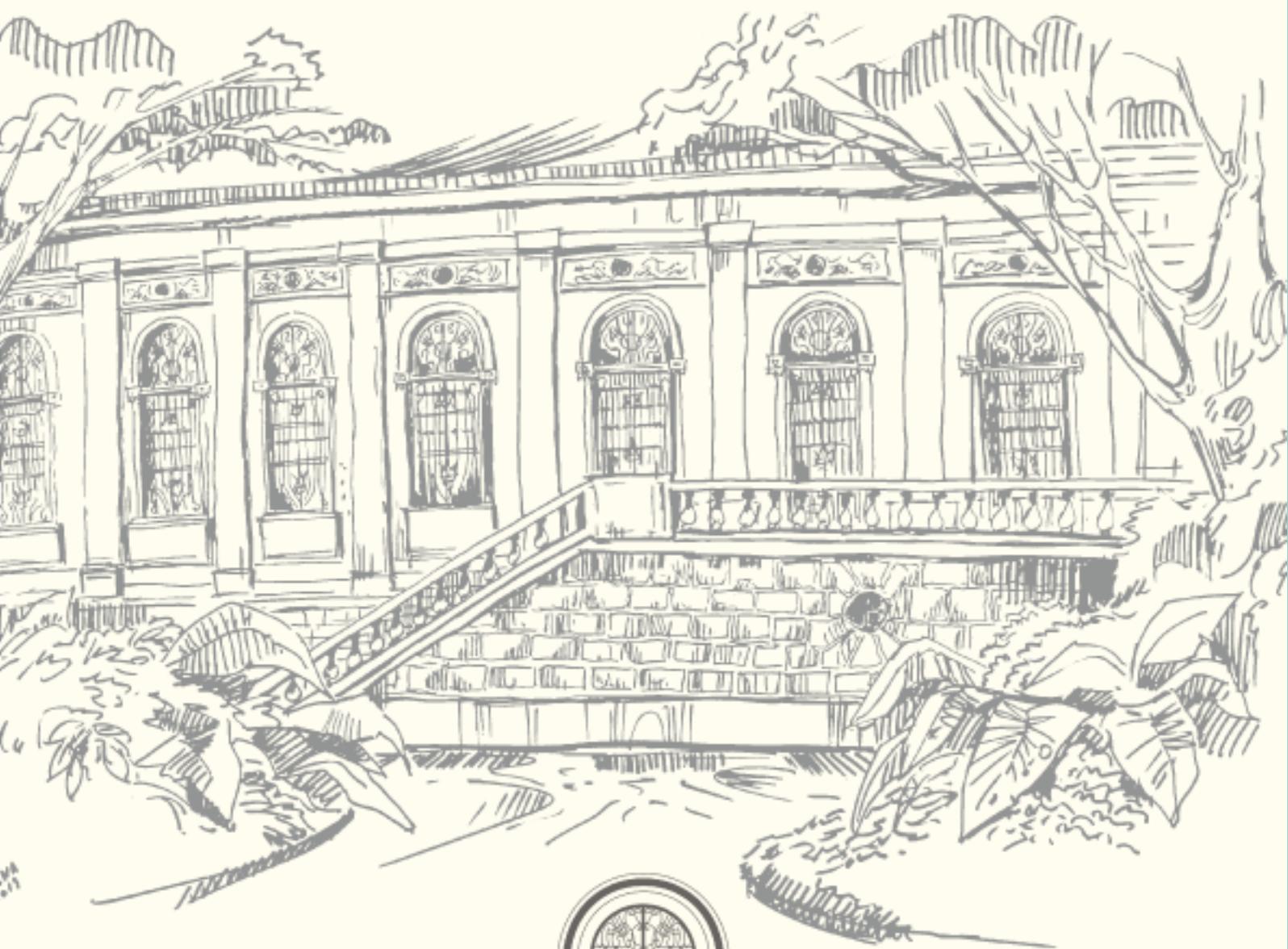
²¹ Processo n. 2962-1200/02-4. In: RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil**. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 416.

²² Sérgio Paranhos Fleury foi torturador e delegado do DOPS/SP, atuando também na Operação Bandeirantes (OBAN), assim como na chefia de esquadrões da morte clandestinos, para repressão das organizações urbanas de luta armada.

²³ Pedro Seelig foi torturador delegado do DOPS/RS.

²⁴ Nilo Havelha foi torturador e inspetor de polícia do DOPS/RS.

Crime, lazer e loucura no Rio Grande do Sul das décadas de 1930 e 1940



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERNAÇÃO DE CRIANÇAS / JOVENS NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SÃO PEDRO – PORTO ALEGRE / RS (1932 – 1937)

Lisiane Ribas Cruz¹

Resumo: Apresentaremos considerações parciais referentes à análise de prontuários médicos do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) e que estão sob a guarda do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Para chegar aos resultados da análise formulamos a seguinte problemática: podemos afirmar que o entendimento sobre “alienados” pela psiquiatria servia para retirar de circulação as crianças e jovens que não demonstravam comportamento “adequado” com a população local? Nossa pesquisa limita-se ao Rio Grande do Sul, uma vez que o Hospital Psiquiátrico São Pedro era a única instituição pública do estado destinada ao tratamento de ‘alienados’. Buscamos, assim, analisar os dados disponíveis que evidenciam os motivos que levaram a internação de crianças e jovens entre os anos de 1932 a 1937. Acreditamos que essa pesquisa dialoga com teóricos referentes à história social da infância, análise de instituições, história da medicina, principalmente na percepção de medicina/psiquiatria sobre a infância.
Palavras chaves: Instituições - crianças e jovens - psiquiatria

Na presente pesquisa em desenvolvimento temos como objetivo analisar a internação de crianças e jovens no Hospital São Pedro (atual Hospital Psiquiátrico São Pedro) entre 1932 e 1937,² investigando, entre outras questões, o perfil desses pacientes, os motivos da sua internação e o tratamento dispensado pela instituição. Nossa pesquisa limita-se, especialmente ao Rio Grande do Sul, uma vez que o Hospital Psiquiátrico São Pedro era o único estabelecimento público do estado destinado ao tratamento de pessoas consideradas como doentes mentais.³

Com a ampliação dos temas de pesquisa na historiografia começou-se a perceber o documento de forma ampliada. Sabemos que a análise de documentos de várias tipologias nos traz maiores possibilidades de compreendermos de forma satisfatória o período em questão. Discutir o que é um documento histórico implica estabelecer quais são as memórias que devem ser preservadas (KAMAL; TATSH, 2009). Contudo, consideramos que o documento histórico se define através do olhar do historiador e da problemática lançada, o que justifica o uso de prontuários, assim como bilhetes e anotações anexadas para compreender a experiência de crianças e jovens no Hospital São Pedro.

Referente às possíveis contribuições a historiografia da infância e juventude, os prontuários médicos trazem muitos subsídios que podem ser adotadas pelo pesquisador como objeto de pesquisa, que segundo Ana Silva Volpi Scott adotar a idade “como variável analítica de investigação é apostar na análise da reprodução diferenciada da sociedade através do modo como são produzidas e reproduzidas às relações sociais entre os diferentes indivíduos” (SCOTT, 2016, p. 17).⁴ Para a pesquisa em desenvolvimento, até o presente momento, foram verificados 76 caixas referentes aos prontuários médicos dos pacientes internados no Hospital

Psiquiátrico São Pedro, referente aos anos de 1932 a 1937 e que se encontram sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).⁵ Podemos observar que desse total de prontuários, 149 indicavam de pacientes crianças/jovens e 1.665 de pacientes com idade superior a 19 anos.⁶ Dentre os 149 prontuários, verificamos que a maioria dos registros corresponde a crianças/jovens com idade superior a 12 anos, como podemos verificar na tabela:

Tabela 01: Idade referente a 149 pacientes internados no Hospital São Pedro (1932 – 1937)

| Idade | Nº de pacientes | Idade | Nº de pacientes |
|---------|-----------------|---------|-----------------|
| 01 ano | 0 pacientes | 10 anos | 04 pacientes |
| 02 anos | 0 pacientes | 11 anos | 02 pacientes |
| 03 anos | 01 paciente | 12 anos | 06 pacientes |
| 04 anos | 01 paciente | 13 anos | 14 pacientes |
| 05 anos | 0 pacientes | 14 anos | 13 pacientes |
| 06 anos | 0 pacientes | 15 anos | 13 pacientes |
| 07 anos | 0 pacientes | 16 anos | 20 pacientes |
| 08 anos | 03 pacientes | 17 anos | 28 pacientes |
| 09 anos | 02 pacientes | 18 anos | 42 pacientes |

Fonte: Prontuários médicos do Hospital Psiquiátrico São Pedro sob guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Os prontuários médicos são documentos que contam, em fragmentos, a história dessas crianças e jovens dentro das instituições psiquiátricas, mas na maioria das vezes não permitem sabermos sobre seus próprios pensamentos e sentimentos. Já os relatórios estatais inviabilizam os detalhes vividos pelos pacientes, mas trazem informações para analisarmos o desenvolvimento das instituições estatais, demandas orçamentárias, políticas públicas, discursos promovidos pelo estado (MOURA; AREND, 2016).

Muitas fontes documentais trazem esse *silenciamento dos sujeitos*, onde não permite ao pesquisador identificar sentimentos e sensações que estão presentes nas tramas sociais desenvolvidas dentro das instituições (MOURA; AREND, 2016), mas não é exclusivo dos pacientes infanto-juvenis, pois percebemos que as instituições de saúde seguem padrões de formulários para o registro das informações pessoais e profissionais dos pacientes, como podemos notar nas pesquisas realizadas por Nádia Weber Santos (2008) e Yonissa Marmitt Wadi (2009) que são referências na historiografia do Hospital Psiquiátrico São Pedro e principalmente, devido ao uso qualitativo dos prontuários médicos, pois a fonte propicia aos

dados quantitativos, já que textos e desenhos da autoria dos pacientes anexos aos prontuários são escassos.

Em 1932, o Interventor Federal José Antonio Flores da Cunha demitiu Jacintho Godoy da Diretoria de Assistência a Alienados, passando o cargo para Luis Guedes que foi chefe de seção do Hospital São Pedro pelo ato nº 440 de 25 de novembro de 1932. Durante o período em que Luis Guedes foi diretor, ocorreu a construção de dois pavilhões na Colônia Agrícola localizada nos fundos do Hospital São Pedro, denominados como Pavilhão Dioclécio Pereira e Pavilhão José Carlos Ferreira, que serviram para receber os internos da antiga Colônia Jacuhy, bem como idosos, crianças e jovens. Nesse mesmo período, foi construído o prédio para acolher os internos considerados criminosos, destinados ao Manicômio Judiciário (atual Instituto Psiquiátrico Forense Dr. Maurício Cardoso), que, até então, fazia parte da Diretoria de Assistência e Alienados. Efetivamente, o Manicômio Judiciário passou para a sessão de presídios e anexos, subordinado ao Gabinete Médico Legal da Polícia, mais precisamente em 07 de dezembro de 1937 por meio do Decreto 6.880 (WADI, 2002; SANTOS, 2008).

Até metade do século XX, o Rio Grande do Sul carecia de psiquiatras, sendo que o corpo médico do Hospital São Pedro, em sua maioria, era formado por profissionais sem especialização. Por isso, a atuação de Jacintho Godoy e Luis Guedes⁷ no Hospital São Pedro, no Manicômio Judiciário e na Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul torna-se de destaque. Contudo, no Hospital Psiquiátrico São Pedro não havia estrutura e profissionais adequados para tratar crianças e jovens, realidade essa que se perpetuou até pelo menos 1950 [WADI (2002; 2009); SANTOS (2008); KUMMER (2010); SCOTTI (2002; 2013); FATURI (2012; 2017); PARKER (2012)].

Para entendermos a infância e juventude na década de 1930 é interessante perceber por meio de outras fontes documentais, os padrões comportamentais que a sociedade brasileira depositava neles, como na Revista *O Globo* que exibiam fotos de crianças feitas em estúdios. Segundo Machado (2016), a representação da cultura fotográfica tornou-se importante à medida que elevava o status social do sujeito, pois fazia parte do jogo de visibilidades sociais. Mostrar os filhos e filhas bem vestidos dentro de um cenário de fantasia, transparecia para a sociedade uma família saudável e economicamente estável, já que apenas uma pequena parcela poderia pagar os serviços de um estúdio fotográfico que disponibilizavam cenários teatrais e com objetos condizentes para a infância como brinquedos, livros, figurinos.

Nos jornais como *Correio do Povo*, surgiam notícias de acidentes em ruas e comércios, marcado por um cenário de pobreza onde meninos e meninas eram expostos a todo o tipo de intempéries na execução de algum ofício.⁸ O trabalho realizado por crianças e jovens poderia

ser um sinal de liberdade, talvez uma vida independente ou a sobrevivência de seus familiares, contudo o lado mais marcante é a exploração, a perda da infância, a falta de acesso à educação e a exposição à violência.⁹ Segundo a historiografia da infância e juventude, o trabalho infantil na primeira metade do século XX não deve ser entendido apenas pelo viés de exploração, pois dentro de um contexto onde não existia direitos como aposentadoria e pensão por doenças ou invalidez, a prática de um ofício por crianças e jovens era naturalizado pela sociedade urbana e rural, sendo que, muitas vezes, era o único meio cabível de manter as mínimas condições de sobrevivência, principalmente quando havia pessoas idosas dentro do núcleo familiar. Destacamos que quando uma criança era exposta ao trabalho, conseqüentemente gerava expectativas de lucro por parte dos adultos ao seu redor – patrões, pais e familiares -, e caso manifestassem indisciplina eram alvos de punições (FONSECA, 2008; CARDOZO, 2016; WEIMER, 2016).

Assim como os adultos, as crianças e jovens poderiam ser enviadas para instituições de correção quando não mostrassem disciplina e realizassem atos considerados violentos ou de infração e, geralmente, tinham suas imagens registradas para poderem ser identificadas quando necessário e esse mesmo procedimento ocorria nos hospitais e asilos. Mas muitos registros dessas instituições faltam informações referentes às características dessas crianças e jovens ou referente às suas ocupações e ofícios, sendo intencional ou não, “acaba por produzir o efeito de invisibilização similar ao das fotografias de gabinetes de antropologia criminal, quando vivências inteiras eram reduzidas apenas à imagem patibular resultante” (CESAR, 2016, pág. 404).¹⁰ Acreditamos que essas relações sociais e afetivas fazem parte do conjunto de motivações para levá-las para instituições longe do convívio de pessoas conhecidas, a fim de tratá-las ou como casos relatados na historiografia, apenas para afastá-las devido ao comportamento *insurgente* e *indisciplinado*, como apontado na pesquisa de Zelinda Rosa Scotti (2013) sobre a presença de crianças e jovens no Hospital São Pedro entre os anos de 1910 a 1925, somando o total de 62 pessoas com idade inferior a 17 anos. Os diagnósticos eram variados, como *loucura maníaca depressiva*, *psicose epilética (epilepsia)*, *idiotismo*. Possivelmente muitos desses pacientes foram para o Hospital São Pedro pela “inabilidade da própria família em permanecer com uma criança com a qual não sabiam lidar” (SCOTTI, 2013, p. 148). Nos prontuários médicos do Hospital São Pedro foi registrado alguns dados pessoais, como profissão; nome dos pais; idade; cor de pele; naturalidade, religião e principalmente os motivos de alta e diagnósticos, como podemos analisar na seguinte tabela:

Tabela 03. Diagnósticos referentes a 149 pacientes (crianças e jovens) do Hospital São Pedro (1932 – 1937)

| Diagnósticos | Nº de Pacientes |
|----------------------------|-----------------|
| Oligofrenia | 27 pacientes |
| Esquizofrenia | 34 pacientes |
| Psicose Maníaco Depressiva | 09 pacientes |
| Psicose Epilética | 30 pacientes |
| Desordem de conduta | 04 pacientes |
| Síndrome de Little | 03 pacientes |
| Psicose hetero – tóxica | 07 pacientes |
| Histeria | 05 pacientes |
| Outros diagnósticos | 30 pacientes |

Fonte: Prontuários médicos do Hospital Psiquiátrico São Pedro sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Devido à precariedade da maioria das instituições públicas, meninos e meninas precisavam dividir os mesmos dormitórios que os adultos, geralmente apenas separados por alas de mulheres e homens em hospitais psiquiátricos. Os espaços de convivência também eram em comum a todos e essa situação persistia na primeira metade do século XX devido às escassas verbas públicas distribuídas as instituições de saúde, contrariando médicos, juristas e educadores que exigiam a adequação do sistema de internação de crianças e jovens e a necessidade de adoção de tratamentos especializados.

Não eram apenas crianças e jovens apenas que sofriam com as condições inadequadas oferecidas pelas instituições, mas essa foi à realidade vivenciada pela maioria dos pacientes. Na maioria dos hospitais psiquiátricos não tinham funcionários suficientes, muito menos com especialidade, como médicos psiquiátricos e enfermeiros. A maior parte dos trabalhos de enfermagem era feitas pelas irmãs de congregações e eram apenas elas que conseguiam reconhecer os pacientes.¹¹ A situação se agravava ano após ano com a superpopulação de instituições públicas, o que ocasionou na intensidade de denúncias de abusos físicos de pacientes adultos contra os infanto-juvenis divulgados na imprensa e nos relatórios estatais (KORNDÖRFER; WEBER, 2008; PARKER, 2012).

A situação precária de higiene na instituição somado a situação de superpopulação tornava o local propício para a disseminação de doenças entre os pacientes. Muitas pessoas que não tinham auxílio de seus familiares permaneciam no Hospital São Pedro, até mesmo aqueles

que não eram considerados *loucos* e sobretudo pela carência de instituições públicas que oferecesse assistência em casos de abandono, doenças crônicas, deficiências físicas e criminalidade. Sobre a internação de crianças e jovens na década de 1930, Jachinto Godoy médico e diretor do Hospital São Pedro nos períodos de 1926 a 1932 e 1937 a 1951, afirma, em livro sobre a instituição publicado em 1955, que as crianças, assim como os idosos e deficientes físicos, eram internadas porque não havia instituições adequadas no estado, prolongando-se essa realidade, na instituição psiquiátrica em questão, até pelo menos a publicação da referida obra. Dessa forma, esses pacientes continuaram sendo encaminhados ao HPSP, mesmo depois da criação de legislações que tratavam da internação de crianças, e não permitiam a presença delas em instituições para pacientes adultos.

Devido à aglomeração de pessoas nas instituições públicas a falta de saneamento e alimentação adequados, muitas doenças se proliferavam, principalmente as que eram de origem respiratória e digestiva. O Saneamento da capital foi uma preocupação constante, sendo registrados nos relatórios da Diretoria de Higiene, anexos aos Relatórios da Secretária do Interior e Exterior do Estado.¹² Nos debates entre especialistas da medicina e governantes elencavam os transtornos digestivos, distúrbios respiratórios – que eram as principais causas da mortalidade infantil, além de doenças como tuberculose, gripe, febre tifoide, disenteria, sífilis septicemia, peste, sarampo, doenças essas conhecidas como moléstias gerais (FLECK, 2016; CESAR, 2016). O que podemos considerar que a maioria das causas de mortes em crianças e jovens foi ocasionada pelas condições ruins dentro das instituições.¹³

Muitos pacientes faleceram em decorrência da tuberculose e disenteria. Entretanto, em muitos casos a doença responsável pelo óbito não foi registrada, apenas os sintomas anotados, como *caquexia* que entre as características está a fraqueza e a perda de peso. Comparando a outros prontuários, notamos que nos anos de 1930 o número de mortes por doenças do sistema respiratório e digestivo foi significativo, como podemos ver na tabela seguinte, que no caso das crianças e jovens entre os anos de 1932 a 1937, a maioria das altas foi em decorrência do falecimento.

Tabela 02: Motivos para as altas referentes a 149 pacientes (crianças e jovens) internados no Hospital São Pedro (1932 – 1937)

| Motivo para a alta | Nº de pacientes |
|------------------------------|-----------------|
| Falecimento | 75 pacientes |
| Assistência | 29 pacientes |
| Fuga | 05 pacientes |
| Transferência para sanatório | 01 paciente |
| Curado | 20 pacientes |
| Não apresenta perturbações | 03 pacientes |
| Melhorado | 08 pacientes |

Fonte: Prontuários médicos do Hospital Psiquiátrico São Pedro sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

A maioria dos pacientes morria dentro dos hospitais psiquiátricos existentes no Brasil. Contudo, as más condições de higiene presentes nas instituições psiquiátricas não eram exclusivas e aconteciam internacionalmente. Michelle Perrot (1989) indica que as crianças mantidas na prisão francesa Petite-Roquette sofriam com as condições precárias que as levavam a morte como a alimentação medíocre, pouca higiene, além do frio intenso. Além desses fatores, somavam-se as “as terríveis provas de encarceramento e da solidão, o peso de uma disciplina vertical, a ruptura da solidariedade da rua e do bando, formas elementares de sobrevivência e sociabilidade infantil e juvenil”. Os médicos franceses denunciavam as condições de Petite – Roquette que rapidamente consumiam a saúde das crianças por meio da anemia geral e de diversas doenças.

A questão da insalubridade não foi exclusiva dos hospitais psiquiátricos, mas de diversas instituições públicas brasileiras. Para compreendermos o desenvolvimento de instituições e saúde e práticas de cura no Brasil é importante citar as pesquisas de WITTER (2007; 2016), WEBER (2009), MOREIRA (2016), as instituições de saúde QUEVEDO (2005; 2015), ROSSI (2015), KORNDÖRFER (2013) e a relação da medicina com o corpo feminino MARTINS (2004) e ROHDEN (2003).

Segundo Cesar (2016) corpos fragilizados resultantes das condições ruins como a má alimentação e a falta de saneamento, aumentavam as possibilidades de contrair doenças dentro das instituições correcionais. Importante analisarmos os índices de mortalidade em Porto Alegre para compreendermos os números de alta por falecimento dos pacientes internados no Hospital São Pedro, bem como o cruzamento de fontes como relatórios, regulamentos institucionais e

fontes que trazem um pouco do cotidiano vivenciado pelos pacientes, como os prontuários médicos.

Observamos que a falta de instituições públicas adequadas para crianças e jovens no Rio Grande do Sul resultou no agravamento da superlotação no Hospital Psiquiátrico São Pedro. As péssimas condições levaram muitas crianças a óbito, já que as condições de higiene eram precárias.

Esperamos que esse artigo referente à pesquisa em desenvolvimento contribua e evidencie a importância dos usos de documentações da área da saúde e, especialmente os prontuários médicos para os diálogos estabelecidos por meio da historiografia da infância e juventude.

Fontes

APERS. Fundo do Hospital Psiquiátrico São Pedro. 149 prontuários médicos datados entre 1932 a 1937.

Referências

ABLARD, Jonathan. ¿ Dónde está el delirio? La autoridad psiquiátrica y el Estado argentino en perspectiva histórica. DI LISCIA, Maria Silvia; BOHOSLAVSKY, Ernesto (Org.). *Instituciones y formas de control social en America Latina (1840-1940)*. Prometeo Libros, 2005, p. 199-216.

AREND, Silvia Maria Fávero. *Filhos de criação: uma história dos menores abandonados no Brasil (Década de 1930)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2005.

BASSA, Daniela. De La Pampa a Open Door. Terapias y tratamientos hacia los insanos en la primera mitad del siglo XX. DI LISCIA, Maria Silvia; BOHOSLAVSKY, Ernesto (Org.). *Instituciones y formas de control social en America Latina (1840-1940)*. Prometeo Libros, 2005, p. 115-144.

BOEIRA, Daniel Alves. *Uma “solução” para a menoridade na Primeira República: o caso do patronato agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Florianópolis/ SC, 2012.

CESAR, Tiago da Silva. Doenças, dolências e perfis da população infanto-juvenil da Casa de Correção de Porto Alegre (1850-1888). In. CARDOZO, José Carlos da Silva et al. *História das crianças no Brasil Meridional*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, Que Degolei Minha Mãe, Minha Irmã e Meu Irmão*. São Paulo, Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. História da Loucura. São Paulo, Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. São Paulo: Vozes, 1975.

FRANCO, Renato. Prefácio – Por uma morfologia da caridade. História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores. KORNDÖRFER, Ana Paula; BRUM, Cristiano Enrique de.; ROSSI, Daiane Silveira; FLECK, Eliane Cristina Deckmann e QUEVEDO, Éverton Reis. São Leopoldo: OIKOS, 2017.

KAMAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. p. 119 – 139.

KORNDÖRFER, Ana Paula. “An international problem of serious proportions”: A cooperação entre a Fundação Rockefeller e o governo do Estado do Rio Grande do Sul no combate à ancilostomíase e seus desdobramentos (1919-1929). Tese (Doutorado em história), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

KORNDÖRFER, Ana Paula; WEBER, Beatriz Teixeira. Hospital Psiquiátrico São Pedro. In: WEBER, Beatriz Teixeira; SERRES, Juliane C. Primon (Org.). Instituições de Saúde de Porto Alegre – Inventário. Porto Alegre: Ideograf, 2008, p. 26-30.

KUMMER, Lizete Oliveira. A psiquiatria forense e o Manicômio Judiciário do Rio Grande do Sul: 1925-1941. Tese (Doutorado em História), UFRGS, 2010.

LE GOFF, Jacques. O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 176.

LEVI, Giovanni. A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Visões do Feminino: a medicina da mulher no século XIX e XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. (Coleção História e Saúde).

MOURA, Esmeralda Blanco B. de; AREND, Silvia Maria Fávero. Um norte em comum: infância no sul do Brasil na produção historiográfica brasileira. In: CARDOZO, José Carlos da Silva et al. *História das crianças no Brasil Meridional*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 37-57.

MULLER, Tânia Mara Pedrosa. A primeira escola especial para crianças anormais no distrito federal: o pavilhão Bourneville (1903-1920). Revista Brasileira de Educação Especial, v. 6, n.1, 2000, p. 79-97.

PARKER, Marcelo Xavier. A cruz no laboratório da ciência – religião e poder no hospital psiquiátrico São Pedro. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2012.

PERROT, Michele. Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 09, n 17. Pág. 115 – 128, fev. 1989.

QUEVEDO, Everton. “Isolamento, isolamento e ainda isolamento”: O Hospital Colônia Itapuã e o Amparo Santa Cruz na Profilaxia da lepra no Rio Grande do Sul (1930-1950) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.

ROHDEN, Fabíola. A arte de enganar a natureza, contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. (Coleção História e Saúde).

ROSSI, Daiane Silveira. Ações de Saúde Pública em Santa Maria/RS na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS, 2015.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 210-231.

SANTOS, Nádia Maria Weber. Narrativas da loucura e histórias de sensibilidades. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. História da Infância, da juventude e da família: que caminhos percorrer?. In: CARDOZO, José Carlos da Silva et al. *História das crianças no Brasil Meridional*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 14-37.

SCOTTI, Zelinda Rosa. Que loucura é essa? Loucas e loucos italianos no hospício São Pedro em Porto Alegre/RS (1900-1925). Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERRES, Juliane Conceição Primon. Memórias do isolamento: trajetórias marcadas pela experiência de vida no Hospital Colônia de Itapuã. Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

SILVA, Rosane Neves da.; HARTMANN, Sara; SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho; PIRES, Mariana Lorenz. As patologias nos modos de ser criança e adolescente: análise das internações no Hospital Psiquiátrico São Pedro entre 1884 e 1937. *Psico*. V.39. n.4, pp-448-455, out./dez. 2008.

SILVEIRA, Éder. A cura da raça. Eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. Porto Alegre: Editora da UFCSPA, 2016.

TISOTT, Ramon Victor. *Pequenos trabalhadores*. Infância e industrialização em Caxias do Sul (fim do séc. XIX e início do XX). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo/RS, 2008.

TREVIZANI, Tiago Marcelo. Camisa de força para menores: a patologização de crianças e adolescentes (Hospício São Pedro, 1884-1929). Dissertação (Mestrado em Psicologia). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2013.

VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se adivinha*: polícia e minoridade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

WADI, Marmitt Yonissa. *A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

WADI, Marmitt Yonissa. *Palácio para guardar doídos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:UFRGS, 2002.

WEBER, Beatriz Teixeira. Apresentação. In: WEBER, Beatriz Teixeira; SERRES, Juliane C. Primon (Org.). *Instituições de Saúde de Porto Alegre – Inventário*. Porto Alegre: Ideograf, 2008.

WEBER, Beatriz Teixeira. Outras perspectivas para a História da Saúde e da Assistência: práticas e religiosidades. *História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores*. KORNDÖRFER, Ana Paula; BRUM, Cristiano Enrique de.; ROSSI, Daiane Silveira; FLECK, Eliane Cristina Deckmann e QUEVEDO, Éverton Reis. São Leopoldo: OIKOS, 2017.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Recordações infantis de calças curtinhas: trabalho e aprendizado entre crianças negras no litoral rio-grandense entre as décadas de 1920 e 1940. In: CARDOZO, José Carlos da Silva et al. *História das crianças no Brasil Meridional*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

WITTER, N. A.; MOREIRA, P. R. S. “Praticando a magia e seus sortilégios”: feitiçaria e curandeirismo nos primórdios da república. In: DILLMANN, Mauro. (Org.). *História das Religiões e Religiosidades no Rio Grande do Sul - Volume 4 - Matriz Afro-brasileira*. 1ed.São Paulo - SP: ANPUH, 2016, v. , p. 21-48.

WITTER, Nikelen Acosta. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2007.

Notas

¹ Doutoranda em História – Unisinos Bolsista CNPq. Contato: lisi.cruz@yahoo.com.br

² O local escolhido para a construção do primeiro hospício no Rio Grande do Sul foi a propriedade de D. Maria Clara Rabello: tratava-se de uma chácara localizada na Estrada do Mato Grosso, atual Avenida Bento Gonçalves. A edificação do hospital foi autorizada em 1879, pelo Presidente da Província Carlos Thompson Flores. A escolha do local foi devido seus recursos naturais, pois possuía água potável abundante e *ar puro*. Contudo, devido à falta de materiais para construção, a instituição foi inaugurada apenas em 1884 (KORNDÖRFER; WEBER, 2008). A partir da inauguração, os relatórios sobre a administração do hospício São Pedro ficou encarregada da Santa Casa de Misericórdia até a Proclamação da República (1889), que após esse período a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior vinculada ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, assumiu essa responsabilidade. (TREVIZANI, 2013).

³ O final do século XIX ficou marcado pelo surgimento de diversas instituições hospitalares existentes em todo Brasil. Essas instituições como as Santas Casas, abrigavam pessoas doentes de forma física ou mental, e crianças abandonadas. Da mesma forma, já havia a preocupação por parte de especialistas da saúde, de projetar os espaços das instituições conforme as técnicas mais avançadas que poderiam proporcionar o atendimento adequado aos enfermos (WEBER, 2008; WADI, 2009). Contudo, nos últimos anos que antecedem o fim do século XIX, faltaram estabelecimentos específicos para o atendimento de menores alienados nos estados brasileiros, surgindo apenas após o início do século XX. Tânia Mara Pedroso Muller (1998) afirma que a primeira escola especial para crianças

anormais no Rio de Janeiro, chamado de Pavilhão Bourneville, localizado dentro do Hospício Nacional de Alienados entre os anos de 1903 a 1920, foi, a primeira tentativa de atendimento médico-pedagógico a crianças considerados como ‘anormais’ no Brasil.

⁴ Acreditamos que essa pesquisa dialoga com análises referentes à história social da infância [DI LISCIA (2005); AREND (2005); SCOTT (2016); VIANNA (1999); BOEIRA (2012); KORNDÖRFER (2008, 2013)], análise de instituições [GOFFMAN (2015); ESTEVES (2014); ABLARD (2005); BASSA, (2005); QUEVEDO (2005); ROSSI (2015); SERRES (2009), história da loucura e da medicina (FOUCAULT (1975;1978; 1982); SCHWARCZ (1983); SILVEIRA (2016)], principalmente no que se refere à relação entre medicina/psiquiatria e infância.

⁵ Até o presente momento, verifiquei os prontuários médicos do Hospital Psiquiátrico São Pedro, referentes aos anos de 1932 a 1937, organizados em 76 caixas e sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul faltando verificar 86 caixas para o desenvolvimento da pesquisa.

⁶ Para Luisa Passerini (1996), a Segunda Guerra Mundial (1914-1918) teve impacto na atribuição de significados no conceito de juventude. Isto porque os movimentos juvenis que ocorreram, principalmente na Alemanha e Inglaterra, impulsionaram os jovens a participar ativamente de posições políticas e resguardar as tradições de seus países. Na obra História dos Jovens, organizada por Giovanni Levi e Jean Claude Schmitt (1996), a juventude surge como uma construção social e não se deve apenas considerar significados de natureza biológica ou jurídica para definir conceitos, pois tais definições se modificam conforme o lugar, as crenças e valores de terminadas sociedades.

⁷ Luis Guedes, formado em medicina começou a sua atuação no Hospital Psiquiátrico em 1913, como médico de doenças somáticas e, posteriormente, como médico psiquiatra (KUMMER, 2010). Fez estágios em alguns hospitais psiquiátricos no Rio de Janeiro, sendo orientado pelos médicos psiquiatras Juliano Moreira e Antônio Austregésilo (ambos conhecidos como precursores nos ensinamentos freudianos), além de estagiar em hospitais psiquiátricos em Montevidéu e Buenos Aires.

⁸ Assim, como as considerações de Le Goff (1983), Jacques Donzelot (1980) em A polícia das famílias, sobre o controle nas famílias francesas no século XIX, permitem refletir sobre o contexto brasileiro na década de 1930. Para o autor, a ordem da família e a ordem estatal são uma convivência tática, isto é, para as famílias são inaceitáveis as crianças e jovens que não se comportam como esperado. Já para o Estado é preciso evitar o desperdício de forças vivas e dessa forma seria preciso identificar os indivíduos considerados inúteis.

⁹ “O labor ou o aprendizado de um ofício, para alguns menores, não era percebido como um problema; todavia, para a grande parte dos adultos poderia ser visto como uma garantia de auxílio futuro” (CARDOZO, 2016).

¹⁰ Tiago da Silva Cesar menciona que, em Porto Alegre no final do século XIX, muitas crianças foram enviadas para a cadeia civil (anterior à construção da Casa de Correção) por se acharem alienadas. As informações referente à internação dessas crianças foram consultados nos livros de matrícula geral dos enfermos da Santa Casa de Misericórdia referente a doze anos (1850, 1853, 1856, 1861, 1862, 1865, 1870, 1872, 1883, 1885, 1886, 1888), sendo que em uma porcentagem total referente a esses anos, as crianças e jovens com idade até 21 anos completos representavam de 7% a 14% da população carcerária (independente do status jurídico) e 10% do total dos presos da amostra (157 de 1.620).

¹¹ Marcelo Xavier Parker (2012) também utilizou da metodologia da história oral para a realização da pesquisa intitulada, A cruz no laboratório da ciência – religião e poder no hospital psiquiátrico São Pedro, que tem como objetivo entender a participação das religiosas da Congregação de São José no Hospital Psiquiátrico São Pedro. Parker analisa os depoimentos da Irmã Paulina e a trajetória de Anninka, que ficou internada por quatro períodos. Anninka (o autor utilizou de nome fictício em respeito ao acordo com o Departamento de Pesquisa do Hospital Psiquiátrico São Pedro), uma moça de 20 anos de origem italiana, que foi internada, entre idas e vindas, por mais de 38 anos. Segundo os médicos, Anninka foi diagnosticada com demência paranóide, tendo sido admitida a 13 de março de 1920. A religiosidade exacerbada, possivelmente, foi o motivo para que fosse enviada ao hospital. Contudo, em seu prontuário não há relato de perturbação ou doença mental.

¹² Segundo WADI (2002) “os hospitais, cemitérios, fábricas, prisões e hospícios deveriam ser afastados das cidades, pois as exalações e miasmas gerados nestes estabelecimentos infectariam seu próprio interior e toda a cidade, constituindo-se em focos de epidemia e contágio” (WADI, 2002, p. 99).

¹³ Na Casa de Correção de Porto Alegre, ainda na metade do século XIX, as doenças pelo trato digestivo foram as mais fatais entre os presos, registradas como diarreia, gastrite crônica, gastro- hepatite, constipação de ventre. Além dessas doenças, as de ordem respiratória se alastravam entre os presos: tubérculos pulmonares, pneumonia, catarro pulmonar e laringite (CESAR, 2015).

DA DIVERSÃO AO DELITO: O LAZER SOB O ESCRUTÍNIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (DÉCADAS DE 1940 E 1950)

Érico Teixeira de Loyola (TJ-RS)

Resumo: este artigo aborda, a partir de processos criminais disponíveis junto ao Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, de que forma se operava, nos anos 1940 e 1950, a vigilância e repressão, por parte de agentes policiais e juízes, sobre o lazer das classes populares. Para tanto, são examinados dois casos nos quais aplicada a Lei das Contravenções Penais, em particular o rol das “Contravenções Relativas à Polícia de Costumes” (artigos 50 a 65). Com isso, abarca-se situações relacionadas a momentos de ócio, descanso, conagração etc., aparentemente inofensivas, porém ainda assim objeto de repressão. Por meio dessa análise, além do debate em torno da criminalização de formas de lazer populares, e do aparato de vigilância estabelecido sobre estas, almeja-se discutir como a LCP teria sido instrumentalizada para a “moralização” e controle social inclusive no que dizia respeito à “aceitabilidade” de certas opções de divertimento.

Palavras-chave: História do Crime e da Justiça Criminal - jogos de azar – processos judiciais

1. Considerações iniciais

Este artigo tem por objetivo abordar, a partir de processos criminais disponíveis junto ao Acervo do Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, de que forma se operava a vigilância e repressão, por parte de agentes policiais e juízes, sobre o lazer das classes populares; mais precisamente, de que forma condutas aparentemente inofensivas, como se reunir com amigos para “jogar a taba” ou beber em um bar, tornavam-se “casos de polícia”.

Para tanto, serão analisados dois casos, julgados em comarcas gaúchas nos anos 1940 e 1950, nos quais aplicada a Lei das Contravenções Penais (LCP), e, em particular, seus dispositivos atinentes às “Contravenções Relativas à Polícia de Costumes” (artigos 50 a 65). Embora as contravenções não possam ser propriamente consideradas uma novidade no ordenamento jurídico brasileiro, a existência de uma lei específica para seu enfrentamento – separadamente do Código Penal, portanto – constitui fato novo¹, e potencial indicativo de que havia uma preocupação maior com os temas nela tratados, apesar de seu aparentemente menor potencial ofensivo². Por isso, então, sua escolha como prisma de análise, bem como a opção pelas duas primeiras décadas de vigência da norma como período de análise.

Cumpra também referir que a presente proposta é desdobramento de pesquisa realizada para a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 2019, no Bacharelado em História, da UFRGS³. Naquela oportunidade, buscou-se examinar a interpretação de teóricos do Direito e de juízes a respeito do âmbito de aplicação da LCP no que dizia à sua utilização como mecanismo de controle social das classes ditas “perigosas”, no período imediatamente posterior à sua edição (LOYOLA, 2019). Aqui, por sua vez, propõe-se uma

discussão mais centrada na repressão aos momentos de lazer dessas classes, os quais, de alguma maneira, pareciam por vezes ir de encontro ao que se entendia por “bons costumes”.

Por meio dessa análise, pretende-se debater o processo de criminalização de práticas lúdicas associadas a grupos populares, e verificar como as leis penais, e a LCP em particular, teria sido instrumentalizada, a partir de um viés de orientação autoritária, para exercer controle no que dizia respeito às opções de divertimento destes grupos. Ainda, ao apresentar-se este trabalho na Mostra de Pesquisa do APERS, almeja-se obter subsídios para a investigação, tanto com relação a fontes, como quanto a referenciais teóricos e metodológicos que possam vir a ser úteis. Este, portanto, é um trabalho em construção.

A respeito especificamente da documentação consultada, cumpre referir que esta foi localizada junto ao acervo existente em prédio anexo ao Foro Regional do 4º Distrito, em Porto Alegre, foro este no qual estava localizado o Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. A coleta de dados, por sua vez, deu-se durante a realização da disciplina de Estágio Curricular, e havia a intenção de aprofundá-la ao longo deste ano, o que infelizmente restou inviabilizado – pelo menos até o momento de escrita deste trabalho, em outubro de 2020 – em decorrência da pandemia do COVID-19.

Em face dessas dificuldades, e também considerando o escopo mais restrito deste artigo, deter-me-ei em dois tipos contravencionais da LCP: (a) a exploração dos jogos de azar (artigo 50), e (b) o apresentar-se embriagado em local público, de modo a causar escândalo ou perigo a terceiros (artigo 62). A partir de casos cujos contornos entendi interessantes do ponto de vista factual, proporei algumas discussões em torno das noções de “lazer” e “trabalho”, e sobre como se dava, nos anos de 1940 e 1950, o “enfrentamento” ao que se entendia por ociosidade, à luz dos parâmetros comportamentais que se buscava impor por intermédio da LCP.

2. O lazer popular no Judiciário: árbitro ou arbítrio?

Como já exposto, examinaremos dois casos que versaram sobre práticas contravencionais associadas ao lazer das classes populares. Portanto, é importante trazer para debate a própria noção de “jogo”, a qual é aqui entendida, talvez no seu sentido mais básico, como aquilo que é motivo de “divertimento, do que dá prazer” (ALBORNOZ, 2009, p. 76).

Ora, por que o “divertimento”, o “jogo”, o “lazer”, aparentemente tão inofensivos, e até mesmo salutares, poderiam ser fatores de preocupação para as autoridades, em particular nas décadas de 1940 e 1950? Porque o “jogo”, e o “divertimento”, por consequência, na forma proposta por Suzana Guerra Albornoz, valendo-se da obra “Homo Ludens”, de Johann Huizinga,

“(…) opõe-se à [noção] de seriedade, pelo que se pode entender porque é muitas vezes compreendida como oposta à noção mesma de trabalho. (...) O jogo abre uma brecha, um intervalo no cotidiano, no sério do cotidiano; abre um leque de possibilidades, além das responsabilidades do cotidiano e, por isso, pode introduzir um espaço lúdico no meio do sério (...)” (ALBORNOZ, 2009, p. 77).

Não se pode perder de vista que a lei cuja aplicação abordaremos nos casos examinados data do Estado Novo (1937-1945), período no qual houve o aprofundamento da reorientação da economia brasileira para um viés industrial (FORJAZ, 1984). Nesse passo, ganhavam relevância preocupações com a organização do trabalho, e, em particular, com a disciplinamento da população, o que não ocorria unicamente relativamente à legislação social; fazia parte dela, também, toda uma reformulação do sistema jurídico-penal até então existente, reformulação essa na qual o “trabalho” adquiria ainda mais preponderância, e de que a Lei das Contravenções Penais era parte.

Aliás, segundo Luiz Antônio Ferla, que em sua Tese de Doutorado examinou as influências do determinismo biológico nos estudos das áreas de Medicina Legal e de Criminologia no Estado de São Paulo, entre 1920 e 1945, durante a Era Vargas,

(...) o trabalho era considerado como a mais privilegiada estratégia de regeneração de indivíduos ‘descaminhados’. Na perspectiva dos positivos, se o delinquente era um enfermo, a terapêutica mais indicada era o trabalho. O trabalho como terapia no tratamento do delinquente partia da concepção central da Escola Positiva, que via neste um enfermo como predisposições psico-biológicas ao ato anti-social. (...)

(...)

Se o trabalho era terapia e regeneração, inversa mas coerentemente o não-trabalho era considerado causa paradigmática do ato anti-social. Por isso, junto com o “menor”, o chamado “vadio” aparecia como o pré-delinquente por excelência. (...) O “vadio”, intrinsecamente perigoso, também deveria ser de alguma forma sequestrado e submetido à redisciplinarização pelo trabalho. (...) (FERLA, 2005, p. 222- 224)

Dessa forma, considerando a aparente dicotomia entre “lazer e “trabalho”, e os esforços observados, nos anos 1940 e 1950, para a criação de mecanismos de controle social⁴ capazes de inculcar na população valores tais como o da disciplina, da frugalidade, da autocontenção etc., tem-se de algum modo justificado porque o “jogo”, em especial os que envolvessem a sorte do contendor, ou mesmo outros momentos de ócio, como beber em público, pudessem suscitar preocupação. Afinal, essas atitudes constituíam “desvios” do padrão considerado aceitável pelas autoridades; logo, aqueles que de algum modo fossem vistos como “desviantes” – no

caso, de um regime que supervalorizava o trabalho e que procurava “moralizar” as massas para o progresso –, poderiam ser considerados como perigosos à manutenção da ordem social, e, conseqüentemente, figurar como acusados em processos criminais⁵.

Aliás, de forma correlata a ideia de “desvio”, podemos também trazer o conceito de “criminação”, apresentado por Michel Misse: tanto o inquérito policial quanto o próprio processo criminal se constituem em “procedimentos concretos que selecionam os eventos que serão efetivamente tratados como crimes e não apenas sua referência típico-ideal nos códigos criminalizadores” (MISSE, 2011, p. 16). Depois de feita essa seleção é que ocorre, de fato, a “incriminação” do acusado, com a abertura de inquérito, e, eventualmente, de um processo. Logo, a depender da interpretação dos sujeitos que atuem em um determinado caso, uma dada situação pode vir a ser considerada nociva por alguns, ou irrelevante por outros.

Por outro lado, a utilização de processos judiciais como fonte de análise, nesse contexto, mostrou-se útil à compreensão de como se dava a perseguição a certas práticas lúdicas, de caráter mais popular, caracterizando-as como “desviantes”. Com efeito, o acesso à referida documentação permitiu constatar, por exemplo, a visão dos acusados traziam sobre determinadas disposições da LCP. No caso dos jogos, em particular, foi possível inclusive estabelecer algumas fronteiras entre o que estes entendiam como “jogo de azar” ou mero passatempo. Isto é, o exame desse acervo, mesmo em se entendendo os processos criminais “como uma fábula construída pelos ‘manipuladores técnicos’” (CORRÊA, 1983, p. 33, *apud* MAUCH, 2013, p. 23), abriu a possibilidade de reconstruir “aspectos da vida e valores de diferentes atores sociais do passado” (MAUCH, 2013, p. 24).

2.1. Os jogos e a sociabilidade popular

Feitos os destaques de caráter mais teórico, e já contextualizado o objeto de pesquisa, transportamo-nos aos processos selecionados, os quais talvez forneçam uma interessante dimensão do alcance da repressão policial e judiciária sobre algumas formas de entretenimento praticadas pelas classes populares.

O primeiro deles tramitou na Comarca de Pelotas, em 1953 (Processo nº 269/1953, Comarca de Pelotas). No dia 15/11/1953, um policial civil, que cumpria diligências no Bairro Fragata, deparou-se com alguns indivíduos que praticavam o “Jogo do Osso” em meio à via pública. Procedendo à abordagem, o agente público realizou a prisão em flagrante de quatro deles: o agricultor João B., os quitandeiros Augusto e José, e o pedreiro João S., encaminhando-os à delegacia, a fim de que fossem prestados esclarecimentos.

Como é de amplo conhecimento no Estado do Rio Grande do Sul, o “Jogo do Osso” é forma de entretenimento muito praticada – mas não somente – em regiões de fronteira, nas quais é também conhecido como *tava* ou *taba*. O jogador deve lançar, sobre uma cancha, um osso do garrão do boi, o qual, a depender da posição que venha a cair, pode resultar em *suerte* ou *culo*. Há, ainda, a possibilidade de que o osso venha a cravar-se no solo – resultando em uma *clavada* –, gerando maior pontuação⁶.

Dado início ao inquérito, e, posteriormente, ao processo criminal, os acusados não negaram que estivessem praticando, ou, pelo menos, acompanhando as partidas. Em realidade, um dos acusados negou que participava diretamente do jogo, outro afirmou que não eram realizadas apostas, e, os demais, admitiram que as partidas eram disputadas a dinheiro, embora em valores módicos. Ao final, veio a sentença do juiz Paulo Ribeiro.

Demonstrando sensibilidade, a qual parece ter faltado aos agentes policiais ao longo de toda a fase inquisitorial – embora, de fato, não se possa descartar a hipótese de que estes seguiam ordens de seus superiores imediatos, por exemplo, ou mesmo tivessem outros motivos para intervir naquele momento de lazer –, o Magistrado absolveu os quatro acusados. Para isso, valeu-se de fundamentos que poderíamos dizer, de certa forma, “jurídicos”, e outros “sociológicos”. Em um primeiro momento, referiu que

(...) certo ou errado, o critério aferidor da punibilidade do jogo é a sorte. Critério subjetivo e pessoal, porque um jogo pode ser encarado por uma pessoa de uma maneira e por outra de modo diferente”. [assim, no caso do jogo do osso, a sorte não teria primazia, pois dependeria majoritariamente da habilidade do arremessador] (Processo nº 269/1953, Comarca de Pelotas).

Ou seja, o magistrado, de início, indicou que seria necessário absolver os réus, pois aquela modalidade de jogo não poderia ser considerada “de azar”, o que faria com que a situação escapasse da norma do artigo 50, §3º, “a”, da LCP⁷. Isto é, apresenta uma explicação, por assim dizer, mais “jurídica” para o caso, valendo-se da arbitrariedade intrínseca ao artigo em comento para absolver os acusados. No entanto, sua fundamentação, como antes assinalamos, foi além:

Magistrado nenhum sentir-se-á tranquilo punindo homens simples, campônios e gaúchos, que apostam ‘um cruzeiro ao tiro’ no jogo do osso, quando os jogos de azar campeiam pelo País, de norte a sul, sem que haja uma ação repressora eficiente. (...) Em matéria de jogo, os mais fracos pagam pelos mais fortes, porque as prisões dos infelizes são a ‘nuvem de fumaça’ que protege abastado e aproveitador. Ou se promulguem leis eficientes, punindo a todos em igualdade de condições, fornecendo-se meios ao Judiciário para remontar às fontes primárias, motivadoras e geradoras do vício; ou se regulamente a prática do jogo, a fim de que diminua a imoralidade. Dos males o menor.

(...)

(...) ‘tubarões do jogo’ assistem, sob capa de idoneidade, a ineficiente e esporádica ação policial, e a tortura dos juízes, enquadrados nos frios textos legais, condenando indivíduos, que nada mais são do que autômatos nas mãos de potentados (...).

(Processo nº 269/1953, Comarca de Pelotas).

A decisão mostra-se paradigmática, na medida em que demonstra como a LCP era expressamente dirigida para a suposta moralização ou ordenação do espaço público, contra práticas populares. Note-se que os acusados se encontravam em via pública, sem qualquer intenção de ocultar-se, portanto. Resta claro, ainda, que se encontravam em momento de lazer, com amigos, em um espaço de sociabilidade masculina.

Aliás, sociabilidade essa que, inclusive, fazia-se presente em casas especificamente destinadas à prática do osso, existentes em grandes centros urbanos como Porto Alegre, conforme demonstrou a pesquisadora Elaine Rosner da Silveira. Aliás, segundo a autora,

“(...) o coletivo, a comunidade, a interdependência, constituem o ambiente das casas do osso mais do que a autonomia e a individualidade. (...) Nestes lugares predomina um clima de inclusão social, de pertença de sujeitos muitas vezes excluídos do mercado de trabalho ou de um lugar de valor na sociedade mais ampla, já que são pobres, e algumas vezes praticantes de pequenos delitos ou até de crimes” (SILVEIRA, 1999, p. 279-280).

Mesmo que autora tenha abordado período bastante posterior ao aqui examinado, não há razão para duvidar que o jogo do osso, assim como outros jogos que envolviam algum grau de convívio com outras pessoas, constituísse importante fator de socialização. De fato, a circunstância de eventualmente contar com apostas parece ser aspecto de menor importância quando pensamos nos potenciais benefícios que sua prática seria capaz de agregar – inclusive, por que não, até mesmo em termos de produtividade, criatividade etc. Aliás, ainda que indiretamente, o magistrado sentenciante parece ter reconhecido a existência de tais benefícios, por sua vez despercebidos, deliberadamente ou não, pelos policiais que levaram os apostadores à delegacia para as devidas providências.

Além do mais, as ponderações lançadas na sentença permitem-nos refletir sobre a difícil relação entre costume, lei e direito, ainda mais em um período de profundas mudanças sociais. Permite-nos, também, retomar Foucault, segundo o qual “as práticas populares que se classificavam, seja numa forma silenciosa, cotidiana, tolerada, seja numa forma violenta, na ilegalidade dos direitos, são desviadas à força para a ilegalidade dos bens” (FOUCAULT, 2007, p. 73). Isto é, condutas que, em outros tempos, eram toleradas, passam a ser perseguidas, com

o forte esforço em “submeter a ilegalidade popular a um controle mais estrito e mais constante”, tendência essa “evidentemente muito mais sensível onde o desenvolvimento é mais intenso” (FOUCAULT, p. 72 e 75).

Ora, transportando essa análise para o caso enfrentado em Pelotas, podemos dizer que os anos 1940 e 1950 também foram importantes para a redefinição da matriz econômica brasileira. Percebemos, também, como se faziam presentes mecanismos de controle social de caráter francamente repressivo, detendo indivíduos que praticavam um jogo tradicional, em pleno Feriado da Proclamação da República.

O outro processo selecionado (Processo nº 3563/1948) diz respeito a um caso envolvendo a apresentação, em público, em estado de embriaguez (artigo 62 da LCP). O caso ocorreu em 28/11/1948, um domingo, por volta das 16h, em um bar da cidade da Guaporé, e envolveu os indivíduos de nome Mario e João Francisco. Conforme o registro oficial lavrado quando do atendimento da ocorrência, Mario estaria em companhia de seu sogro, João Francisco, quando teriam se desentendido com o atendente do local, Isac.

Irritado, Mario teria ofendido Isac e sua esposa, sacado uma faca, e passado a gritar que “a polícia tem tanta autoridade quanto nós”. Apesar da riqueza factual de tal descrição, constante do boletim de ocorrência, o Delegado de Polícia, em seu relatório, não se concentrou, exclusivamente, sobre o fato que chegara às suas mãos. Avaliou, em verdade, a vida pregressa dos acusados, considerando Mario como um desordeiro:

(...) O primeiro, além de andar armado de faca, atirando-a perigosamente por entre pessoas nos mercadinhos locais, já em adentrado estado de embriaguês (sic), promovendo distúrbios e proferindo palavras de baixo calão, ofensivas à moral pública, é elemento vadio e, ainda, conforme é público e notório, há cerca de dois anos vive às expensas de uma meretriz, proprietária do extinto cabaré local, em cuja casa de tolerância, ao tempo em que ainda funcionava, vivia tal qual uma parasita, vegetando no porão da mesma.

O segundo, não obstante ser trabalhador, é contumaz alcoólatra e, quando nesse estado, porta-se de modo inconveniente, já registrando inúmeros casos de detenções por tal motivo mas, até a data presente, não procurou se corrigir, motivo por que consideramos ‘um caso perdido’.

Pelo exposto, determino o registro da presente, o arquivamento da 2ª via e a remessa do original ao Sr. Dr. Juiz Competente. (...)

(Processo nº 3563/1948, Comarca de Guaporé).

O juiz não se ateve, com maior detalhamento, sobre o evento em si. Utilizando-se das observações do delegado, e também, das fichas de identificação dos acusados – que, no caso de Mario, o identificavam como “tabagista e alcoólatra”, além de viver “sob dependência de uma

meretriz proprietária do cabaré local” – utilizou-se de ponderações de ordem pessoal para condená-lo pelo tipo do artigo 62:

(...) É incontestável a procedência do processo contra o contraventor Mario (...), elemento de péssima conduta, desordeiro e dado à embriaguez, tendo vivido largo espaço de tempo às expensas de uma meretriz, proprietária nesta Cidade de uma pensão de mulheres – embora pertencente a uma das mais conceituadas e estimadas famílias locais, digna de todo o respeito. Condenado já por este Juízo à pena de detenção, por haver praticado lesões leves na pessoa de sua amásia, cumpriu pena na Cadeia Civil local, de nada lhe servindo – pois retornou ao mesmo meio de vida desordenada. (...) O mesmo não se pode dizer do contraventor João Francisco (...), que o acompanhava, porquanto não chegou a embriagar-se e nem cometeu desatinos, sendo se infere das mesmas testemunhas inquiridas. (...) (Processo nº 3563/1948, Comarca de Guaporé).

Neste caso, observamos a atuação do juiz como uma espécie de “fiscal dos bons costumes”, atividade essa na qual tinha relevo a avaliação da ficha de identificação do acusado. Veja-se que tanto o delegado quanto o magistrado local foram minuciosos na descrição da vida pregressa dos acusados, tendo o último feito inclusive referências elogiosas à família de Mario. Isso sem falar dos fortes qualificativos utilizados (“parasita”, “indivíduo de péssima conduta”, “alcóolatra” etc.), e a preocupação em fazer distinções claras entre a situações pessoais de um e de outro, embora ambos, ao que tudo indica, estivessem no mesmo bar, e tivessem se envolvido na mesma discussão.

Outro ponto que vale a pena ser destacado diz respeito ao local em que ocorrido os fatos. Com efeito, conforme Torcato,

Os bares, as tabernas e estabelecimentos similares constituíam-se em uma opção das pessoas para o usufruto do ócio, possibilitando a construção de laços de solidariedade e de identidade. Nesses locais as sociabilidades envolvendo a afirmação de virilidade eram recorrentes, fato atestado, por exemplo, pelo consumo de álcool (MOREIRA, 2009, p. 85-118. (...) A violência é uma característica dos meios de sociabilidade viris, comuns entre homens (BOURDIEU, 1998, p.63-67). (TORCATO, 2011, p.38)

Do apontamento acima podemos ainda refletir sobre quão corriqueiras seriam as abordagens como a enfrentada por Mario e seu sogro. Os bares, e outros espaços no qual havia o consumo de bebidas alcólicas, apareciam como aparentes pontos privilegiados para operações do gênero, por potencialmente conter indivíduos considerados, vadios, incorrigíveis etc. Decerto, a situação ocorrida no bar de Isac parece ter fugido do controle; mas uma pergunta a ser posteriormente respondida caso aprofundada a pesquisa nesse ponto é se efetivamente

todo e qualquer estabelecimento estaria sujeito a uma vigilância tão estrita, ainda mais em um domingo. Questiona-se, assim, se igual tratamento seria dispensado aos contendores estivessem eles em estabelecimento localizado em área mais “nobre”, ou mesmo fossem indivíduos componentes de estratos sociais mais elevados.

3. Considerações Finais

Por que o lazer, o ócio, o entretenimento, poderiam, na opinião das autoridades policiais e judiciárias das décadas de 1940 e 1950, oferecer algum risco à ordem vigente, ou à moralidade? Foi esta a pergunta que, longe de conseguirmos responder apropriadamente, buscou-se formular ao longo do presente artigo, e que segue atual. É comum, em momentos de maior tensionamento econômico, haver vozes que colocam o “trabalho” como pretensamente oposto ao “ócio”, e, mais, como supostamente fundamental para que as engrenagens da economia voltem a girar.

E esse discurso, colocado na prática, engendra diversos efeitos reflexos, por vezes só notados a longo prazo, em especial àqueles que figuram como os pontos já mais fragilizados do tecido social. Redução de salários, ampliação de jornadas, limitação de acesso à previdência social, obstáculos à sindicalização de funcionários etc., são só algumas das consequências possíveis de um ambiente que vê uma dicotomia intransponível entre os espaços do labor e do lúdico.

Cabe reiterar que os trabalhadores que participavam de partidas de osso, em Pelotas, assim como Mario e seu sogro, estavam desfrutando de momentos de lazer. Os primeiros, pela prática de um jogo tradicional, e os segundos, mais por suas pretensas características pessoais – “parasita”, “indivíduo de péssima conduta”, “alcóolatra” –, do que pela gravidade do fato em si, tomaram parte em processos judiciais que expuseram suas vidas privadas e colocaram em questão sua honorabilidade. Em outras palavras, foram sujeitados a um procedimento complexo que se colocava como desdobramento da preocupação pelo exercício de controle social, pela via penal, de grupos mais pauperizados potencialmente considerados perigosos.

Questionar, então, o quanto o Direito Penal, e as Leis das Contravenções Penais, em particular, pode ser de fato utilizado para modular o que pode ou não um indivíduo fazer no seu tempo livre é uma questão de suma importância. Afinal, esta é uma questão de liberdade.

Referências

- ALBORNOZ, Suzana Guerra. Jogo e trabalho: do *homo ludens*, de Johann Huizinga, ao ócio criativo, de Domenico De Mais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo: vol. 12, n.1, p. 77-92. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25767/27500>. Acesso em: 10 ago 2020.
- ALVAREZ, Marcos César. Controle Social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, nº 18 (1), 2004, p. 168-176.
- BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008, p. 15-30.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Industrialização, Estado e Sociedade no Brasil (1930-1945). **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, vol. 24, n. 3, jul/set 1984. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901984000300006&script=sci_arttext. Acesso em: 14 ago 2020.
- FERLA, Luís Antônio Coelho. **Feios, sujos e malvados sob medida**: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.teses.usp.br/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=xHaDRcsmkA314tMU6zvYdL_yOJZy8eLRIUGHOQVUxx4. Acesso em: 08 jun 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 34.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- HUIZINGA, Johann. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- LOYOLA, Érico Teixeira de. **Crimes em Lilliput**: A Lei das Contravenções Penais como Mecanismo de Controle Social. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. **XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2013, p. 17-31. Disponível em: http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1405435379.Anais_XI_Mostra_de_Pesquisa.pdf. Acesso em: 22 mai 2019.
- MISSE, Michel. O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, vol. 26, n. 01, jan/abr, 2011, p. 15-27. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 jun 2019.
- SILVEIRA, Elaine Rosner da. “Casas de Homens” – O jogo do osso e a masculinidade em grupos populares de Porto Alegre (RS). **Sociologias**, Porto Alegre, ano 1, n. 02, jul/dez, 1999, p. 272-293.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. *A Repressão Oficial ao Jogo do Bicho: Uma História dos Jogos de Azar em Porto Alegre (1885-1917)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37293/000819929.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 ago 2020.

Fontes

Brasil. Decreto-Lei nº 3.688 de 03 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 19 jun 2019.

Processo Criminal nº 3563/1948, Comarca de Guaporé, natureza contravenção penal, ano de 1948. Acervo do Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Etiqueta de Identificação nº 9001996159625.

Processo Criminal nº 269/1953, Comarca de Pelotas, natureza contravenção penal, ano de 1953. Acervo do Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Etiqueta de Identificação nº 9001996142896.

Notas

¹ O Código Criminal de 1830 não fazia distinção entre “crimes” e “contravenções”, por isso, condutas hoje consideradas contravençionais, isto é, de menor gravidade, estavam enquadradas na rubrica *crimes policiaes*. O Código Penal de 1890, por seu turno, já fazia essa distinção, porém, tanto crimes como as contravenções eram objeto de um mesmo código, e sujeitavam-se a regras similares. Foi na década de 1940, no contexto de profundas modificações legislativas encampadas pelo Estado Novo, que se definiu, de modo claro, a distinção entre um “Código Penal”, publicado em 1940, e uma “Lei das Contravenções Penais”, datada de 1941, sendo essa separação a que vige até hoje.

² Até hoje as contravenções são chamadas, nos meios jurídicos, como “delitos liliputianos”, em referência aos pequenos indivíduos da Ilha de Lilliput, da obra “As Viagens de Gulliver”, de Jonathan Swift.

³ Este autor possui uma trajetória acadêmica um tanto quanto “sinuosa”. Após graduar-se em Ciências Jurídicas e Sociais, no ano de 2008, ingressou, em 2011, no Bacharelado em História, e, antes que o concluísse, foi admitido no PPG/História da UFRGS, finalizado em 2016.

⁴ Entende-se por “controle social” aqueles mecanismos que não “propriamente controlam, mas sobretudo produzem comportamentos considerados adequados ou inadequados com relação a determinadas normas e instituições sociais” (ALVAREZ, 2004, p. 170). Dessa forma, não se atribui “ênfase exagerada no caráter unidirecional das práticas de controle social”, o que inclusive impediria “que fossem analisadas as formas por meio das quais aqueles que eram sujeitados por essas práticas resistiam, negociavam ou mesmo compactuavam com elas” (ALVAREZ, 2004, p. 173-174).

⁵ Conforme Howard Becker, “o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso” (BECKER, 2008, p. 22). Ou seja, não há um “desviante” *per se*, pois este é sempre identificado – ou melhor, rotulado – a partir de determinados padrões mais ou menos hegemônicos que se impõem em dado momento.

⁶ Para mais informações: <https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1450/tava-ou-jogo-do-osso.html>

⁷ O artigo em questão tem o seguinte teor: Art. 50. Estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele: (...) a) o jogo em que o ganho e a perda dependem exclusiva **ou principalmente da sorte** (grifei). Note-se que o termo “principalmente” abre múltiplas interpretações, cabendo a cada Julgador, portanto, considerar que dada atividade apresenta, ou não, grande fator de aleatoriedade.

SOCIABILIDADES, DISPUTAS E LAZERES: OS PROCESSOS-CRIME NA INVESTIGAÇÃO DO COTIDIANO DA DOCA DAS FRUTAS (PORTO ALEGRE/RS – 1940-1950)

Vinicius Reis Furini¹

Resumo: O trabalho tem o objetivo de investigar, a partir de processos criminais, como se davam as relações sociais entre os diferentes sujeitos na Doca das Frutas, “vila de malocas” localizada na região central de Porto Alegre, na década de 1940 a 1950. Os processos-crime permitem o contato mais próximo aos sujeitos sociais e a compreensão de suas percepções sobre o processo histórico ao qual estavam inseridos. Embora sejam diálogos marcados pela relação desigual de poder, coercitivos e intermediados pelo aparato jurídico-repressivo do Estado, os processos-crime são valiosas fontes para entendermos não apenas a transgressão e os conflitos envolvendo variados grupos, mas também a experiência, as práticas, os valores e normas sociais das classes. Quais eram as suas práticas, ofícios, espaços de lazer e sociabilidade?

Palavras-chave: Doca das Frutas - Sociabilidades - Processos-crime

I. Introdução

O trabalho tem o objetivo de estudar as relações estabelecidas por diferentes sujeitos e grupos sociais na Doca das Frutas, “vila de malocas” localizada na zona central de Porto Alegre, nas proximidades das margens do Guaíba com a antiga Rodoviária da capital, nas décadas de 1940 a 1950. Através das histórias de Alcides Monteiro, Alípio Cabral, Antenor Barreto, Hildebrando Godoy, Julião Gauza Neto e Rosalina Cardoso de Aguiar, etc. presentes nos processos-crime, sob custódia no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), analisados qualitativamente, explorando as suas singularidades, analiso os elementos significativos para compreendermos como eram assentadas as relações sociais entre esses sujeitos, as disputas que se envolviam, assim como observando as suas formas de sociabilidade e lazer, reconstituindo, assim, parte do cotidiano na Doca das Frutas.

A documentação judiciária é uma valiosa fonte para estudo de História Social, na medida em que os processos-crime, por exemplo, possibilitam o contato mais aproximado com os sujeitos sociais, compreendendo através dos próprios depoimentos, as suas percepções sobre os processos históricos que estavam inseridos. O uso dos processos-crimes por historiadores se deve, como aponta Cláudia Mauch, pela forma que essa fonte oportuniza que sejam estudados os valores e as normas sociais das classes populares em determinada época, recuperando, em certa medida, o discurso dos pobres e possibilitando outras formas de investigação sobre a cultura popular (MAUCH, 2013, p. 23).

Os processos-crime possuem cuidados teórico-metodológicos, na medida em que se tratam de um produto social, político e profissional: “são fundamentalmente fontes oficiais, produzidas pela Justiça, a partir de um evento específico: o crime e seu percurso nas instituições

policiais e judiciárias” (GRINBERG, 2009, p. 126). Embora os diálogos produzidos sejam marcados pela coerção, em uma relação desigual de poder que é intermediada pelo aparelho jurídico-repressivo do Estado, eles continuam, contudo, possuindo grande validade de análise (GRINBERG, 2009; FARGE, 2017). Deve-se trabalhar no “processo de transformação dos atos em autos, sabendo que ele é sempre a construção de um conjunto de versões sobre um determinado acontecimento” (GRINBERG, 2009, p. 128). Neste sentido, os processos-crime analisados permitem a investigação sobre as práticas de lazer e sociabilidade presentes na Doca das Frutas e as disputas envolvendo os diferentes sujeitos naquele espaço popular da cidade.

II. Porto Alegre, a Doca das Frutas e as “vilas de malocas”

Na década de 1940 começa a repercutir em Porto Alegre, através da imprensa e do poder público, o aparecimento de conglomerados de casas construídas de forma precária, sem infraestrutura básica para moradia e erguidas, em muitos casos, em áreas irregulares, na região central da cidade e em áreas próximas. O crescimento urbano e demográfico de meados do século XX seria considerado fator importante para o surgimento desses conglomerados de casas que viriam a ser denominadas “vilas de malocas”.

Naida d’Ávila (2000) sugere que a municipalidade, na década de 1960, considerava como “maloca”,

todos os aglomerados marginais habitacionais erguidos em terrenos baldios, devolutos e mesmo de propriedade pública ou privada, sem arruamento, sem higiene [...] sua construção é, na maioria das vezes, de madeira. Em casos menos numerosos, encontra-se malocas de papelão, lata, ou ainda os três conjugados (D’ÁVILA, 2000, p. 15).

As autoridades municipais se mantiveram atentas com o problema da habitação popular, expresso pelo aparecimento e desenvolvimento das “malocas” na metrópole. O relatório administrativo apresentado, em 1952, à Câmara de Vereadores pelo então prefeito Ildo Meneghetti expõe a preocupação com o “problema das malocas”, que chega a conclusão de “serem as malocas um quisto social, uma situação anômala, uma vida marginal ao ambiente social de Porto Alegre, é urgente que os poderes públicos tomem medidas concretas para o extermínio das mesmas” (MENEGETTI, 1952, p. 863). Nota-se que a retórica adotada pelo poder público não tinha em seu horizonte investir em infraestrutura para tais localidades, a solução para as autoridades era eliminar as “malocas” do cenário urbano. Nola Gamalho (2009, p. 39) nos sugere que o imaginário sobre as malocas incorporava a noção de contaminação, na

medida em que atribuía uma questão patológica aos espaços, práticas e lazeres dos “maloqueiros”.

A Doca das Frutas aparece no cenário porto-alegrense no começo da década de 1940, através comércio fluvial de frutas: os comerciantes vinham do interior do estado para comercializar com sua clientela da capital e muitos acabaram fixando residência no local. A sua localização na região central de Porto Alegre, às margens do Guaíba e próxima à Via Férrea podem ter ajudado para que a Doca das Frutas rapidamente se transformasse em uma “vila de malocas” de grandes proporções, na medida em que sua posição geográfica central contribuiu para que ela se configurasse como um espaço popular com a grande circulação de pessoas que habitavam, trabalhavam ou simplesmente transitavam pelo lugar. Nesse sentido, se considerarmos o “espaço como um lugar praticado” (CERTEAU, 2012, p. 184), podemos entender que a Doca das Frutas fora “praticada” e “consumida” por diferentes sujeitos e grupos sociais que estabeleceram relações entre si e com o espaço, transformando-o.

A Doca das Frutas, no entanto, existiu em diferentes lugares e épocas, sendo despejada, em diversas ocasiões, ela renasceu na região central pelo menos três vezes, primeiramente no entorno da rua Voluntários da Pátria com a Conceição (década de 1940), no final da rua Coronel Vicente (1956-1960) e da rua Ramiro Barcellos (1963-1965), assim, é possível considerá-la como uma “vila de malocas” heterogênea e que possui, ao longo das décadas, diversas transformações em sua configuração (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

Independente de seu endereço, a Doca das Frutas sempre enfrentou um sem-número de estigmas e intenções de despejos. As representações por parte da imprensa apresentavam a Doca das Frutas, quase sempre nas páginas policiais, como sinônimo de criminalidade, promiscuidade e desordem. É o caso do *Jornal do Dia*, de 27 de dezembro de 1951 que descrevia o assalto, seguido de agressão de João Albino, na Doca das Frutas, apresentando o local através de qualitativos depreciativos como “recanto da sordidez e do crime”, “logradouro acolhedor da máfia” e como um lugar onde não se deve passar, caso se tenha tem amor à vida (JORNAL DO DIA 27/12/1951, p. 3).

Essas representações não se limitavam apenas à imprensa; o poder público, em sua política de remoções das “malocas” para fora de seu perímetro urbano, não as poupou de estigmas que pretendiam apresentar tais localidades como imorais, buscando justificar e legitimar as ações de despejos empreendidas pela Prefeitura. É o caso, mais uma vez, do relatório de Ildo Meneghetthi (1952) que trazia a seguinte descrição sobre a Doca das Frutas:

Na “Zona do Litoral”, na chamada Doca das Frutas, trecho compreendido entre as ruas Conceição e Garibaldi, existe o baixo meretrício. Os crimes por roubo, furto, assassinato, são diários. O jogo do “osso” e o de baralho é livre, e as notas de dez, vinte e mais cruzeiros correm como objetos de pouco valor. É evidente a inversão dos valores morais.

Os “dancings” funcionam em plena luz do dia. Os amantes da música popular localizam-se, ora no portal da maloca, ora na frente da mesma, reunindo, em torno de si, grupos de admiradores. Os alcoólatras são encontrados nas sarjetas, nas ruas e nos botequins. É permanente o policiamento que não consegue, entretanto, evitar o crime, o jogo, a malandragem, os desafios, as brigas e o sensualismo. Em contraste com este lado degradante, encontram-se famílias que não podendo suportar tal rebaixamento moral, pedem o auxílio da Prefeitura para serem transferidas para locais mais decentes (MENEGETTI, 1952, p. 860).

A prática de jogos de azar, em especial, o jogo do “osso” e o consumo de álcool na Doca das Frutas é alertada às autoridades que tentava tomar providências contra essa contravenção. A prostituição é, sem dúvidas, o principal aspecto apontado pelo relatório. A região da Doca das Frutas e suas cercanias nas ruas Voluntários da Pátria, Conceição, Garibaldi etc. era considerada como “zona de baixo meretrício” de Porto Alegre, estando presente, ainda hoje, no imaginário social sobre a região. Em recente artigo, Marluce Fagundes (2019) investiga a construção desse imaginário sobre a rua Voluntários da Pátria e o “mundo dos *bas-fond*”, baseando-se em casos de crimes sexuais, que teriam ocorrido em ambientes considerados clandestinos, como quartos de hotéis e pensões. Segundo a historiadora, a clandestinidade desses espaços se deve à sua localização em uma região constituída como “zona de prostituição” (FAGUNDES, 2019, p. 56).

O relatório estabelece, ainda, que em meio a todo ambiente degradante existem famílias que não suportam o “rebaixamento moral” da Doca e pedem ajuda da Prefeitura para deslocamento para lugares mais apropriados, pois por maiores que sejam os esforços do patrulhamento policial em contar a contravenção e desordem, acabam por não surgir efeito frente à “malandragem”. Rodrigo Weimer (2019), ao analisar o mesmo relatório com ênfase, no entanto, sobre a forma que a homossexualidade masculina foi utilizada como justificativa para a expulsão de moradores vila Santa Luzia, identificou que apesar da retórica da Prefeitura que justificava as remoções com o pretexto de “salvar honestas famílias” dos desvios morais de seus vizinhos, as remoções independentemente aconteciam para todos (WEIMER, 2019, p. 46).

As representações sobre a Doca das Frutas elaboradas pela imprensa e pelo poder público mostram, em suma, a forma como o espaço foi construído e “consumido” por ambas instâncias. Elas não são, contudo, a própria realidade daquele espaço, na medida em que deixam

de lado as relações sociais assentadas por aqueles que “praticavam” e “consumiam” a Doca. Essas relações, conforme veremos a seguir, nem sempre ocorreram de maneira harmoniosa ou obedeceram à norma social, esses sujeitos são peças na dramaturgia do real (FOUCAULT, 2012, p. 202), cujas vidas e histórias, seja por transgressão ou causalidade, foram físgadas pelo poder, tendo que se explicar frente à justiça (FARGE, 2017, p. 31-32).

III. Sociabilidades, disputas e controle social na Doca das Frutas.

O Ministério Público por meio de seu representante ofereceu denúncia contra Julião Gauza Neto por, no dia 17 de janeiro de 1947, ter agredido a bofetadas, Rosalina Cardoso de Aguiar, no interior do Restaurante Pipi, situado na rua Barros Cassal 192, na região da Doca das Frutas. A agressão teria ocorrido em virtude do ciúme de Julião por Rosalina. Ambos trabalhariam no estabelecimento, Julião como garçom e Rosalina camareira. As atividades realizadas por Rosalina, no entanto, são postas em dúvida no processo que a classifica como “decaída”, sendo os ciúmes de Julião resultado disso.² A suspeição sobre a profissão exercida por Rosalina se deve ao fato de que o Restaurante Pipi seria conhecido como local de prostituição, sendo referenciado, inclusive, em outros processos criminais que o reconheciam como “antro de vadios”³ situado nas proximidades da Voluntários da Pátria.

O caso de agressão de Julião fornece indícios para compreendermos como o gênero é uma categoria útil para analisar como a exploração e violência era operada no interior das relações sociais entre esses sujeitos. Apesar de repreenderem a atitude de Julião, a polícia tratou com desconfiança a vítima Rosalina e sua testemunha Rosa Rodrigues, que também trabalhava no Restaurante Pipi. Essa desconfiança pode surgir por conta do imaginário social que envolvia a região e que, conforme afirma Marluce Dias (2019, p. 73) pesava nas decisões de juízes em casos que envolvessem crimes sexuais ou de sedução. Não é incorreto deduzir que o caso de agressão, neste ambiente, também pesasse nas considerações de policiais, delegado e juízes. Por fim, Julião é condenado, com pena mínima, a três meses de reclusão. Entretanto, menos de uma semana após ser levado à Casa de Correção Penal, ele consegue a suspensão de sua pena por dois anos. O sentimento de posse e a agressividade do réu, assim como as testemunhas acionadas por ele, permitem reflexões sobre questões de masculinidades e honra para as camadas populares.

Os inquéritos produzidos pela confusão que acabou chegando às vias de fato envolvendo Alcides Monteiro, Conceição Mello, Paulino Alves dos Santos com os soldados da Brigada Militar Alípio Cabral e Hildebrando Godoy, no dia 26 de março de 1950, na região da “Doca das Frutas” permitem a compreensão das relações entre grupos diversos, as suas sociabilidades,

seus lazeres e cotidiano, além de reflexões sobre a honra e masculinidades em meio aos populares. O relatório policial, de 31 de julho de 1950, conta que as vítimas se dirigiam “para a maloca denominada ‘Doca das Frutas’, localizada no fim da rua da Conceição e atrás da Estação da Estrada de Ferro”, ao chegarem encontraram um grupo de indivíduos que se dedicavam ao jogo. A presença dos policiais foi notada por um dos integrantes do grupo, contudo, os demais não deram importância e seguiram com o jogo. Os dois policiais se encontraram com um tal de Alberi, velho conhecido de Alípio, que os convidou para tomar café. Ao regressarem em direção a Voluntários da Pátria, Alípio e Hildebrando teriam sido surpreendidos pelo trio de agressores, ao passo que Alcides sacou sua adaga e disse: “Agora vocês não vão dar mais em ninguém”, atingindo, então, Alípio e desencadeando a briga entre os envolvidos.⁴

Em depoimento prestado no dia 18 de abril de 1950 por uma das vítimas Alípio Cabral, brasileiro, solteiro, de cor preta, “Praça” da Brigada Militar e residente na vila Caiu do Céu relata que foram ao “mercadinho” de seu “conhecido de infância”, Alberi *de tal*, que os convidara, sem sucesso, para que participassem do jogo na cancha de osso. Os soldados então perceberam que os ânimos tinham se alterado, com diversos indivíduos exaltados que acabaram agredindo Alberi. Na tentativa de apartar a briga, Alípio alega ter sido agredido por Alcides Monteiro. Após a confusão, Alípio percebeu que Alcides, junto com mais dois sujeitos, estavam aguardando-os, munidos de adaga, para retomarem o confronto com os brigadianos. O seu depoimento foi confirmado por seu colega, também vítima no processo, Hildebrando Godoy, brasileiro, solteiro, de cor branca, “Praça” da Brigada Militar que viu Alberi botar em seu bolso o osso que estavam jogando e ser esbofeteado por Alcides, o que teria dado início a confusão.

A prática do “jogo do osso” é alertada, em diversas oportunidades, pela imprensa e poder público que a consideravam imoral. Em pesquisa sobre a identidade de gênero masculina entre os homens frequentadores do jogo do osso, em Porto Alegre, na década de 1990, Elaine Rosner da Silveira (1999, p. 275) propõe que esses lugares se configuram como espaços de grande sociabilidade entre os homens de grupos populares. Embora a presença das mulheres não seja proibida, estes se tratam de espaços majoritariamente masculinos (SILVEIRA, 1999, p. 274). O jogo do osso, então, pode ser compreendido como uma forma de sociabilidade entre sujeitos do sexo masculino, na Doca das Frutas. Ademais, ele era praticado em “cancha” próxima aos botequins. Embora seja ilegal, sua prática era tolerada pelo patrulhamento que, em muitos casos, também participava dos jogos e suas apostas.

Alcides Monteiro, solteiro, jornalista, de cor branca e “sem residência fixa”, cujo paradeiro é “incerto e não sabido”, teria sido o principal responsável pela confusão envolvendo

os dois brigadianos. Segundo o depoimento de Suely Scavini, solteira, meretriz, de cor “mista”, o réu teria confessado a ela, havia duas semanas, no bar “Ao quanto Le gusta”, na rua Cabo Rocha, que “andara fazendo umas artes”, tendo quase degolado um brigadiano e ferido o outro. Os motivos da agressão não teriam sido esclarecidos pelo réu. Suely afirma que Alcides se tratava de “indivíduo perigoso, desordeiro, e sem residência fixa, que costuma andar sempre armado e é temido no seio da malandragem”. Em outro encontro casual com o réu, ela afirma que ele embarcaria como carvoeiro no navio Santa Bárbara, em destino ao Norte do Brasil.

O ataque de Alcides aos soldados da Brigada Militar pode ter ocorrido em virtude de sua honra ter sido fragilizada por estes, ao separá-lo de Alberi, momentos antes. O fato é que diferentes testemunhas presenciaram Alcides ameaçar as vítimas, sobretudo, Alípio Cabral. Em seu primeiro depoimento, no dia 30 de março de 1950, Hildebrando alega que momentos antes do ataque, Alcides gritou para Alípio: “Vou te ensinar a dar em homem, filha [*sic*] da puta”. No depoimento registrado por Hildebrando, no inquérito da Polícia Militar, no dia 18 de abril do mesmo ano, as palavras proferidas pelo réu, momentos antes da agressão, seriam: “agora vou te ensinar, negro, a não dar mais em homem”, tendo em seguida acertado com a adaga no pescoço de Cabral. Em ambos os casos, as palavras evocadas por Alcides demonstram seu ressentimento em ter apanhado de Alípio, ao passo que iria ensiná-lo a “dar em homem”. A segunda frase, presente no depoimento de 18 de abril, demonstra a injúria racial proferida por Alcides momentos antes de atingir Alípio. É provável que Alcides tivesse uma concepção de hierarquia social estabelecida através de critérios raciais e a bofetada recebida por Alípio questionasse não apenas sua masculinidade, mas também sua concepção de superioridade racial.

Outra hipótese que pode, em certa medida, complementar as demais é a conturbada relação estabelecida entre as camadas populares com os agentes da lei. Em estudo sobre a Polícia Administrativa, em Porto Alegre, no período de 1896 a 1929, Cláudia Mauch (2017, p. 32) propõe que os agentes policiais que atuavam no patrulhamento eram predominantemente recrutados nas classes populares, o que não impedia, contudo, que participassem no controle e repressão de comportamentos típicos dessas classes. As concepções de autoridade, honra e masculinidades são manejadas de maneira complexa entre esses sujeitos que, de acordo com Mauch (2017, p. 225), poderiam ser expressas na demonstração de coragem, força física, habilidade com as armas e não se submeter a ordens de um policial. Essa provocação seria um sinal de coragem, posto que, conforme Mauch, se o policial “for homem” deve responder a altura, mesmo que isso possa desrespeitar a posição de autoridade que o policial detém formalmente (MAUCH, 2017, p. 225).

Porém, a relação entre os agentes da lei e as camadas populares nem sempre ocorreram de maneira tumultuosa. É o caso da tentativa de furto do réu Antenor Soares Barreto, servente de pedreiro e residente na Doca das Frutas que fora preso em flagrante pelo delito e recolhido à Casa de Correção.⁵ Na tarde do dia 22 de janeiro de 1950, na Doca das Frutas, entre a avenida Júlio de Castilhos e a rua da Conceição, o denunciado furtou um par de sapatos do “barracão” de Helio Machado de Azevedo e apoderou-se, também, na mesma ocasião, de um punhal de propriedade de Pedro Luis de Quadros. Ao retirar-se do local foi preso em flagrante pelos policiais, resistindo à ordem de prisão e agredindo as autoridades, só foi detido graças a ajuda de moradores locais que o capturaram.

Ao contrário da confusão envolvendo Alcides Monteiro e os policiais, o caso de Antenor reforça as solidariedades que também existem entre os agentes da lei e os moradores da Doca das Frutas. Essa solidariedade expressa, sob diferentes formas, é operada, neste caso, pelas concepções de justiça e direito dos moradores que consideravam grave infração roubar de seus amigos, colegas e vizinhos, solidarizando-se com a atitude dos policiais em deter o réu.

IV. Considerações finais

A Doca das Frutas se tratava de um espaço popular de ampla repercussão da imprensa e poder público, cujo imaginário social construído sobre aquela “vila de malocas” como local de promiscuidade e desordem, circulava pela sociedade porto-alegrense das décadas de 1940 e 1950. Através das proposições teóricas do historiador francês, Michel de Certeau (2012), que compreende o “espaço como um lugar praticado” (CERTEAU, 2012, p. 184), entendendo o segundo como forma de leitura possível sobre o primeiro, isto é, identificando as relações, transformações e consumos destes lugares pelo público, chegamos a conclusão que a Doca foi “consumida” e “praticada” pela imprensa e poder público que produziram a visão daquele espaço como local de imoralidade, que estava destinado ao álcool, jogo e prostituição. Contudo, outros “consumos” também seriam possíveis de serem feitos sobre aquele espaço, isto é, aqueles realizados pelo público que ali morava, trabalhava ou simplesmente frequentava aquele espaço, como Alcides Monteiro, Alípio Cabral, Antenor Soares, Julião Gauza, Rosalina Cardoso de Aguiar entre outros.

Esses sujeitos, cujas histórias temos conhecimento por conta dos processos criminais analisados, “consumiram” e “praticaram” a Doca das Frutas de maneira singulares. É através de seus casos que tomamos conhecimentos de suas práticas de lazer e sociabilidades, como o “jogo do osso” ou a atuação de botequins, mercadinhos e “restaurantes” que reuniam aqueles sujeitos e foram palcos de disputas também. Observa-se que esses sujeitos sociais tinham

concepções particulares sobre o que seria justiça e direito, entrando em confrontos, em muitos casos, com agentes da lei. Essas disputas e conflitos revelam, em suma, como as noções de honra e masculinidade eram manejadas por esses sujeitos.

Fontes

Documentação administrativa

MENEGHETTI, Ildo. **Relatório apresentado pela Câmara Municipal**. Porto Alegre, 1952. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

Jornais

Jornal do Dia, 27 de dezembro de 1951. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Documentação judiciária

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca Porto Alegre. Vara de Execução Criminal. Acondicionador 004.3426. Processo nº 4315. 1947. Réu: Julião Gauza Neto.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca Porto Alegre. Vara de Execução Criminal. Acondicionador 004.3388. Processo nº 4387. 1950. Réu: Antenor Soares Barreto.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca Porto Alegre. Vara de Execução Criminal. Acondicionador 004.4676. Processo nº 418. 1950. Réus: Paulino Alves dos Santos, Conceição Mello, Alcides Monteiro.

Bibliografia

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: vol. 1 - Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

D'AVILA, Naida. **DEM HAB**: com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre. Porto Alegre, Unidade Editorial, 2000.

FAGUNDES, Marluce Dias. “Uma cidade nas sombras: o mundo dos bas-fonds (Porto Alegre – meados de 1950).” **Revista Crítica Histórica**, v. 10, p. 55-78, 2019.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FOUCAULT, Michel. “A vida dos homens infames”. In: _____. **Ditos e escritos IV**: estratégia, poder-saber. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. pp. 199-217.

GAMALHO, Nola. **A produção da periferia**. Das representações do espaço ao espaço da representação no bairro Restinga – Porto Alegre, RS. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia).

GRINBERG, Keila. “A história nos porões dos arquivos judiciários.” In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 119-140.

KLAFKE, Álvaro Antonio; WEIMER, Rodrigo de A.; FURINI, Vinícius R. **A cidade que devora “malocas”**: habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c. 1943 - c.1973). No prelo.

MAUCH, Cláudia. “O processo crime para além dos crimes.” In: **MOSTRA DE PESQUISA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. XI**, 2013, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2013.

Disponível em: <

http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1405435379.Anais_XI_Mostra_de_Pesquisa.pdf> Acesso em: 10 ago. 2019.

MAUCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade**: polícia e policiais em Porto Alegre (1896-1929). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

SILVEIRA, Elaine Rosner da. “Casas de Homens” – O jogo do osso e a masculinidade em grupos populares de Porto Alegre (RS). **Sociologias**. Porto Alegre: ano 1, n. 02, jul/dez, 1999, p. 272-293.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. “Homossexualidade masculina na ‘vila’ Santa Luzia: comportamentos não-normativos e alegações para expulsão de moradias populares (Porto Alegre, década de 1950)”. **Aedos**, Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 32-48, ago. 2019.

Notas

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É bolsista de Mestrado do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq). E-mail: vfurini@hotmail.com

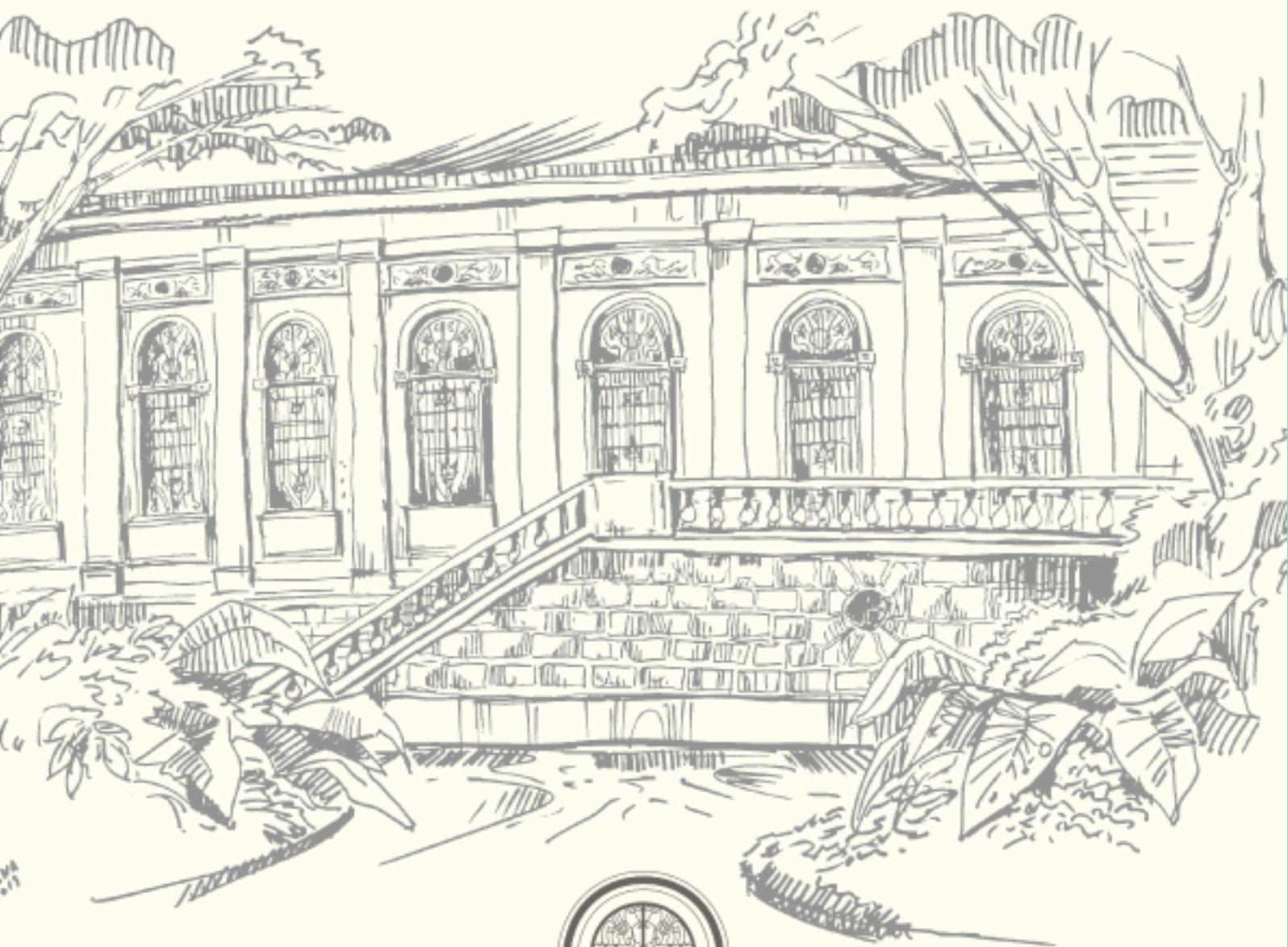
² APERS. Comarca Porto Alegre. Vara de Execução Criminal. Acondicionador 004.3426. Processo nº 4315. 1947. Réu: Julião Gauza Neto.

³ APERS. Comarca Porto Alegre. Vara de Execução Criminal. Processo nº 4526. 1948. Manoel Paulo Gomes

⁴ APERS. Comarca Porto Alegre. Vara de Execução Criminal. Acondicionador 004.4676. Processo nº 418. 1950. Réus: Paulino Alves dos Santos, Conceição Mello, Alcides Monteiro.

⁵ APERS. Comarca Porto Alegre. Vara de Execução Criminal. Acondicionador 004.3388. Processo nº 4387. 1950. Réu: Antenor Soares Barreto.

Arquivos como espaços de preservação e construção de narrativas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ARQUIVO DE HISTÓRIAS INSÓLITAS: NARRATIVAS DE MEMÓRIAS POUCO DIFUSAS

Daniela Tonietto¹
Lucas Petry²

Resumo: O presente artigo, surge como proposta inicial de debater e apresentar de forma introdutória o projeto de extensão em fase de desenvolvimento e apreciação do curso de Arquivologia/UFRGS, tendo como finalidade, abordar com a História e Arquivologia, o papel de seus profissionais no âmbito social e mediador da informação, na perspectiva de difusão e divulgação científica por meio de podcast. O projeto Arquivo de Histórias Insólitas tem como proposta debater a história oral e as fontes documentais de patrimônio arquivístico, com temáticas voltadas a lendas urbanas, direitos humanos e imaginários. Apresentando uma alternativa de metodologia da difusão em arquivos e ensino da história, a partir de um conhecimento produzido dentro da academia e preservado em arquivos e instituições de memória. Concluindo de forma parcial que as áreas necessitam dar acesso à informação e repensar novos meios de divulgar seu conhecimento ao usuário.

Palavras-chave: Arquivologia - História - Divulgação Científica

Introdução

As relações inter e transdisciplinar da Arquivologia e História, fizeram com que a interação de diversos conhecimentos nas temáticas de história oral e lendas urbanas com base na fonte documental arquivística, se permitissem construir um artigo e possivelmente projetos de extensão, explorando e divulgando o que intitula-se um “Arquivo de Histórias Insólitas”, difundindo conhecimentos que fazem parte de uma cultura popular, ou se distorcem com o passar do tempo conforme a sociedade, mas, que são muitas das vezes encontradas em instituições de memória.

Pontua-se como objetivo e justificativa da pesquisa, construir e concentrar em um uma coleção das inúmeras histórias públicas, encontradas em instituições, lugares de memória e arquivos pessoais, fazer através da divulgação científica, por meio de página na web, podcast e mediação, o ensino da história e sua preservação. Movimentar a pesquisa, o acesso aberto a informação, de uma cultura que está inserida na identidade da civilização. Neste artigo trouxemos o exemplo da população de Porto Alegre e a memória da lenda urbana da Maria Francelina Trens ou popularmente conhecida como Maria Degolada, onde boa parte do seu acervo se encontra no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

No aspecto dos autores da Arquivologia, foi utilizada a perspectiva de Terry Cook (1998) que reflete sobre a teoria e prática dos arquivistas e seu pensamento arquivístico, o “aprender a fazer” não é mais suficiente para o arquivista da era da informação. Como tal, não pode ser apenas um reprodutor de conhecimento, mas um produtor de conhecimento e construtor ativo da memória social.

Dentro do âmbito da História, dialogamos com diversos historiadores que vem tratar de História Pública e que repensam a área de atuação do profissional da história, seus ofícios e convergências na disseminação da informação contemporânea.

Temos também a historiadora Sandra Pesavento (2008), em seu trabalho contando um pouco sobre as lendas ou os pecados, como a mesma chama da cidade de Porto Alegre no livro “*Os sete pecados da capital*” onde ela narra algumas das histórias insólitas.

Com coordenação da docente Leolíbia Linden³, e participação de alunos dos cursos de Arquivologia e Museologia da UFRGS e de História da Unisinos, fazendo parte do programa Estudos em Comunicação Científica na Arquivologia (ECCOA), que está em fase de apreciação pela comissão de extensão da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/UFRGS, até o período de envio para a XV Mostra de Pesquisa do APERS, percebemos assim, dentro dos âmbitos de divulgação do conhecimento científico, que temos uma pesquisa até então pouco explorada e difundida, questionando as possibilidades de atuação de arquivistas, historiadores, museólogos e demais áreas, com acervos considerados muitas vezes como boato e o efeito que tem no contexto cotidiano.

Arquivologia e História Pública

A memória no espaço arquivístico só é evocada, porém, se em tais lugares de memória forem gerenciados também lugares de informação. É enquanto lugares de informação – espaços (às vezes virtuais) – que os arquivos se configuram hoje, provocando novos paradigmas na Arquivologia. E isso se dá através da difusão e mediação.

E como o próprio Terry Cook reconhece:

“O pensamento arquivístico neste século deve considerar-se como algo em constante evolução, algo que se transforma continuamente para adaptar-se às transformações radicais que se vão produzindo na natureza dos documentos, nos organismos que os produzem, nos sistemas de gestão e tratamento de arquivos, na utilização dos arquivos e nas tendências culturais, jurídicas, tecnológicas, sociais, filosóficas e da sociedade.” (COOK, 1998, p.6)

Na atualidade, requerem-se dos mediadores da informação, arquivistas, museólogos, bibliotecários, etc, inquietações de mudar realidades, isto é, que sejam protagonistas capazes de enriquecer os que estão sob a égide das referidas unidades de informação, permitindo que essas memórias não sejam esquecidas e/ou silenciadas.

Essas histórias se adaptam ou são esquecidas conforme o momento histórico-social-político que se encontram. Para entender melhor o modo como tais narrativas se inserem no imaginário social, partimos de uma consideração da noção de arquivo, tal como é concebida dentro de uma perspectiva discursiva. Que de acordo com Foucault (1969/2004), “o conceito de arquivo se relaciona ao domínio dos enunciados que é articulado por um a priori histórico”. O que Foucault propõe que chamemos de arquivo é o conjunto de enunciados. Para o autor, o arquivo funciona como a lei que rege o que pode ser dito, isto é, o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Ele é o que define, enfim, a própria condição de enunciabilidade.

Esse comportamento de preservar, e não de mediar ou limitar aos indivíduos a liberdade de uso e acesso, é algo que deve ser repensando dentro de uma deontologia do profissional de arquivo, sem a criação de barreiras às diferentes fontes, pensar fora da caixa, transformar o conhecimento preservado em algo inovador, de forma todas os enunciados possam ser ditos. No uso do podcast, se tem a liberdade de ouvir quando e onde quiser, acessar e usar como referência a informação, e sobre o uso dessa plataforma, conversa diretamente com a função arquivística de difusão, permitindo, principalmente, a mediação da informação, que segundo Almeida Júnior é:

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais – , direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural, individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015, p.25).

Quanto ao processo, Almeida Júnior (2009) classifica a mediação em implícita ou explícita. A primeira se dá em um processo contínuo e visa organizar a informação existente em diferentes ambientes e suportes, com a intenção de suprir necessidades e suscitar nos usuários, em um movimento pendular, outras e novas necessidades. Já a mediação explícita, dependendo do gênero de dispositivo, ocorre de maneira presencial ou à distância.

É a iniciativa de aproximar os cidadãos dos locais onde a história está presente, criando um ar de apropriação de dados históricos da cidade, a partir de uma mediação, assim buscamos pensar as construções e representações simbólicas que envolvem os espaços urbanos.

Já dentro da História, têm se repensado os locais de atuações de sua área. Área essa que vai além das práticas convencionais do profissional de história e abrindo novas alternativas

graças a maior difusão e aumento das instituições interessadas no conhecimento histórico, como nos lembra a professora Zita Possamai:

Atualmente, pode-se constatar um leque aberto de alternativas e possibilidades. Convém ressaltar que isso se deu por nossa atuação e também, certamente, pela dimensão social e cultural alcançada pelas iniciativas voltadas à valorização da memória e, por consequência, pela criação de instituições, das mais variadas temáticas, preocupadas com a guarda e a preservação de documentos históricos em sentido amplo. (POSSAMAI, 2008, p. 202)

E ao fazer esse exercício de reflexão, podemos perceber também o advento da dita História Pública, que trata-se então da “[...] mais velha de todas as histórias”, (DAVISON, 1991) sendo ela a história que é feita pensando para além dos muros da academia e para além da sala de aula da educação básica, que busca levar a história para a comunidade, tornando-a acessível e de conhecimento de todos. Acredita-se que a história pública é uma maneira de levar o conhecimento histórico para o público geral para além de valorizar a pesquisa, mas “Ela também está interessada em fazer com que os diversos segmentos da sociedade participem da construção deste conhecimento.” (CARVALHO, 2016, p. 8).

Por este motivo, o projeto Arquivo de Histórias Insólitas, é uma ferramenta que pretendemos utilizar para a divulgação do conhecimento histórico produzido na academia ao grande público, pois cremos também que isso é fundamental para que possamos ter uma sociedade que além de valorizar a cultura seja mais crítica e democrática, como aponta Bruno Leal:

Desejamos divulgar a produção do conhecimento histórico para o grande público não só porque valorizamos o trabalho desenvolvido em nossos centros de pesquisa, mas porque acreditamos que, ao compartilhar esses saberes, podem contribuir para formar uma sociedade mais crítica, esclarecida e democrática. (CARVALHO, 2016, p. 7)

É papel do historiador também, levar o seu trabalho para além da academia e seu dever como agente social contribuir para a formação de novos cidadãos. E o papel do arquivista é contribuir com que a memória seja preservada e seu acesso garantido, trabalhando com aspectos sociais e culturais que lhe também são atribuídos.

As redes sociais da internet são atualmente o meio mais comum que utilizamos então para levar esses conhecimentos, a partir dela os usuários têm acesso à informação e lhe é permitido que ele livremente estabeleça uma relação com a mesma:

A partir do momento em que o historiador lança mão das redes sociais para compartilhar o saber histórico produzido no âmbito acadêmico, ele possibilita ao grande público produzir críticas, elaborar falas e até mesmo contribuir para a construção continuada deste saber, afinal de contas, as redes sociais, mais do que meros pontos de difusão do conhecimento, permitem o diálogo, a interlocução, o contar histórias e “estórias”, permitem, inclusive, a descoberta de documentos históricos que dificilmente seriam encontrados por meio de pesquisas convencionais. (CARVALHO, 2016, p. 9)

Ainda que limitada, a internet como um todo e as redes sociais, por assim dizer são as vias democráticas de disseminação do conhecimento histórico que temos atualmente. Indo de encontro com conceitos novos, como é o caso das Humanidades Digitais, que dialogam com a História e Arquivologia, novos arquivos surgem nesse cenário, a memória coletiva valoriza-se e instaura-se como patrimônio cultural. (LE GOFF, 1990)

Pesavento (1985) estabelece a distinção entre aqueles que compõem os chamados “leitores especiais da cidade” e os “homens comuns”. Os primeiros, cujas experiências fazem com que sejam capazes de retratar as sensibilidades dos espaços citadinos, estes por sua vez, “resgatam as sensibilidades do real vivido (...)” enquanto os segundos, os “homens comuns”, são espectadores. (PESAVENTO, 1985, p. 287).

Como retrata a autora, ao se trabalhar as dinâmicas da cidade é preciso levar em consideração as diferentes perspectivas daqueles que habitam a urbe e as construções representativas que daí resultam. São esses leitores da cidade, que buscamos como público alvo e pretendemos viabilizar essas histórias e narrativas a todos aqueles que querem aprender.

Ao mesmo tempo, a memória também é construída de forma individual e coletiva (HALBWACHS, 2013), produzindo uma relação estreita com o sentimento de identidade, esta, por sua vez, é aqui pensada como um caminho muito particular de reconhecer-se a si mesmo, operando a imagem de si, para si e para os outros. Ou seja, dois públicos diferentes convergindo para algo em comum.

O processo crime de Maria Trenes, a degolada

A lenda urbana nos revela situações surpreendentes, insólitas, incompreensíveis, uma manifestação contemporânea do pensamento simbólico, pois longe de serem histórias insignificantes, são histórias significativas, cheias de sentido, é a expressão de nossos medos e de nossos desejos. São lendas contemporâneas que se divulgam amplamente e estão abertas a diversas interpretações, tanto pelo imaginário quanto pela história.

Porto Alegre protege por meio da lei 9.570/04 seu patrimônio imaterial, processo nº 1.037388.14.2.00000 registro nº5 do inventário (PORTO ALEGRE, 2004), estão as Lendas Tradicionais de Porto Alegre. Desse conjunto, trouxemos a lenda de Maria Degolada.

A história da jovem Maria Trenes se torna lenda, após o crime cometido pelo réu Bruno Soares Bicudo vir a público, como mostra o processo criminal nº 1.990 do ano de 1899 do Cartório do Júri de Porto Alegre, disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Exemplificamos o processo criminal aqui, de forma resumida, uma vez para trazer o contexto que o crime ocorreu, e enaltecer a fonte documental como base autêntica para aquilo que é por vezes considerado boato, mito ou lenda.

No ano de 1899 do mês de novembro, “o 2º promotor publico vem perante vós denunciar Bruno Soares Bicudo por haver no dia 12 do corrente mez, no arraia do Parthenon [...] ferido com profundo golpe de faca Maria Trenes, *occasionando-lhe a morte*⁴”. Trata-se de mais um dos crimes com ferimentos no pescoço que encontramos no Rio Grande do Sul durante este período, a degola foi um tipo de morte muito comum no pós Guerra dos Farrapos.

O auto de prisão em flagrante, nos fala que o cabo Egydio Correia da Silva, e os soldados Felizbino Antero de Medina, Francisco Alvez Nunes e Manoel Antonio de Vargas, prenderam Bruno em flagrante. Assim que receberam o chamado deslocaram-se para o local e encontraram-no “com o instrumento do *delicto*, uma faca gotejando sangue e um ferro que serve de ferrolho de porta⁵”. O conduziram para o quartel e o comandante mandou que o mesmo se apresentasse ao delegado Ulysses de Carvalho. Quando perguntado o que tinha a falar em sua defesa, Bruno diz “que foi agredido por Maria Fancellina Trenes armada de um cacete⁶”, dando a entender que seu ato contra Maria, fora de legítima defesa.

O auto do corpo de *delicto* de Maria Fancellina, também é trazido para este processo⁷ e eles nos fala que ela faleceu de hemorragia por ferimentos de vasos arteriais produzidos por um instrumento cortante⁸, o que confere com o que fora encontrado nas mão de Bruno no ato da prisão.

O processo segue para o Interrogatório do réu que é perguntado como se chama, idade, estado civil, naturalidade e os fatos que provem ou justifiquem sua inocência. Ele responde se chamar Bruno Soares Bicudo, ter vinte e nove anos, solteiro, brasileiro e que tem as provas e justificavam e que em tempo os apresentará⁹. Está era uma prática muito comum em tribunais no século XIX, onde o advogado instrua o seu cliente a ganhar tempo. Porém neste momento, o processo não apresenta indícios da presença de um advogado para defender o réu, nesta etapa. Talvez o mesmo tenha tomado tal atitude por conta, já que era brigadiano e tinha certo conhecimento acerca da lei. Após essas perguntas foi solicitada a prisão preventiva do réu¹⁰. Que é feita em muitos casos quando a condenação já é inevitável ou pelas autoridades julgarem o réu perigoso a ponto de ficar detido enquanto o processo corre.

Aí então, são chamadas as testemunhas, cada uma delas dá o seu depoimento acerca do fato. Começando por Felisbino Antero de Medina, praça da Brigada Militar do Estado, de 21 anos, solteiro e residente em Porto Alegre, disse que estavam a passeio próximo ao Hospício São Pedro, ele, o réu, a vítima e mais pessoas, homens e mulheres. Quando então houve uma alteração entre Bruno e Maria, ela se armou-se de um cacete e partiu pra cima dele, nesta ocasião ele conseguiu desarmar a mulher, porém ela tentou novamente, armada de um cano de ferro¹¹. O depoente e as demais pessoas deixaram de intervir naquela ocasião e que eram frequentes as brigas entre os dois¹². Logo após isso, Bruno e Maria se retiraram para um lugar mais distante, uma nova discussão começou “o acusado procedeu, puchando de uma *facca* que trazia e com *elle* degollando a sua *amazia*¹³” o depoente e as demais pessoas, com medo de que Bruno se voltasse contra elas, pois o mesmo carregava consigo a faca e também um cano de ferro, não o detiveram. O depoente então chamou o cabo Egidio Correia da Silva que deu a ordem para seus companheiros prenderem Bruno.¹⁴

A segunda testemunha é o próprio Cabo Egidio Correia da Silva, residente em Porto Alegre também, de 26 anos e solteiro.¹⁵ Em seu depoimento ele conta que estava na chácara do Governo, pelas 16h, quando Felisbino e outros 3 praças o avisaram o que próximo ao Hospício São Pedro, Bruno havia degolado Maria Trench e que não o deteram, pois o mesmo estava armado e eles desarmados.¹⁶ O depoente instruiu que os demais perseguissem Bruno, enquanto ele procurava uma arma. Então munido de uma adaga, foi até o local e deu voz de prisão em nome do Comandante do Regimento, tomando a faca do réu.¹⁷

A terceira testemunha é Francisco Alves Nunes, também praça da Brigada Militar, de 26 anos, solteiro e de Porto Alegre. Ele disse que estava com os demais camaradas no Arraial do Parthenon, em alegre diversão, até que Maria começou a dizer para Bruno que tinha outro homem com quem dormia e que lhe colocava chifres. Deixando assim a discussão entre eles

mais calorosa a ponto dele e seus companheiros intervirem quando ela pegou um porrete e um pedaço de ferro para agredir Bruno.¹⁸ Acalmaram os ânimos da briga e então foram tomar um café, quando ele, o depoente, foi chamar Bruno para tomar o café, encontrou Maria morta e percebeu que Bruno com a faca na mão, havia assassinado a mesma e então o depoente e os demais ali presentes, promoveram a prisão de Bruno.¹⁹ Ainda quando perguntado, respondeu que Bruno sempre teve bom comportamento na milícia a qual pertenciam.²⁰

O processo então traz a quarta e última testemunha deste caso, que é Manoel Antonio de Vargas, também praça da Brigada Militar, de 18 anos, solteiro e de Porto Alegre,

Disse que achando-se no dia e hora contantes da denuncia nas proximidades do local do crime, viu que a vítima, armada de uma acha de lenha e posteriormente de um cano de ferro, procurou agredir o denunciado, seu amasio por motivos de ciúmes e que este em represalia, puchando de uma facca que consigo trazia avançou para a vítima, degollando-a.²¹

Encerrado a fala das testemunhas, que nos traz o olhar de terceiros acerca do fato, podemos perceber que tratam-se de relatos muito semelhantes entre si e não deixam dúvidas sobre os fatos do que ocorreu próximo ao Hospício São Pedro. Bruno havia assassinado a Maria Trens e nada poderia evitar a sua condenação.

Já prestes, a saber, qual seria a decisão do Júri, o Juiz de Pronúncia aponta que “O criminoso confessa o crime o que, aliás, é corroborado pelo depoimento das testemunhas, que assistiram ao *delicto*, pois todas *ellas* entregavam-se com o indicado e a *victima* aos prazeres de um “*pic-nic*”, nas *immediações* da chácara “Bananeiras” de propriedade do Governo do Estado.²²”.

Na parte do processo denominada *libello* crime, onde o intuito é expor o fato criminoso, bem como os agravantes e fatos que possam fixar a pena. Nesta parte do processo são indicados fatos como “o réo tinha sobre a *victima* superioridade em sexo, de modo que *ella* não se podia defender com probabilidade de *repellir a offensa*²³” que “o réo tinha superioridade em força de modo que a *offendida* não se podia defender com probabilidade de repelir a *offensa*²⁴” e que “o réo tinha superioridade em armas de maneira que a vítima não se podia defender com probabilidade de repelir a *offensa*²⁵”, mostrando que o fator de gênero é levado em consideração no processo.

Por fim foram sorteados os 15 cidadãos para formarem o júri, são chamados os envolvidos no processo, menos réu, para se juntarem na reunião do júri, a fim de deliberar acerca da sentença de Bruno. Após isso, são feitos os trâmites de praxe do tribunal com as cédulas dos votos das testemunhas e juízes. O réu é interrogado novamente e não muda as suas

respostas e aponta que sua defesa falará o que for necessário. A leitura do processo é feita e “Finda a *accusação* teve a palavra o defensor do réo que [fl. 47] *dedusio* a defesa do mesmo.”²⁶ então o júri e os juízes se dirigiram a sala secreta.

Por fim

Em conformidade das decisões do Jury, julgando o reu Bruno Soares Bicudo incurso no grão máximo das penas do art. 294§ 1º Cod. Penal da Rep., o condeno a trinta annos de prisão celular de exvi do art. 409 do mesmo Cod. converto em prisão com trabalho que reu cumprirá na Casa de Correção desta Capital, e, bem assim, no demno causado e nas custas. Sala [fl.53] das Sessões do Jury, em Porto Alegre, 8 de fevereiro de 1900.²⁷

Afirma o Juiz Antonio Fausto Nunes de Souza, dando assim fim ao processo, que ficará famoso na cidade de Porto Alegre, pelo crime horrível onde Bruno acabará por degolar Maria Trens, que passa a ser conhecida como Maria Degolada.

A representação da Maria Degolada

Há muitas variantes, acerca do fato criminoso, mencionado acima. Dele se origina a lenda popularmente conhecida em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul como um todo, de uma mulher que pode ser invocada nos banheiros e quando chamado o seu nome três vezes, ela aparecerá nos espelhos. Muitas dessas narrativas se assemelham com outras, de outros territórios.

Ainda há, no morro da Conceição²⁸ a história de que Maria Trens havia aparecido em uma sessão da religião espírita e solicitado que o morro fosse chamado de Conceição e que ela também, fosse chamada de Conceição, ao invés de Degolada.

Há também, no morro uma gruta, aonde muitas mulheres, levam presentes a Maria e lhe pedir um bom casamento, reza a lenda, que ela apenas não ajuda, mulheres que querem casar com homens de farda, ou seja, brigadianos, bombeiros e etc, devido ao fato de que ela foi brutalmente assassinada, por um.

Essas são as representações que temos da lenda, muito presentes no imaginário popular da cidade e de diversos locais do estado.

Esclarecendo a relação de mito e história, onde ambas estabelecem valores, culturas e patrimônios, mas frisando que é a história que estuda a forma como se organizam, que segundo Kerber (2004), apesar de existirem registros oficiais, sua história tornou-se mito sem estar assimilado a nenhuma igreja, apesar de ser chamada de santa. O mito se tornou uma construção

coletiva, se mantendo viva no imaginário de uma comunidade marcada pela exclusão social e periférica, especialmente relacionada ao poder público.

As estórias representam aqui os conflitos vividos em contextos sociais, são os movimentos dos direitos humanos, símbolo da violência contra mulheres, abuso de poder de autoridades e principalmente do catolicismo. A efemeridade de fantasmas é associada ao medo, devido a um discurso dogmático católico. Existem relatos dos devotos de curas e graças, deixado ao pé da figueira do local da sua morte, que hoje não existe mais. Policiais estão excluídos das graças, sendo um reflexo ainda visto em vilas e periferias.

A memória e a crítica social se transformaram nos principais pilares de difusão do culto na região, porém ainda visto como mito por muitos. Contudo, sendo mito ou história, a mulher Maria Francelina Trenes, é um exemplo para o Estado alcançar políticas públicas que possam chegar a quem é marginalizado, disseminando valores de cidadania e igualdade, símbolo dos Direitos Humanos.

O uso do Podcast como extensão e mediação da informação

O podcast surge como uma tecnologia ligada a um potencial de possibilidades de se pensar em amplas redes de inovação de conteúdo educacional e de preservação. As narrativas propostas em formato de *“storytelling”*, ou seja, uma atividade que consiste em transmitir eventos na forma de palavras, sons e imagens visceralmente com a história, podem abordar diversas áreas do conhecimento e conceitos, como: cultura, patrimônio, identidade, memória e direitos humanos. Para discutirmos o podcast como uma extensão dos lugares de memória, trabalhamos com o conceito de Cultura da Convergência de Jenkins (2006).

Os produtos de novas e velhas mídias se tornam híbridos, é importante constatar que não se trata de uma análise do ponto de vista tecnológico, mas sob uma perspectiva antropológica. Consistindo na interação do consumidor onde ele deixa de assistir apenas como um receptor passivo e passa a participar, criando e compartilhando seu projeto de forma coletiva.

Ou seja, a partir do podcast temos um complemento dos lugares de memória, e que tornaria as histórias públicas um híbrido orgânico e convergente no momento que a memória for evocada no próprio local, com visitas culturais e interações por parte da sociedade, através da mediação. Permitindo assim, rememorar e ressignificar as diferentes narrativas da história encontradas em espaços de informação.

O podcast do Arquivo de Histórias Insólitas pretende realizar um dossiê temático de cada uma das lendas selecionadas para pesquisa e posterior divulgação, debatendo os conceitos

encontrados. Assim, não ficando apenas restrito a lenda, como por exemplo, a abordagem da Maria Degolada, onde também foi discutido o feminicídio e religião.

As lendas urbanas estão intrinsecamente ligadas à hermenêutica, os narradores do podcast, manterão a imersão e a subjetividade da interpretação por parte dos usuários. Quanto à apropriação, ela ocorre no momento em que o usuário atribui significado(s) à informação, sendo, portanto, um ato pessoal e singular do indivíduo.

Considerações finais

Por vezes somos questionados a nos “afastar” refinando o nosso olhar a partir de um certo distanciamento. Com o olhar refinado é possível ver “fora da caixa”, desvendar problemas e seguir outros caminhos, preencher lacunas, e voltar a se aproximar do objeto de pesquisa. Arquivos e instituições de memória não são donas de um acervo, são pontos de ligação da informação com a sociedade.

Como o próprio Lovecraft ressalta “o mais forte e antigo tipo de medo é o medo do desconhecido” (LOVECRAFT, 2008, p.13). A humanidade não pode desconhecer seus medos, nem esquecer suas histórias. E quantas histórias estão escondidas e pouco exploradas em arquivos?

Compreende-se os relatos orais não meramente enquanto exposições da memória, mas sim, uma descrição que perpassa entre os dois tempos, passado e presente, reconstruindo ambientes, imagens, sons, ao passo em que permite atualizar o passado no presente, considerando que as narrativas são frutos de “uma nova construção” expressas mediante aquilo que para o narrador convém contar.

Estas possibilidades de “ler” a cidade, para além do que se poderia chamar o seu “espaço real”, partindo das palavras e imagens que a representam, se voltam para o que chamamos de “imaginário urbano”, é nessa historização do imaginário e em uma nova perspectiva para a Arquivologia, como guardião das memórias, cidadanias e direitos da informação, que esse projeto de extensão surge, uma fonte de pesquisa, difusão e preservação, repensando novas articulações do profissional, em seu papel social de dar acesso e construir uma história.

Mais do que organizar para testemunhar, os arquivos possibilitam, através da mediação, um percurso que pode resultar em conhecimento.

Referências

- ALMEIDA Junior, O.F. **Mediação da informação e múltiplas linguagens**. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.2, n.1, p.89-103, 2009. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007770/7f7019d537ab408a10196b4d752bb50d> Acesso em: 3 de março de 2020.
- ALMEIDA Junior, O.F. **Mediação da informação: um conceito atualizado**. In: Bortolin, S.; Santos Neto, J.A.; Silva, R.J. (Org.). Mediação oral da informação e da leitura. Londrina: Abecin, 2015a. p.9-32.
- ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. **Maria Degolada: mito ou realidade?** Porto Alegre: EST, 1994.
- ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. **Processo criminal n.º 1.990**, ano 1899, Cartório do Júri de Porto Alegre. Fundo do Poder Judiciário,, estante 33, maço 85. Réu Bruno Soares Bicudo.
- BELLOTTO, H.L. **Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos**. In: Bellotto, H.L. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.225-247.
- COOK, T. **Arquivos pessoais e arquivos institucionais**: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-152, 1998.
- FOUCAULT, M. (1969/2004). **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro e São Paulo: Forense Universitária, 7a edição.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.
- JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2006
- LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.
- LOVECRAFT, H. P. **O Horror Sobrenatural em Literatura**. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n° 10, dezembro de 1993, p. 07-28.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito além do espaço**: por uma história cultural do urbano. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1985 p. 279-290.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 02, n° 3, 1989.
- PORTO ALEGRE. Lei Nº 9.570/04, de 3 de Agosto de 2004. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural do Município de Porto Alegre. **Câmara Municipal**. Porto Alegre, 2004.

Notas

¹ Graduanda em História pela Unisinos, danitonietto@edu.unisinos.br

² Graduando em Arquivologia pela UFRGS, lucaspetry.ufrgs@gmail.com

³ Docente do curso de Arquivologia pela UFRGS

⁴ Processo criminal n.º 1.990, ano 1899, Cartório do Júri de Porto Alegre. Fundo do Poder Judiciário, estante 33, maço 85. Réu Bruno Soares Bicudo.

⁵ Idem

⁶ Idem

⁷ Vale ressaltar que este processo é de júri popular, então ele deve ser bem claro e trazer todas as provas possíveis para que o júri possa decidir com certeza a sentença ao réu.

⁸ Processo criminal n.º 1.990, ano 1899, Cartório do Júri de Porto Alegre. Fundo do Poder Judiciário, estante 33, maço 85. Réu Bruno Soares Bicudo.

⁹ Idem

¹⁰ Processo criminal n.º 1.990, ano 1899, Cartório do Júri de Porto Alegre. Fundo do Poder Judiciário, estante 33, maço 85. Réu Bruno Soares Bicudo.

¹¹ Idem

¹² Idem

¹³ Idem

¹⁴ Idem

¹⁵ Idem

¹⁶ Idem

¹⁷ Idem

¹⁸ Idem

¹⁹ Idem

²⁰ Processo criminal n.º 1.990, ano 1899, Cartório do Júri de Porto Alegre. Fundo do Poder Judiciário, estante 33, maço 85. Réu Bruno Soares Bicudo.

²¹ Idem

²² Idem

²³ Idem

²⁴ Idem

²⁵ Idem

²⁶ Idem

²⁷ Processo criminal n.º 1.990, ano 1899, Cartório do Júri de Porto Alegre. Fundo do Poder Judiciário, estante 33, maço 85. Réu Bruno Soares Bicudo.

²⁸ Atual lugar onde o crime ocorreu.

AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS NA PREFEITURA DE ESTEIO – UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO

Francisco Weliton Oliveira Araújo Souza (Prefeitura de Esteio)

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar a experiência do município de Esteio no processo de avaliação documental desenvolvido pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD). Assim, intenta-se mostrar a metodologia empregada pela CPAD na realização da avaliação documental; apresentar instrumentos e diretrizes arquivísticas produzidos nesse processo; constituir, por meio desse artigo, uma ferramenta de referência para demais municípios, a respeito dessa temática. Nesse sentido, a metodologia de pesquisa constitui-se em levantamento documental categorizado por Secretarias do município; análise dos documentos produzidos nas reuniões periódicas entre a CPAD e os funcionários ligados às Secretarias Municipais para discussão de prazos; análise das legislações que versam sobre o tema. Como resultado, observou-se que o processo de trabalho resultou em instrumentos arquivísticos e diretrizes que passam a integrar a política municipal arquivística. Entretanto, conclui-se que o processo de avaliação documental não é findo, ele deve se manter em constante atualização e renovação.

Palavras-chave: Avaliação documental – Políticas arquivísticas – Arquivos públicos.

Introdução

Quando se fala em arquivos municipais o que vem a mente (e se pode constatar isso *in lócus*) são salas, galpões, prédios utilizados como depósitos de documentos ou os ditos “papéis velhos”. Conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística - DBTA, Arquivo Municipal é “Arquivo público mantido pela administração municipal, identificado como o principal agente da política arquivística nesse âmbito” (DBTA, 2005, p.33). Embora não se tenha conhecimento de muitos estudos sobre a situação desses arquivos, assim como a implementação pelos mesmos de políticas públicas arquivísticas, cito um censo, realizado em 2003/2004, com os arquivos municipais de todo o Estado do Rio Grande do Sul. Este trabalho foi um convênio entre a Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SARH-SIARQ/RS e a Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS. Os resultados apresentados neste levantamento não foi nada animador, além da baixa adesão à pesquisa, confirmou-se o que já se deduzia, a grande maioria dos municípios gaúchos (registre-se aqui, os que responderam) não possuem arquivos instituídos legalmente em suas estruturas administrativas; não possuem instrumentos, tão pouco políticas arquivísticas, assim como não tem arquivistas em seus quadros funcionais. É nesse contexto dos arquivos municipais que o presente trabalho pretende discorrer, mais especificamente, na experiência do município de Esteio.

A referida cidade fazia parte da estatística desanimadora dos arquivos municipais. Porém, a partir da contratação, por concurso público, de uma arquivista o cenário arquivístico de Esteio mudou favoravelmente, como será demonstrado no decorrer deste trabalho. Através das ações desenvolvidas na construção da política municipal arquivística, por meio das

diretrizes, e dos instrumentos arquivísticos, a experiência desse município pode servir de incentivo aos tantos outros municípios que ainda se encontram em condições precárias quanto à gestão documental, preservação e acesso à informação.

Contextualização do cenário arquivístico de Esteio: do antes aos tempos atuais

O município de Esteio completou, em 2020, 65 anos de emancipação política e conta, atualmente, segundo seu sítio eletrônico, com uma população de pouco mais de 83.000 mil habitantes. Cidade com uma trajetória relativamente recente, mas que independente do tempo possui sua história registrada nos documentos públicos produzidos e recebidos pela Administração Municipal no decorrer de suas atividades.

Contudo, o patrimônio documental deste município estava aglomerado na sala de um prédio, este considerado o Arquivo Municipal. Haja vista as condições em que os documentos públicos do município se encontravam não eram as melhores: o Arquivo localiza-se no segundo andar de um prédio, que já contava com sua estrutura comprometida, impossibilitando o recebimento de mais documentação; a mesma encontrava-se acumulada pelas dependências da sala, em prateleiras de madeira, em mesas e no chão, muitas delas sem identificação. O ambiente possuía pouca ventilação, iluminação insuficiente, não contava com controle de temperatura e umidade, possuía acúmulo de poeira, possibilitando a atração de insetos. O Arquivo não contava com instrumentos arquivísticos para realização da gestão documental, bem como não dispunha de instrumento de pesquisa para localização dos documentos no acervo; apesar do município dispor da Lei 1761/1991, que criou o Arquivo Municipal, este não desempenhava as funções inerentes a uma instituição arquivística. Seu papel era basicamente de depósito da documentação da Administração. Documentação essa que se encontrava também acondicionada em vários outros espaços (equipamentos do município), em péssimas condições, dificultando, e muito, a preservação do patrimônio histórico documental da cidade.

O município não contava, até então, com um Arquivista no quadro de funcionários, dispunha somente de uma servidora. Dessa forma a demanda de trabalho do Arquivo era enorme para um servidor só. Em relação a alguns pontos deficitários apresentados pelo Arquivo Municipal de Esteio, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) possui, em seu sítio eletrônico, na seção “Publicações”, uma obra “Recomendações para construção de Arquivos” (sem data de publicação), que justamente traz orientações para criação, reforma ou adaptação de um ambiente mais adequado para um arquivo. A obra aborda, entre outras recomendações, sobre os aspectos físicos e estruturais dos estabelecimentos, como o planejamento de três espaços com finalidades específicas: “área reservada ao trabalho técnico e aos depósitos,

totalmente vedada ao público; área administrativa, parcialmente vedada ao público e área pública” (CONARQ, 2000, p. 4).

Detalhe importante nesse quesito, tanto para novas construções como para as adaptações, é observar que a área seja suficiente e com condições para expansão; que possua resistência estrutural a cargas e que tenha condições de climatização que garantam a preservação da documentação. Além disso, a obra também recomenda que a localização do arquivo seja em lugares onde se evitem qualquer ação que cause danos ou perigo ao acervo, tais como:

proximidade com o mar, zonas pantanosas, rios ou locais sujeitos a inundações; terrenos e subsolos úmidos; regiões de fortes ventos e tempestades; regiões de ventos salinos e com resíduos arenosos; proximidade com indústrias que liberam poluentes; proximidade com usinas químicas, elétricas e nucleares; proximidade com linhas de alta tensão; proximidade com entrepostos de materiais inflamáveis e explosivos; terminais de tráfego aéreo e terrestre; e áreas de intenso tráfego sujeitas à trepidação, ruído e poluição (CONARQ, 2000, p.4).

Em meio a esse cenário desolador do Arquivo Municipal de Esteio, fora realizado concurso público para Arquivista em 2014, sendo a vaga ocupada em 2015. A Arquivista tratou, inicialmente, de encaminhar às Secretarias, que integram a Prefeitura, um questionário com o objetivo de realizar um levantamento dos documentos produzidos pela Administração. Através do apoio do gestor do município foi possível a criação da Lei nº 6403 de 19 de Agosto de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes da Política Municipal de Arquivos Públicos do Município de Esteio e cria o Sistema Municipal de Arquivos (SISMARQ). Para tal ação, a profissional fez consultas aos dispositivos normativos que versam sobre o mesmo conteúdo, dispostos nos sítios eletrônicos de outras prefeituras, assim como utilizou, como referência, a obra do CONARQ “Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania” (2014). Este trabalho traz um capítulo que apresenta um modelo de projeto que trata da criação de um Arquivo Público Municipal, sobre as diretrizes da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados de interesse público e social e cria o Sistema Municipal de Arquivos, que deve ser encaminhado para a Câmara de Vereadores para aprovação. Por fim, o dispositivo, em construção, fora discutido com o setor jurídico do município para adaptar à realidade do mesmo. A partir de então, uma política arquivística começou a tomar forma e um trabalho de gestão documental começou a ser efetivamente realizado no município.

Por gestão de documentos, o DBTA se refere como “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento” (CONARQ, 2005, p. 100). Quanto aos benefícios proporcionados pela gestão documental Bernardes (1998) sintetiza-os em três principais características: racionalização de recursos, eficiência administrativa e preservação do patrimônio documental, ou seja, um ganho importante para as administrações públicas (BERNARDES, 1998, p. 11).

Durante esses processos de trabalho o Arquivo Municipal mudou de sede para um local com condições estruturais um pouco melhores. Com o levantamento das informações coletadas, foi necessário definir qual seria o critério utilizado para elaborar o Plano de Classificação de Documentos da Prefeitura de Esteio, sendo a função deste espelhar o conjunto de atividades do organismo produtor de arquivos. Quanto aos critérios, podem ser “critério funcional – classes correspondendo estritamente a funções – ou estrutural – classes correspondendo a “estruturas” - setores, divisões, departamentos” (GONÇALVES, 1998, p. 23).

Contudo não se torna uma escolha fácil optar por um critério ou outro, cabendo ao profissional analisar qual melhor se adequa a realidade da instituição ou organização em questão. Gonçalves (1998) pondera para que as classes a serem criadas possuam um nível de generalidade que proporcione três qualidades ao Plano de Classificação: simplicidade, flexibilidade e expansibilidade (GONÇALVES, 1998, p. 24). Dessa forma não se terá dificuldades para utilizá-lo, bem como o mesmo possibilitará realizar modificações quando necessário. Por fim o município acabou adotando um modelo de Plano de Classificação misto, ou seja, estrutural e funcional. O mesmo reflete no grupo funcional a estrutura organizacional da Prefeitura, por Secretarias, e nas séries e subséries apresenta as funções dos documentos tramitados pelas mesmas.

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos: constituição e metodologia de trabalho

Com o levantamento documental realizado, a arquivista, conforme consta na Lei nº 6403 de 19 de Agosto de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes da Política Municipal de Arquivos Públicos do Município de Esteio e cria o Sistema Municipal de Arquivos (SISMARQ), propôs a constituição de uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) para validar e instituir o Plano de Classificação de Documentos proposto pelo Arquivo Municipal, bem como realizar outras tarefas de sua competência.

De acordo com o DBTA a comissão de avaliação de documentos ou comissão de avaliação e destinação é constituída de “grupo multidisciplinar encarregado da avaliação de documentos de um arquivo, responsável pela elaboração de tabela de temporalidade.” (CONARQ, 2005, p. 53). Sendo assim, em 2016, fora criada a referida Comissão por meio da Portaria nº 4090/2016, composta por uma arquivista, como presidente da Comissão, uma advogada, como assessora jurídica, e quatros funcionários efetivos, de diferentes Secretarias, como membros da Comissão. A estrutura desta está alinhada com o que a literatura arquivística trata a respeito, como, por exemplo, é citado por Bernardes (1998):

As comissões de avaliação deverão ser compostas por profissionais com conhecimentos das funções, atividades e estrutura organizacional de seus respectivos órgãos, sendo recomendável que faça parte da comissão um técnico de nível superior da área específica de competência do órgão, um procurador ou assessor jurídico e um arquivista (BERNARDES, 1998, p 20).

Não menos importante, Costa (2018) alerta para a necessidade de treinamento técnico para os integrantes da CPAD para que dessa maneira possa-se realizar avaliações mais criteriosas e objetivas das séries documentais constantes das Tabela de Temporalidade. Sendo este um “instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos” (CONARQ, 2005, p. 159).

Com a CPAD constituída, iniciaram-se as discussões sobre as informações reunidas através do levantamento documental das Secretarias. Os membros decidiram analisar os documentos de uma Secretaria por vez, sendo iniciado pela Secretaria de Administração a qual o Arquivo Municipal está vinculado. Foram convidados funcionários de todas as secretarias para discutir as propostas de temporalidade dos documentos, bem como elucidar possíveis dúvidas quanto a trâmites e finalidades dos mesmos. Após algumas reuniões, fora publicada o Decreto 5721, em 31/03/2017, que estabeleceu o Plano de Classificação de Documentos (PCD) e a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) da Secretaria Municipal de Administração de Esteio.

O processo de avaliação documental dispensado nesse trabalho não se constituiu numa tarefa fácil. Entenda-se por avaliação de documentos, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, como “processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos” (CONARQ, 2005, p. 41).

Cougo (2019) argumenta que “vista sob o prisma conceitual das ‘três idades’ propostas por Peròtin, a avaliação parece um processo pragmático. No entanto, o procedimento apresenta nuances extremamente complexas, seja em sua aplicação prática, seja em seu entendimento teórico” (COUGO, 2019, p. 409).

Ademais, a partir desse processo de decisão, determinou-se quais os documentos permaneceriam e quais seriam eliminados de acordo com o valor primário ou secundário que possuíam, o que ensejou outra análise muito importante que deve ser feita durante o trabalho arquivístico, que diz respeito ao caráter de memória social ou patrimônio documental que os registros arquivísticos assumem quando destinados à guarda permanente. Quanto a esse aspecto da avaliação documental, Cougo (2019) reforça que “a avaliação de documentos é um processo fundamental para o estabelecimento dos objetos patrimoniais responsáveis por transmitir memórias compartilhadas por grupos sociais” (COUGO, 2019, p. 413). Diante de tudo isso, os integrantes da Comissão de Avaliação de Documentos, por muitas vezes não se sentiram confiantes em definir os prazos de guarda e destinação para os documentos. Uma equipe como essa precisa ter claro que não se pode eliminar tudo, pois assim certamente irão comprometer a memória documental de uma instituição no curso de suas atividades, em um determinado período, assim como também não se pode pretender preservar tudo, primeiramente porque não haverá recursos suficientes para tal empreitada. Além de que não se sustenta a manutenção de uma quantidade enorme de documentos e informações.

Ainda durante este processo de avaliação documental, fora publicado o Decreto nº 5788, de 21/06/2017, que define os Procedimentos para Eliminação de Documentos no Município de Esteio. O mesmo contempla os seguintes instrumentos: a listagem de eliminação de documentos; o edital de ciência de eliminação e o termo de eliminação de documentos. Essa diretriz é de extrema importância para o trabalho de gestão documental, porque estabelece as regras para o descarte correto dos documentos públicos, sob risco das instituições sofrerem com penalizações quando do descumprimento das mesmas.

O regramento quanto à eliminação de documentos permite a liberação de espaços físicos, muitas vezes sobrecarregados de documentos, acumulados durante muito tempo, de qualquer jeito, sem nenhum critério de organização, e que, dispostos na Tabela de Temporalidade de Documentos, desprovidos de valor secundário, podem ser descartados, observadas ainda alguns critérios para realização de tal ação. Esse é um dos benefícios mais evidentes e desejados pelas instituições, sejam elas públicas ou privadas, num processo de gestão documental, após a realização da avaliação documental.

Após mais discussões e análises dos documentos das demais Secretarias, fora publicado o Decreto 6084, de 03/07/2018, que estabelece a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) do Município de Esteio. Este instrumento veio a se somar como mais um elemento na formação da política municipal arquivística. Esse trabalho de avaliação documental, como fora dito antes, é bastante complexo, requer muita dedicação e pesquisa para chegar a um resultado satisfatório.

A CPAD do município de Esteio, nesse sentido, consultou vários funcionários, que lidam diariamente com os documentos produzidos e recebidos pelos diversos setores das Secretarias, com intuito de conhecer se os mesmos seguiam leis que definissem prazos de guarda para os documentos com os quais trabalham.

Foram consultadas Tabelas de Temporalidade de outros municípios para se obter um parâmetro a seguir. Além disso, a advogada, integrante da Comissão, fez várias considerações quanto aos prazos, no que diz respeito a preocupação de manter por um período que cobrisse possíveis ações judiciais, como exemplo, as trabalhistas. Após todas essas consultas, foram estabelecidos prazos de acordo as especificidades do município.

A concretização do trabalho da CPAD suscitou muitos questionamentos como: falta de legislação que ampare e defina prazos de arquivamento e/ou destinação dos documentos; preocupação levantada, diversas vezes nas reuniões, quanto à segurança e à preservação, a longo prazo, dos documentos digitais; dificuldade dos usuários em identificar a relevância da manutenção dos documentos após a vigência; “insegurança” da Comissão em definir um prazo de arquivamento. Importante ressaltar que o trabalho da CPAD não terminou aqui, com o estabelecimento de instrumentos arquivísticos e diretrizes para gerir os documentos públicos. Se fará necessário revisar, com alguma periodicidade, a TTD, pois documentos podem deixar de existir e outros podem surgir, de acordo com as demandas de trabalho.

Apesar das muitas dificuldades enfrentadas, durante o trabalho de avaliação da CPAD, foi possível apresentar uma ferramenta que pudesse dar conta, nesse momento, das muitas demandas de documentos de diversos setores a serem avaliados e que, certamente, já expiraram seus prazos de guarda e podem ser eliminados.

Resultados da política arquivística municipal

O município de Esteio passou por uma mudança muito significativa, para não dizer radical, no cenário arquivístico, considerando que até 5 anos atrás a Administração Municipal não tinha praticamente nenhum elemento que demonstrasse a existência de uma política arquivística ou regras de gestão documental.

A partir da sensibilização do gestor municipal, por parte de alguns funcionários, foi realizado concurso público para o cargo de Arquivista. Desde então o trabalho para estabelecer uma política municipal arquivística foi sendo construído. As demandas eram muitas e por vezes a evolução das etapas foram consideradas lentas. Contudo, é muito pertinente destacar que o apoio do chefe do executivo foi de extrema importância para que todas as mudanças e necessidades fossem atendidas, na medida do possível.

Diante de um panorama arquivístico mais favorável no município, isso fez com surgissem outras demandas de trabalho para o Arquivo Municipal, colocando-o numa posição de destaque, numa posição, agora, visível diante da Administração Municipal. Primeiramente, o Arquivo Municipal conquistou um espaço com condições bem melhores para executar seu trabalho. Possui amplo espaço para acondicionamento dos documentos, boa ventilação, sala reservada para o trabalho administrativo, localizado em prédio térreo, não conta ainda com atendimento ao público externo, somente funcionários da Prefeitura. O nome Arquivo Municipal Terezinha Laci dos Santos é em homenagem a funcionária que trabalhou durante anos neste setor. O Arquivo Municipal realizou, em 2019, o curso de capacitação para os servidores de todas as Secretarias, com o objetivo de fazer conhecer as políticas arquivísticas do município, assim como a Tabela de Temporalidade, para fins de melhor gestão e descarte correto de documentos. O Arquivo participou, também em 2019, das metas de governo, onde sua meta era eliminar no mínimo, 1200 caixas arquivo de documentos, até o final do ano, usando a TTD como instrumento orientador. Meta essa que fora cumprida bem antes do prazo. Ao Arquivo Público de Esteio foi proposto uma interlocução/ apoio técnico para auxiliar o Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME) e demais setores da Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio quanto à utilização da TTD do município.

Conclusão

No ano de 2013, fiz uma pesquisa com 16 municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre com o intuito de saber se os mesmos possuíam políticas públicas arquivísticas implementadas, bem como profissionais de arquivo atuantes nesses municípios. Apesar de não se ter conhecimento de muitas pesquisas a respeito da aplicação e desenvolvimento de políticas públicas arquivísticas no Brasil, na época, tive acesso a duas pesquisas realizadas sobre esse contexto, uma delas promovidas pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul com todos os municípios do Estado. Como conclusão daquele estudo, observou-se um cenário praticamente inalterado com relação aos dados levantados nas pesquisas supracitadas. Nesse sentido, referente aos que responderam ao questionário: nenhum município possuía política implementada; alguns até mencionaram a existência de um ou outro “instrumento arquivístico”, mas nenhum deles contava com Arquivista no seu quadro de funcionários. A maioria até mesmo desconhecia a existência desse profissional, das políticas arquivísticas, bem como do dever constitucional do Estado (entenda-se como entes públicos em geral) com os documentos públicos (SOUZA, 2013).

O município de Esteio fez parte dessa pesquisa e a sua situação, na época, não diferia da descrita anteriormente. O que se pôde observar, do tempo em que fora realizado aquele trabalho até o momento atual, grosso modo, é que foram promovidos mais concursos públicos para o cargo de Arquivista nos municípios gaúchos, possibilitando assim o desenvolvimento de trabalhos de gestão documental com mais qualidade, como o caso de Esteio (SOUZA, 2013).

Apesar do CONARQ divulgar uma cartilha e uma obra completa que incentivam os municípios à criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais, assim como os Arquivos Públicos Estaduais prestarem serviços de assessoria aos municípios quanto a esse tema, percebe-se que ainda há inúmeras cidades que estão bem aquém do que estabelece a cartilha do CONARQ. Para uma mudança nesse cenário, faz-se necessário, primeiramente, fomentar a sensibilização, o interesse e o apoio por parte dos gestores para que as ações e projetos sejam desenvolvidos. Até porque, como foi dito antes, é dever do Estado a gestão documental, a preservação e o acesso aos documentos públicos, ou seja, não é favor e sim obrigação. A cidade de Esteio pôde contar com esse apoio da Administração Municipal e, num período de pouco mais de 4 anos, pode mudar radicalmente o panorama arquivístico, que se tinha antes, para melhor.

Referências bibliográficas

COUGO, F. J. **A Arte da Destruição Controlada: Reflexões sobre Avaliação Arquivística e Memória** -. Inf., Londrina, v. 24, n. 1, p. 403 – 423, jan./abr. 2019.

Acesso: <http://www.uel.br/revistas/informacao/> - acessado em março/20

GONÇALVES, J. **Como Classificar e Ordenar Documentos de Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 37 p. : il. ; 23 cm. -- (Projeto como fazer; v. 2)

BRASIL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Arquivo Nacional**: Rio de Janeiro. 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51.

Acesso em: <http://conarq.gov.br/publicacoes-tecnicas.html> acessado em março/2020

BRASIL. **Recomendações para Construção de Arquivos**. Conselho Nacional de Arquivos: Rio de Janeiro, 2000, 21p.

Acesso em: <http://conarq.gov.br/publicacoes-tecnicas.html> acessado em março/2020

BRASIL. **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania**. Conselho Nacional de Arquivos: Rio de Janeiro, 2014. Acesso em:

http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Cartilha_criacao_arquivos_municipais.pdf acessado fevereiro/2020

COSTA, N. M. JR. **Recado aos arquivistas, aos responsáveis por Arquivos, às Comissões de Avaliação de Documentos e demais interessados**. Revista do Arquivo. São Paulo, Ano II, No 7, p. 71-83, outubro de 2018. Acesso:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/07/vitrine_05.php#inicio_artigo acessado em abril/2020

BERNARDES, I. P.. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 89 p. : il. ; 23 cm. -- (Projeto como fazer ; v. 1)

PÉROTIN, Y. **Administration an the “Three Ages” of archives**. The American Archivist, v. 29, n. 3, p. 363-369, 1966.

SOUZA, F. W. O. A. **Políticas públicas de arquivos: uma análise dos municípios da grande Porto Alegre/RS**. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Arquivologia. Porto Alegre, 2013.

Prefeitura Municipal de Esteio - sítio eletrônico: Acesso:

https://www.esteio.rs.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid= acessado em fevereiro/2020

A CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE EM PORTO ALEGRE ATRAVÉS DO ACERVO AZEVEDO MOURA & GERTUM

*Manuela Catafesta
Lucas Volpato¹*

RESUMO: Os documentos contidos no Acervo da Construtora Azevedo Moura & Gertum, doados ao Centro Universitário Ritter dos Reis em 1998, registram importantes manifestações da modernidade no Rio Grande do Sul entre as décadas de 1920 e 1980. Fundada em 1924, pelos engenheiros Fernando de Azevedo Moura e Oscar Mostardeiro Gertum, a construtora foi a responsável pela execução de reconhecidas obras de Porto Alegre, algumas delas hoje identificadas como patrimônio arquitetônico da cidade. A partir da análise do acervo da construtora, pretende-se demonstrar o quanto os projetos contidos nele são capazes de ilustrar, na passagem do tempo, as transformações pelas quais passou a arquitetura moderna em Porto Alegre. Entre os resultados esperados, em tempos de isolamento social, pretende-se ampliar o acesso e divulgação do acervo através do uso de ferramentas em meio digital, fomentando a curiosidade da sociedade civil sobre as edificações contidas no acervo.

Palavras-chave: acervo – Construtora Azevedo Moura & Gertum – arquitetura moderna

O ACERVO AMG

Durante a década de 1920 surgiram, em Porto Alegre, grande parte das principais construtoras que vão se destacar no cenário urbano, entre elas a Azevedo Moura & Gertum (AMG). Fundada em 1924, pelos engenheiros Fernando de Azevedo Moura e Oscar Mostardeiro Gertum, a construtora foi responsável pela execução de reconhecidas obras de Porto Alegre, algumas delas hoje identificadas como patrimônio arquitetônico da cidade.

Durante os 69 anos de existência, a AMG empregou dezenas de profissionais - brasileiros e estrangeiros - como engenheiros, arquitetos, desenhistas e estudantes universitários, que ajudaram a fazer da construtora uma das maiores de Porto Alegre. Entre estes profissionais, trabalharam na construtora Fernando Corona, Egon Weindorfer, Agnello Nilo de Lucca, Ernani Müzell, João Antônio Monteiro Netto e Francisco Riopardense de Macedo. Outros, como Arnaldo Gladosch, Fresnedo Siri e Claudio Araujo tiveram seus projetos executados pela mesma.

O campo de atividades da Azevedo Moura & Gertum abrangeu projeto e execução de obras industriais, residenciais, instalações comerciais, bancárias, hospitalares, saneamento básico, reservatórios e distribuição de água. Além disso, a construtora prestava assessoramento técnico, emitia pareceres e realizava levantamentos topográficos.

Em 1926, a AMG construiu um dos primeiros edifícios de Porto Alegre totalmente executado com estrutura de concreto armado, sendo o cálculo estrutural realizado por profissionais locais. Trata-se do Edifício Bragança, situado na Rua Marechal Floriano esquina com a Rua dos Andradas. O prédio foi concluído em 1928 e, em 1947, sofreu uma ampliação com o acréscimo de dois pavimentos. Foi também na década de 1920 que a AMG participou

de vários editais de concorrência para a construção de alguns prédios públicos como, por exemplo, a Usina do Gasômetro², o viaduto Otávio Rocha³, edifícios para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e parte do complexo de edifícios do IAPI. Apesar de não terem vencido a concorrência em alguns desses editais, realizaram inúmeras residências para famílias tradicionais de Porto Alegre nesse período.⁴

O rápido crescimento da empresa deve-se também aos inúmeros projetos e obras que realizou para o Banco da Província. Nessa época bastante próspera, a sede da empresa funcionava na Rua Paissandu n. 121, atual Rua Caldas Júnior. Em 1936, a AMG mudou-se para a Rua Sete de Setembro n. 1160 e, em 1938, a construtora abriu uma filial no Rio de Janeiro, que funcionou até 1943.

Inúmeras escolas foram construídas pela empresa em Porto Alegre e no interior do Estado, na década de 1930. A mais destacada, inclusive junto à imprensa local, foi o Instituto de Educação, projetado por Fernando Corona em 1934. O Instituto tinha como propósito fazer parte das comemorações do Centenário Farroupilha, realizado no Parque Farroupilha em 1935. Além das escolas, destacaram-se pela inovação a construção de algumas lojas de departamentos como a Sloper, projeto também de Fernando Corona, e as Lojas Renner, projeto de Egon Weindorfer; ambos profissionais que atuavam dentro da empresa.

O edifício mais alto da capital gaúcha seria construído pela AMG em 1940. Tratava-se do Edifício União, de propriedade da Companhia União de Seguros Gerais, e que está localizado na Avenida Borges de Medeiros esquina com a Rua Sete de Setembro. O prédio comercial, com escritórios na torre e lojas no térreo, tinha 14 andares de altura e possuía 4 elevadores, representando uma grande inovação em Porto Alegre. De fato, a década de 1940 marcou o momento de maior verticalização do centro de Porto Alegre, em particular a ocorrida nas avenidas Borges de Medeiros e Salgado Filho. Nesse processo de grandes transformações a AMG foi protagonista, sendo responsável pela construção dos relevantes edifícios Sulacap, Vera Cruz, Ipiranga, Banco da Província e Santa Generosa.

Na década de 1950, importantes exemplares da arquitetura moderna gaúcha foram construídos pela empresa, como os icônicos edifícios Esplanada e o Jaguaribe – ambos de uso misto: residencial e comercial. O Edifício Jaguaribe foi projetado pelos arquitetos Fernando Corona e Luis Fernando Corona, pai e filho, em 1951. Um ano depois, o Edifício Esplanada, localizado na Rua Ramiro Barcelos esquina com a Avenida Independência foi projetado pelo arquiteto uruguaio Roman Fresnedo Siri. O mesmo arquiteto uruguaio também havia projetado, em 1951, o Jockey Club do Rio Grande do Sul, na zona sul da capital gaúcha - todos projetos construídos pela AMG.

As décadas de 1960 a 1980 foram marcadas pela construção de grandes obras industriais como a Petrobrás, o Polo Petroquímico e grandes reservatórios para o DMAE – obras em que predominou o uso de uma nova tecnologia, ou seja, os pré-moldados em concreto. Até o início da década de 1980, a construtora havia construído mais de 850 obras, entre edifícios comerciais, residenciais e industriais. Em 1983, a AMG recebeu o título de Honra ao Mérito pela sua valiosa e permanente colaboração para a cidade. Com a instabilidade econômica advinda da década de 1990, a empresa encerrou suas atividades.

Em 1998 o acervo da construtora, composto de desenhos e documentos dos projetos, foi doado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Ritter dos Reis – Uniritter, através do arquiteto Carlos Reininger de Azevedo Moura, filho do engenheiro Fernando de Azevedo Moura, um dos fundadores da empresa. O Acervo Azevedo Moura & Gertum é constituído de 266 caixas de papelão, com uma estimativa de mais de 25 mil desenhos arquitetônicos e documentos. Além desse riquíssimo material, o acervo é composto por aproximadamente 3 mil fotos com imagens do processo de execução de muitas obras construídas pela empresa.

Hoje, esse material encontra-se parcialmente catalogado e à disposição dos pesquisadores no Laboratório de História e Teoria da Arquitetura, localizado no Campus Fapa do UniRitter. Atualmente, a construtora é lembrada principalmente pela qualidade de suas obras e pelo uso do concreto armado, sendo objeto de estudo de projetos de pesquisa, investigações de pós-graduação e, de forma mais atuante em ações envolvendo a sociedade civil, do projeto de extensão.

O PROJETO DE EXTENSÃO ARQUITETURA SOB LENTES

O projeto de extensão intitulado Arquitetura sob Lentes atua na pesquisa e divulgação de dois importantes acervos do Laboratório de História e Teoria da Arquitetura (LHTA) do Centro Universitário Ritter dos Reis. Além do Acervo da Construtora Azevedo Moura & Gertum (AMG), o projeto investiga o acervo fotográfico de João Alberto Fonseca da Silva (JAFS).

O acervo de imagens de João Alberto foi doado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Ritter dos Reis pelo próprio fotógrafo, em 1997. Lá encontra-se praticamente tudo o que o fotógrafo produziu na sua vida. O acervo é composto por registros fotográficos de arquitetura, paisagens, aspectos urbanos e regionais, além de peças publicitárias, design, artes gráficas e retratos. Assim, além de sua importância como registro histórico e documental, as fotos possuem um valor artístico e técnico.

O projeto de extensão pretende, a partir da análise conjunta desses acervos, demonstrar o quanto eles são capazes de ilustrar, na passagem do tempo, as transformações pelas quais passou a arquitetura moderna em Porto Alegre. O projeto tem, como principal objetivo, ampliar o acesso da comunidade acadêmica e interessados em geral aos acervos – AMG e JAFS – e possibilitar aos estudantes em formação que compreendam o cenário histórico, social e cultural de Porto Alegre naquela época.

Entre as atividades executadas pelos professores e alunos bolsistas, além da reflexão teórica, está a reorganização e disponibilização do material contido nos acervos e também dos materiais produzidos pelo projeto de extensão. No ano de 2019, o Arquitetura sob Lentes, além da divulgação em mídias sociais, realizou a exposição “O olhar de João Alberto Fonseca da Silva”, em duas edições - uma no Arquivo Público Estadual e outra no Prédio A da UniRitter campus Zona Sul – e organizou o evento “Cartografia do Olhar”, uma caminhada pelo Centro Histórico de Porto Alegre para reconhecimento dos edifícios documentados nos acervos do LHTA, com o objetivo de sensibilizar os participantes para a valorização da arquitetura moderna e da fotografia gaúchas. O grupo do Projeto também participou de eventos acadêmicos regionais, como a XV SEPesq e VI Seminário Docomomo Sul, apresentando e publicando artigos científicos sobre os trabalhos realizados durante o semestre.

Nessas ações realizadas, o Arquitetura sob Lentes gerou o engajamento de profissionais e estudantes de outras áreas – além da Arquitetura e Urbanismo – nas atividades de organização, garantindo a desejada interdisciplinaridade do projeto. A divulgação do vasto material existente nos acervos do Laboratório e do material produzido pelo Projeto de Extensão alcançaram um público maior que o imaginado, ao ser exposto em circuitos externos ao UniRitter.

Assim, a divulgação dos acervos e da produção teórica do Laboratório de História e Teoria da Arquitetura atua como um fator para promoção dos acervos, com ênfase na pesquisa científica e na educação patrimonial. Partindo do pressuposto que a Construtora Azevedo Moura & Gertum foi a responsável pela construção de grande parte dos edifícios emblemáticos da arquitetura moderna em Porto Alegre, o objetivo do Projeto é compreender, através da reorganização, catalogação e continuidade da análise crítica do acervo da construtora, como se deu a modernidade e verticalização arquitetônica produzida na capital gaúcha.

Além disso, visa desdobrar a pesquisa em ensino e extensão, ampliando o acesso da comunidade acadêmica e interessados em geral no assunto, através de novas ferramentas de comunicação e interação social. Ao analisar a forma como os arquitetos e engenheiros da Construtora Azevedo Moura & Gertum influenciaram a arquitetura, especialmente em Porto

Alegre, a partir de meados do século XX, possibilitará aos estudantes em formação que compreendam o cenário histórico, social e cultural da arquitetura gaúcha nesse período.

AÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Estamos vivendo um contexto marcadamente desafiante. A pandemia tem gerado mudanças significativas na vida da população e os impactos do COVID-19 em nossa sociedade ainda não podem ser totalmente dimensionados. O tempo atual traz consigo uma oportunidade de ressignificações e reconsiderações de nossas pretensas rotinas e normalidades. Encontrar alternativas foi essencial para seguir atendendo ao objetivo do Projeto de Extensão na divulgação dos acervos.

Pensando no bem-estar coletivo, o Arquitetura sob lentes resolveu enfrentar o desafio de seguir divulgando semanalmente os acervos do Laboratório durante o período da quarentena, levando informação ao público e, ao criar conteúdo à distância, se manteve mais ativo do que nunca. Vale destacar que a divulgação do Projeto de Extensão já ocorria, desde 2019, através de um perfil na rede social Instagram chamado @arqsoblentes – um meio contemporâneo de comunicação e divulgação que proporciona fruição ao conteúdo dos acervos e aos produtos gerados por seus pesquisadores. A atuação nas redes sociais foi ganhando maiores proporções nesse período da quarentena e o @arqsoblentes possui atualmente quase 1000 seguidores, que chegaram ao perfil de forma totalmente espontânea.

O projeto desenvolveu duas atividades remotas durante o primeiro semestre letivo de 2020, visto que no início de março as atividades acadêmicas presenciais haviam sido suspensas. A primeira atividade, o QUIZ ARQSOBLENTEs, tratava-se de um jogo de perguntas com o propósito de promover as fotos do acervo da construtora e de avaliar os conhecimentos dos seguidores do perfil do @arqsoblentes no Instagram, que interagem através das suas respostas. Com o objetivo educativo e informativo, o Quiz apresentou importantes edifícios do Acervo Azevedo Moura & Gertum, alguns registrados pelas lentes de João Alberto Fonseca da Silva, do acervo JAFS. Através de posts interativos quatro edificações foram apresentadas – Hipódromo do Cristal, Palácio do Comércio, Edifício Jaguaribe e Edifício Guaspari – no período de um mês. A cada semana, três diferentes perguntas do Quiz referiam-se a uma das edificações citadas. No final, o seguidor que acertasse o maior número de perguntas era presenteado com um livro. Essa atividade gerou bastante engajamento dos integrantes do projeto de extensão que se envolveram na curadoria das imagens, na pesquisa e produção textual para a divulgação na rede, como também o envolvimento dos participantes e, por conta disso, o perfil ganhou novos seguidores que, além de demonstrarem interesse pelo assunto,

puderam conhecer tanto o Projeto de Extensão quanto uma parte dos acervos que estão sob custódia do Centro Universitário Ritter dos Reis.

A outra atividade, a CARTOGRAFIA DO OLHAR – 2ª edição, foi uma ação que, na sua primeira edição, levou professores, bolsistas e alunos às ruas do Centro Histórico de Porto Alegre, durante a Semana Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Ritter dos Reis, no segundo semestre de 2019, para uma visita a alguns edifícios significativos da modernização e verticalização da capital. Na segunda edição, seguindo às orientações de distanciamento social, promoveu um passeio virtual, através de vídeos narrados e ilustrados, tendo como tema dois edifícios modernos e icônicos de Porto Alegre: o Ed. Jaguaribe e o Ed. Esplanada, ambas construções da Azevedo Moura & Gertum. A equipe, através da edição de imagens e vídeos, roteirização e diagramação se dedicou bastante a esse projeto desafiador. O resultado do trabalho ficou visível na interação dos seguidores e pelos comentários recebidos. A atividade também teve a colaboração tanto de seguidores quanto de outros profissionais, que gentilmente disponibilizaram suas fotos e depoimentos para contribuir na produção dos vídeos, já que, com a pandemia, o acesso físico aos acervos do Laboratório estava limitado.

Através da exploração destes novos meios de comunicação e divulgação nas redes sociais foi possível criar um canal muito especial de troca de informações sobre arquitetura, urbanismo, fotografia e história, dentre outros temas. Cada curtida, comentário, compartilhamento, dica ou opinião dos seguidores nos posts do @arqsobrentes evidenciava que a divulgação mais atual, dinâmica e atrativa, coloca a comunidade acadêmica e o público em geral mais próximos dos acervos, da história da capital gaúcha e dos materiais produzidos pelos pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de um espaço de memória, que é o Laboratório de História e Teoria da Arquitetura, se justifica não só pela preservação e divulgação da memória dentro do Centro Universitário Ritter dos Reis, mas também por sua utilização como repositório e disseminador de conhecimento. Com o potencial de ser um centro de pesquisa e referência que promove o acesso à informação qualificada sobre história e teoria da arquitetura, através da difusão de seus acervos, o Laboratório proporciona a troca de experiências entre diferentes atores institucionais: docentes, discentes e público em geral.

A importância de se manter em uma instituição de ensino um laboratório dedicado à memória e patrimônio cultural transpassa o aspecto documental e o valor de suas coleções

bibliográficas e objetos. Em conjunto com o Projeto de Extensão, as ações voltadas para a difusão das pesquisas e a promoção dos acervos aproximam a comunidade acadêmica do público em geral, cumprindo seu papel como um espaço de preservação, conservação e divulgação da memória cultural.

Porém, a crise potencializada pela pandemia serviu como impulso para nos guiar a um novo modo de promoção dos acervos. Foi uma oportunidade para criarmos novas e contemporâneas formas de engajamento do público a partir de narrativas plurais, inclusivas e, principalmente, educativas. O Projeto de Extensão pós-pandemia continuará existindo e deverá se reinventar não apenas quanto às formas de suporte aos protocolos de responsabilidade quanto ao vírus, mas também na divulgação do material do presente no acervo. Acreditamos que o estudo do Acervo Azevedo Moura & Gertum se configura em uma importante contribuição para a história da arquitetura gaúcha e brasileira. Seu melhor conhecimento e valorização cultural poderá, como contribuição à sociedade, auxiliar a tomada de decisão acerca do papel que os edifícios construídos pela construtora irão desempenhar no futuro.

REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, Silvio B. **Porto Alegre como cidade ideal: planos e projetos urbanos para Porto Alegre**. Tese de doutorado, UFRGS, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, 2006.

ABREU FILHO, Silvio B; LUCCAS, Luis H. H. **A falta que ela nos faz: reflexões sobre a perda da arquitetura moderna em Porto Alegre**. In: *Arquitexto*, v. 1, n. 3-4, p. 174-177. Porto Alegre: PROPARG, 2003.

ALMEIDA, Guilherme; ALMEIDA, João; BUENO, Marcos. **Guia de arquitetura moderna em Porto Alegre**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

BUENO, Marcos. **A obra do arquiteto Carlos Alberto Holanda Mendonça**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, 2012.

CANEZ, Anna Paula. **Fernando Corona e os caminhos da arquitetura moderna em Porto Alegre**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998.

CANEZ, Anna Paula (et al.) **Acervos Azevedo Moura e Gertum e João Alberto: imagem e construção da modernidade em Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UniRitter, 2004.

CESA FILHO, Paulo. **Arquitetura da verticalidade na recém aberta Avenida Borges de Medeiros**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, 2003.

COLLARES, Julio R. **Exoesqueletos no modernismo brasileiro na décadas de 40 e 50 do século XX**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, 2003.

COMAS, Carlos E.; PEIXOTO, Marta; MARQUES, Sérgio M. (org.). **O moderno já passado, o passado no moderno: reciclagem, requalificação, rearquitetura**. Porto Alegre: Ed. UniRitter, 2009.

DREBES, Fernanda J. **O edifício de apartamentos e a arquitetura moderna**. Dissertação de mestrado, UFRGS, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, 2004.

ETCHEVERRY, Carolina Martins (et al.); Monteiro, Charles (Org.). **Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes**. Porto Alegre; Ed EDIPUCRS, 2012.

IORE, Renato Holmer (Org.) **Modernização e verticalização da área central de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Marcavisual, 2016.

LIMA, Raquel R. **Edifícios de Apartamentos: um tempo de modernidade no espaço privado**. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

LUCCAS, Luis H. H. **Arquitetura Moderna Brasileira em Porto Alegre: sob o mito do “gênio artístico nacional”**. Tese de doutorado, UFRGS, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, 2004.

_____. **A escola carioca e a arquitetura moderna em Porto Alegre**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 07, n. 073.04, Vitruvius, jun. 2006
<<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.073/346>>.

_____. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre (Parte I): Antecedentes e a linhagem Corbusiana dos anos 50**. 08 Jul 2016. *ArchDaily Brasil*. Acessado 15 Ago 2019.
<<https://www.archdaily.com.br/br/790990/arquitetura-moderna-em-porto-alegre-antecedentes-e-a-linhagem-corbusiana-dos-anos-50-luis-henrique-haas-luccas>> ISSN 0719-8906

MACHADO, Nara. **Modernidade, arquitetura e urbanismo: o centro de Porto Alegre (1928-45)**. Tese - Curso de Pós-Graduação em História do Brasil do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: PUC/RS, 1998.

MARQUES, José Carlos. **História de uma via: o advento da arquitetura moderna e a configuração da Avenida Senador Salgado Filho. Porto Alegre 1940-1970**. Dissertação de mestrado, UFRGS, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, 2003.

MASSIA, Rodrigo. **Fotógrafos, espaços de produção e usos sociais da fotografia em Porto Alegre nos anos 1940 e 1950**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2008.

PEREIRA, Cláudio Calovi. **Primórdios da Arquitetura Moderna em Porto Alegre: a presença dos arquitetos do Rio de Janeiro**. In: Cadernos de Arquitetura Ritter dos Reis, v.2 p.47-71. Porto Alegre, 2000.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900 – 1990**. São Paulo: EDUSP, 1997.

VIEIRA, César B.M. **A fotografia na percepção da arquitetura**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grand do Sul. Faculdade de Arquitetura, PROPAR, Porto Alegre, 2012.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura modernista em Porto Alegre entre 1930 e 1945**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998.

_____. **Levantamento de projetos arquitetônicos. Porto Alegre – 1892 a 1957**. Porto Alegre: Procempa, 1998.

_____. **Arquitetos e Construtores no Rio Grande do Sul**. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

XAVIER, Alberto; MIZOGUCHI, Ivan. **Arquitetura moderna em Porto Alegre**. São Paulo: Pini, 1987.

NOTAS

¹ Manuela Catafesta é doutora pela FAU-USP e professora e pesquisadora no Uniritter. Lucas Volpatto é mestre pelo Uniritter/Mackenzie e professor e pesquisador no Uniritter.

² A concorrência foi vencida pela Construtora Christiani & Nielsen, em 1928.

³ A concorrência foi vencida pela Construtora Dyckerhoff & Widmann.

⁴ CANEZ, Anna Paula (et al.) **Acervos Azevedo Moura e Gertum e João Alberto: imagem e construção da modernidade em Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UniRitter, 2004, p. 74.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



AARS
Associação dos
Arquivistas do Estado
do Rio Grande do Sul

